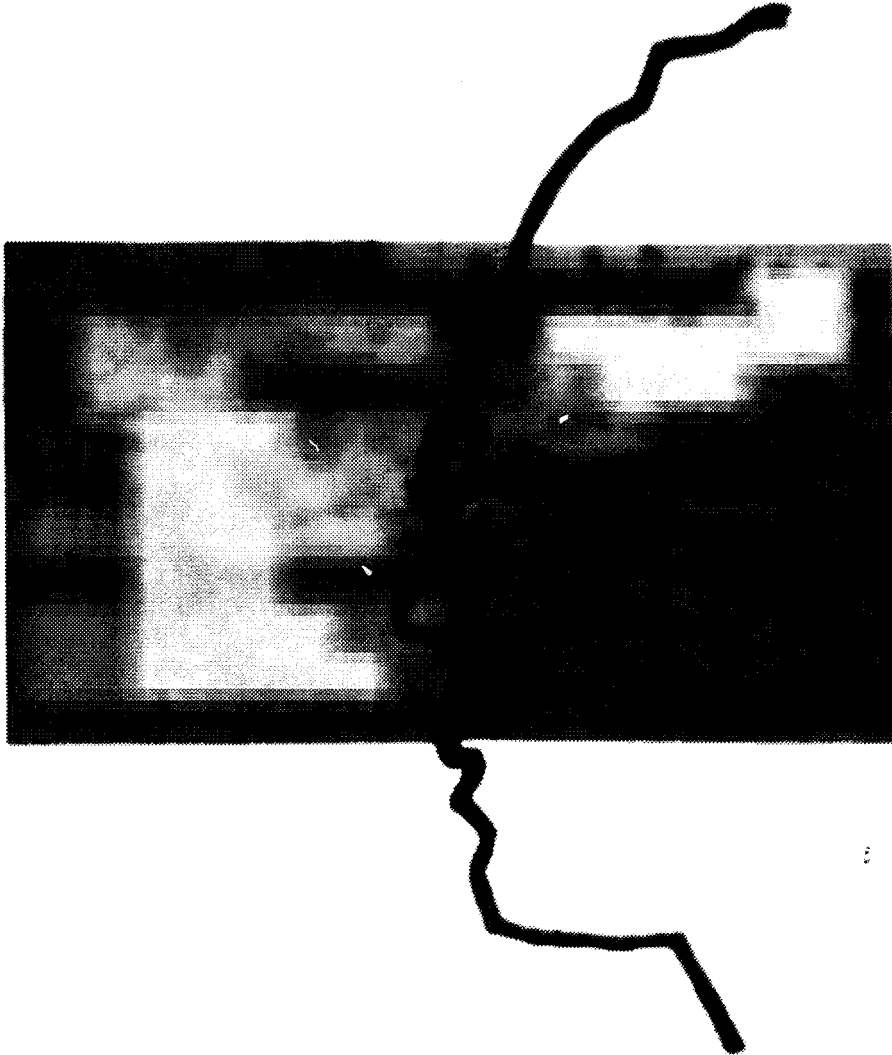


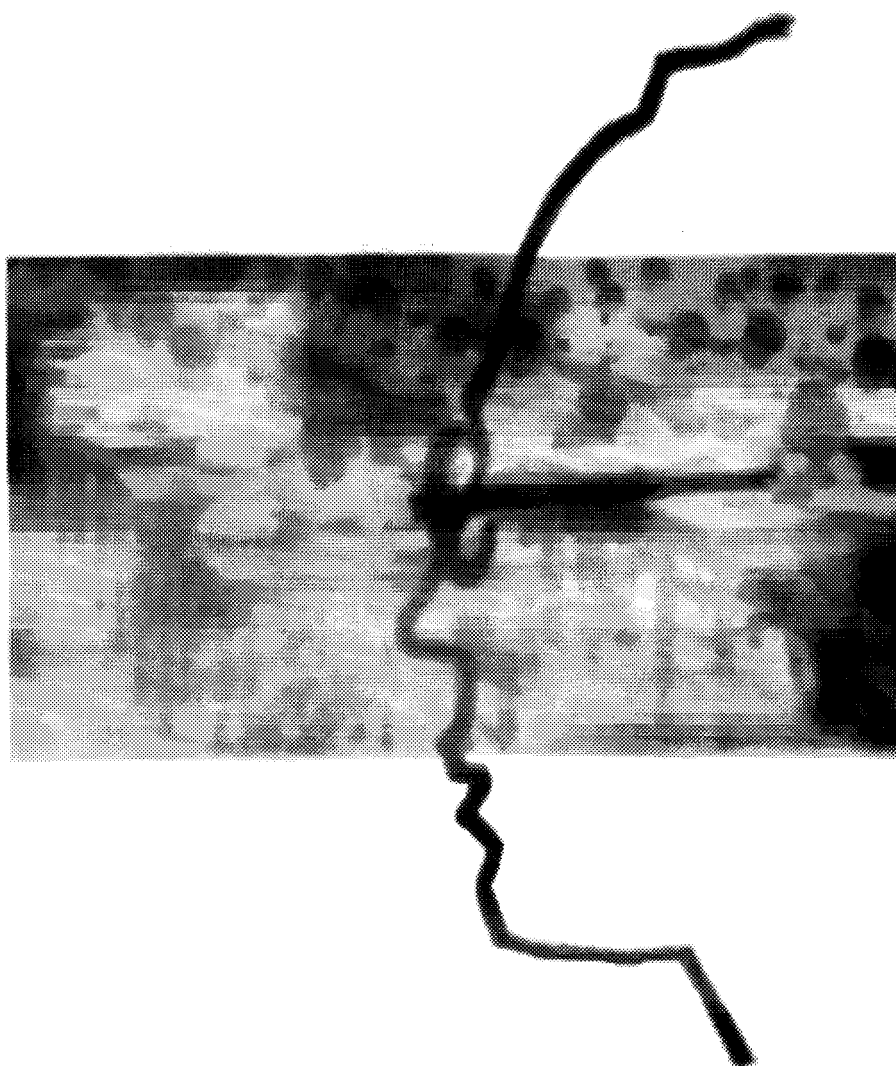
Isabel Maria Oliveira Gomes



*Um olhar sobre a Inspeção
no Ensino Primário (1940-1960)*

F.L.U.P.
2005

Isabel Maria Oliveira Gomes



***Um olhar sobre a Inspeção
no Ensino Primário (1940-1960)***

F.L.U.P.
2005

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade
de Letras do Porto no âmbito do Mestrado de
História de Educação, realizada sob a orientação
do Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves

“O medo guarda a vinha.”

Carneiro Pacheco

Sumário

INTRODUÇÃO.....	9
1 Enquadramento Científico e Metodológico.....	12
1.1 Da História da Educação à inspecção.....	13
1.2 A Problemática e a Metodologia adoptadas	14
1.2.1 Inspecção.....	16
1.2.2 A motivação para o estudo da Inspecção Escolar ao nível do Ensino Primário	18
1.2.3 Delimitação cronológica.....	19
1.2.4 Objectivos do trabalho	20
1.2.5 Fontes e Metodologias	21
1.2.5.1 Os testemunhos orais.....	24
1.2.5.2 Organização das entrevistas	26
2 A inspecção no Ensino Primário (décadas de 40 e 50).....	28
2.1 Enquadramento histórico e legal	29
2.2 Caracterização do Ensino Primário	44
2.2.1 À luz da opinião dos inspectores expressa em artigos da Escola Portuguesa.....	44
2.2.2 À luz de alguns relatórios da inspecção	75
2.3 Da pedagogia dos princípios à caracterização da intervenção inspectiva.....	91
2.3.1 Do que dizem os inspectores ao que fazem: a opinião dos professores.....	91
2.3.2 Que resultados têm a sua intervenção	126
Conclusão	133
Fontes e Bibliografia	143
Anexo I	152
Anexo II	160
Anexo III	169
Anexo IV	173
Anexo V	174
Anexo VI	185
Anexo VII.....	192
Anexo VIII.....	205
Anexo IX	218

*Ao meu pai que partiu cedo demais
para partilhar comigo esta alegria.*

Agradecimentos

Concluir este trabalho não seria possível sem a compreensão e a amizade de familiares e de amigos, sobretudo daqueles que tiveram sempre uma palavra de incentivo para que eu não desistisse.

Fica assim o meu profundo agradecimento a todos eles.

Em primeiro lugar, quero agradecer e manifestar a maior estima ao Professor Doutor Luís Alberto Alves Marques pelo modo como me orientou, a disponibilidade total e permanente que sempre dispôs para me receber quando o solicitava, a paciência que teve em me ouvir nos grandes momentos de indecisão que frequentemente vivi e sobretudo por me ter deixado encontrar o meu próprio rumo.

Os meus agradecimentos vão também para todos os professores do curso do Mestrado, já que sem eles este caminho não teria sido percorrido de forma positiva.

Os meus sinceros agradecimentos à professora Beatriz Brandão que estabeleceu vários contactos, os quais tornaram possível o testemunho de vários professores. Também um sincero obrigada a todos os depoentes cuja colaboração, sempre amável, foi fundamental para este estudo.

Não posso deixar de referir toda a colaboração dispensada pelo Arquivo Histórico do Ministério da Educação, num momento em que me encontrava fisicamente menos capaz. Também expresso o meu agradecimento às funcionárias da Biblioteca Pública Municipal do Porto, que sempre atenciosas, me auxiliaram na pesquisa de vários documentos. À Olga, que foi fundamental para a formatação dos textos.

Quero ainda agradecer aos meus amigos, pela compreensão da pouca disponibilidade que dispus nestes últimos meses, e pela partilha de muitas angústias, especialmente à Marta e à Carla. À Eva um grande obrigada pela disponibilidade que sempre manifestou nos meus momentos de dúvida.

Por último, quero agradecer à minha família. À minha mãe, que sempre me apoiou em todas as circunstâncias da minha vida, aos meus sogros, por todo o apoio que sempre disponibilizaram ao meu filho, e particularmente ao meu marido e ao meu filho, que apesar das minhas ausências na vida familiar, estiveram sempre no meu coração. Para eles, os meus agradecimentos.

INTRODUÇÃO

A História da Educação tem apostado, sobretudo nos últimos anos, numa diversificação das suas áreas de investigação, ultrapassando uma insistência que se vinha verificando em trabalhos sobre instituições, métodos pedagógicos e ideias educativas. Pareceu-nos útil, neste contexto, abordar a Inspeção Escolar no Ensino Primário durante o Estado Novo, mais concretamente na década de 40 e 50. A escolha do Ensino Primário prende-se com a existência de um pólo investigativo geral que nos permitia contextualizar devidamente o tema específico a tratar. É reconhecido que, sobretudo, a partir do início da década de 70, com particular incremento na década de 80, os estudos sobre o Ensino Primário aumentam tanto em quantidade como em qualidade¹. Não podemos ainda escamotear um particular interesse neste grau de ensino provocado pela nossa experiência profissional.

Especificamente dentro do Ensino Primário, motivava-nos o controlo exercido do exterior – institucional – tanto sobre os docentes como sobre as suas práticas pedagógicas. Aqui, a Inspeção surgiu como o alvo a investigar mesmo porque, apesar dos contributos recentes e importantes² a literatura de referência não era muito abundante.

Com este objectivo de trabalhar o espaço da Inspeção no quadro do Ensino Primário, decidimos, desde logo, delimitar cronologicamente o espaço temporal às décadas de 40 e 50, período que, face às leituras de enquadramento realizadas³, nos

¹ NÓVOA, António – “A história do Ensino Primário em Portugal: Balanço da investigação realizada nas últimas décadas”. In *1.º Encontro da História da Educação em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 45.

² CRUZ, José Carlos Morais da - *A Inspeção dos Liceus no Portugal Liberal (1836-1892)*. Vol, 1, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Área de Ciências da Educação, 2002. CARNEIRO, A. Henriques - *A Inspeção do Ensino em Portugal - nos finais do séc. XIX a alvares do séc. XX*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. LUME, Filomena - *A Inspeção Escolar – entre o Estado Novo e a Democracia – Representações, Dinâmicas e Estruturas Organizacionais*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, Departamento de Educação, 2004.

³ Destaque particular para: NÓVOA, António – “A Educação Nacional”. In ROSAS, Fernando (coord.) – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. In MARQUES, A. H. Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) – “Nova História de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 1992, vol. XII, p. 454 – 519. MÓNICA, Maria Filomena – *Educação e Sociedade em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1978. CARVALHO, Rómulo de – *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. SAMPAIO, José Salvado – *Evolução do Ensino em Portugal. Metrópole, 1940/1941/1966/1967*. Lisboa: Instituto

pareceu particularmente rico no “contexto inspectivo”. Partimos depois à procura de informação e de fontes que fossem dando consistência à investigação destacando-se:

- A análise dos vários diplomas legislativos que corporizam as alterações ao nível da inspecção, enquanto organização exógena do Ensino Primário;
- A caracterização do Ensino Primário em 1942/43 tendo por base os relatórios anuais (previstos no Art.º106 do Decreto 22 369 de 30 Março de 1933) que os inspectores⁴ enviavam para a Direcção Geral do Ensino Primário – Serviços Pedagógicos e Disciplinares;
- A opinião que vários inspectores manifestaram na imprensa da época – optámos aqui pela *Escola Portuguesa* enquanto periódico que deu particular destaque ao pensamento de vários inspectores – nomeadamente em relação ao Ensino Primário, às metodologias, aos professores e ao seu próprio trabalho;
- A identificação de alguns casos de processos instaurados aos professores não só rentabilizando a informação recolhida na revista *Escola Portuguesa* como tentando consultar alguns relatórios de inspectores para tentar perceber o que estava efectivamente em causa.

Numa segunda fase, mais voltada para a articulação das várias informações tendente à construção de conhecimento, tentámos compreender se a Inspecção contribuía para a qualidade da escola ou se era meramente um representante do poder, utilizando, particularmente, entrevistas feitas a Delegados Escolares e a professores que leccionaram na época em estudo e também relatórios dos inspectores elaborados após as visitas às escolas, “que são uma colheita de dados tornada indispensável para desses casos concretos se partir para a tentativa de serem conseguidas melhores condições de ensino e aprendizagem”⁵.

Evidentemente que, colocando-nos nesta perspectiva, privilegiamos sobretudo a visão dos inspectores sobre a Escola e o Ensino Primário, mas é também esse um enfoque diferente que, pelo menos, ajudou-nos a dar consistência científica a imagens que permaneceram na lembrança de muitos dos agentes educativos sobre o papel e a

Gulbenkian da Ciência, 1973. ou ainda do mesmo autor *O Ensino Primário (1911 - 1969). Contribuição Monográfica*. Lisboa, Instituto Gulbenkian da Ciência, 1975 – 1977, 3 vols.

⁴ Segundo os relatórios anuais, os inspectores deveriam tratar “a efectivação dos serviços de ensino”, assim como o seu “aperfeiçoamento”, os “resultados dos trabalhos escolares” e os “serviços administrativos e de inspecção”.

⁵ GRAÇA Silva – “Actualidade do trabalho do inspector orientador”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1219, 25 Jan 1959, p. 21-22.

função da Inspeção e, em particular, da feição assumida pelos inspectores na sua relação com esses agentes.

Para nós e, esperamos, para quem se puder interessar por estas temáticas, este trabalho é uma incursão diferente, afectivamente próxima mas cientificamente distante como se exige à produção de um conhecimento rigoroso.

1 Enquadramento Científico e Metodológico

1.1 Da História da Educação à inspecção

A área científica da História da Educação tem revelado uma grande vitalidade, em particular desde o início do séc. XX, tanto na leccionação como na investigação.

Ao nível da leccionação o Decreto 18 973 de 16 de Outubro de 1930 criou a Secção de Ciências Pedagógicas nas Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa com várias disciplinas, das quais se destacava a de História da Educação, Organização e Administração Escolares. Mais tarde, em 17 de Agosto de 1961, o Decreto 45 864 criou o curso de Ciências Pedagógicas no qual se incluía a cadeira de História da Educação. Também o Instituto Nacional de Educação Física começou a leccionar a História da Educação Física e fá-lo a partir do Decreto 30 279 de 23 de Janeiro de 1940. A criação de novas Universidade, Institutos Politécnicos e Escolas Superiores de Educação nomeadamente a partir da década de 70, emanciparam definitivamente a área científica relacionada com a História da Educação embora, contraditoriamente, esta disciplina tivesse passado a ser predominantemente de opção. Em 1984 com a criação do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências de Lisboa, a disciplina – História da Educação – passou a integrar o currículo de todas as licenciaturas de ensino. Este cenário não se repetiu noutras instituições, ou seja, enquanto umas se transformou numa disciplina obrigatória, noutras ficou apenas como opção e nem sempre com a designação de História da Educação. Apesar destas vicissitudes, poucos duvidam da crescente importância desta área científica e António Nóvoa evidencia mesmo a sua importância ao referir que é “parte integrante das práticas culturais e sociais, dos avanços e recuos de uma sociedade que se educa à imagem de como vive e de como morre”⁶.

Este crescente espaço curricular, paralelamente à prática de investigação, através de numerosos trabalhos e contributos, garante a capacidade de irmos questionando o passado e irmos obtendo “importantes contributos para o conhecimento das transformações históricas ocorridas no campo da educação e do ensino”⁷.

⁶NÓVOA, António – *A Educação Nacional*, ob. cit., p. 455.

⁷ GRÁCIO, Rui – “História da história da educação em Portugal: 1945-1978”, In *Cultura, História e Filosofia*. Vol. II, Lisboa: Centro de História da Cultura 1983, p. 137.

Com o aumento significativo de trabalhos de investigação estamos em melhores condições para percebermos o papel desempenhado pelos vários actores e grupos sociais, bem como vamos percebendo as suas relações com o Estado, o papel deste na área da Educação. Tendo a História da Educação como preocupação as instituições educativas, os métodos pedagógicos e as ideias e os ideais educativos, “é necessário esmiuçar as circunstâncias dos factos em paralelo com os factores sociais, culturais, religiosos, políticos e filosóficos, já que o tipo de inspecção de cada época sempre decorreu do respectivo conceito de escola e de sociedade”⁸.

A escola, ocupando um espaço educativo e estando dependente de uma entidade superior – o Estado - foi necessitando de um controlo e a Inspecção Escolar no Ensino Primário, ao longo do seu percurso, vai sofrendo reformas mais ou menos significativas de acordo com as alterações em termos de ensino e em função da política vigente: “Enquanto a Igreja superintendeu no ensino, exerceu o controlo nas suas escolas; à medida que o Estado foi assumindo responsabilidades sobre a instrução pública, essa função passou a ser exercida por elementos da sua administração”⁹. Fazendo a Inspecção Escolar parte da História da Educação importa perceber a sua organização, a sua articulação com as práticas escolares, a sua capacidade de actuar sobre o quotidiano escolar e alterar as características da escola enquanto equipamento social e comunicativo ou as suas práticas escolares, mais propriamente todos os aspectos relacionados com a organização pedagógica. Mais do que a instituição estamos convencidos que a actuação dos inspectores influenciou sobretudo a componente humana do Ensino Primário: os docentes, primeiro, e por tabela os alunos.

1.2 A Problemática e a Metodologia adoptadas

A partir dos anos 80 do séc. XX intensificaram-se os estudos sobre a escola como organização. A Sociologia da Educação introduziu uma nova conceptualização e novas metodologias de estudo dos actores, dos destinatários e, sobretudo, as funções da escola

⁸ CARNEIRO, A. Henriques, *ob. cit.*, p. 18.

⁹ *Idem*, p. 21.

no contexto das várias sociedades. As inovações passaram a merecer uma outra ênfase particularmente relevando a capacidade de *formação da Escola para novas responsabilidades sociais*.

Na perspectiva de Canário a grande dificuldade “passou a centrar-se na ausência de capacidade estratégica para dar sentido e coerência a “inovações” parcelares, que não ultrapassam um carácter acrescentado para em cada contexto singular, face a problemas singulares, refazer de forma permanente a complexa teia de relações que une recursos (materiais, humanos, financeiros, simbólicos de diferentes tipos, institucionais) internos e externos ao estabelecimento de ensino”¹⁰.

Para Nóvoa o que esteve no reconhecimento da escola como organização foram as questões técnicas, políticas, movimentos científicos e pedagógicos, assim como motivos de ordem profissional e uma maior vontade das comunidades em participarem na vida escolar¹¹. Ainda segundo o autor são três as grandes áreas que definem as características organizacionais da escola e que são determinantes para a sua eficácia:

- a **estrutura física da escola**: tamanho da escola, recursos materiais, número de turmas, a escola como edifício, organização dos espaços;
- a **estrutura administrativa da escola**: gestão direcção, controlo, inspecção, pessoal docente e discente, intervenção da comunidade;
- a **estrutura social da escola**: relação que se estabelece entre os professores/alunos/funcionários/pais, clima social e cultura organizacional da escola¹².

Apesar das constatações, realmente, só com a aprovação na Assembleia da República em Outubro de 1986 da Lei 46 (LBSE) se pôde corporizar e consubstanciar essa mudança. A Lei de Bases passou a ser o “marco orientador do sistema educativo português, tendo como principal objectivo, solucionar os problemas existentes, democratizar o ensino e efectivar a liberdade de ensinar e aprender”¹³.

Com a autonomia das escolas desenvolve-se em paralelo uma preocupação com a sua avaliação. E aqui a inspecção tem como papel o controlo da qualidade do ensino que lhe é conferido no Art.º 53 da Lei de Bases do Sistema Educativo: “avaliar e fiscalizar a realização da educação escolar, tendo em vista a prossecução dos fins e objectivos

¹⁰ CANÁRIO – *Textos de Apoio – administração escolar: III módulo*. Caderno 2, Porto: Iset 1994.

¹¹ NÓVOA, António – *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Instituto de Inovação Educacional, 1992, p.9.

¹² *Idem*, p. 25-26.

¹³ CARDEANO, N. – *O projecto educativo na mudança de Escola*. Guarda: ESE Politécnico, 1993, p.13-14.

estabelecidos na presente lei e demais legislação complementar” - mas as suas funções (de avaliação, fiscalização e apoio técnico) são questionadas por Lume, já que na sua opinião, hoje em dia, os inspectores ainda são vistos como os “polícias da escola”, com uma imagem fiscalizadora e punitiva afastando assim a Inspecção da sua verdadeira missão¹⁴.

Neste quadro intemporal da importância da Escola e dos mecanismos de controle sobre as práticas que aí são implementadas, assume, no nosso entender, particular interesse o enfoque sobre a área exógena da Inspecção, não só pelo que pode influenciar, mas também, e simplesmente, com a sua existência.

1.2.1 Inspecção

Hoje em dia não podemos desbravar as políticas educativas sem falar em descentralização e avaliação das escolas. A estas duas palavras está associada uma terceira que é o controlo¹⁵.

A descentralização altera a forma de gestão da escola - que passa a ter mais autonomia com o “afastamento” por parte do Estado da administração directa das escolas. Por sua vez, ao pretender-se uma avaliação do currículo nacional, das aprendizagens, dos professores, da organização e da gestão da escola é fundamental que se fale no controlo que actualmente é exercido pela Inspecção-Geral de Educação que é “um serviço central do Ministério da Educação dotado de autonomia técnica e administrativa, com competência de auditoria e de controlo do funcionamento do sistema educativo, bem como de apoio técnico às escolas e de salvaguarda dos interesses dos utentes”¹⁶. Mas, desde que a IGE¹⁷ foi criada no início da década de 80, baseada na diversidade de funções respeitante à organização e gestão do sistema

¹⁴ LUME, Filomena, *ob. cit.*, p. 13.

¹⁵ Joaquim Redinha (Professor, Delegação Regional do Centro da Inspecção-Geral da Educação), na 1ª Conferência Nacional da Inspecção-Geral da Educação em 1999, realizada em Coimbra, questiona o uso do conceito “controlo”, uma vez que “ao compararmos as duas definições de missão da Inspecção, verificámos que há profundas diferenças. Enquanto na Lei de Bases se utilizam expressões claras e precisas, na Lei orgânica utilizam-se algumas expressões redundantes, outras de conteúdo semântico impreciso e, ainda, outras adequadas para definir a missão”. REDINHA, Joaquim Simões – “A IGE e a democratização das sociedades escolares”, in *Actas da 1ª Conferência Nacional da Inspecção-Geral da Educação*, Coimbra: Scarpa, 1999, p. 73.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ 1.ª Conferência Nacional da Inspecção-Geral da Educação – 8 a 10 de Outubro. Lisboa: IGE, 1999, p.71.

educativo – concepção, execução e controlo -, até aos nossos dias, muitas alterações foram acontecendo, nomeadamente ao nível do pessoal técnico e da organização funcional dos serviços, porém para Lume, “a Inspecção Escolar, enquanto órgão ligado ao poder político, legitimada pelas ideologias dos governos, **tem vindo a servir essencialmente** de intermediária entre o pensamento político vigente e a escola, ao longo da história da educação, em Portugal”¹⁸.

Partindo do conhecimento de como se encontra a inspecção actualmente, parece-nos oportuno conhecer a inspecção durante a nossa época de estudo.

No início da década de 40 vivia-se uma época bastante marcada pela centralização e burocratização do sistema educativo por parte do Estado, que atribui à escola uma missão, “cujo fim não é apenas ensinar, mas sobretudo educar e educar politicamente, no sentido nobre da palavra, isto é, transmitir conhecimentos que não contrariem, antes favoreçam os fundamentos morais do Estado”¹⁹. Para assegurar a eficácia institucional da escola, em paralelo com uma administração central autoritária, surge um corpo de inspectores, que, apesar de insuficiente, possui muitos meios de acção e vigilância, servindo-se das denúncias dos pais, das populações e de situações referenciadas pela imprensa. A intervenção destes agentes acontecia quase sempre na sequência de queixas ou denúncias e raramente em acções de avaliação ou de fiscalização.

Na década de 50 começa a olhar-se para a inspecção de outra forma. Considera-se que a visita, não anunciada, do inspector - por exemplo a uma sala de aula - a inspecção de livros de frequência, a procura de pequenas faltas por parte dos professores, “as imposições mais ou menos caprichosas, sem bases científicas, nascidas de um autoritarismo ilógico”²⁰, estão ultrapassadas e são acções consideradas pouco ou nada proveitosas para o progresso do ensino, levando mesmo à sua própria estagnação, assim como a uma atmosfera de desconfiança e desentendimento entre os professores e os inspectores. Sendo assim, passa-se a defender uma inspecção que “dirige a sua acção para o fundamental em educação e orienta o ensino dentro dos fins gerais da educação”²¹, onde o professor consciente da sua função, vê a sua acção tornar-se mais útil e preciosa, pois não necessita apenas de fiscalização, mas sim, “duma específica

¹⁸ LUME, Filomena, *ob. cit.*, p. 110.

¹⁹ “Discurso de Gustavo Cordeiro Ramos em 1936”, in *Nova História de Portugal*. Vol. XII, SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A.H. (dir.) – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, ROSAS, Fernando (coord.), Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 459.

²⁰ BOTO, Augusto Cordeiro - “Inspecção na Escola de Hoje”, In *Escola Portuguesa*. nº 1117, 2 Out 1956, p.6.

²¹ *Ibidem*

direcção na prática de métodos e processos, em demonstração de lições, aplicação de testes, etc”²².

A inspecção estuda o problema e analisa-o em várias vertentes, organizando planos de estudo tendo em conta o meio envolvente e servindo-se das investigações ao nível do ensino e contando com todos os interessados que possam intervir neste processo. O inspector munido de uma formação especializada, tanto cultural com pedagogicamente, começa por estudar os problemas com que a escola/ensino se debatem, a planeá-los e a organizá-los de forma a tornar a prática pedagógica mais proveitosa. A sua principal função é dirigir, mesmo que o seu reduzido número não consiga acompanhar o crescente quantitativo de professores.

Sintetizando parece-nos que no início da década de 40 a “inspecção era **verificação** e não **direcção** e fazia-se por visitas ao acaso, sem planos definidos, onde por vezes imperava um descricionário pessoalismo”²³ e na década de 60 deu lugar a uma inspecção preocupada em assegurar um ensino moderno sendo possível descortinar inspectores munidos com uma sólida cultura geral e profissional.

Estas diferentes posturas, sensibilidades e intervenções foram, por isso, um alvo privilegiado da nossa investigação e da informação que procurámos retirar das fontes consultadas.

1.2.2 A motivação para o estudo da Inspecção Escolar ao nível do Ensino Primário

“Todo aquele que queira intervir e participar conscientemente na escola tem de tentar percebê-la”²⁴.

Esta perspectiva foi o motor de arranque para este trabalho. Ao querermos perceber a escola de hoje como fenómeno educativo que conhecemos, tomámos consciência de que ao longo dos tempos foi sofrendo alterações, em consequência das estruturas políticas, sociais e económicas em vigor. Espevitados pela curiosidade e interessados sobretudo no tema da inspecção, já que é um objectivo na nossa carreira profissional,

²² *Ibidem*

²³ *Ibidem*

²⁴ ALVES-PINTO – “Formas de estar na Escola”, In *Textos de Apoio – Administração Escolar: 1 módulo*. Caderno 2, Porto: ISET, 1992.

consubstanciada no facto de termos um interesse óbvio pelo Ensino Primário, quisemos percorrer o caminho da inspecção neste nível de ensino durante o Estado Novo, com o intuito de verificar se os inspectores daquela época estavam preocupados com a qualidade do ensino, e por sua vez, da escola, ou se eram meros representantes do poder. Algumas questões nos assaltaram desde logo. Que imagem tinham os professores dos inspectores - a sua figura estava associada a um papel fiscalizador, de policiamento, de autoritarismo ou eram simplesmente agentes transmissores de conhecimentos pedagógicos/didácticos? As visitas dos inspectores eram frequentes e programadas? O que exigiam/procuravam os inspectores quando visitavam uma escola? Os inspectores levantavam muitos processos disciplinares aos professores? Qual o motivo que poderia levar a um processo disciplinar? Será que a Inspecção realmente abandona o seu carácter fiscalizador e dá lugar a uma acção de orientação pedagógica, no espaço temporal em análise? Os inspectores seguiam na prática aquilo que pedagogicamente defendiam nos seus artigos? Quando não o faziam, era porque não possuíam habilitações suficientes ou porque lhes faltava a prática pedagógica?

Estas foram algumas das questões de partida que nos guiaram na nossa investigação procurando fontes que, de alguma forma, nos pudessem ajudar a responder-lhes, senão de uma maneira conclusiva pelo menos esclarecendo algumas das dúvidas que percorrem qualquer investigação. Na consistência ou inconsistência de algumas dessas respostas estará a justificação do nosso percurso ou o espaço para futuras incursões investigativas.

1.2.3 Delimitação cronológica

A opção da época do presente trabalho -década de 40 e 50- pretende mostrar como funcionava o controlo do ensino e dos professores numa escola “planeada para funcionar como uma organização minuciosamente controlada”²⁵, ou seja, a Escola Salazarista.

Iniciamos o nosso estudo na década de 40 na sequência do Decreto 32 241 de 5 de Setembro 1942 que prevê a criação de uma Inspecção Geral do Ensino, uma vez que até

²⁵ MÓNICA, Maria Filomena, *ob. cit.*, p. 168.

essa data “não existia praticamente inspecção do ensino”²⁶. Havia basicamente para o Ensino Primário um corpo de inspectores disciplinares que se preocupavam com as funções de sindicantes ou inquiridores, quando era necessário instaurar um processo disciplinar a professores, ou então, quando era preciso averiguar situações anómalas de que o Ministério tomava conhecimento. Era também responsabilidade destes inspectores organizar processos sobre suspeitas de infracções disciplinares que, segundo este decreto, era uma tarefa que poderia ser executada pelos inspectores, como por qualquer outra pessoa que se nomeasse para inquiridor.

Na expectativa de obter uma revolução nos serviços e nos objectivos da inspecção, num período em que havia uma tentativa de edificação da Escola Nacionalista, isto é, numa época em que era valorizada a formação de consciências, achámos pertinente iniciar aqui o nosso trabalho.

Com o Decreto 40 762 de 07 de Setembro de 1956 começa a desenhar-se uma reviravolta nos serviços de inspecção, face à reorganização da Direcção – Geral do Ensino Primário. Como se vislumbra uma modificação na actuação da inspecção²⁷, cujas funções passam a ser de orientação pedagógica, delimitámos o nosso estudo até 1962, pois a partir da década de sessenta, com o Plano de Educação Popular e com a alargamento da escolaridade obrigatória, há a preocupação de estruturar a política educativa de acordo com o crescimento económico e da industrialização do país que se começava a fazer sentir, logo é dado à escola uma certa autonomia que, no entanto, não se consegue desligar da alçada de um Estado administrativo forte.

1.2.4 Objectivos do trabalho

Para podermos responder à nossa questão: “os inspectores da época estavam preocupados com a qualidade do ensino e da escola, ou eram meros representantes do poder?” estipulamos como objectivos:

²⁶ Decreto n.º 32 241, *Diário da República*. I.ª Série, n.º 208, 5 Set 1942, p. 1136.

²⁷ Esta modificação começa com a alteração da própria definição. A inspecção começa a abandonar a sua acção fiscalizadora e arbitrária para dar lugar a uma acção que orienta o ensino dentro dos fins gerais da educação, ou seja, procura o aperfeiçoamento do ensino e a preparação para ensinar, e o inspector torna-se um elemento cooperador que se preocupou com o progresso do ensino. Boto refere: “discorrer sobre generalidades ou assegurar que está mal, escusando-se a demonstrar praticamente o que deve fazer-se não é função do Inspector dos nossos tempos”. BOTO, Augusto Cordeiro – “Inspecção na Escola de Hoje”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1125, 2 Dez 1956, p.135.

- Delinear de forma superficial o percurso da inspecção no Ensino Primário desde o seu início até à década de 40 do séc. XX;
- Analisar o enquadramento legal das estruturas, dinâmicas e representações da inspecção nas duas décadas do século XX (1940 – 1960);
- Caracterizar a Escola Primária através da opinião de inspectores expressa na imprensa da época;
- Identificar aspectos de interesse educativo (e inspectivo) nos relatórios dos inspectores concebidos na sequência das visitas às escolas;
- Confrontar os testemunhos orais dos professores com as opiniões dos inspectores, expressos nesses relatórios.

1.2.5 Fontes e Metodologias

Quando planeámos a nossa investigação e depois de já nos termos decidido pelo tema a trabalhar e querendo ainda perceber como é que era feito o controlo do ensino e dos professores durante o Estado Novo, tivemos o cuidado de consultar a bibliografia existente sobre a inspecção e verificámos que esta era escassa. Praticamente não existem estudos sobre a temática da inspecção, embora alguns autores abordem o tema em capítulos dos seus trabalhos. Elaborámos um plano de investigação que consistia em leituras sobre o Ensino Primário e a Inspeção, onde fomos alinhavando registos de informações e notas para formular algumas conclusões; realizámos o levantamento de nomes de professores/inspectores, para possíveis entrevistas/questionários, junto de colegas e Delegados Escolares que amavelmente nos cederem alguns contactos; fizemos o levantamento da imprensa da época no Relatório Analítico – Séc. XIX-XX – direcção de António Nóvoa e de onde seleccionámos ***Escola Portuguesa** – Boletim do Ensino Primário oficial*, de 11 Outubro 1934 a Outubro de 1974, ***Ação Educativa*** de 8 Dezembro 1953 a Julho de 1965; ***Educação** – Boletim pedagógico mensal da E.M.P.* Lisboa de Outubro de 1949 a 1951; ***Educação Nacional** – Semanário Pedagógico, Literário, Artístico e Combativo*, de 4 de Outubro 1896 a 20 de Maio de 1976; ***A Escola Nova*** de 26 Janeiro 1950 a 15 Junho de 1964; ***A Nossa Escola*** de Janeiro de 1946 a Nov./Dez. 1974; ***O Educador*** de 15 de Janeiro a 10 Janeiro de 1975; ***Escola Remoçada*** de 15 de Outubro de 1944 a Abril de 1977; ***Planos de aulas*** de 1 Janeiro

1930 a 20 de Maio de 1954 e por último **O Instituto** de 1853-1950/1953-1973/1977-1980-81.

Com alguns dos nossos objectivos definidos, delineámos a maneira como a investigação iria ser conduzida, mas sempre cautelosos, pois a qualquer instante poderíamos alterar e/ou acrescentar um ou outro objectivo que entendêssemos pertinente, o que realmente viria a acontecer.

A definição exacta do tema, e a escolha do título permitiu-nos restringir o nosso campo de estudo em termos de época, de conteúdo e de enfoques investigativos.

Durante a investigação começaram a surgir outras curiosidades que fomos incorporando no nosso trabalho embora sem desvirtuar os objectivos essenciais.

Após a pesquisa na imprensa pedagógica da época optámos por tratar de forma mais profunda a informação da *Escola Portuguesa*²⁸, pois enquadrava-se no nosso espaço temporal de estudo e abordava os temas do nosso interesse (perfil e função dos professores; artigos de natureza teórico-pedagógicos de inspectores e professores sobre diversos assuntos, entre os quais a inspecção escolar; apreciações sobre a situação do ensino em Portugal; legislação sobre o ensino, comparação com outros sistemas de ensino; didáctica; disciplina escolar; mobiliário escolar, etc.).

O lema desta publicação²⁹, nas palavras do seu director era “(...) abrasar-se as almas, e adestrar-se e esclarecer-se os esforços, na inspiração e para a realização de uma só vontade – aquela que possa rigorosamente satisfazer ao interesse nacional”³⁰.

Também contactámos o Arquivo Histórico do Ministério da Educação (Lisboa) para podermos consultar vários documentos relativos à inspecção primária de 1912 até 1963 (relatórios de inspectores, processos disciplinares, correspondência entre inspectores e Directores de Distrito...) e uma “Série Documental” de “Diversos” da Direcção Geral do Ensino Primário, que o Arquivo amavelmente nos cedeu em fotocópias, de onde retirámos para análise 10 relatórios dos serviços do Distrito Escolar de Castelo Branco, Viseu, Braga, Santarém, Portalegre, Guarda, Coimbra, Évora, Faro e Leiria de 1942/43 e 2 de 1948/1949, 61 relatórios resultantes das visitas dos inspectores às escolas e 7 exposições de professores dirigidas ao Director-Geral do Ensino Primário onde

²⁸ Este boletim foi instituído pelo Decreto n. 22 369 de 30 de Março de 1933.

²⁹ A *Escola Portuguesa* era um boletim de acção educativa publicado pela Direcção Geral do Ensino Primário, cujo Director também era Director Geral do Ensino Primário. “E nas suas visitas às escolas, os inspectores e os directores escolares sem dúvida verificaram se havia o último número na sala de aula.” In MÓNICA, Filomena, *ob. cit.*, p. 168.

³⁰ PAIXÃO, Braga - *Escola Portuguesa*. Ano I, n.º 1, 11 Out 1934, p.1.

solicitavam a modificação da qualificação atribuída pela respectiva Direcção do Distrito Escolar.

Os relatórios dos serviços eram elaborados pelo Director do Distrito Escolar e dão-nos a conhecer os serviços que aí decorriam. Apesar de abarcarem um leque variado de informações, para além da que nos suscitava mais interesse, pareceu-nos de todo importante analisá-los em todas as suas vertentes para melhor alicerçar a estrutura do nosso trabalho. Ainda nos proporcionaram uma síntese do respectivo meio focando em pormenor e de forma sistemática, os seguintes pontos:

- “a efectivação dos serviços do ensino”, onde se inclui as novas escolas e os lugares criados e postos que se encontram a funcionar; a população escolar recenseada e matriculada; os números da matrícula e da frequência e a respectiva crítica; o fomento da frequência escolar; as escolas que deixaram de funcionar e o motivo de cada interrupção; cursos nocturnos; postos escolares e matrícula e frequência do ensino particular.
- “o aperfeiçoamento do ensino” com destaque para as instalações; métodos e aperfeiçoamento dos professores; desenvolvimento das obras de educação social e de protecção à escola;
- “o resultado dos trabalhos escolares” salientando a crítica da estatística das passagens de classes e de exames;
- “os serviços administrativos e de inspecção”, que trata do funcionamento da secretaria; do desempenho dos municípios; dos serviços de recenseamento e de matrícula e número e custo de escolas visitadas.

A leitura dos relatórios dos inspectores³¹ permitiu-nos identificar qual era o objecto de interesse dos inspectores nas visitas às escolas e aos professores e perceber as suas estratégias de actuação. Por outro lado, a análise das exposições dos professores ao Director-Geral permitiu-nos formar uma opinião sobre a tão temida classificação de “Deficiente” e que surgia na sequência de uma visita da Inspecção. Demos particular destaque ao enquadramento legal da inspecção escolar no Ensino Primário, através da análise do Decreto de 1933 que focava essencialmente as alterações estruturais e dinâmicas da inspecção, de forma a empreender a sua organização administrativa.

³¹ 26 manuscritos e 33 dactilografados.

1.2.5.1 Os testemunhos orais

Os factos históricos marcam de maneira diferente as pessoas que os vivem e as memórias conservadas ou construídas sobre um determinado acontecimento, podem, com o passar do tempo, conter lembranças de situações que foram vividas de várias formas. O importante é privilegiar a história como vivência pessoal, ou seja, a memória individual utilizada como fonte para desbravar pontos importantes do passado e encaixar influências das memórias sociais nos depoimentos dos inquiridos.

Para Vidigal, a História Oral “parece ser a designação mais abrangente para significar um objecto e um método específico, circunscrito ao espaço temporal do vivido dos indivíduos”³².

A História Oral é um método de trabalho que se baseia no passado dos inquiridos e nos aspectos da vida social. Tem como suporte uma técnica de inquérito, que pode ser apresentada em duas vertentes – entrevista (inquérito oral) e questionário (inquérito escrito), para a obtenção de testemunhos orais.

O estudo da memória colectiva foi tendo cada vez mais adeptos ao nível dos investigadores das várias Ciências Sociais, embora muitos historiadores considerem que as fontes escritas trazem mais vantagens do que as fontes orais, apesar de ser claro que as primeiras sempre serviram e documentaram bem a história das elites³³. Thompson ao referir a ligação do investigador ao documento escrito e a sua desconfiança relativamente ao “texto oral” explica-a pela relativa novidade do método e pelo seu não domínio das técnicas envolvidas³⁴.

Ainda segundo Goodson, que não encontra um motivo que explique racionalmente porque os dados sobre a vida dos professores ainda não são muito utilizados na investigação educacional, considera que “a explicação mais consensual parece ser a de que os dados sobre as vidas dos professores não se adaptam aos paradigmas de investigação existentes” e continuando, salienta que “se for este o caso, então são os paradigmas que estão errados e não o valor e a qualidade deste tipo de dados”³⁵.

³² VIDIGAL, Luís - *Os testemunhos orais na Escola. História Oral e Projectos Pedagógicos*. Porto: Edições ASA, 1996, p. 21.

³³ CAUNCE, citado por VIDIGAL, Luís, *ob. cit.*, p. 30

³⁴ THOMPSON, citado por VIDIGAL, Luís, *ob. cit.*, p. 30.

³⁵ GOODSON, Ivor F. – “Dar voz ao Professor: As Histórias de vida dos Professores e o seu Desenvolvimento Profissional”. In NÓVOA, António (org.) – *Vidas de Professores*. Porto: Porto Editora, 1992, p. 70-71.

De acordo com Connely e Clandinin a razão principal da utilização da “investigação narrativa” prende-se com o “facto de o homem ser um potencial contador de histórias que, individual ou socialmente, vivencia uma história de vida”³⁶, daí a nossa preocupação em trabalhar os testemunhos orais, nomeadamente as entrevistas, pois entendemos que desta forma conseguimos captar melhor as opiniões dos professores acerca da inspecção. Ao vivenciar a história das suas vidas, partilharam connosco o conhecimento e a emoção.

Quando um investigador escolhe a abordagem que melhor se adapta à sua investigação, não tem necessariamente que ignorar as outras. Pelo contrário, como cada abordagem tem as suas vantagens e desvantagens, o ideal será seleccionar a que mais se adequa ao trabalho em questão. Como exemplo podemos referir Bell³⁷, que na sua análise mostra-nos que os investigadores quantitativos recolhem os factos sociais, estudam a relação entre eles com a ajuda de técnicas científicas, para obter dados o mais geral possível, não deixando sempre que necessário de recorrer a técnicas qualitativas.

Lessard, por sua vez, questiona a aplicação do procedimento científico “clássico” no que diz respeito aos “assuntos humanos”, entendendo que podem ser excessivamente redutores³⁸. A sua perspectiva não tem como objectivo diminuir a importância da investigação quantitativa, mas contribuir para um melhor conhecimento da investigação qualitativa.

Apesar de existirem diferentes abordagens e métodos de recolha de informação, optámos por uma investigação qualitativa, pois a partir dos testemunhos orais dos professores aposentados do Ensino Primário, que consideramos autênticos “documentos vivos”, o nosso objectivo foi procurar na memória dos inquiridos referências e pontos comuns que, depois de devidamente verificados e contextualizados, nos permitissem concluir se os seus depoimentos se enquadravam nas teorias que os agentes da inspecção defendiam nos seus artigos, assim como na legislação em vigor.

Sabemos à partida que a nossa amostra (9 entrevistas) é reduzida, mas cruzámos as nossas informações com outras fontes, nomeadamente com os relatórios elaborados pelos inspectores, tentando com isso associar o aspecto qualitativo à eventual fragilidade do quantitativo.

³⁶ BEN-PERETZ, Miriam – “Episódios do passado evocados por professores aposentados”, In NÓVOA, António (org.), *ob. cit.*, p. 201.

³⁷ BELL, J. – *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva, 1997, p. 36.

³⁸ LESSARD, M.; GOYETTE, H. G.; BOUTIN, G. – *Investigação Qualitativa*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990, p. 7.

1.2.5.2 Organização das entrevistas

Como a entrevista implica sempre um contacto directo entre entrevistador e entrevistado, procuramos junto de colegas de trabalho contactos de professores que tivessem leccionado entre a década de 40 e inícios de 60. Obtivemos o contacto de 16 professores, mas só 9 se disponibilizaram para participar nesta investigação (7 professoras e 2 professores). Todas as entrevistas foram efectuadas na residência dos entrevistados, em várias freguesias do concelho de Paços de Ferreira. Os nossos depoentes iniciaram as suas funções de docentes no Ensino Primário entre 1932 e 1960 e todos tiveram, pelo menos uma vez, visitas de inspectores.

As entrevistas foram organizadas com base em questões abertas, orientadas por um guião e centradas no tema da Inspecção³⁹ o que nos permitiu uma maior espontaneidade nas respostas e a possibilidade de várias vezes aferir o que tinha sido dito. Tiveram sensivelmente a duração de duas horas e foram gravadas. Optámos pela não utilização do vídeo, pois tínhamos a percepção que o seu uso iria inibir os depoentes, o que mais tarde constatámos quando lhes colocamos esta hipótese. Quanto à gravação dos depoimentos, só dois se opuseram. Neste caso, fomos tomando notas do que nos parecia mais relevante para o nosso trabalho.

As minhas questões, subjacentes à problemática da investigação, eram as seguintes:

- Eram frequentes e programadas as visitas dos inspectores? E qual a sua duração?
- Preocupavam-se com os métodos de trabalho do professor e com o material utilizado?
- Como viam os castigos?
- Preocupavam-se com o aspecto interior/exterior dos edifícios?
- Qual a importância da escrituração?
- Pediam os planos de trabalho – diário escolar?
- Costumavam aparecer nos exames?
- Costumavam intervir nas aulas a que assistiam?
- Manifestavam a sua opinião sobre assuntos de natureza didáctico-pedagógica?
- O professor pedia opinião/conselhos aos inspectores?
- Foi alvo de algum processo?

³⁹ Segundo Vidigal, este tipo de entrevista “é a que se adequa ao desenvolvimento de projectos de História Oral”. *ob. cit.*, p. 54.

- Teve conhecimento de processos instaurados a professores?
- Os pais dos alunos costumavam pedir a intervenção da inspecção?
- As regentes eram mais pressionadas pela inspecção?
- Que imagem tinham os professores dos inspectores?
- Tinha medo da inspecção?
- Os inspectores eram pessoas bem formadas?
- Funcionavam bem os serviços de inspecção?
- Davam a conhecer aos professores a sua opinião sobre as visitas?
- Sentiu-se realizada como professora?

Após a conclusão das entrevistas decidimos numa primeira fase agrupar as questões colocadas aos entrevistados em quatro organizadores:

- **Frequência /Duração das visitas dos inspectores** com o objectivo de apurar com que frequência os professores eram visitados e se os inspectores costumavam permanecer muito tempo nas escolas.
- **Expectativa dos professores relativamente à inspecção**, para aferir qual a postura dos inspectores na sequência das suas visitas às escolas e que imagem tinham os professores destes agentes educativos.
- **Atitude da inspecção em relação aos professores regentes e às suas práticas**, para perceber se transmitiam aos professores conhecimentos científicos e técnicos e o que lhe exigiam, tanto ao nível pedagógico como didáctico.
- **Dimensão relacional**, para analisar as relações estabelecidas entre dois dos elementos que constituem a estrutura do ensino.

Numa segunda fase cruzamos as entrevistas com os relatórios dos inspectores para perceber se havia intervenção ou não dos inspectores nas suas visitas, ou se as opiniões/conselhos que diziam dar aquando da visita coincidiam ou não com os conteúdos da informação recolhida na *Escola Portuguesa*.

2 A inspecção no Ensino Primário (décadas de 40 e 50)

2.1 Enquadramento histórico e legal

A Inspeção do Ensino Primário em Portugal “é tão antiga como a institucionalização do próprio ensino”⁴⁰. Pode dizer-se que a inspecção do Ensino Primário teve o seu início com o Marquês de Pombal quando, em 1771, entregou a sua direcção à responsabilidade da Real Mesa Censória, bem como a inspecção de todos os colégios e magistérios criados para os estudos das primeiras letras. Abolida a Real Mesa em 1794, passou a Universidade de Coimbra, através da Junta da Directoria Geral dos Estudos, a exercer a direcção e a inspecção de todo o Ensino Primário e secundário. Ao ser revisto o sistema de inspecção escolar em 1809, passou a ser-lhe atribuído o aspecto de fiscalização que ficou dependente dos juizes de crime e dos corregedores. Estes tinham como tarefa vigiar “se cada mestre cumpria com escrupulo as suas obrigações”. O período conturbado da instauração do Liberalismo em Portugal (1820 – 1834) não trouxe, naturalmente grandes novidades. Em 1836 surgiu nova reforma com Passos Manuel. Foram criadas as comissões concelhias às quais competia a fiscalização do ensino nas respectivas áreas. No entanto, não permaneceram muito tempo. Em 1844, com a centralização do ensino no Conselho Superior, foram extintas e criados em sua substituição os lugares de Comissários de Estudos em todas as cidades sede de distrito, que passaram a ter o domínio da administração e fiscalização do ensino. Porém, também esta medida não teve sucesso e levou a uma “profunda degradação do sistema”⁴¹. O governo sentiu necessidade de uma alteração nos serviços de fiscalização e, para recolher informação consistente tendo em vista uma posterior intervenção, determina inspecções extraordinárias a todas as escolas do Ensino Primário em 1861 e 1862.

A reforma de D. António da Costa, em 1870, procurava dar credibilidade à Inspeção, criando condições para os inspectores se dedicarem exclusivamente aos seus cargos e fazendo da carreira inspectiva um incentivo para o Magistério Primário. Estas alterações nunca chegaram a ser postas em prática devido à queda do governo. Em 1878 surgiu uma nova reforma do Ensino Primário que abrange a Inspeção, introduzindo-lhe alterações significativas. De entre elas, podemos destacar as competências que foram atribuídas aos inspectores, agora considerados delegados do governo:

⁴⁰ CRUZ, José Carlos Morais da, *ob. cit.*, p. 23.

⁴¹ *Idem*, p. 24.

- “Fiscalizar o ensino, a administração e a vigilância de todas as escolas do Ensino Primário que pertenciam à sua circunscrição;
- Registrar todas as queixas e reclamações que lhes fossem dirigidas e enviá-las ao governo juntamente com a sua opinião sobre os assuntos em questão;
- Vigiar pela execução das leis e regulamentos de tudo o que estivesse ligado ao Ensino Primário, tomando as medidas que entendessem necessárias e estivessem nas suas atribuições, dando conhecimento ao governo;
- Guiar e aconselhar todos os que estivessem ligados ao serviço das escolas primárias;
- Inspeccionar, pelo menos uma vez por ano, as escolas do seu círculo e algumas de outros círculos da sua circunscrição, para que no prazo de três anos fossem visitadas todas as escolas oficiais e privadas da circunscrição”⁴².

Nesta fase da inspecção do Ensino Primário e num período de mais de cem anos, as nomeações dos inspectores dependeram sempre do poder político e as várias “reformas monárquicas procuraram sempre, com maior ou menor tacto, assegurar o prestígio da função inspectiva e contribuir para a melhoria da qualidade de ensino”.⁴³

O regime republicano não conseguiu definir uma fiscalização permanente e eficaz, uma vez que as medidas descentralizadoras que adoptou no princípio eram frequentemente atacadas e não eram postas em prática devido à situação conturbada em que se encontravam os seus órgãos de gestão. Acresce que as dificuldades económicas e políticas também não favoreceram reformas estruturais nesta área, apesar de tudo secundária, face às urgências que assumiam a formação dos professores ou a criação de escolas para combate ao analfabetismo, por exemplo.

O período instável entre 1926 e 1933 foi adiando as grandes mudanças na área da inspecção embora isso não evitasse uma crescente atenção em relação aos seus serviços. Numa primeira fase tomando consciência da precária situação em que elas se encontravam, depois intervindo no sentido de anular, o mais rapidamente possível, os pressupostos da Escola Republicana.

Esta urgência levou a que, logo em Novembro de 1926, se publicasse um Decreto (12 706) tendente a implementar uma administração mais centralista e autoritária.

Os pressupostos eram claros: “a deficiência nos serviços de inspecção das escolas de ensino primário” acentua-se cada vez mais; “à acção constante e permanente dos

⁴² *Idem*, p. 26.

⁴³ *Ibidem*.

inspectores convém adicionar uma fiscalização superior”; era urgente acabar com “o uso e abuso constante de sindicâncias, geralmente improficuas e que perturbam o regular funcionamento da administração escolar”⁴⁴.

Os desejos eram inerentes aos pressupostos: eficácia, capacidade fiscalizadora e criação de um “corpo regular de inspectores”.

Nos serviços de inspecção do Ensino Primário passavam a existir 8 inspectores directamente subordinados à Direcção Geral e impedidos de exercer outro cargo remunerado pelo Estado. Tinham como função inspecionar as escolas, fiscalizar o ensino e os serviços de directores de círculo. Eram da sua responsabilidade os inquéritos, as sindicâncias e a organização de processos disciplinares e o cumprimento das instruções da Direcção Geral, assim como estarem presentes nas secções do conselho de inspecção. O provimento de lugares de inspector era feito através de concurso de provas públicas e só podiam concorrer os directores de círculo. Em paralelo, surgia um corpo de 87 directores de círculo escolar (os inspectores escolares existentes transitaram para a situação de directores de círculo) cujas funções passavam pela inspecção das escolas e fiscalização do ensino, organização de processos disciplinares, inquéritos e processos de concurso, comunicação de factos à Direcção Geral considerados nocivos à moral escolar e eficiência do ensino, confecção de folhas de vencimento e cumprimento das instruções da Direcção Geral. O ingresso na carreira fazia-se mediante concurso de provas públicas e só podiam concorrer os professores do Ensino Primário em efectivo serviço. Era, ainda, organizado um conselho de inspecção constituído pelo Director Geral de Ensino Primário, pelos oito inspectores e por um secretário, sendo presidido pelo primeiro. Era dever do conselho de inspecção estudar e pronunciar-se sobre assuntos do Ensino Primário e sobre processos disciplinares, assim como sugerir o vogal para proceder à inspecção ordenada pela Direcção Geral, dar parecer sobre reclamações nos processos de concurso, pronunciar-se sobre infracções ou delitos atribuídos a directores de círculo e instaurar processos, julgar os processos disciplinares a directores de círculo, professores e empregados menores do Ensino Primário e por último, coadjuvar a Direcção Geral. As decisões do conselho eram tomadas por votação nominal, no entanto, prevalecia a opinião da maioria. Para tratar os processos que visavam a classificação de serviço ou de natureza disciplinar era nomeado um relator, porém, se os vogais discordassem do seu parecer, teriam de, por

⁴⁴ Decreto n.º 12 706. *Diário da República*, I.ª Série, n.º 261, 22 Nov 1926, p. 2038.

escrito, justificar o seu voto. Caso o parecer apresentado não obtivesse a maioria dos votos era nomeado um novo relator.

Os processos julgados no conselho de inspecção eram enviados para a repartição respectiva para serem submetidos a despacho do director geral que tinha autonomia para deliberar, desde que a pena não fosse além do previsto no nº6 do artigo 6º do Regulamento Disciplinar dos Funcionários Civis. Neste caso, o processo era submetido a despacho ministerial. Perante uma divergência entre o parecer do conselho e do director geral cabia ao Ministro deliberar, ouvido o Conselho Superior de Instrução Pública, nos termos da legislação em vigor, ou fazendo ainda publicar no Diário do Governo, o seu despacho fundamentado.

Em suma, com uma estrutura mais hierarquizada e uma reorganização da inspecção das escolas primárias, passa a existir um corpo de oito inspectores⁴⁵ que ficam directamente dependentes da Direcção Geral, um Conselho de Inspecção e um corpo de 87 directores de círculo.

Apesar destes esforços, em 1927 continua a olhar-se para a Inspecção como “uma autêntica comédia”⁴⁶, e com os professores “separados dos inspectores por uma barreira”⁴⁷. Insatisfeitos, os professores lutam por uma definição das atribuições do inspectorado chefe e uma reforma da inspecção escolar. Reclamam uma Inspecção semelhante à dos países civilizados.

Percebendo a urgência de inovar a Escola Primária, o professor Dias Agudo insiste e escreve sobre o tema na “Escola Primária”⁴⁸ e atribui à Inspecção Escolar a capacidade de “ressurreição escolar”. Ainda na sua perspectiva é fundamental executar os princípios da Escola Nova⁴⁹, que ainda se encontram pouco difundidos.

Este sentimento expressando a necessidade de mudança, por um lado, mas também a preocupação de “não legislar de afogadilho e de se não adoptarem medidas aparatosas”, transparece logo no preâmbulo ao Decreto n.º 22 369 de 30 e Março de 1933⁵⁰. Há a preocupação de esclarecer que “o presente decreto resulta de um largo e circunstanciado

⁴⁵ Com o Decreto n.º 12 854 de 20 de Dezembro de 1926 passam a designar-se inspectores chefes.

⁴⁶ “O Professor Primário, nº 372, de 16 de Janeiro de 1927”, In Sampaio, Salgado - *O Ensino Primário 1911-1969*. Vol. II, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976, p. 172.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ Nº 57, de 13 de Dezembro de 1928. In *Idem*, p. 173.

⁴⁹ Modelo escolar concebido no séc. XVIII e sistematizado no séc. XIX. Os seus mentores depositavam uma enorme crença na escola que beneficiaria não só a educação das crianças, mas também a própria sociedade. Ver NÓVOA - *Do Mestre-Escola ao Professor do Ensino Primário: Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séc. XVI-XX)*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana, 1999, p. 45-53.

⁵⁰ *Diário da República*, I.ª Série, n.º 73, 30 Mar 1933, p. 414 – 436.

trabalho de exame e experiência das condições em que têm funcionado os serviços a que ele respeita”⁵¹. O anúncio deste pressuposto procura, desde logo, legitimar a validade do articulado posterior, mas também se anuncia que “as disposições agora promulgadas merecem ser recebidas como um passo na sucessão lógica a que pertencem outras medidas da Ditadura Nacional”⁵², nomeadamente os decretos que remodelaram o Ministério da Instrução Pública (números 16 481 e 16 836).

Outra legitimidade para este conjunto de medidas, devia encontrar-se na “filosofia instrutiva” partilhada. Também aqui, o preâmbulo ao Decreto é suficientemente rico e esclarecedor:

- Por um lado, pretendia-se uma “instrução sóbria mas sólida, útil e despretenciosa, protectora das virtudes que através dos séculos têm salvaguardado os interesses nacionais da Nação Portuguesa”⁵³, assente no sentimento e no conceito da família e da Pátria.
- Por outro, há a preocupação de “um desenvolvimento progressivo e integral das faculdades e correlativa aquisição dos conhecimentos indispensáveis para o futuro exercício de todas as profissões”⁵⁴;
- Defendia-se ainda “a orientação das inteligências, em termos de conduzir os indivíduos à consciência dos interesses gerais: da Nação, da região, do município ou da freguesia...”⁵⁵.

O remate do legislador é suficientemente esclarecedor: “eis, em sùmula, o que o país tem o direito de esperar da sua escola primária, renovada nos seus métodos e criteriosamente difundida a todas as populações”⁵⁶. Seja-nos permitido realçar os termos “renovada” e “criteriosamente”. O primeiro esclarece-nos sobre a ideologização que podia ser protagonizada por quem reformava, ou praticada por aqueles que “no terreno”, tinham de implementar esta legislação. O segundo atirava-nos para a elitização, para os investimentos à medida das disponibilidades, para o recurso a mão-de-obra docente barata, ou até, para a fragilidade da formação inicial (por exemplo encerrando numa primeira fase as Escolas do Magistério).

Um dos parágrafos deste Preâmbulo, reforça este entendimento:

⁵¹ *Idem*, p. 414.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ *Idem*, p. 415.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Ibidem*.

⁵⁶ *Ibidem*.

“(…) Lógica e oportunamente se procura neste momento fornecer ao ensino primário: uma orgânica administrativa que assegure e fomente a sua propagação e a sua prática nas condições mais consentâneas com os interesses gerais que ele deve satisfazer, os instrumentos de aperfeiçoamento e de estímulo mais propícios à renovação dos métodos pedagógicos e didácticos e à orientação nacionalista da escola, os órgãos de fiscalização que devem assegurar o efectivo e exacto desempenho das diversas funções deste complexo organismo.

Levada a efeito e consolidada esta armadura de protecção, será tempo de se empreender com esperançosas condições de êxito a necessária reforma do ensino primário”⁵⁷.

Neste quadro global de organização cria-se a Direcção Geral do Ensino Primário do Ministério da Instrução Pública que passava a superintender todos os serviços desse grau de ensino, incluindo naturalmente “a inspecção e as atribuições disciplinares”⁵⁸. Aliás é visível o reforço das suas funções quando, logo no art.10.º se informa que “a direcção administração dos serviços dependentes da Direcção Geral do Ensino Primário exerce-se por intermédio dos seguintes agentes: no Ministério, pelo director geral e em relação aos estabelecimentos do ensino primário, pelos inspectores...”⁵⁹. Repare-se que o exercício e a responsabilidade de actividade e dos inspectores em relação às Escolas era hierarquicamente anterior aos directores e, naturalmente, aos regentes. Mas, mais do que esta supremacia hierárquica o que impressionava eram as suas competências, expendidas e identificadas ao longo da secção III do Decreto. Ao todo eram 26⁶⁰

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ Art. 2.º, alínea C, *Idem*, p. 416.

⁵⁹ Art. 10.º, 1.º e 2.º, *Ibidem*.

⁶⁰ 1º visitar e inspecionar os estabelecimentos de ensino que lhes estão designados, assistindo aos respectivos serviços;

2º comunicar à Direcção Geral do Ensino Primário todas as informações que lhes forem solicitadas e fornecer os elementos estatísticos de acordo com este decreto;

3º esclarecer os corpos administrativos com cargos respeitantes ao Ensino Primário e promover o seu interesse nos progressos do ensino;

4º assegurar informações respeitantes ao provimento dos lugares vagos, nos prazos e termos legais;

5º determinar as colocações dos professores dos quadros auxiliares;

6º assegurar o funcionamento ou extinção dos cursos nocturnos e dos postos de ensino;

7º nomear os júris de exames e elaborar os pontos para as provas escritas;

8º vistoriar, directamente ou por intermédio dos delegados nos concelhos, as instalações destinadas aos serviços escolares;

9º na impossibilidade de se aguardar uma resolução superior em casos de gravidade, tomar medidas de carácter excepcional e dar imediatamente conhecimento à Direcção Geral;

10º assinar as folhas de vencimento, diplomas, papéis oficiais e correspondência com entidades estranhas;

11º propor a autorização de desdobramentos;

12º zelar pela disciplina da corporação docente;

13º participar nas reuniões de inspectores de distrito;

explicitas e algumas que se podem naturalmente entrever em expressões como “nomeadamente”, “propor à Direcção Geral tudo quanto houverem por conveniente” ou “todas as atribuições que a legislação anterior conferia”.

Evidentemente que esta multiplicidade de competências tinha de ser devidamente enquadrada por “reuniões periódicas de todos ou parte dos inspectores dos distritos escolares”⁶¹ sob a natural presidência do director geral. Estes encontros têm para o investigador ainda um outro interesse se fosse possível encontrar e analisar as actas que resultavam de cada um deles, concebidas pelo “inspector de distrito” ou “director de zona” que fosse designado pelo presidente (o director geral). Do seu conteúdo conhecemos alguns artigos na imprensa e o teor das suas ordens de trabalhos: “para definir as melhores condições de execução dos serviços”⁶².

Uma outra documentação, prevista neste Decreto, foi possível compulsá-la e analisar alguns exemplares. Trata-se dos relatórios que deviam ser apresentados aquando das visitas escolares e do seu conteúdo daremos noticia noutra parte do nosso trabalho. Aliás havia relatórios concebidos pelos sub-inspectores que em cada distrito escolar coadjuvavam o inspector e depois relatórios anuais reunidos por este e que englobavam todas as categorias e graus de ensino. Estes últimos tinham mesmo de obedecer a uma estrutura bastante rígida⁶³ que nos remete para três funções essenciais: a percepção do

14º assegurar os serviços de higiene escolar;

15º enviar mensalmente as faltas do pessoal à Direcção Geral, de acordo com o decreto nº 20 257 de 28 de Agosto 1931;

16º fornecer todas as informações solicitadas para a execução dos serviços de inspecção e disciplinares;

17º cooperar nos serviços de orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, e facilitar a sua execução;

18º cooperar nos serviços de protecção e assistência escolar;

19º não permitir que nas escolas se realizem reuniões não previstas por lei ou não autorizadas pelas estações superiores;

20º informar a Direcção Geral de todas as ocorrências excepcionais e de todas as infracções cuja pena ultrapassem a sua competência disciplinar;

21º qualificar anualmente o serviço respeitante aos seus subordinados, de acordo com este decreto;

22º permitir a participação dos corpos discentes em festas públicas de carácter patriótico ou educativo, assim como em festas do mesmo carácter nos edifícios ou instalações em que funcionam os estabelecimentos que lhe estão designados;

23º exercer, em relação às escolas da sede do distrito, se esta não constitui zona escolar, as atribuições definidas por este decreto para os directores das zonas;

24º propor à Direcção Geral tudo o que entenderem ser proveitoso para o progresso ou melhoria da economia do ensino no distrito a seu cargo;

25º cumprir todas as atribuições que a legislação anterior confira aos inspectores chefes, e que este decreto não transfira expressamente a outras entidades;

26º elaborar relatório dos serviços a seu cargo referente a cada ano lectivo, e enviá-lo à Direcção Geral até 31 de Outubro. *Idem*, p. 417 – 418.

⁶¹ Art.º 41, *Idem*, p. 421.

⁶² Secção IX, Art.ºs 41 a 43, *Ibidem*.

⁶³ Os relatórios anuais dos inspectores dos distritos escolares (Art. 106º) referem-se a todas as categorias e graus do ensino que lhes estão designados, nomeadamente:

poder sobre “a efectivação dos serviços de ensino”, sobre “o aperfeiçoamento do ensino” e sobre os “resultados dos trabalhos escolares”. Aliás as competências definidas no art.º 129 corroboravam este papel dos inspectores e simultaneamente as expectativas sobre o seu desempenho⁶⁴.

Face a tão grandes responsabilidades não era de estranhar o rigor na sua selecção.

As nomeações dos inspectores e dos sub-inspectores (Art. 28) eram feitas pelo Ministro da Instrução Pública, através de concurso de provas públicas. Podiam ser admitidos professores do Ensino Primário com pelo menos 16 valores de diploma e 5 anos de bom serviço, com aprovação nas cadeiras que constituíam a secção de ciências pedagógicas das Faculdades de Letras e licenciados em Letras, com aprovação nas cadeiras referidas no número anterior.

A vaga de inspector de um distrito podia ser provida por transferência, a pedido, ou em outras condições previstas por lei, do inspector de outro distrito ou pela promoção de um sub-inspector.

Os delegados dos inspectores dos distritos escolares em cada concelho que não era sede de distrito ficavam responsáveis por todas as infracções que fossem do seu conhecimento, tendo obrigatoriamente de as comunicar ao inspector do distrito escolar. Os mesmos delegados eram intermediários nas relações entre todos ou parte dos directores das escolas do concelho e as inspecções dos distritos escolares, quando os inspectores do distrito assim o entendessem, para simplificação do expediente ou

1º Efectivação dos serviços do ensino:

- novas escolas e lugares criados e postos a funcionar;
- populações escolares recenseada e matriculada;
- números da matrícula e da frequência e a respectiva crítica;
- fomento da frequência escolar;
- escolas e lugares que deixaram de funcionar e os motivos de cada interrupção;
- cursos nocturnos;
- postos de ensino;
- matrícula e frequência do ensino particular.

2º Aperfeiçoamento do ensino:

- melhoria de instalações por transferência para edifícios em melhores condições; por instalação definitiva em edifícios próprios, acção do Estado, dos municípios, de outros corpos administrativos e de particulares;
- melhoria dos métodos e aperfeiçoamento dos professores;
- desenvolvimento das obras de educação social e de protecção à escola: caixas escolares, cantinas, etc.

3º Resultados dos trabalhos escolares:

- crítica da estatística das passagens de classes e de exames;

4º Serviços administrativos e de inspecção:

- funcionamento da secretaria;
- esforços dos municípios para o desempenho dos serviços a seu cargo;
- serviços do recenseamento da matrícula;
- número de escolas visitadas e custo do respectivo serviço.

⁶⁴ Art. 129, alíneas 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, *Idem*, p. 429.

ordenação dos serviços. O delegado do inspector do distrito tinha a seu cargo a direcção da escola a que pertencia como professor.

As nomeações dos delegados dos inspectores dos distritos escolares (Art. 29) nos concelhos eram concretizadas pelo Governo, mediante proposta dos inspectores e entre os professores do quadro geral, dos mesmos concelhos e de preferência das respectivas sedes, em comissão de cinco anos, acumulável com a função docente e renovável por iguais períodos.

Para Adão os inspectores distritais e os seus delegados, apresentando-se como uma estrutura intermédia, eram os agentes com mais valor na organização primária, uma vez que possuíam “quase todas as competências relativas à carreira docente e são os responsáveis, em grande parte, pela aplicação da disciplina profissional”⁶⁵.

Anualmente, os serviços docentes dos professores eram qualificados pelo inspector do respectivo distrito escolar que valorizava as qualidades docentes, o valor do seu esforço, o aproveitamento dos alunos, o interesse pelo serviço e progresso da escola, a cooperação nas obras de interesse local em que os docentes tivessem participado, sem prejuízo dos serviços escolares e por último, a consideração social que lhe manifestavam no meio onde se encontrava.

Ao desempenho dos professores era atribuída uma qualificação que podia ser “suficiente” ou “deficiente”, e era dada a conhecer, por escrito, até ao dia 31 de Outubro do ano lectivo a que se referia (Art. 169º e 170º). A qualificação de “deficiente” atribuída em dois anos lectivos, seguidos ou não, implicava a perda da última diuturnidade concedida e a instauração de um processo disciplinar, ou a demissão se o professor ainda não tivesse obtido o provimento definitivo. A qualificação de “suficiente” tinha as mesmas consequências que a legislação anterior previa para as de “bom” e “muito bom”(Art. 171).

As acções e sanções disciplinares relacionadas com o pessoal da Direcção Geral do Ensino Primário (Art. 189º) continuavam a ser reguladas pelo regulamento disciplinar dos funcionários civis, de 22 de Fevereiro de 1913. No despacho que ordenava cada processo de inquérito ou disciplinar (Art. 190º) devia constar o prazo máximo da sua conclusão. Em todos os processos disciplinares devia anexar-se o registo biográfico do arguido (Art. 191º).

⁶⁵ ADÃO, Áurea – *O Estatuto do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p.320.

Se de uma acção disciplinar resultasse a aplicação de pena (Art. 192º), o funcionário podia ser condenado a indemnizar o Estado das despesas de ajudas de custo, transportes ou quaisquer outras, que decorriam da instrução do processo.

Os conselhos de disciplina (Art. 184º) das Escolas do Magistério Primário e do Magistério Primário funcionavam junto da Direcção Geral do Ensino Primário e surgiam em alternativa aos conselhos disciplinares dos Ministérios, de acordo com o Regulamento Disciplinar dos Funcionários Cívicos, de 22 de Fevereiro de 1913, quando se tratasse do julgamento de processos referentes a professores das Escolas do Magistério Primário ou relativamente a outros graus do Ensino Primário.

Assim, passaram a existir 18 inspectores sem qualquer motivação própria e nomeados⁶⁶ directamente pelo ministro, reduzidos a um por distrito o que enfraquecia ainda mais o número de visitas, e não sendo mais do que delegados da Direcção Geral do Ensino Primário, competia-lhes cumprir as suas instruções que se traduziam, umas em “preparar ideologicamente o professor e a orientá-lo na sua actividade pedagógica, de acordo com os objectivos da escola nacionalista; outras referiam-se a questões práticas da vida escolar”.⁶⁷ Em paralelo é designado um grupo de dez inspectores-orientadores, da confiança do Director-Geral que tinham como função a orientação pedagógica de acordo com a política educativa vigente, participando também na sua organização.

Desta forma, “os professores passam a ver nos seus inspectores juizes severos da sua actividade, aos quais devem uma obediência ilimitada”⁶⁸. Mas será que este receio vai ter resultados práticos ou vai traduzir-se meramente numa imagem que os professores criaram dos inspectores?

A Direcção Geral do Ensino Primário para além de contemplar a supervisão dos serviços do Ensino Primário, estendia as suas atribuições até às Escolas do Magistério Primário, ao Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira e também ao Instituto do Presidente Sidónio Pais que tinha por objectivo dar protecção aos órfãos e filhos dos professores do Ensino Primário.

No Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira os serviços eram supervisionados por um Director ao qual competia inspecionar directamente o estabelecimento a seu cargo e exercer a respectiva competência disciplinar, de acordo com a lei. No Instituto

⁶⁶“São nomeados directamente pelo ministro, segundo um critério “de apreciação qualitativa”, isto é, tendo em conta a sua ideologia política e a sua adesão ao Estado Novo”. In ADÃO, Áurea, *ob. cit.* p. 324.

⁶⁷ *Ibidem.*

⁶⁸ *Ibidem.*

do Presidente Sidónio Pais cabia ao Director Geral do Ensino Primário exercer a provedoria sem direito a qualquer remuneração especial, representando o Estado perante o Instituto e fiscalizando superiormente a execução de todos os seus serviços, cabendo aos directores das secções assegurar todos os serviços a seu cargo de acordo com as disposições legais e com as instruções superiores. A sua nomeação passava pelo ministro e a escolha era realizada entre os professores efectivos de qualquer grau de ensino.

Num ambiente de formação, onde cabia ao inspector visitar as escolas e assistir aos seus serviços, recolher dos directores informação que lhes permitisse perceber o rendimento, competência, idoneidade moral e qualidade do serviço de todo o pessoal, poderemos falar em preparação dos professores para a função de inspecção? Será que a própria estrutura inspectiva do Ensino Normal prepara-os para a inspecção, para o controle de funções?

Uma hipótese de investigação seria analisar a correspondência trocada entre os Directores dos Institutos e a Direcção Geral do Ensino Primário que na nossa investigação não foi possível devido à falta de documentos.

Tendo como objectivo reorganizar os serviços de Administração, de orientação pedagógica, de inspecção e disciplinares do Ensino Primário, o número de inspectores continuava reduzido, porém deparámo-nos com inspectores munidos com muitos meios de vigilância para um controlo mais apertado aos professores. Traduzia-se num “controlo à distância, de carácter essencialmente administrativo, baseado em procedimentos burocráticos e em rotinas de gestão das carreiras (...)” e “num controlo próximo, baseado na acção dos pais e das autoridades locais, bem como em pessoas e grupos fiéis ao regime”⁶⁹. Relegando para segundo plano os serviços de fiscalização e avaliação dos professores e das escolas, a actuação dos inspectores baseava-se na fiscalização e acontecia na sequência de queixas ou de denúncias, chegando muitas delas, a ser infundadas, outras banais. Poucas eram as de carácter político e “não iam além de faltas menores como a de uma professora que, durante uma campanha eleitoral, pedira inesperadamente aos alunos que dessem “vivas” ao candidato da oposição⁷⁰. Assim, o Estado não necessitava de um número muito expressivo de inspectores. Em paralelo com as denúncias dos pais, o poder tinha uma arma fortíssima, ou seja,

⁶⁹ NÓVOA, António – *A Educação Nacional*, ob. cit. p 465.

⁷⁰ Entrevista feita pela autora a um funcionário dos Arquivos do Ministério da Educação Nacional. In MÓNICA, ob. cit., p. 167.

controlava os lugares dos professores, que sem poder limitavam-se a cumprir, resignados, as ordens da ideologia oficial.

Em síntese, da estrutura de serviços de inspecção e disciplinares e dos conselhos de disciplina faziam parte os seguintes elementos (Art. 176º):

- Director Geral, ao qual competia, “visitar os estabelecimentos dependentes da Direcção Geral e inspecionar directamente todos os serviços, docentes e não docentes”; “determinar as inspecções ordinárias, de acordo com o seu objectivo e respectivas normas”; “determinar as inspecções extraordinárias”; “promover inquéritos e mandar instaurar processos disciplinares”; “analisar os relatórios das inspecções ordinárias e extraordinárias ou dos inquéritos e tomar as medidas adequadas”; “presidir aos conselhos de disciplina a que se refere este decreto” (Art. 177º).
- A determinação de inquéritos e acções disciplinares aos chefes de repartição, inspectores, directores e professores das Escolas do Magistério Primário, e aos directores das secções do Instituto do presidente Sidónio Pais ou da Biblioteca e Museu Pedagógico era da competência do Ministro.
- Competia “aos inspectores dos distritos escolares e seus delegados nos concelhos, e dos directores das zonas escolares e escolas; aos directores das Escolas do Magistério Primário e do Instituto de António Aurélio da Costa Ferreira, aos quais compete: inspecionar directamente os estabelecimentos a seu cargo, ou que lhe estão designados e exercer a respectiva competência disciplinar, de harmonia com a lei”⁷¹.
- Os inspectores principais cooperavam com o Director Geral no desempenho dos serviços de inspecção e disciplinares realizando “inspecções ordinárias, segundo as indicações da Direcção Geral e segundo as respectivas normas, (...) e as inspecções extraordinárias, perante as indicações recebidas”, procedendo a inquéritos e instruindo processos disciplinares. Para a execução das inspecções ordinárias, assim como das extraordinárias e dos inquéritos e processos disciplinares (Art. 182º), os distritos escolares eram distribuídos pelos inspectores principais, em despacho do Ministro e perante proposta do Director Geral.

⁷¹ Art.º 178, Decreto n.º 22 369. *Diário da República*, 1.ª Série, 30 Mar 1933, p. 433.

Escolas de Ensino Primário, escolas de formação de professores e agentes educativos estavam agora devidamente tutelados e enquadrados num processo de responsabilização e verificação da sintonia com aquilo que o poder deles esperava.

Apesar de todos os cuidados na criação de uma Inspeção eficiente e colaborante com o poder, notava-se em 1942 a necessidade de a reestruturar pois os meios colocados à sua disposição não permitiram uma presença assídua e um controle efectivo que ultrapassasse uma actuação, reagindo apenas a denúncias ou a pedidos do exterior do sistema.

Em Setembro de 1942 – Decreto 32 241⁷² - constatava-se, com preocupação, que “não existe praticamente inspecção do ensino”⁷³, e que havia “para o ensino primário um corpo de inspectores disciplinares, que se têm limitado a desempenhar as funções de sindicantes ou inquiridores quando a algum professor primário é mandado instaurar um processo disciplinar”⁷⁴.

Para ultrapassar estas deficiências e corporizar um verdadeiro serviço inspectivo, o Ministério decide criar a INSPECÇÃO GERAL DO ENSINO. A partir de agora “todos os estabelecimentos de ensino, oficiais ou particulares, com excepção dos militares”⁷⁵ ficavam sujeitos à sua jurisdição.

Apesar de se pretender uma reestruturação mais profunda, conferia-se até que isso acontecesse, ao Ministro da Educação Nacional a competência para designar “por despacho, os inspectores do ensino primário especialmente incumbidos dos serviços de orientação pedagógica”⁷⁶.

Evidentemente que esta reorganização fazia parte de uma reestruturação mais ampla do Ministério⁷⁷ mas também a capacidade económica e financeira não permitia grandes investimentos. Não foi por isso de admirar que apesar do desenvolvimento dos serviços da Direcção Geral do Ensino Primário que levaram à criação de alguns milhares de escolas, postos escolares e cursos de educação de adultos e consequentemente ao aumento dos quadros docentes, Veiga de Macedo, Subsecretário de Estado da Educação

⁷² *Diário da República*, I.ª Série, n.º 191, 5 Set 1942, p. 1135 – 1139.

⁷³ Preâmbulo ao Decreto, *idem*, p. 1136.

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ *Ibidem*.

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ Reorganização da Junta Nacional da Educação, da Secretaria Geral, da Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, entre outros organismos.

Nacional⁷⁸, manifestasse, em 1955, o descontentamento com a situação actual do ensino ao referir “que não é possível, com os actuais doze inspectores⁷⁹, orientar pedagogicamente cerca de 20 000 agentes de ensino, acompanhar o funcionamento de milhares de cursos de adultos, fiscalizar a actividade de 12 500 instituições de assistência e proceder à instrução de numerosíssimos processos de inquérito e disciplinares”.

Só com o Decreto n.º 40 762⁸⁰ se estruturou a Inspecção em novos moldes e determinou o aumento do número de inspectores. Reconhecia-se que era fundamental reformular a Inspecção “para que ela possa cumprir a sua tão importante missão orientadora”⁸¹. Desta forma, concretiza-se uma reorganização da Direcção Geral do Ensino Primário com o intuito de responder às necessidades vigentes e às de um futuro próximo. Conscientes de que a criação de muitos lugares docentes aumentou, na mesma proporção, o número de agentes de ensino, e que não bastava abrir escolas para se acabar com o analfabetismo, verificou-se ser fundamental um serviço de orientação pedagógica e de inspecção para um bom funcionamento do ensino. Voltava-se a insistir que era necessário retirar aos inspectores em exercício, unicamente as funções relativas a processos disciplinares e inquéritos, e acrescentar as funções de orientação pedagógica, para assegurar o estudo dos problemas pedagógicos, e que deveria decorrer num ambiente de compreensão e de confiança.

Alterou-se o número e a designação dos inspectores que passaram a designar-se como inspectores-orientadores. De doze agentes passou-se para dezoito, embora não se alterasse a forma de recrutamento. Apesar de todo este esforço e segundo Sampaio, estas alterações na estrutura da inspecção não possibilitarão o desempenho duma orientação adequada do ensino, já que “em 1923, com efectivos escolares 2,7 vezes inferiores aos existentes em 1956, o total de inspectores efectivos perfaz 74. A manter-se a proporção existente em 1923, em 1956 o quadro de inspectores deveria abranger 200, isto é, um número 11 vezes mais elevado”.⁸²

Com a actualização dos programas do Ensino Primário pelo Decreto 42 994 de 28 de Maio de 1960, reconheceu-se a desarticulação dos antigos programas e insistia-se na

⁷⁸ MACEDO, Henrique Veiga de – “Grandes e pequenos problemas da Educação Primária Portuguesa, Campanha Nacional de Educação de Adultos”. In *Plano de Educação Popular, Campanha Nacional de Educação de Adultos*. vol. XVII, série A, n.º 9, Jun 1955, p. 265.

⁷⁹ Decreto n.º 27 279, *Diário da República*, I.ª Série, 24 Nov 1936.

⁸⁰ Decreto n.º 40 762. *Diário da República*, I.ª série, n.º 208, 7 Set 1956, p. 1357 – 1358.

⁸¹ MACEDO, Henrique Veiga de, *idem*, p. 266.

⁸² SAMPAIO, *ob. cit.*, vol. III, p. 115.

necessidade de aperfeiçoamento das qualidades pedagógicas e dos conhecimentos dos professores. Neste sentido, pretendeu-se chegar aos professores em exercício através dos inspectores-orientadores, que apesar de serem em número reduzido, “têm tentado levar a sua acção a todas as escolas”⁸³. Os futuros professores, dependentes da eficácia do ensino e da formação que receberam das Escolas do Magistério Primário, passaram a beneficiar de uma acção orientadora de inspectores especiais, com o objectivo de melhorar o seu rendimento. Foi designado um inspector superior para orientar todos os serviços de inspecção e auxiliar o Director Geral em todas as suas funções.

Este diploma previa que as escolas particulares do Magistério Primário que preparavam professores para leccionar no ensino oficial e as respectivas escolas anexas, estivessem, a partir do início do ano lectivo de 1960-1961, sob a alçada da Direcção Geral do Ensino Primário, para efeitos de inspecção e orientação. Neste sentido com o decreto foram criados dois lugares de inspector do ensino normal primário com a responsabilidade de inspecionar e orientar as Escolas do Magistério Primário. O provimento fez-se por livre escolha do Ministro entre professores efectivos dos ensinos liceal e técnico profissional com pelo menos cinco anos de efectividade.

Todos os serviços de inspecção do Ensino Primário foram confiados a um inspector superior, escolhido livremente pelo Ministro entre professores universitários ou entre professores efectivos dos ensino liceal e técnico profissional com pelo menos uma diuturnidade. Era nomeado em comissão de serviço, pelo prazo de três anos, sucessivamente prorrogáveis, ou em provimento definitivo, se o escolhido já tivesse exercido as funções de inspector superior do Ministério da Educação Nacional pelo menos três anos. A sua função era auxiliar o Director Geral em todos os serviços por ele designados.

Fechava-se assim a década de 50 e iniciava-se a de 60 com a consciência inequívoca do papel que deveria ser desempenhada pela inspecção do Ensino Primário nos diversos níveis e, sobretudo, dotando-a de meios que significassem presenças efectivas junto dos professores e dos espaços educativos. Mas, para além desta estrutura de enquadramento legal, que pensavam os inspectores das suas funções e os professores das suas actuações? Pela imprensa ou pelos testemunhos, por relatórios ou por decisões vamos tentar mergulhar um pouco mais, no “outro lado” da Inspecção do Ensino Primário.

⁸³ Decreto n.º 43 345 – Preâmbulo. *Diário da República*, I.ª Série, 22 Nov 1960, p. 2567.

2.2 Caracterização do Ensino Primário

Enquadrados num espaço educativo devidamente limitado – o Ensino Primário – os agentes da Inspeção intervinham de várias formas nesse espaço: visitando escolas, sugerindo alterações, expendendo opiniões em locais públicos ou escrevendo para a Imprensa relacionada com o sector educativo.

À luz deste contexto, importava-nos pouco centrar a nossa caracterização do Ensino Primário na bibliografia, profusa e consistente, ao nosso dispor. Porque não aproveitar fontes primárias consultadas – nomeadamente a Imprensa Pedagógica – para identificar os aspectos característicos deste grau de ensino, segundo a opinião dos próprios inspectores? Foi fundamentalmente esta a pergunta de partida para dar corpo a esta parte do nosso trabalho.

2.2.1 À luz da opinião dos inspectores expressa em artigos da *Escola Portuguesa*

A Monarquia Liberal e a República atribuíam um papel de destaque à educação do povo, pois entendiam que só desta forma um país poderia desenvolver-se. Acreditavam que um povo instruído modificaria uma sociedade. “À escola cabia formar, não apenas o cidadão consciente da democracia moderna, como também, o que era ainda mais urgente, o operário qualificado, necessário à industrialização”⁸⁴.

A política educativa do Estado Novo não diverge muito desta posição e, logo que fica formalizada a sua institucionalização, introduz mudanças ao nível do Ensino Primário. Aproveitando a excelente sistematização de A. Nóvoa podemos referir que se assiste nesta fase à identificação das principais linhas educativas que irão marcar, praticamente, todo o período estado novista:

- “(...) uma compartimentação do ensino que se manifesta na separação dos sexos e dos grupos sociais, bem patente nas medidas contra os princípios da coeducação ou da escola única;

⁸⁴ MÓNICA, ob, cit., p. 131-132.

- (...) definição de uma lógica de realismo pragmático (...) com redução da escolaridade obrigatória, redução dos conteúdos programáticos, redução ao nível de competências dos professores (...);
- Imposição de uma administração centralista e autoritária (...);
- Desprofissionalização do professorado, através da desvalorização das bases profissionais e científicas da actividade docente (...).”⁸⁵

Muitas foram as vozes que se levantaram a favor desta situação. Virgínia de Castro em 1927, no jornal “O Século”, citada por Rómulo de Carvalho, admitia existir em Portugal 75% de analfabetos e reforça que a escola não trazia vantagens nenhuma a aqueles que aprenderam as primeiras letras, mas é concludente quando afirma, “felizes os que esquecem as letras e voltam à enxada”⁸⁶. Também a opinião de João Ameal aponta neste sentido “Portugal não necessita de escolas (...). Ensinar a ler é corromper o atavismo da raça”⁸⁷.

No ambiente conturbado que se segue à queda da 1.^a República e até à estabilização do Estado Novo (1933) é visível um certo “desnorte e confusão” nas medidas avulsas que vão sendo tomadas. Se, por um lado, era clara uma certa despreocupação em relação às elevadas taxas de analfabetismo, por outro eram claros os propósitos de “desmantelar a arquitectura educativa republicana”⁸⁸ em particular na administração do ensino e na formação de professores. A partir, em particular, de 1933 procurou retirar-se aos professores primários todo o prestígio de que usufruíram durante a 1.^a República deixando mesmo de ter uma organização que defendesse os seus interesses. Passaram a ser vistos como um entrave à moral tradicional e à História, como comunistas, tecnocratas sendo, por isso, urgente torná-los propagandistas do Estado Novo. Já não eram um instrumento de mudança, mas sim agentes que precisavam de submeter-se às políticas vigentes. O seu papel era ensinar, moldando as mentalidades das crianças de acordo com os ideais do Estado. Toda a década de 30 será marcada por uma sucessão de ideias sem coerência, por um conjunto de medidas avulsas e, resultado provavelmente desta indefinição, pela substituição frequente dos responsáveis ligados à educação.

Partindo da definição defendida pelo Estado Novo e enviada em circular a todos os professores em 1934, onde se caracterizava a Escola Primária como “o viveiro de que uma sociedade dispõe para cultivar os valores éticos e profissionais de que precisa e

⁸⁵ NÓVOA, António – *A Educação Nacional*, ob cit., p. 458.

⁸⁶ CASTRO, Virgínia de, cit. por CARVALHO, Rómulo, ob. cit., p. 727.

⁸⁷ AMEAL, João, cit. por *ibidem*.

⁸⁸ NÓVOA, António, ob cit., p. 457.

ensaiar o homem que lhe convém”⁸⁹, iremos caracterizar a escola primária da década de 40 e 50, defendida na imprensa da época, nomeadamente na *Escola Portuguesa*, privilegiando a opinião de inspectores que escreviam com regularidade na revista. Este é também um período onde a “poeira já tinha assentado” e, portanto, onde ganha mais consistência a opinião que, nomeadamente os inspectores que andavam “no terreno”, pudessem expender sobre o Ensino Primário. Aliás, depois de uma década agitada, começaram a vislumbrar-se no início dos anos 40 um conjunto de posições e até de medidas que pareciam contradizer “as despreocupações” anteriores.

Plano dos Centenários

Uma dessas novas preocupações do Governo da Revolução Nacional foi a necessidade de elaborar um plano de construções para as escolas primárias, pois “era preciso reparar os erros de construções escolares em povoações onde não eram necessárias, para somente as permitir onde realmente fossem precisas”⁹⁰. Este investimento ficou conhecido como o “Plano dos Centenários”⁹¹ e tinha não só o objectivo de combater o analfabetismo, mas também dotar o país de edifícios para responder a todas as necessidades da população escolar, já que muitos eram os que não possuíam o mínimo de condições higiénicas e pedagógicas, tão necessárias para a vida escolar. Defendia-se a oportunidade que todas as crianças teriam de frequentar a Escola Primária e, com o Plano dos Centenários em acção, pensava-se que esta chegaria a todas as localidades, mesmo às mais humildes e longínquas.

Para pôr em execução este Plano, era necessário um enorme esforço financeiro e por isso apelou-se “à colaboração de entidades privadas, que mediante dinheiro ou com o fornecimento de trabalho ou de materiais participassem neste projecto nacional”⁹². Os professores também podiam contribuir e o papel que lhes coube era, indirectamente, incentivar a boa vontade de benfeitores e das autarquias do meio onde se encontravam.

⁸⁹ MÓNICA, Maria Filomena, *ob. cit.*, p. 132.

⁹⁰ “Contra o Analfabetismo”, In *Escola Portuguesa*. n.º 499, 18 Maio 1944, p. 509

⁹¹ “O Plano dos Centenários para a construção de escolas foi o instrumento de ordem financeira a permitir a construção dos edifícios escolares exigidos pela execução da rede escolar. Com a ligação desse Plano às brilhantíssimas Comemorações Centenárias imprimiu-se mais relevo a um empreendimento tão notável que andou a ser prometido durante mais de 100 anos sem nunca haver sido possível torná-lo realidade”. *Ibidem*.

⁹² Alguns passos do Despacho da Presidência do Conselho sobre o “Plano dos Centenários”, In *Escola Portuguesa*. n.º 443, 22 Abr 1943, p. 517.

Numa primeira fase da execução do Plano dos Centenários procedeu-se à construção de 561 edifícios, com 1250 salas de aula, para alegria de todos os portugueses, que desta forma, se certificavam que o combate ao analfabetismo tinha começado.

A função da Escola e o papel do Professor

A escola⁹³ para cumprir na plenitude a função que lhe foi destinada, não podia alhear-se do pensamento “que alimenta e superiormente dirige toda a vida da Nação”⁹⁴, isto é, não podia desvalorizar a formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes morais e cívicas que levavam ao bem-estar e ao progresso. Devia sim, libertar-se dos erros do cientismo, na medida em que “a Ciência (...) não dá normas; (...). Normas de conduta dão-nos a moral e o direito”⁹⁵. Assim, a actividade escolar devia preocupar-se em formar valores morais, de maneira sólida, lenta, surgindo naturalmente da “palavra e do exemplo do mestre”⁹⁶ e que, em vez de contrariar, “antes favoreçam os fundamentos morais do Estado”⁹⁷, aliado ao pensamento “que o indivíduo nada vale, se não puser o seu esforço ao serviço da comunidade”⁹⁸. A escola para alcançar os seus propósitos necessitava de assentar numa estrutura moral suficientemente forte para suportar todos os embates que surgissem, e devia também possuir uma formação intelectual que iluminasse o espírito das crianças de forma a encaminhá-la sempre pela estrada do progresso.

A escola devia trabalhar em colaboração com a família, que “é a nossa primeira escola”⁹⁹, devendo preocupar-se com as condições em que cada criança vivia, alimentando uma relação íntima e constante entre as autoridades escolares e as famílias, para benefício do trabalho educativo, pois caso contrário o aluno era para o professor, apenas um ser que chegava à escola carregado de dúvidas e de incertezas. A escola devia então, num espaço de tempo relativamente reduzido, isto é dentro da escolaridade

⁹³ Para o inspector A.J. Escameia, “escola era a instituição onde se promovia o desenvolvimento físico, moral e intelectual das novas gerações”. “A escola e o professor”, In *Escola Portuguesa*. nº 703, 15 Abr 1948, p. 362.

⁹⁴ “A escola e o clima instaurado pela Revolução Nacional”, In *Escola Portuguesa*. nº 415, 8 Out 1942, p. 18.

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ *Idem*, p. 368.

⁹⁷ RAMOS, Gustavo Cordeiro – “Os fundamentos éticos da escola no Estado Novo”, In *Uma série de conferências*. Lisboa: INE AAVV, 1937, p.363-378, União Nacional - Centro de Estudos Cooperativos.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ Opinião defendida por ESCAMEIA, António José – “A escola e a família”, In *Escola Portuguesa*. nº 536, 1 Fev 1945, p. 285

obrigatória (em apenas 3 anos), acrescentar “as noções conquistadas pela civilização, tendentes a uma formação física, moral e intelectual cada vez mais perfeita”.¹⁰⁰

Pires de Lima numa conferência realizada a convite da Federação dos Amigos da Escola Primária, fez uma analogia interessante entre a escola e a família:

“A escola é uma grande família, cujo chefe é o Professor, sempre alerta perante os movimentos da criançada, ansioso pelo seu avanço, atento a todas as manifestações dos alunos. Quando uns partem para a vida de luta noutro campo, segue-os, curioso, mas logo baixa os olhos para uma nova camada que chega, e a tarefa recomeça”¹⁰¹.

Nesta interacção com as famílias, o professor dos meios rurais saía beneficiado em relação ao dos meios citadinos. Ao permanecer por mais tempo numa escola, os professores das aldeias rapidamente conheciam com pormenor todas as famílias dos seus alunos, uma vez que eram em menor número, e isso facilitava-lhes muito a orientação que deviam dar ao seu trabalho. O mesmo não se passava com um professor da cidade e, por isso, este devia investir numa relação próxima com as famílias, para obter o máximo de informações sobre os seus alunos.

Ao professor era-lhe dada a grande responsabilidade de moldar e orientar as inteligências e as almas das crianças, e não tinha só a obrigação de instruir, mas principalmente de educar, dando-lhes uma boa preparação para a vida, para que se tornassem úteis não só a si, mas também à Nação. Porém, para isso precisava de possuir uma boa cultura geral e específica, para saber qual a melhor maneira de ensinar. Tinha de dominar entre outras, as áreas de didáctica, pedagogia, fisiologia, pedopsicologia e sociologia: “O mestre que sabe pouco não pode ensinar muito, nem pode ensinar bem”¹⁰². No entanto, não se pedia ao professor que fosse sábio, pois este podia cair no erro de não compreender as dificuldades que as várias matérias ofereciam às crianças, já que para si tudo se apresentava fácil. Pedia-se sim que dominasse, o suficiente, as matérias, para leccionar sem dúvidas ou dificuldades.

Ao ingressar no Magistério o professor devia possuir intuição, aptidão pedagógica e vocação, que muitas vezes era confundida com aptidão. Enquanto que vocação aparecia como algo inato e que estava sempre presente, a aptidão manifestava-se em ocasiões

¹⁰⁰ ESCARAMEIA, António José – “A escola e o professor”, In *Escola Portuguesa*. nº 703 de 15 Abr 1948, p. 362.

¹⁰¹ PIRES LIMA, Augusto César - *O papel do professor da instrução primária*. Porto: Tipografia Sequeira, 1941, p. 48.

¹⁰² VIANA, Mário Gonçalves - “As qualidades do professor”, In *Escola Portuguesa*. nº 423, 3 Dez 1942, p. 185.

favoráveis. O professor, que devia ser essencialmente educador para poder educar em todas as circunstâncias, também precisava de intuição que o ia orientar na maneira de elogiar, censurar, estimular ou repreender, perdoar ou castigar, isto é, as regras pedagógicas precisavam de ser adaptadas ao momento e deviam sê-lo através da intuição. Porém, para o inspector Aníbal da Silva Pereira “poucos, muito poucos, terão sido aqueles que, por verdadeira vocação para ensinar e educar crianças, se dispuseram ou foram levados a frequentá-las¹⁰³ e receberam nelas a preparação necessária que lhes permitiu obter o almejado diploma de professor”¹⁰⁴.

A Escola Primária do Estado Novo valorizava a imaginação das crianças, que, todos sabemos, é prodigiosa e que com a idade se vai moderando, contida pela razão, sem no entanto deixar de ser bastante activa. Neste sentido, a Escola devia “no cumprimento dos programas, abrir os olhos das crianças às realidades que as rodeiam e integrar na experiência delas uma série de percepções novas e perfeitas, devidamente ordenadas e sistematizadas”¹⁰⁵, para que as crianças por si só chegassem a “reconhecer as relações de dependência entre os vários fenómenos, o que muito contribui para reforçar a imaginação”¹⁰⁶. Ao incitar no espírito dos alunos o amor pela verdade e o gosto de conhecerem as causas dos factos quotidianos, a escola deveria combater a fantasia e preparar terreno para a invenção, que em todos os momentos devia ser estimulada, e podia sê-lo entre outras coisas através da invenção de problemas. Esta estratégia acabaria por ser um estímulo poderoso na aprendizagem da aritmética, do desenho, para desenvolver o gosto artístico, e a redacção, cujos temas deviam ser escolhidos em função das possibilidades dos alunos, de preferência tirados de situações por eles já experimentadas, para que não se transformassem em actividades enfadonhas. Era urgente dar à escola algo mais do que o ensinar a ler, escrever e contar, e concordamos plenamente com o inspector Silvestre de Figueiredo quando afirmava “mal vai a escola onde as preocupações docentes não ultrapassam o estreito limite das memorizações mecânicas e o esforço de armazenar ideias feitas¹⁰⁷. Mais adiante sintetizava: “cultivemos, pois, na escola a invenção, a faculdade mais rica, do espírito humano”.¹⁰⁸

¹⁰³ O inspector refere-se às Escolas do Magistério.

¹⁰⁴ FERREIRA, Aníbal da Silva – “A profissão do professor”, In *Escola Portuguesa*. nº126, 4 Out 1962, p.6.

¹⁰⁵ FERREIRA, Aníbal da Silva – “A profissão do professor”, In *Escola Portuguesa*. nº 769, 21 Jul 1949, p. 573.

¹⁰⁶ *Ibidem*.

¹⁰⁷ FIGUEIREDO, Silvestre de - “O desenho - valioso elemento de cultura”, In *Escola Portuguesa*. nº 976, 25 Out 1953, p.53.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

Sendo a Escola Primária a única escola para a maioria das crianças, outro papel que lhe era exigido passava pela promoção junto dos jovens do gosto pelo desenho, pelos trabalhos manuais, com maior incidência para os labores femininos, o canto, a poesia, a ginástica rítmica, tudo o que permitisse a facilidade de aprendizagem e a criação na escola de um ambiente mais agradável. Nem todos os professores possuíam capacidades para desenvolver “a arte na escola portuguesa”, mas se imperasse um pouco de vontade e de gosto, se afastasse o comodismo e a rotina, as formas culturais referenciadas, acabavam naturalmente por ter aí lugar. O inspector Silvestre de Figueiredo apesar de defender “a arte na escola portuguesa”, tinha consciência que uma cultura orientada neste sentido “afecta, no seu brilho superficial e falso, o exame, mas o que é certo é que, embora o examinando não faça tão bonita figura ante o júri, a fará bem mais elevada na vida, o que mais importa, perante a sociedade”.¹⁰⁹ Seria que os inspectores em situação de exame manifestavam esta compreensão?

Exames

Após várias alterações ao modo como deviam ser realizados os exames, o Decreto n.º 18 413 de 2/06/1930 regulava a prestação de provas de exame da 4.ª classe do E. Defendia-se que o exame da 4.ª classe devia ser banido do Ensino Primário e o Decreto n.º 20 080 de 17/05/1937 a dos exames do Ensino Primário Elementare substituído pelo de admissão a um ensino posterior.

As provas escritas do exame da 3.ª classe baseavam-se num ditado de 8 a 10 linhas cujo texto era extraído do livro de leitura, não podendo prolongar-se para além dos 20 minutos, numa redacção muito simples, com um mínimo de 4 linhas e não podia demorar mais de 40 minutos¹¹⁰. Por último, a resolução de 5 problemas de aritmética, cada um dos quais, envolvendo apenas uma operação, para solucionar em 60 minutos.

¹⁰⁹ FIGUEIREDO, Silvestre de - “A arte na escola portuguesa”, In *Escola Portuguesa*. n.º 927, 17 Out 1952, p. 34.

¹¹⁰ Pedia-se aos alunos que escrevessem sobre o seguinte tema: “O pároco, a autoridade religiosa. O regedor, a autoridade administrativa. O professor, a autoridade escolar. Descreve alguns dos nossos deveres para com estas autoridades”. Noutro pedia-se que falassem da caridade: “Explica porque devemos ajudar os pobres que não podem trabalhar”. Também podiam aparecer temas referentes à família, ao trabalho, à Mocidade Portuguesa, à escola, à bandeira nacional, a Salazar e a Deus. Os temas de natureza ideológica referiam-se normalmente a animais ou à higiene. MÓNICA, Maria Filomena, *ob. cit.*, p. 331-332.

As provas orais duravam só 15 minutos e consistiam na leitura e interpretação de um texto do livro único e em problemas, feitos no quadro preto, que envolviam só uma operação.

Os exames faziam parte da ordem de trabalhos das reuniões dos inspectores e directores dos distritos escolares. As preocupações consistiam por exemplo, nas causas de certas deficiências detectadas nos exames e nas passagens de classe, no estudo dos meios para as eliminar, na orientação dos exames e sua fiscalização, na constituição dos júris e nos critérios que deveriam presidir à escolha dos examinadores.

O inspector António José Escameia num artigo sobre os “Exames” apresentava duas posições distintas. Aqueles que condenavam os exames viam o aumento de trabalho e consequente agitação, como um factor de perturbação física e psíquica que provocava nos alunos um cansaço e um nervosismo que podia levar ao esgotamento. Também entendiam que o professor, sem intenção, acabava por prejudicar os alunos das primeiras classes e aqueles alunos que, por serem menos capazes, não podiam sujeitar-se “à prova máxima”, valorizando mais o trabalho daqueles que iam a exame.

Os que defendiam os exames argumentavam “que estes são um estímulo despertador de energias e que são ainda a melhor maneira de seleccionar e escalonar valores”¹¹¹. Ainda na perspectiva dos defensores dos exames, estes eram fundamentais, para a escola não cair num marasmo e funcionavam como uma mola impulsadora para a fazer progredir.

O inspector defendia os exames, entendendo que eram um estímulo tanto para os professores como para os examinandos. Eram necessários à escola, só era preciso melhorar alguns defeitos, para serem bem aceites por quem aprendia e por quem ensinava. Justificava a sua posição expondo que só se devia exigir dos examinandos aquilo que era indispensável e “o que é pormenor pode surgir acidentalmente no exame, mas não deve aquilatar por ele o merecimento dos candidatos”¹¹². Aos examinadores chamava a atenção para que não se perdessem em assuntos de menor importância, porque isso levava por vezes a não saber se o aluno, de um modo geral, conhecia as matérias a examinar.

Ainda na sua opinião, nos dois exames a que os alunos se submetiam para avaliar o seu aproveitamento escolar, o ditado, devido ao seu carácter eliminatório era a prova que causava maior constrangimento. Se bem que o professor empregasse muito do seu

¹¹¹ ESCAMEIA, António José – “Exames”, In *Escola Portuguesa*. n.º 550, 10 Maio 1945, p. 493.

¹¹² *Idem*, p. 494.

esforço e empenho no ensino daquela modalidade da língua, ficava sempre inseguro da prova que os seus alunos podiam fazer no momento do exame, apesar da boa preparação que levavam. Para o inspector eram três os factores que contribuíam para essa apreensão.

Primeiro, o ditado era difícil e era por ele que se iniciavam os exames. Tratava-se de uma prova condicionada a circunstâncias, isto é, os alunos não actuavam com independência, estavam sujeitos a um regime de classe, onde cada um tinha de acompanhar o ritmo dos seus colegas e o medo de atrasar-se era uma grande preocupação. No ditado não havia liberdade de acção, podendo mesmo ser comparado ao tempo, “que não se detém nem se recupera”¹¹³.

O segundo factor de preocupação para o professor era o livro que iria ser usado no exame para o ditado. Se fosse usado aquele com que o professor preparou o aluno durante o ano, não havia motivo de inquietação, mas a angústia chegava se fosse utilizado outro. Esta situação não deveria acontecer, uma vez que os livros de leitura estavam todos, mais ou menos, ao mesmo nível cultural, com uma linguagem acessível aos alunos.

Outra causa de inquietação eram os assuntos desconhecidos que, apesar de apresentados em termos usuais, eram origem de muitos erros, ao contrário dos assuntos conhecidos que sendo fáceis ou não, mas expressos em termos correntes, com facilidade eram transcritos para o papel sem receio de erros graves. Perante este cenário, o inspector, aconselhava o examinador a ler o excerto de um livro desconhecido, uma ou mais vezes, a interpretá-lo, a comentá-lo a dar os devidos esclarecimentos, de maneira a que os alunos quando comesçassem a escrever estivessem convenientemente inteirados do assunto que iam ouvir e reproduzir no papel.

Por último, era muito importante o factor pessoal. A amabilidade, a suavidade dos gestos e a simpatia que possuía o examinador eram um factor de confiança e de segurança para os examinandos. Pelo contrário, a sua falta, era motivo de receio, que na opinião do inspector, eram injustificados. Para além do factor pessoal, também a maneira como se ditava era de grande importância. Muitas vezes, os examinadores, ao pretender tornar a prova mais fácil, exageravam no modo como silabavam as palavras, que cada sílaba mais parecia uma palavra independente. Outros ditavam frases, num

¹¹³ ESCARAMEIA, António José – “O ditado no exame”, In *Escola Portuguesa*. n.º 719, 5 Ago 1948, p. 561.

tom a que se podia chamar ditado, tornando-se prejudicial, por falta de naturalidade, para os alunos que não se identificavam com esse tom.

A falta de cuidado por parte dos examinadores com estes três factores podia dar lugar a consequências graves para os alunos, que não tinham origem na sua ignorância, mas na forma como tinham de apresentar o seu saber.

O importante não era a vivacidade que muitas crianças declararam nos exames, consequência de um longo treino a que foram submetidas pelos respectivos professores, e em parte culpa dos examinadores, que exame após exame, iam delineando a orientação do trabalho dos professores para o ano seguinte. Também a preocupação com noções gramaticais, definições inúteis¹¹⁴ e conjugações de verbos de forma irreal sem concretização do pensamento, traduziam-se em inutilidades para a vida das crianças cuja vivência se limitava à dos examinadores, dos professores e dos pais, deslumbrados pelo aparato solene do exame.

O inspector Silvestre de Figueiredo também corroborava esta opinião e aconselhava os examinadores a moderarem as suas exigências e a não ultrapassarem os limites da capacidade receptiva infantil, que alguns, erradamente, entendiam ser a mesma dos adultos. Reconhecia que havia examinadores que se preocupavam em procurar o que a criança desconhecia e isso, era contra o espírito da lei:

“Há examinadores a quem mais parece interessar saber se o aluno conhece o ano em que nasceu o P.^{dre} António Vieira e outras coisas semelhantes do que a natureza da sua obra literária e ética, e que mais cuidado têm em averiguar da preparação em fracções, ou complexos que possivelmente não utilizarão na prática, do que os problemas fundamentais da aritmética e sistema métrico, cuja necessidade de conhecimento cedo começa mas não acaba (...)”.¹¹⁵

Das funções do inspector nos exames, uma das mais complicadas era, segundo o inspector António Leal, comentar com um professor examinador os defeitos que este manifestou durante os interrogatórios dos alunos, isto porque alguns examinadores tinham um elevado conceito das suas capacidades intelectuais. Nestes casos não vencia

¹¹⁴ “Definições, no ensino primário, para quê?! E veja que para qualquer de nós uma definição é sempre uma coisa difícil. Eu ficaria atrapalhado se me dissessem: defina lá a alma, a ideia, o pensamento, e até o vento e a chuva... Definir é sempre difícil.”. LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1108, 25 Jul 1956, p. 781.

¹¹⁵ FIGUEIREDO, Silvestre de – “Insistindo”, In *Escola Portuguesa*. n.º 865, 2 Jul 1951, p. 625.

a autoridade legal, mas sim a capacidade que um inspetor devia possuir de persuasão baseada nos conhecimentos dos assuntos.

Registámos aqui um exame assistido pelo inspetor António Leal, onde um examinador orientava um exame precisamente da forma que o inspetor condenava:

“Naquele dia eu entrava na sala poucos minutos depois de haver começado o exame do primeiro aluno. Cá fora corria, de vez em quando um ar de certa frescura, talvez por influência da rega abundante do pequeno jardim feito pelas crianças nuns poucos metros quadrados do terreno destinado ao recreio, mas lá dentro começava já a respirar-se o ar pesado, característico da presença de muita gente num dia de Verão, numa sala onde o ar não se renovava com facilidade.

O presidente do júri ofereceu-me a sua cadeira, mas eu, muito embora reconhecido pela gentileza, fui sentar-me ao fundo da sala e pus o canhenho em cima da carteira.

Copio dele o seguinte: - Pergunta do examinador:

- Ora o meu menino vai dizer-me o que são substantivos, que certamente sabe, não é verdade? Ora diga. – O aluno: - Substantivos são palavras com que se nomeiam os seres, as qualidades abstractas, as acções e os estados. Dividem-se em próprios, comuns e colectivos. Os próprios...

O *examinador*: - Basta. Já vejo que sabe. Vamos continuar. Tem aí no primeiro período do trecho que leu, a palavra ENCHEU. Diga lá, por favor, que palavra é essa.

O *examinando*: - É o verbo ENCHER. Está na 3.^a pessoa do singular do pretérito perfeito simples – EU ENCHI, TU ENCHESTE...

O *examinador*: - Diga agora o conjuntivo... o mais-que-perfeito composto...o condicional... e o gerúndio... Muito bem.”¹¹⁶

Face a este e a outros relatos que vão na mesma linha parece-nos legítimo concluir que os inspetores tinham a capacidade de distinguir e perceber, de forma muito clara, como decorria o trabalho dos professores com os seus alunos e de que maneira essa aprendizagem tinha repercussões no tipo de exame realizado. Mas é também clara a preocupação com os alunos não se coibindo de chamar a atenção dos examinadores no sentido se evitarem as “perguntas despropositadas e de abstruso psitacismo, (...) para que, nas nossas escolas, nesta quadra sorridente, resplandeça, como em plena natureza,

¹¹⁶ *Idem*, p. 746.

a Primavera, permitindo-se aos pequenitos que gozem também a natureza da sua vida”¹¹⁷. Na nossa opinião, os examinadores, segundo vários inspectores, eram um entrave, já que estavam mais preocupados com a prontidão e rapidez de resposta dos alunos, que deliciavam a assistência e deixavam o júri muito satisfeito¹¹⁸.

Redefinindo as funções do Ensino Primário

Reconhecia-se em 1952 que o investimento, nomeadamente em instalações para o Ensino Primário tinha garantido “já a substituição de muitos pardieiros lúgubres onde funcionavam escolas por edifícios de elegantes linhas arquitectónicas integradas no respectivo estilo regional e dotadas das condições higiénicas e pedagógicas acomodadas à plena satisfação das necessidades educativas a que se destinam”¹¹⁹. Complementarmente a publicação do Decreto nº 38 968 de 27 de Outubro de 1952 que estabelece em bases novas e mais eficientes, o recenseamento e a obrigatoriedade escolar¹²⁰, a assistência às crianças, dando a garantia de um melhor funcionamento dos serviços com o alargamento do quadro de funcionários da Direcção Geral do Ensino Primário e das Direcções dos Distritos Escolares¹²¹, tinha produzido também efeitos positivos neste grau de ensino.

Serras e Silva que corroborava, exactamente, esta mudança no Ensino Primário:

“...começou-se, há pouco, no País, um movimento de análise minuciosa dos assuntos referentes à escola, sobretudo no que diz respeito à eficiência dos

¹¹⁷ *Idem*, p. 626.

¹¹⁸ Comentário feito por um examinador ao inspector António Leal após um exame.

¹¹⁹ “Hora alta do Ensino Primário”, In *Escola Portuguesa*. nº 930, 10 Nov 1952, p.113.

¹²⁰ Todos os pais e encarregados de educação eram devidamente informados pelas autoridades escolares e agentes de ensino sobre todas as disposições que respeitam à obrigatoriedade escolar, para que assim todos possam cumprir melhor os seus deveres.

¹²¹ Este decreto também lança os fundamentos duma vigorosa campanha contra o analfabetismo de adultos, que tinha como grande objectivo ensinar a ler, escrever e contar, mas sobretudo passar à população uma formação moral e espiritual, sem esquecer a forte componente ideológica vigente – Deus, Pátria/Família. Através da instrução o trabalhador serviria melhor a pátria, aumentando o rendimento nacional. O combate ao analfabetismo pode parecer um pouco contraditório aos pressupostos da Revolução Nacional de 28 de Maio, mas a partir de 1950, Portugal necessita de transmitir uma imagem externa de modernidade e de industrialização e há então, a urgência de alfabetizar o povo para que este possua uma qualificação profissional. Na década de 30 e 40 não são encontradas muitas referências ao ensino de adultos, ao contrário do que vai acontecer nas décadas seguintes. Na perspectiva de Cristina Barcoso, o desinteresse na luta pelo analfabetismo era consequência da vantagem que uma população analfabeta e/ou pouco culta, mas obediente ao regime, podia trazer a Salazar. Ainda na sua opinião, também podia revelar que “outras prioridades” foram tomadas em detrimento da alfabetização. O retrato que caracterizava o analfabeto traduzia-se no seguinte: solteiros, uma grande percentagem do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 14 e os 35 anos. De um modo geral, os homens eram agricultores e as mulheres domésticas. BARCOSO, Cristina – *O Zé Analfabeto no Cinema: O Cinema na Campanha Nacional de Adultos de 1952 a 1956*. Lisboa: Educa, 2002.

estudos - trabalhos escritos, conferências, discussões entre os professores, tudo combinado no sentido de aperfeiçoar o que está. É a luta pelo melhor. Na verdade, não basta ter escolas, numerosas e boas, é preciso que o ensino e a educação nessas escolas corresponda às necessidades do País”¹²².

O sentido destas mudanças no Ensino Primário entroncavam nas alterações significativas ocorridas em Portugal no pós 2.^a Guerra Mundial. Na década de 50 assistiu-se a uma ênfase na formação de pessoas, futuros operários, e o Estado mostrava-se preocupado em “formar homens” que hão-de desenvolver e aperfeiçoar os recursos nacionais”¹²³ e sensibilizado para o problema da taxa de escolarização da população entre os 5 e os 14 anos se situar apenas nos 45%, colocando o País no último lugar da escala europeia. O Decreto 40 964 de 1956 que alargava a escolaridade mínima dos rapazes para 4 anos, mantendo-se a das raparigas em 3 anos até ao Decreto 42 994 de 1960, era mais um sintoma claro dessa preocupação.

Poucos anos depois, reiterava-se já o alcance destas medidas, nomeadamente em artigos da *Escola Portuguesa* que alinhavam sobretudo no sentido de enaltecer o papel do Estado Novo e dos seus políticos que “aceitando o pesadíssimo encargo de nos governar, tornou possível, com o seu sacrifício, o engrandecimento de Portugal”¹²⁴.

Interessante a este propósito o ponto de situação feito, em 1955, pelo Subsecretário de Estado a propósito da região norte do País¹²⁵.

O Subsecretário de Estado começou por revelar que a percentagem de analfabetos em alguns concelhos do distrito, como por exemplo o de Baião e de Lousada era superior a 50%, no concelho de Penafiel e Marco de Canaveses, superior a 40%. Nos restantes concelhos, a percentagem oscilava entre os 30 e 40%, mas no concelho do Porto era inferior a 30%. Em relação ao número de escolas e postos existentes no distrito passou-se de 1896 edifícios em 1949 para 2426 em 1955. Também o número de alunos aumentou significativamente: passou-se de 65 528 em 1949 para mais de 100 000 crianças matriculadas no distrito.

Em relação ao aproveitamento escolar e apesar de enaltecer o trabalho dos professores - “graças à boa vontade e competência do professorado, ao qual

¹²² SILVA, Serras e – “Ideias fundamentais sobre a Escola Primária”, In *Nova História de Portugal* Coimbra: Coimbra Editora, 1952, p. 5.

¹²³ NÓVOA, António – *A Educação Nacional*, ob. cit. , p.472.

¹²⁴ “Vinte e nove anos de progresso nacional”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1052, 25 Maio 1955, p. 641.

¹²⁵ Sempre que possível a nossa análise privilegiou as opiniões sobre a situação no Norte do País (distrito do Porto) face aos objectivos do nosso trabalho que tinha esse espaço geográfico como nuclear nomeadamente em relação a outras fontes utilizadas – entrevistas e relatórios da inspecção, por exemplo – permitindo *a posteriori* o cruzamento e a comparação entre o seu conteúdo.

gostosamente prestava a sua homenagem”¹²⁶ registava-se uma percentagem superior a 70% de aprovações. Em relação ao problema da assistência escolar afirmou existirem no distrito 200 cantinas com 12 000 crianças abrangidas e 1361 caixas escolares para benefício de 108 000 crianças. Apesar destes números, salientou ser fundamental continuar a alargar cada vez mais a rede da assistência escolar para se cumprir com êxito a obrigatoriedade escolar. Outras preocupações passavam pela identificação das crianças em idade escolar, protecção moral e material dos alunos pobres do Ensino Primário, reajustamento escolar, pelo problema das instalações e do material escolar e criação das bibliotecas junto das escolas primárias.

Após o levantamento da situação em que se encontrava o Ensino Primário, o Subsecretário de Estado trabalhou com as entidades administrativas e escolares dos vários concelhos do distrito, os problemas relativos ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino.

Numa visita à escola do Magistério Primário, Veiga de Macedo foi calorosamente recebido e homenageado, traduzindo esta atitude o apreço que alunos e professores tinham pelo Subsecretário de Estado da Educação Nacional. Agradecendo a homenagem, renovou o seu interesse pelo Ensino Primário:

“Se há obra que pelo seu alto interesse nacional e profundo significado humano não pode dispensar o apoio, o estímulo e a compreensão dos portugueses, é esta em que andamos vivamente empenhados”.¹²⁷

Estas significativas alterações e estas visíveis melhorias não invalidavam uma outra discussão sobre o papel e a filosofia do Ensino Primário que começaram a ter eco na imprensa, nomeadamente de Educação e Ensino, e naturalmente na *Escola Portuguesa*. Exemplo disto foi o destaque dado a D. António J. Onieva, inspector do Ensino Primário em Madrid que sintetizava alguns desses problemas na seguinte questão: “Em que sentido deviam ser educadas as novas gerações?”¹²⁸ Para ele exigia-se à Escola Primária a elaboração de um plano de estudos primários, que “não é um programa, nem sequer um questionário, é um processo de formação humana”¹²⁹. Defendia que na sociedade daquele tempo, se a escola simplesmente se limitasse a ensinar a ler, escrever e contar, não podia dar por terminada a sua função. Qualquer plano de estudos que

¹²⁶ “Subsecretário de Estado da Educação Nacional tratou na capital do Norte de problemas relativos ao Ensino Primário no distrito”, In *Escola Portuguesa*. nº 1052, 25 Maio 1955, p.642.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ ONIEVA, D. António, J.- “É necessário um plano de estudos primários”, In *Escola Portuguesa*. nº 1086, 10 Fev 1956, p. 415.

¹²⁹ *Ibidem*.

viesse a ser implantado em Portugal, devia preocupar-se com a formação de homens, para que estes se transformem em “seres carregados de elevada humanidade, transidos [sic] de profunda vida interior, humana e generosa”¹³⁰ até porque estava seguro que:

“E se houvermos de considerar a criança saída da escola aos 12 anos para dedicar-se a um ofício ou profissão? Se durante 7 anos, dia, após dia, se lhe foi insuflando nas veias o fermento da hombridade, que é religiosamente, fortaleza e honradez, não irá mal servida”.¹³¹

Opinião idêntica tinha o inspetor António José Escarameia, ao defender a formação do carácter das novas gerações, na escola onde “pela natureza da sua função, é a que mais largamente distribui os benefícios que a educação pode dar”.¹³² O professor, no seu primeiro contacto com as crianças das mais variadas procedências, mas com um fundo comum, ou seja, com os mesmos costumes, as mesmas aspirações, os mesmos anseios e as mesmas esperanças, deveria dedicar especial atenção ao perfil psicológico de cada uma, e poderia fazê-lo através da elaboração de uma ficha, acrescentando, sempre que necessário, algumas anotações importantes para orientar a sua educação. Abandonada a ideia de a escola ser uma “instituição destinada apenas a ministrar conhecimentos, a enriquecer de sabedoria e de técnicas, necessárias na luta pela vida, aqueles que a procuram”,¹³³ defende-se a formação do carácter, como fim último de toda a acção educativa¹³⁴. Também, o inspetor José Rolando Pereira de Sousa partilhava desta opinião, e defendia que o grande objectivo dos professores e educadores era a formação do carácter que “protege o pensamento contra os interesses ou preconceitos que do exterior o ameaçam; só ele quebra todas as servidões, grosseiras ou subtis, que nascem das relações sociais”¹³⁵. Era necessária uma cultura intelectual, mas “subordinada à cultura da consciência e ao desenvolvimento da vontade”¹³⁶. Ao

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ *Idem*, p. 416.

¹³² ESCARAMEIA, António José – “Professores e alunos”, In *Escola Portuguesa*. nº 1088, 25 Fev 1956, p. 449.

¹³³ *Idem*, p. 450.

¹³⁴ O inspetor Gomes dos Santos também partilha deste conceito de escola e fá-lo de uma forma enternecedora.

“Eis aqui o meu conceito de Escola:

Um Sol. Um Sol pela Luz e pelo calor.

Não poderá instruir quem não souber. Mas não poderá educar quem não sentir.

A luz mostra-nos e dá-nos a conhecer o aço. Mas este não se amaciará, nem fundirá sem o calor.

Esse calor, esse fogo sagrado, é o Amor – é o Amor integral – e sem o qual ninguém poderá dizer-se verdadeiramente Mestre.”

¹³⁵ SOUSA, José Rolando Pereira de – “O professor e a formação do carácter”, In *Escola Portuguesa*. nº 1209, 2 Set 1957, p. 714.

¹³⁶ *Ibidem*.

professor não bastava possuir qualidades de inteligência e de segurança dos conhecimentos. Acima de tudo, o professor devia colocar as suas qualidades pessoais ao serviço do ensino e ser o exemplo vivo da honestidade, da isenção, da lealdade e da correcção, pois, caso contrário, todos os seus maus sentimentos, com facilidade passavam para as crianças. Para concretizar devidamente e de forma competente este papel, era necessário seleccionar os indivíduos de acordo com as suas qualidades, para desta forma, poderem exercer as funções para as quais possuíam as aptidões necessárias. A selecção para o ingresso no Magistério devia merecer cuidados específicos, já que a Escola Primária tinha responsabilidades acrescidas, pois os alunos, devido à sua pouca idade e à sua inexperiência eram mais susceptíveis às influências, boas ou más. Para além das condições físicas e intelectuais devia haver um cuidado acrescido com as qualidades morais, que são aquelas que definem uma boa personalidade do professor. Ainda na opinião do inspector:

“Os professores são os modelos vivos dos alunos e é preciso que das escolas saiam, não apenas indivíduos munidos de vários conhecimentos ou simplesmente diplomados, mas pessoas que saibam enveredar pelo caminho do dever, que mantenham com firmeza uma conduta recta, justa, leal, para amigos e inimigos.”¹³⁷

Os programas, os planos de trabalho e os métodos de ensino

Era do conhecimento dos inspectores que muitos professores abdicavam da preparação das suas lições e, conseqüentemente, não preparavam os respectivos planos, convencidos da prática de muitos anos de serviço e o perfeito conhecimento dos programas. Mas, não eram só os professores com vários anos de serviço que procediam desta forma. Também os mais novos enveredavam pelo mesmo caminho, atribuindo esta atitude às lições ainda muito presentes da Escola do Magistério.

Nas palavras do inspector António José Escarameia, os planos de lições eram bastante úteis, tanto para os professores como para os alunos, pois era preciso que estivessem adaptados às classes e sem pormenores desnecessários, por que só assim se tornavam praticáveis:

¹³⁷ ESCARAMEIA, António José – “Professores e alunos”, In *Escola Portuguesa*. n.º. 1088, 25 Fev 1956, p.450.

“No exercício das nossas funções oficiais examinámos há meses um plano para um tempo lectivo a duas classes. Tinha tantas alíneas e tantas referências a métodos e processos que uma e outra mal cabiam, apertadas, nas quatro páginas de papel almaço em que tinham sido escritas”¹³⁸.

Recomendava aos professores para a elaboração dos planos, um texto claro e simples, de forma a salientar todas as noções a ministrar, e atribuía o valor de uma lição à boa preparação que dela fizesse. Um bom plano das lições era fundamental no trabalho diário das escolas. Mas outras vantagens poderiam conseguir-se ao registar diariamente as lições. Por exemplo, no final do ano, era possível fazer um balanço ao trabalho feito, detectar os erros que era preciso evitar e os defeitos a corrigir. Também poderia ser uma forma de economizar tempo e dar ao ensino um ritmo mais harmonioso a todas as disciplinas para, assim, obter-se mais confiança no trabalho realizado.

A elaboração prévia do plano individual de trabalho e do plano regulador das actividades docentes e discentes, por parte dos professores era defendida pelos inspectores, para o ensino não cair na confusão que muito perturbava e para assegurar a eficiência do trabalho a desenvolver. Uma parte do tempo de férias poderia ser aproveitado para este serviço, para durante as aulas se aplicar o que nas férias se tinha concebido:

“É nos intervalos das batalhas que os exércitos se reorganizam, os comandantes estudam os resultados das tácticas aplicadas e as vantagens de sua continuação ou modificação, e os soldados se refazem das energias perdidas e se treinam para os futuros combates”¹³⁹.

Havia quem defendesse que não era aceitável substituir os planos de trabalhos pelos programas, pensando que bastaria segui-los, e ao respeitar a ordem dos seus assuntos se garantia a necessária progressão dos conhecimentos que os alunos deveriam adquirir, uma vez que os programas estabeleciam os limites, com princípio e fim, de certos conhecimentos, transformando-se numa série ordenada de proveitosa observação, mas que não podiam ser alterados quando se detectavam incorrecções. Estas poderiam ser corrigidas por um professor no seu plano de trabalho, devidamente estruturado com os métodos e processos a que as lições deveriam obedecer. No entanto, para o inspector Gomes dos Santos, os programas escolares eram um plano, do qual se deveria conhecer

¹³⁸ ESCARAMEIA, António José – “Planos Lições”, In *Escola Portuguesa*. n.º 698, 11 Mar 1948, p. 297.

¹³⁹ “Recordando o passado e preparando o futuro”, In *Escola Portuguesa*. n.º 916, 25 Jul 1952, p. 642-643.

os pontos essenciais “e não exagerar o desenvolvimento dos temas secundários, em prejuízo daqueles (...), dentro dum espírito de compreensão dos valores, materiais e espirituais, e da sua função e utilização na Vida”¹⁴⁰.

Muitos professores, apoiados no seu saber e na sua longa experiência do ensino, entendiam ser indispensável a elaboração do diário escolar, porém, muitos outros, também com muita prática no ensino, estudiosos e dedicados, diariamente tomavam as suas notas num caderno especial, para se situarem melhor nos trabalhos do dia seguinte:

“São estes que pisam caminho melhor e mais sólido. Porque estudaram muito e muito reflectiram sobre a extensão e profundidade das suas responsabilidades educativas e docentes, criaram desconfianças sobre a improvisação e evitam-na tanto quanto podem. Preferem meditar, na véspera de cada dia lectivo, sobre o que hão-de ensinar no dia seguinte. Não os seduzem também as facilidades da série e, dentro do possível, preparam para cada discípulo o exercício que mais lhe convém, as palavras que mais o podem estimular, a forma de lhe garantir melhor aproveitamento”¹⁴¹.

O inspector António Leal reconhecia a necessidade da preparação diária das lições por parte dos professores, apesar de reconhecer a cultura geral que muitos possuíam via-a como insuficiente para o que tinham de ensinar.

Numa visita a uma escola, e perante um professor com poucos anos de serviço, que não tinha por hábito preparar as lições, pois entendia que os conhecimentos da Escola do Magistério e a experiência do estágio eram o bastante para poder ensinar com aproveitamento, o inspector António Leal deu-nos a conhecer o seu pensamento e a sua atitude perante tal situação:

“(...) – Mas, se não ponho em causa a sua cultura geral, ponho a sua cultura especial em relação ao que tem de ensinar, embora isto lhe pareça muito simples. Eu também já fui professor e sempre estudioso. Pois, meu caro Sr. acredite que muitas vezes me vi embaraçado perante os alunos ao dar uma simples lição em português, por exemplo. Conseguir para certas palavras o significado mais próprio ao alcance das suas inteligências, fazer uma leitura suficientemente expressiva para lhes prender a atenção e dar o sentido da transição dos diversos parágrafos, anotar um ou outro ponto dos programas,

¹⁴⁰ SANTOS, Gomes dos – “Interpretação dos programas”, In *Escola Portuguesa*. n.º 887, 17 Dezembro 1951, p. 170.

¹⁴¹ “Plano de trabalho – diário escolar”, In *Escola Portuguesa*. n.º 573, 18 Out 1945, p.

encadear os trabalhos dos vários tempos lectivos, suscitar perguntas sem que as crianças se apercebam dos nossos intuitos, conhecer em pormenor o que de interessante há na localidade e na região, tanto sob o aspecto histórico como geográfico e etnográfico, para interessar por ele as crianças nas aulas e em passeios devidamente organizados, e o mais que é desnecessário repetir, tem segredos que só se descobrem quando, em recolhimento íntimo, se desce ao fundo da consciência profissional e ali se reflecte sobre os trabalhos que no dia seguinte hão-de ocupar-nos seriamente. O meu amigo ainda não deu por esses segredos? Nem isso admira, porque eles só são contactados pela consciência profissional a quem sabe conversar com ela, ouvi-la nas suas interrogações e nas suas respostas, nas suas certezas e nas suas dúvidas, nas suas censuras e seus aplausos. Aprenda essa ciência e essa arte de conversar com a sua consciência de professor e verá como vem a saber segredos de cultura e de técnica em que anteriormente não pensara sequer. Comece hoje mesmo a preparar as lições para amanhã, o Senhor que é novo, inteligente, trabalhador, que tem zelo pelo aproveitamento das crianças, que as ama sinceramente, por factos e não apenas pelas sabidas palavras das sessões solenes, que serve a sua profissão com dignidade e competência – como está ouvindo, eu sei apreciá-lo, reconheço-lhe o valor que realmente tem – meta ombros, com decisão, ao trabalho da preparação diária das suas lições e verá como novos horizontes se abrem à sua cultura geral e especial e como há-de descobrir segredos de ordem didáctica que as crianças lhe hão-de agradecer, reconhecidas. D. Bosco não era um ignorante e cedo começou a revelar o chamamento divino para a obra dos Oratórios em que veio a santificar-se. Pois no Arquivo da Congregação Salesiana descobriram os seus filhos, há poucos anos, um maço de cadernos manuscritos em que o grande Santo educador preparava diariamente todas as lições de catecismo pelo menos tanto como o meu Amigo dos programas do nosso ensino.

- Essa de D. Bosco preparar as lições de catecismo dá-me que pensar... - observou ele, a tombar um pouco para o meu campo”¹⁴².

Uma das preocupações do Governo e dos agentes do Ensino Primário passava pela necessidade de melhorar os métodos de ensino, uma vez que se encontravam empenhados num grande e extraordinário esforço para a geral alfabetização do povo

¹⁴² LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1119, 17 Out 1956, p. 37.

português. O sentido prático da escola era a garantia da eficiência do ensino. Importava ensinar e aprender, tal como a vida o iria exigir um dia, abandonando o sistema de inutilidades verbalísticas, e na opinião do inspector António Leal:

“(…) o peso de noções indigestas, absurdamente decoradas de página a página e de linha a linha, com regras acumuladas sobre regras, quase sempre não ou mal compreendidas, à força de sanções corporais que eram o flagelo da escola de outros tempos e dela afastavam tanto mais as crianças, quanto mais sensíveis e mais capazes de compreender a injustiça com que lhes eram aplicados”¹⁴³.

Pedia-se às autoridades escolares e aos agentes de ensino que interpretassem criteriosamente os programas do Ensino Primário, para que estes se traduzissem naquilo que realmente eram, ou seja, sóbrios e simples. Desta forma, evitavam-se desvios desnecessários das normas estabelecidas, se houvesse uma leitura periódica e bem mediata dos vários assuntos programáticos e das observações ou instruções que os acompanhavam.

Os cursos de aperfeiçoamento¹⁴⁴ tinham a seu cargo a formação de uma nova mentalidade, eram responsáveis pelo estudo de novas técnicas de ensino, capazes de garantir o aproveitamento escolar e serviam para proporcionar um nível cultural mais elevado ao professorado primário.

A melhoria dos métodos de ensino era um dos assuntos pelo qual inspectores e directores manifestavam preocupação nas suas reuniões. Esta rubrica era de tal importância que, na XII Conferência Internacional de Instrução Pública, realizada em Genebra, em 1952, com a presença de delegados de 45 países, foi decidido, por unanimidade, recomendar aos governos que se empenhassem na extinção do analfabetismo e, para isso, promovessem a melhoria de métodos de ensino. Também expuseram e discutiram em síntese, as virtudes e os defeitos, assim como, as vantagens e desvantagens dos métodos modernos e dos antiquados.

¹⁴³ LEAL, António – “Preceitos pedagógicos dum educador português”, In *Escola Portuguesa*. n.º 893, 2 Fev 1952, p. 270.

¹⁴⁴ Os cursos de aperfeiçoamento eram referenciados na *Escola Portuguesa* como um meio de actualização da didáctica, e como condição necessária ao real progresso qualitativo e quantitativo do ensino. Os assuntos tratados eram os seguintes: métodos de ensino, livros escolares, ensino da língua materna, colaboração entre a escola e a família, integração de escolas no mundo rural, bibliotecas rurais, função extra-escolar do professor e missão deste na luta contra o analfabetismo. “Recordando o passado e preparando o futuro”, In *Escola Portuguesa*. n.º 916, 25 Jul 1952, p. 642-643.

Os métodos modernos englobavam o chamado *método analítico ou global*¹⁴⁵, considerado “mais racional, mais interessante e mais eficiente que qualquer outro, por estar mais de harmonia com a psicologia infantil e por conduzir a uma leitura mais inteligente e mais expressiva”¹⁴⁶. O inspector António José Escarameia via neste método como “a solução, no futuro mais próximo, do problema da leitura”¹⁴⁷.

Os *métodos sintéticos – tradicionais*¹⁴⁸, também tinham os seus defensores, que entendiam que estes métodos produziam rápidos e excelentes resultados, se utilizados adequadamente. O inspector Silvestre de Figueiredo considerava que, teoricamente, os métodos sintéticos não encontravam defensores, mas na prática ainda eram muitos os seus adeptos, “até mesmo entre aqueles que nos seus escritos ou nas suas expressões orais se mostravam cuidadosos no seu combate”¹⁴⁹. Na sua opinião, e pela experiência adquirida, o método mais aceitável era o misto analítico-sintético, partindo das palavras normais bem escolhidas, que muito contribuiriam para um ensino original e enriquecedor.

Para o inspector Gomes dos Santos era o professor que devia escolher o método com que ia trabalhar. Na sua perspectiva, todos os métodos eram aceitáveis, pois “todos os caminhos iam dar a Roma” e questionava:

“Quantas crianças de cinco e seis anos não aprenderam as primeiras letras sobre os joelhos de suas queridas mães, - improvisadas mestres – sem conhecerem outra técnica além da tradicional, e só guiadas pela intuição e instinto materno?”¹⁵⁰,

Mas, apesar de existirem muitos caminhos, era importante distingui-los. Sem receio os professores deveriam preocupar-se com a melhoria das técnicas de ensino, e na nossa opinião, o inspector Gomes dos Santos, sugeria o método global¹⁵¹, através da

¹⁴⁵ Método analítico ou global que parte da frase para a palavra, desta para a sílaba e da sílaba para o fonema ou letra.

¹⁴⁶ SANTOS, Gomes de – “Ao redor do globalismo”, In *Escola Portuguesa*. n.º 928, 25 Out 1952, p. 52.

¹⁴⁷ ESCARAMEIA, António José – “Métodos de leitura”, In *Escola Portuguesa*. n.º 612, 18 Jun 1946, p. 679.

¹⁴⁸ Os alunos tinham de ler um número bastante grande de sílabas, sem qualquer significado, antes de iniciarem a leitura de palavras correspondentes a nomes de objectos ou a imagens e ideias suas conhecidas. Este método tinha como base e unidade a letra, para passar à palavra, à frase e por último ao discurso.

¹⁴⁹ ESCARAMEIA, António José – “A iniciação da leitura”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1071, 17 Out 1955, p. 51.

¹⁵⁰ *Ibidem*.

¹⁵¹ São vários os artigos do inspector Gomes dos Santos na *Escola Portuguesa* sobre o método global, uma vez “que se presume ser a rotina da metodologia de aprendizagem da Leitura uma das causas do insuficiente rendimento da primeira classe do Ensino Primário”. “Ao redor do globalismo”, In *Escola Portuguesa*. 10 Jun 1953, p. 673.

experiência consciente e interessada, e que, em caso de fracos resultados, contaria de certeza com a atitude compreensiva, com o apoio, estímulo e orientação dos superiores hierárquicos.

O inspector Correia da Silva atribuía muita importância ao aluno, “à pessoa que aprende” no momento da escolha do método a aplicar. Nem todos os alunos tinham as mesmas capacidades, era preciso prestar atenção ao estado dos órgãos sensoriais. Assim como, ao nível familiar, social e cultural em que a criança vivia. Também havia a ponderar a estrutura intelectual do aluno, o seu valor mental, a sua motricidade e afectividade. Ainda, na sua opinião, a escola, o ensino, o professor, por diversas razões podia contribuir para o insucesso do aluno, já que com facilidade se encontravam crianças rotuladas de inadaptadas à vida escolar que não eram mais do que crianças incompreendidas:

“Sabemos que as verdadeiras faltas de êxito de um aluno intelectualmente normal residem, raramente, em si mesmo, mas provêm antes dos programas, dos métodos de ensino e dos professores, e que se a criança falha porque não se adapta à escola, esta é, muitas vezes, a culpada, e a tal ponto que pode ser a escola que provoca ou cria o atraso.”¹⁵²

A Função da Inspecção

Apesar das qualidades identificadas, o professor no exercício da sua função necessitava essencialmente de assistência e direcção. Conjecturar sobre generalidades ou atestar o que estava mal, evitando demonstrar na prática o que devia ser feito, já não era função do inspector. Abandonada a ideia obsoleta de que o inspector era uma personagem não grata nas escolas, pela representação que os professores tinham da sua figura, devido às funções pedagógicas e disciplinares que muitas vezes acumulava, defendia-se uma mudança radical de atitude nas relações entre os professores e os inspectores. O inspector Silva Graça atribuiu, ao professor “liberdade de iniciativa na utilização de métodos e processos, fornecendo os elementos de experimentação e normalização”¹⁵³, e ao inspector-orientador identifica-o como “um factor indispensável

¹⁵² SILVA, Correia da – “O método na ortografia”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1223, 25 Maio 1959, p. 11.

¹⁵³ GRAÇA, Silva – “Actualidade do trabalho do inspector orientador”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1219, 25 Jan 1959, p. 21.

de estímulo e um animador de iniciativas que, pela visão aprofundada das questões escolares, seja por mérito próprio, um desejado conselheiro didáctico”¹⁵⁴.

A inspecção tendia a avaliar e a equacionar criteriosamente todas as particularidades em que assentava o ensino, desde o edifício da escola, ao material didáctico, passando pelo horário do docente e pelas sugestões fornecidas aos professores com a intenção de aperfeiçoar ou facilitar certas actividades escolares. O preenchimento das “fichas de inspecção”, bem fundamentadas e fugindo às formas de informação estereotipadas nas várias rubricas, eram o principal contributo dos inspectores-orientadores para um balanço claro da situação da escola. Segundo o Ministro da Educação Nacional, Eng. Leite Pinto a inspecção devia passar a exercer-se “mais no sentido de levar ao professor palavras de estímulo e de esclarecimento, orientando-o para o melhor cumprimento de todos os seus deveres e encaminhando-o para o uso de técnicas mais produtivas”¹⁵⁵.

Também o ensino particular, a partir de 1950, era contemplado com um serviço capaz de orientar, disciplinar e proteger o ensino não oficial. Durante anos tinha vivido sem o número necessário de inspectores indispensáveis a uma assistência aos vários colégios e estabelecimentos de ensino do país, e “o professor ou o colégio, entregues a si mesmos, sem a orientação superior de quem olhe e centralize os mais modernos conhecimentos pedagógicos, sem a disciplina que afaste abusos inevitáveis, sem a protecção devida pelo Estado a quem desempenha uma importante função social, não realizariam, não teriam condições para realizar, o serviço público que lhes assinalam as leis”¹⁵⁶.

A preocupação com os problemas do Ensino Primário à luz dos interesses nacionais e das realidades escolares levou a que anualmente se reunissem os inspectores e directores dos distritos escolares, contando também com a presença do Subsecretário de Estado, o Director-Geral do Ensino Primário e os Chefes de Secção da mesma Direcção-Geral¹⁵⁷.

¹⁵⁴ *Ibidem*.

¹⁵⁵ “Na apresentação de cumprimentos pelos Inspectores de Ensino Primário e Directores dos Distritos Escolares a S. Ex.^{as}, o Ministro e Subsecretário de Estado da Educação Nacional, palavras de S. Ex.^a. o Ministro, Senhor Prof. Eng. Francisco Leite Pinto”, In *Escola Portuguesa*. nº 1116, 25 Set 1956, pág. 390.

¹⁵⁶ “Discurso proferido por S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Fernando Andrade Pires de Lima, no acto da posse do Inspector Superior do Ensino Particular, Dr. Artur de Almeida Carneiro”, In *Escola Portuguesa*. nº 810, 10 Maio 1950, p. 445.

¹⁵⁷ A título exemplificativo, na reunião que decorreu de 10 a 13 de Setembro de 1951 o programa dos trabalhos consistia em:

Plano dos Centenários, conservação dos edificios escolares, distribuição do pessoal docente, o problema da difusão do Ensino Primário, recenseamento escolar, aproveitamento escolar, horários, luta contra o analfabetismo entre os adultos, cursos de aperfeiçoamento para professores e regentes, programas do Ensino Primário, o ensino da moral nas escolas, exames, inspecção escolar, estatística escolar, cantinas e

Nestas reuniões transparecia, no entanto, uma subserviência nos discursos dos inspectores dirigidos ao Subsecretário de Estado da Educação Nacional, que, no nosso entender, “branqueavam” um pouco um rigoroso levantamento da situação. O excerto de uma dessas intervenções fala por si:

“(…) Por vezes, tive a impressão de ver na presidência um Rubinstein prodigioso de intuição e de ciência, na posse de todos os segredos da escola primária e de extraordinária técnica, a arrancar todos os efeitos dos mais pequeninos pormenores da partitura que, só por si, já revela o domínio seguro de todas as questões do ensino primário.

Não houve nota que não fosse executada com proficiência, e a cada uma soube V. Ex.^a dar a melhor interpretação, tanto de ordem técnica como sentimental. Em tudo, obra de arte, incontestavelmente, pelo oportuno e inteligente aproveitamento dos dons naturais em abundância possuídos, mas também obra de saber, adquirido pelo estudo prolongado e intenso feito no silêncio do gabinete e completado pela experiência adquirida ao contacto das autênticas realidades escolares.

Chefe de todos nós os que andamos consumindo a vida no campo tão sedutor e ao mesmo tempo tão complexo da escola primária, V. Ex.^a soube fazer de todos nós colaboradores obedientes, que só mais não dão quando, pela limitação das forças mais não podem dar, e, o que é mais ainda, amigos dedicados, que não podem deixar de sentir-se honrados por servir sob as ordens de quem dispõe, além da autoridade legal, também da autoridade real que flui naturalmente de exemplar dedicação pela ‘res-publica’ e da invulgar competência para o exercício das altas funções que em boa hora V. Ex.^a foi chamado a desempenhar. (...)”¹⁵⁸

Dos vários problemas tratados nas reuniões dos inspectores do Ensino Primário e Directores dos Distritos Escolares, pareceu-nos apropriado olhar com algum pormenor para o problema da inspecção escolar, e identificar algumas das recomendações e directrizes sugeridas.

caixas escolares, escolas em organismos corporativos e instituições de beneficência, curso de adultos, as crianças anormais em idade escolar, reorganização dos serviços das Direcções escolares e delegados escolares e directores de escola.

¹⁵⁸ LEAL, António – “A reunião anual dos inspectores do Ensino Primário e directores dos distritos escolares”, In *Escola Portuguesa*. nº 975, 17 Out 1953, p. 34.

Perante a preocupação com a inspecção escolar e com a sua missão, isto é, com a necessidade de a acção disciplinar ser ultrapassada pela de orientação pedagógica, sem desrespeito pelo espírito de iniciativa do professor, pediu-se aos inspectores interesse pela renovação pedagógica, para estimular os agentes de ensino a melhorarem as suas técnicas acompanhando com regularidade o seu trabalho docente.

No que diz respeito à acção dos inspectores nos cursos de aperfeiçoamento e nas reuniões de estudos dos agentes de ensino e na relação com os Directores dos Distritos Escolares e com a Direcção Geral do Ensino Primário, sugeriu-se aos inspectores que intervissem activamente na organização dos cursos de aperfeiçoamento e nas reuniões de estudo dos agentes de ensino. Pediu-se também, aos Directores dos Distritos Escolares que colaborassem com os inspectores, na tentativa de melhorar o ensino e fortalecer as relações entre todos os que se empenhavam pelo engrandecimento da escola.

Na luta contra o analfabetismo determinou-se que os inspectores deviam dedicar-se ao máximo a esta actividade, procurando detectar quais as crianças que não usufruíam do ensino, comunicando esse facto à Direcção-Geral, bem como sugerindo tudo o que pudesse melhorar os serviços da Escola Primária e da Campanha de Alfabetização, visitando cursos de adultos e promovendo o interesse dos professores e dos particulares pela execução do Plano de Educação Popular.

A coordenação dos serviços de inspecção passava por reuniões periódicas e estabeleceu-se que os inspectores das diferentes regiões realizassem reuniões trimestrais, para troca de impressões sobre a melhor forma de coordenar os serviços e sobre o desempenho das suas funções, fossem pedagógicas ou disciplinares. Dessas reuniões devia ser elaborado um sucinto relato à Direcção-Geral.

Na distribuição do serviço dos inspectores, reconheceu-se a importância de fazer a rotação nas inspecções, de forma a permitir que todas as escolas fossem visitadas com regularidade, e foi determinado que a Direcção-Geral devia, periodicamente fazer uma criteriosa distribuição do serviço pedagógico a cada inspector.

Alertou-se para a necessidade de estimular as melhores relações entre os inspectores e as Escolas do Magistério Primário, para assim se obter a renovação das técnicas de ensino, bem como a perfeita organização dos cursos de preparação dos educadores de adultos.

As providências a tomar em relação aos indivíduos que, por má fé, faziam queixas contra os agentes de ensino, passavam por chamar à responsabilidade os queixosos que

não conseguiam provar as acusações feitas, impondo-lhes também o pagamento total das despesas dos processos que indevidamente originaram.

Era opinião generalizada entre os inspectores que estas reuniões eram bastante produtivas na medida em que se discutiam importantes e variados problemas do ensino primário e se debatiam medidas “com vista a que a instrução e a educação dadas por intermédio da escola primária sejam ministradas dentro das boas normas pedagógicas e tendo presente o interesse nacional”¹⁵⁹.

As qualidades do professor

Um dos temas que ocupou um espaço significativo, tanto nessas reuniões como na *Escola Portuguesa*, foi o relacionado com as novas tendências da Pedagogia e dos métodos e técnicas de ensino, tudo devidamente articulado com os novos papéis defendidos, tanto para a inspecção como para os professores. No perfil do professor realçava-se sobretudo a sua dimensão humana, a dignidade profissional, a prudência, a reflexão, a bondade, a firmeza, a lealdade e a justiça. O inspector António José Escrameia analisou alguns destes predicados e as consequências que a sua inexistência podia provocar. Começa por referir que por vezes bondade era confundida com brandura e firmeza com rispidez. Bondade e firmeza eram, no seu entendimento, qualidades indispensáveis aos professores, que o tornavam um homem firme e bom, que não recuava perante as dificuldades, as resistências e as críticas, e não o afastavam da sua acção educativa. Destas qualidades decorriam naturalmente a lealdade e a justiça e o professor tinha não só de ensinar e educar, como também de julgar e “quando não for leal no seu procedimento e justo nos seus julgamentos, comete um dos actos que mais podem envergonhar um homem, atormentar uma consciência, porque julgou sem justiça quem não tem absolutamente defesa nenhuma ou poucas probabilidades dela”¹⁶⁰.

A brandura e a rispidez não deviam ser atributos necessários a quem tem por função orientar e dirigir crianças que o Estado lhe confiava e, para professores e alunos interagirem em harmonia e respeito mútuo é preciso existir lealdade e sinceridade.

O professor severo inspirava medo aos seus alunos e o medo “é uma emoção causadora de grandes perturbações tanto fisiológicas como psicológicas. O aluno com

¹⁵⁹ Director-Geral do Ensino Primário Dr. José Gomes Branco – “Reunião anual dos Inspectores-Orientadores e Directores dos Distritos Escolares”, In *Escola Portuguesa*. nº1161 de 2 Set 1957, p. 705.

¹⁶⁰

medo perde a serenidade e o domínio dos seus actos, tem falhas de memória, a atenção e reflexão enfraquecem, a capacidade de compreensão perturba-se. O rendimento do aluno com medo é muito pequeno e, por vezes, nulo”¹⁶¹. Porém, não era bom professor aquele que tudo perdoava, uma vez que estava a preparar indivíduos que necessitavam de lutar na vida com audácia e a vida não “poupa os desleixos, a negligência, a falta de cumprimento dos deveres”¹⁶².

Porém, a autoridade era necessária na obra educativa para regular e dirigir o desenvolvimento, para corrigir as inclinações dispersas e ordenar as boas, e sobretudo iluminar as consciências. Associada à autoridade aparecia a obediência e à “autoridade do mestre corresponde a obediência no discípulo”¹⁶³. Para que o professor obtivesse obediência por parte dos seus alunos, precisava de se manter digno, recorrer às boas maneiras e transmitir estima, confiança e respeito.

Os castigos e a disciplina

Intimamente associado ao papel “paternal e humano, do professor e à harmonia entre ele e os seus alunos estava o espaço destinado à função e papel dos castigos na Escola”¹⁶⁴. Tema recorrente e de opiniões desencontradas entre pedagogos, pais, professores e até alunos (estes com uma menor audiência), mereceu sempre um espaço na imprensa pedagógica de qualquer época e, retrato fiel dessa situação, foi a ocorrida nesta altura com diferentes inspectores e professores a não se coíbiem de exprimir a sua opinião na *Escola Portuguesa*. Alberto Vaz Pires, professor da Escola do Magistério Primário de Bragança, por exemplo, defendia que o castigo devia estar presente na escola e defendia mesmo que “castigar é infelizmente necessário, tanto na família e na sociedade, como na escola.”¹⁶⁵ Porém, pensava que “o professor nunca devia castigar um aluno que não manifestou na aprendizagem a rapidez ou o desembaraço desejado,

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ RODRIGUES, Henrique – “A autoridade na escola”, In *Escola Portuguesa*. nº 1237, 25 Jun 1960, p. 3.

¹⁶⁴ Os castigos na Escola Primária usufruem de um preceito legal ao abrigo dos parágrafos 2º e 3º do art. 106º do Decreto nº 6 137 de 29/90/1919. Para castigar as faltas cometidas pela criança, o professor devia conhecer as suas condições orgânicas, as suas crises e perturbações funcionais, o seu desenvolvimento intelectual e afectivo, o ambiente em que decorre a sua vida, encontrando assim os motivos eficientes e debelando-os por um sistema preventivo. Os castigos deviam ser utilizados paternalmente. O professor devia informar os pais ou responsáveis pela criança, a fim de com ele colaborarem na sua educação ou obter a intervenção médica quando se julgue necessário.

¹⁶⁵ PIRES, Alberto Vaz – “Os castigos na Escola Primária”, In *Escola Portuguesa*. nº 781, 13 Out 1949, p. 15.

ou que não conseguiu assimilar coisa nenhuma”¹⁶⁶. Devia-se ainda salvaguardar quando o problema residisse numa didáctica mal aplicada por parte do professor: “Castigar, nestas circunstâncias, é um erro, é uma violência, é uma crueldade, senão um crime”.¹⁶⁷

Para o professor Alfredo Cabral, “castigar aqueles que erram é um dos deveres dos pais e educadores, já que as crianças nascem com tendências boas e tendências más”¹⁶⁸. Entendia que através do castigo se conseguia formar um “cidadão, tanto quanto possível perfeito e útil à sociedade”.¹⁶⁹

A palavra ‘castigo’ aparece associada muitas vezes ao conceito de barbarismo qualificando o termo de desumano, mas segundo a opinião do professor Alfredo Cabral, uma brandura excessiva que permitisse a prática de todos os actos, bons e maus, podia levar a que as crianças se transformassem em homens, que “amanhã poderão praticar todas as barbaridades a que o mundo impávido vem assistindo”¹⁷⁰.

Mas castigar como?

O castigo devia ser justo e proporcional à falta cometida, pois a injustiça violentava a sensibilidade de uma criança e devia ser aplicado em tempo devido e pouco frequente para não perder o seu efeito.

Castigar não era sinónimo de bater, castigar significava fundamentalmente corrigir, através de meios que se entendiam ser os mais viáveis e “usando os processos que a razão e o bem senso nos dizem serem os mais idóneos”¹⁷¹.

Quando as crianças que fizessem oposição àquilo que o professor dizia ou que o desrespeitassem, quando a sua postura moral na escola não fosse a mais recomendável, então o professor, com cautela, devia tomar uma atitude, na esperança de as corrigir, pois, caso contrário, estaria a deseducar e a permitir a instabilidade. Esgotados todos os recursos,¹⁷² e se na opinião dos professores, as atitudes menos correctas não “são corrigíveis com outros meios, mas só com os castigos paternalmente aplicados, lance-se mão neles, utilizem-se como último recurso, como última solução”¹⁷³. Mas,

¹⁶⁶ *Ibidem.*

¹⁶⁷ *Ibidem.*

¹⁶⁸ CABRAL, Alfredo – “Saber castigar”, In *Escola Portuguesa*. nº 516, 14 Set 1944, p. 751.

¹⁶⁹ *Ibidem.*

¹⁷⁰ *Ibidem.*

¹⁷¹ *Ibidem.*

¹⁷² O autor classifica-os da seguinte maneira: repreensão a sós, repreensão na presença dos companheiros, privação de liberdade (recreio) e privação de privilégios concedidos aos colegas.

¹⁷³ PIRES, Alberto Vaz – “Os castigos na Escola Primária”, *ob. cit.*, p. 16.

recomendava o professor Alberto Vaz Pires, cuidado com esses castigos que endureciam e revoltavam as crianças¹⁷⁴.

Ainda, sobre os castigos corporais, o professor António Correia da Escola Masculina de Elvas, tinha uma opinião idêntica, pois considerava incorrecto aplicá-los, e ainda mais, quando eram aplicados frequentemente e sem motivo, para conseguir de um aluno atrasado mental, ou pouco inteligente, um rapaz esperto: “Não é à pancada, ou com reguadas que se ensina...Tenho dito e repito: vale mais ensinar do que bater”¹⁷⁵, mas também, salientava que em casos muito “excepcionais e oportunos” o professor devia valer-se deles. Mas, o que aconselhava era, por exemplo, privar o aluno de regalias, dar um conselho inteligente, um exemplo adequado, utilizar o bom senso, informar o pai ou o encarregado de educação do aluno, para tomarem as necessárias providências e tirar a régua da sala de aula, para não levar o professor a cair em tentação e em desgraça.

Homenagens aos Professores

A homenagem que frequentemente era feita aos professores do Ensino Primário pelos serviços prestados à causa da Educação Nacional, por parte do Estado através do Ministro da Educação Nacional, revelava o quanto o “professorado do ensino primário é compreendido e considerado em toda a amplitude da sua nobre missão”.¹⁷⁶ Em todos os artigos dos inspectores divulgados na *Escola Portuguesa* e analisados por nós, percepcionava-se uma imagem muito favorável dos professores por parte dos inspectores:

“Ao lado, caracterizando melhor a pequena família escolar, a professora muito à vontade e muito digna, muito segura do seu papel de guia, auxiliava o canto. Não sei com que outro quadro mais belo e sugestivo podia começar o dia e despertar a vida (...).

Autênticos missionários, entre tantas incompreensões e tantos obstáculos, no desprendimento e zelo do seu serviço, estes educadores, colocando a criança na

¹⁷⁴ *Ibidem*.

¹⁷⁵ CORREIA, António Forsado – “Castigos Corporais”, In *Escola Portuguesa*. nº. 1132, 25 Fev 1957, p. 272.

¹⁷⁶ “Significativa homenagem ao professorado do Ensino Primário”, In *Escola Portuguesa*. nº 1103, 17 Jun 1956, p. 697.

presença de Deus, que a desviará do mal e a orientará para o Bem, encontram-se, na verdade, a educar”¹⁷⁷.

“Num ambiente social e familiar tantas vezes impropícios à eficiência da acção docente, com mais estorvos que estímulos, as canseiras e o devotamento atingem altitudes que sobrelevam em muito o nível da mera função remunerável”¹⁷⁸.

“E justo será, também, pôr em relevo a capacidade de adaptação, a tenacidade e o zelo de que o professorado primário, de modo geral, tem dado prova, na realização das directrizes superiormente traçadas”¹⁷⁹.

...E as mudanças continuam...

Neste ambiente de justiça, de dignidade profissional e de permanente reflexão pedagógica era mais fácil a Escola Primária cumprir a sua função e torná-la um espaço atractivo: “São felizes as crianças que vão agora pela primeira vez à escola! Não encontram nem sentem as dificuldades que sentiram e encontraram outras que, há poucos anos ainda, iniciaram, com elas, os seus trabalhos escolares”¹⁸⁰. Esta afirmação do inspector António José Escarameia era o retrato da escola em 1957, mas também um desejo de que ela se manifestasse preocupada cada vez mais em descobrir, desenvolver e evidenciar os valores pessoais dos alunos, e atenta à evolução da sociedade que devia acompanhar e até harmonizar-se com ela. Sentia-se que devia ser uma escola bem diferente daquela do início da ditadura onde conceitos como alfabetização e cultura eram difundidos como ideias perigosas e até mesmo nocivas, aproximando-se, ainda mais, da sua função de valorização pessoal, humana e até profissional.

Mesmo em termos de condições materiais as velhas casas tinham dado lugar a edifícios escolares limpos, amplos, arejados e alegres, que, por si só, estimulavam toda a actividade docente.

A atitude das famílias também tinha mudado, facilitando a actividade e o papel da Escola Primária. Os encarregados de educação pareciam mais estimulados pelas determinações legais, manifestavam outra mentalidade e percebiam que “colocariam os

¹⁷⁷ FIGUEIREDO, Silvestre de - “Educar”, In *Escola Portuguesa*. nº 1008, 25 Jun 1954, p.667.

¹⁷⁸ FIGUEIREDO, Silvestre de - “Quantos voltarão?”, In *Escola Portuguesa*. nº 1195, 17 Maio 1958, p. 513.

¹⁷⁹ MARTINS, J. Baptista - “Novos caminhos”, In *Escola Portuguesa*. nº 1236, 25 Jun 1960, p. 15.

¹⁸⁰ ESCARAMEIA, António José - “Ontem e hoje”, In *Escola Portuguesa*. nº 1165, 2 Out 1957, p. 51.

seus educandos em manifestas condições de inferioridade se os não mandassem à escola para ali se valorizarem como futuros cidadãos de uma Nação em franca marcha ascensional no conceito do Mundo”¹⁸¹.

O retrato escrito que a seguir transcrevemos e da responsabilidade do inspector orientador José Francisco de Moura, é, no nosso entender, salvaguardando algum exagero provocado pelo entusiasmo de quem viveu directamente estes acontecimentos, o melhor espelho de uma situação ao nível do Ensino Primário que foi convergindo para este ambiente de satisfação para todos os envolvidos neste processo – pais, alunos e professores:

“Terminara pela tarde daquele dia sete de Outubro a recepção festiva que a escola fizera às crianças que vão frequentá-la.

Alegres, entusiasmadas e confiantes vão agora a caminho de suas casas. Pelas ruas recordam e comentam as palavras amigas que ouviram e a beleza do modo como foram recebidas.

É que a festa, simples como elas, enchera-lhes o coração.

Agora o desejo de todas é que a noite passe breve para voltarem a juntarem-se na escola, naquele ambiente de bondade de que foram rodeadas no primeiro dia. Já sentem saudades do professor, que com tanta doçura as tratou, e do olhar carinhoso em que as envolvia.

As famílias acompanhavam-nas, visivelmente, satisfeitas. Não era difícil inferir-se dos seus gestos e atitudes que recolhiam a casa com a certeza de que os seus filhos estão entregues a quem os ensinará e educará durante mais um ano com amizade e boas maneiras.

O professor ficou à porta da sala de aula, admirando o bando juvenil, tagarela e comunicativo. E quando os últimos vestidinhos de várias cores e os últimos fatos domingueiros dobrarem as esquinas, ele entrou de novo na sala e ficou-se a fazer a reconstituição da sua actividade e do alto significado, projecção e eficiência da festa. (...)

Na sala paira, ainda, como perfume de rosas, a incontida alegria de todos: alunos e famílias.

¹⁸¹ *Ibidem*. Neste particular, as Campanhas de Alfabetização e a ridicularização do “Zé Analfabeto” protagonizado por Vasco Santana começava a dar os seus resultados nas gerações seguintes, tal como ambicionavam os políticos.

E meditou durante algum tempo sobre a devoção que a Nação exige dos agentes do Ensino Primário, disseminados por montes e vales, por vilas e cidades, alguns fazendo ingente esforço em lugares inóspitos, ao educar os seus escolares. E veio-lhe à mente que somos **vinte e cinco mil** educadores oficiais e que nos está confiada a orientação e o ensino de **um milhão de crianças**.

Todo o Portugal infantil se encontra perante vinte e cinco mil professores, ouvidos atentos às suas palavras, olhos fixos nos seus gestos, nos seus exemplos, nas suas atitudes, como quem diz: suspenso da acção modeladora e formativa de uma tão grande legião de mestres, ia a pensar de evangelizadores, de apóstolos.

É o Portugal de Amanhã, o Portugal do Futuro. É afinal, Portugal, cujos destinos estão, em parte, nas nossas mãos de educadores. Tão grande honra ninguém detém em qualquer nação. Tão grande força moral e espiritual ninguém em qualquer nação concentra em suas mãos. (...)

E o professor, já a caminho de casa ia pensando que temos de compenetrar-nos **todos**, da alta importância da missão que temos por dever desempenhar e da correspondente responsabilidade que impende sobre nós.

Não a cumprimos integralmente, com a inteligência e com o coração, não nos darmos totalmente a ela, imprimindo-lhe a maior beleza e obtendo a maior, e a melhor eficiência, equivaleria a atraiçoa-la. E uma traição dessa ordem não no-la perdoaria a Nação.¹⁸²,

2.2.2 À luz de alguns relatórios da inspecção

Os Directores dos Distritos Escolares elaboravam anualmente, um relatório de acordo com o art. 106º do Decreto n.º 22 369 de 30 Março de 1933, que enviavam à Direcção Geral, juntamente com os mapas dos funcionários, docentes ou não, com a

¹⁸² “O primeiro dia de aulas do ano escolar”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1170, 10 Nov 1957, p. 89-90.

devida classificação, que podia ser “Deficiente”¹⁸³ ou “Suficiente” (Art. 109º), dependendo da qualidade dos seus serviços.

Alguns destes relatórios continham, no início, uma justificação da situação do ensino, do esforço dos professores e, nomeadamente, dos próprios Directores dos Distritos Escolares que, pela voz do inspector Albino Matos, são movidos “pelo desejo de contribuir, tanto quanto possível, para o aperfeiçoamento dos serviços a cujos destinos V. Exa. tão dignamente preside, ao mesmo tempo que mais uma vez e sempre afirmo a minha vontade inabalável de ser útil à escola, ao ensino e, finalmente, à Nação(...)”¹⁸⁴.

Ao analisar os relatórios de vários distritos referentes ao ano lectivo de 1942/43, pretendemos verificar em que situação se encontrava o Ensino Primário em Portugal no início da década de 40.

A segunda guerra mundial permitiu um agravamento das circunstâncias de vida favorecendo uma diminuição do aproveitamento, tanto em quantidade como em qualidade, relativamente à escola:

“Nos anos anteriores verificava-se que apenas nos meios rurais havia frequência irregular, motivada pelas distâncias das residências dos alunos às escolas, que não podiam ser percorridas em dias tempestuosos, ou por doenças epidémicas. No último ano houve grande frequência irregular nos meios urbanos, porque as famílias aproveitaram os filhos para irem para as “Bichas” das mercearias, do pão, e outros produtos alimentares.”¹⁸⁵

Apesar, deste período conturbado, e do número insuficiente de professores¹⁸⁶, o seu desempenho era frequentemente referenciado, e as opiniões dos inspectores interceptam-se nesse sentido.

Para o inspector Joaquim Sobreira, os professores eram “ordeiros e disciplinados, zelosos e dedicados à nobre função que exercem, podendo contar-se com a sua valiosa cooperação para nos mantermos e conseguirmos sair com honra e brio da situação

¹⁸³ O decreto determina a qualificação de deficiente à falta de empenho nos serviços distribuídos ao funcionário; à falta de competência para o mesmo desempenho e as faltas ao serviço que não fossem devidamente justificadas.

¹⁸⁴ MATOS, Albino - *Relatório do Director do Distrito Escolar da Guarda ano lectivo 1942/43*. p. 1-2.

¹⁸⁵ BARATA, António - *Relatório Director do Distrito Escolar de Santarém. 1942/1943*. p. 2.

¹⁸⁶ Existiam em funções no distrito de Portalegre 5 dezenas de homens para 127 lugares do sexo masculino autorizados a funcionar, e alguns já tinham pendente o seu processo de aposentação, ou mantinham-se ao serviço “por sacrificio voluntário”. As professoras também eram em número reduzido.

difícil, sob o ponto de vista social, em que nos lançaram os acontecimentos internacionais”¹⁸⁷.

Já o inspector António Barata enaltecia o desempenho dos professores quando mencionava:

“Justo é salientar o espírito de sacrifício e abnegação de todos, nos tempos difíceis que correm - sacrifícios de ordem material, pela insuficiência dos seus vencimentos; de ordem profissional, pela dificuldade crescente de manter as escolas bem frequentadas, pois as crianças são distraídas para serviços domésticos por razões de ordem económica”¹⁸⁸.

O inspector Marques dos Santos, consciente da conjuntura difícil que a escola estava a atravessar, não atribui culpas aos agentes educativos e, pelo contrário, dá ao Director Geral uma imagem positiva dos professores:

“Os agentes de ensino continuam na boa ordem da sua profissão, patrioticamente firmes no seu lugar de educadores”¹⁸⁹.

Para além destas considerações os relatórios são ricos em informações nos itens previstos no Decreto n.º 22 369 e que os inspectores cumpriam “religiosamente”. Para não desvirtuar o conteúdo e favorecer a comparação entre os vários relatórios analisados vamos seguir essa sequência.

Efectivação dos serviços de ensino

Apesar da criação de novas escolas em novos lugares, havia ainda muitas populações sem escolas ou postos escolares, por exemplo, em Santarém, nos concelhos de Coruche, Salvaterra de Magos e Vila Nova de Ourém. Por outro lado, o concelho de Castelo Branco, não satisfeito com a prestação dos postos escolares, garantiu o funcionamento da escola masculina de Santo André das Tojeiras e da escola mista da Grade e criou escolas em alguns lugares, “substituindo assim, os postos escolares existentes nessas localidades, os quais não satisfaziam as necessidades do ensino”¹⁹⁰.

Sentia-se a necessidade de construção de alguns edifícios escolares, já que era grande a percentagem das crianças recenseadas que não frequentavam a escola primária. A

¹⁸⁷ SOBREIRA, Joaquim – *Relatório do Director do Distrito Escolar de Portalegre ano lectivo 1942/43*. p. 72

¹⁸⁸ BARATA, António - *Relatório Director do Distrito Escolar de Santarém. 1942/43*. p. 72

¹⁸⁹ SANTOS, Marques dos – *Relatório Director do Distrito Escolar de Viseu. 1942/43*. p. 72

¹⁹⁰ FIGUEIREDO, Silvestre de – *Relatório Director do Distrito Escolar de Castelo Branco. 1942/43*, [s.p.].

título de exemplo, transcrevemos uma das preocupações do inspector Rodrigues Pena nesse sentido:

“Estou certo que, se não tivessem surgido grandes demoras na aprovação dos projectos das construções escolares e outras dificuldades originadas na falta de planos de urbanização, etc., encontrar-nos-íamos hoje, no limiar deste novo ano de 1943/44 em condições de podermos reduzir já, em alguns milhares, o número de crianças que no Algarve se encontram privadas de usufruírem os benefícios da educação, e diminuir os índices de analfabetismo que teimosamente estacionam neste Distrito há cerca de quatro anos”¹⁹¹.

Na maioria dos Distritos, pelo registo dos últimos anos, e comparando com o ano corrente, a população escolar recenseada registava uma pequena curva de decréscimo. Segundo o inspector Carlos Alves, o recenseamento tinha diminuído e iria continuar a diminuir no próximo ano, devido à sua organização “ter sido mais meticulosa” e por se vir acentuando, em certas regiões, uma diminuição da natalidade¹⁹², que já era motivo suficiente para a extinção de algumas escolas. Opinião diferente tinha o inspector Rodrigues Pena, ao rejeitar a quebra nos índices de natalidade como causa do decréscimo do recenseamento da população escolar. Na sua perspectiva devia-se antes, a um “rigoroso cuidado de elaboração do recenseamento por parte das respectivas comissões locais”¹⁹³, que se tinham empenhado numa cuidadosa execução desses serviços, para tentar acabar com situações deste tipo:

“Verifica-se, por vezes, que um avultado número de crianças falecidas ou ausentes, surgem a pesar nos totais de um núcleo escolar, sem que as respectivas comissões recenseadoras por negligência nuns casos, ou por falta de seguros elementos informativos noutros, os tenham convenientemente eliminado”¹⁹⁴.

Na opinião do inspector Marques dos Santos, ainda, era “bastante flagrante o número de crianças que vai a lançar-se nas lutas da vida sem o necessário escudo da Educação e do Saber”¹⁹⁵, em grande parte culpa dos pais, que não mandavam as crianças à escola devido às dificuldades da vida e neste ano lectivo 1942/43, agravada pelas consequências da Grande Guerra.

¹⁹¹ PENA, Rodrigues - *Relatório Director do Distrito Escolar de Faro ano lectivo 1942/43*. p. 5

¹⁹² ALVES, Carlos - *Relatório Director do Distrito Escolar de Leiria 1942/43*. p.4.

¹⁹³ PENA, Rodrigues - *Relatório Director do Distrito Escolar de Faro*. 1942/43, p. 3.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 4.

¹⁹⁵ SANTOS, Marques dos - *Relatório Director do Distrito Escolar de Viseu*. 1942-43, p. 3.

Para combater esta situação defendia-se a necessidade de dotar os núcleos escolares com os edifícios necessários¹⁹⁶ à população infantil, assim como proporcionar-lhes a devida assistência, por exemplo as caixas escolares e as cantinas:

“A existência de caixas escolares em todas as escolas e postos do distrito, a aplicação mais útil dos respectivos fundos, a existência e aumento das cantinas, tornam a frequência mais regular e chamam mais crianças à escola”¹⁹⁷.

A obrigatoriedade do ensino, era outra medida defendida, pois a não obrigatoriedade do ensino, permitia uma frequência muito irregular por parte dos alunos, principalmente em certas épocas do ano e nas classes pobres, devido a doenças de carácter epidémico (sarampo, varicela, coqueluche)¹⁹⁸ e aos trabalhos do campo¹⁹⁹.

Quando a falta de assiduidade dos alunos tomava contornos alarmantes, e depois de se verificar a insuficiência das advertências, promovia-se a aplicação de multas. Para o inspector Rodrigues Pena²⁰⁰, esta medida surtia efeitos:

“Quase sempre tem bastado um só caso, para demonstrar pelo exemplo, a eficácia das leis da obrigatoriedade escolar; o problema da frequência fica desta forma resolvido numa escola e por vezes, até numa freguesia.

Tudo depende duma hábil propaganda das sanções, feita por vezes pelos próprios indivíduos multados”²⁰¹.

O inspector Marques dos Santos também sugeria a aplicação de multas, mas alertava para o perigo que acarretavam quando eram aplicadas a pessoas sem posses ou bens. Para evitar o mau exemplo dos que não pagavam e, naturalmente, o desprestígio dos professores e da própria escola, o inspector, no seu distrito, só permitia que as multas fossem aplicadas a quem tivesse bens rústicos ou urbanos. Opinião contrária apresentava o inspector Albino Matos, em relação à aplicação de multas, ao pôr em causa a sua eficácia, na medida em que muitos pais preferiam pagá-las a mandar os filhos à escola, protelando o problema da frequência da assiduidade:

¹⁹⁶ O inspector António Barata atribuía a falta de escolas à percentagem de alunos que não frequentavam a escola, que era de 30% no distrito de Santarém.

¹⁹⁷ SILVA, Aníbal – *Relatório Director do Distrito Escolar de Évora*. 1942-43, p.3.

¹⁹⁸ Doenças referenciadas pelo inspector António Barata.

¹⁹⁹ O Inspector Joaquim Sobreira, Director do Distrito Escolar de Portalegre, refere alguns desses trabalhos de campo: apanha da azeitona, sacha, monda e outros em que os pais empregam os filhos, muitas vezes porque têm necessidade absoluta do seu auxílio.

²⁰⁰ No seu distrito (Faro) neste ano lectivo foram instaurados 32 processos de pagamento coercivo de multas escolares.

²⁰¹ PENA, Rodrigues - *Relatório Director do Distrito Escolar de Faro*. 1942/43, p. 5.

“Os pais e encarregados de educação, vendo apenas o benefício imediato que lhes traz a venda do referido minério, que os pequenos arranjam, nem sequer reparam que a falta de educação de seus filhos lhes pode acarretar graves e irreparáveis prejuízos, e nesta cegueira, do oiro negro, não mandam as crianças às escolas, de nada valendo a aplicação das multas, que pagam sem qualquer dificuldade”²⁰².

Para o inspector Carlos Alves, era mais importante um número elevado de frequência regular dos alunos do que propriamente, um número elevado de matrícula e justifica-se:

“Perderam-se alunos; mas melhorou-se o funcionamento das escolas, com vantagem para os que ficaram. E é o que importa, afinal”.²⁰³

Mas, nem todos os distritos manifestavam problemas com as percentagens da frequência dos alunos nas escolas e nos postos escolares. É o caso do distrito de Coimbra que registava nas escolas uma percentagem de 83% de crianças que frequentaram a escola do sexo masculino, e de 80% do sexo feminino. Nos postos escolares verificava-se uma percentagem de 81% para o sexo masculino e de 78,8% para o sexo feminino. O inspector Bernardo Rodrigues mencionava que “todos os agentes de ensino, professores e regentes, se dedicam à sua função com carinho e elevado espírito de bem cumprir”²⁰⁴, tornando possível estes números. Mesmo assim, a Direcção Escolar de Coimbra continuava a incentivar, quer através de circulares, quer em visitas feitas, para que se obtivesse uma maior e melhor frequência.

Por vezes, em certos distritos, as escolas e lugares deixavam de funcionar devido à falta de instalações e por motivo de escassez ou transferência de professores. Para o inspector Albino Santos, esta situação acontecia pelo facto dos agentes educativos:

“(…) não ganharem, a ensinar, o indispensável para conseguirem o mínimo de conforto a que têm direito, acontecendo até que alguns dão parte de doentes, para não irem exercer as suas funções em certos meios mais atingidos pela subida de preço dos géneros de primeira necessidade. Também se vai notando o pedido de exoneração por parte de alguns agentes de ensino que procuram noutras profissões e actividades o que na vida docente não conseguem”²⁰⁵.

Nestes casos, os inspectores, muitas vezes, asseguravam o serviço com o apoio das regentes escolares do quadro de agregados, todavia o inspector António Barata sugeria

²⁰² MATOS, Albino - *Relatório Director do Distrito Escolar da Guarda*. 1942/43, p. 5.

²⁰³ ALVES, Carlos – *Relatório do Distrito Escolar de Leiria*. 1942/43, p.6.

²⁰⁴ RODRIGUES, Bernardo – *Relatório do Distrito Escolar de Coimbra*, 1942/43, p. 3.

²⁰⁵ MATOS, Albino – *Relatório do Distrito Escolar de Guarda*. 1942/43, p. 6.

que os regentes escolares apenas exercessem nos postos escolares, devendo evitar-se “a sua colocação em escolas, cujos meios sociais exigem mais cultura e mais conhecimentos pedagógicos”²⁰⁶.

A extinção de alguns postos escolares criados em locais contra-indicados pela rede escolar, devido à falta de instalações e/ou de alunos, “terá contribuído para a simplificação dos serviços, no distrito de Faro, segundo o inspector Rodrigues Pena”²⁰⁷.

A justificação do fraco rendimento dos postos escolares, devia-se à pouca preparação das regentes, com algumas a superarem os seus frágeis conhecimentos pedagógicos, a sua falta de habilidade, com a dedicação e um enorme esforço que dispensavam ao ensino. O inspector Aníbal Silva ilustra-nos bem a situação ao referir:

“(…) uma regente (esta do quadro de agregados), preparava crianças para o exame de E.P.E.: trabalhava com elas do nascer ao pôr do Sol, durante a maior parte do ano; faziam por dia 28 trinta ditados e propunha-lhes a resolução de 120 problemas, também, todos os dias. E parece que resolviam bem, quase todos os problemas. As crianças repetiam de cor a maior parte dos trechos do seu livro de leitura”²⁰⁸.

Na expectativa de ver o problema da falta de professores atenuado, o inspector Marques dos Santos depositava muitas esperanças na reabertura e aumento do número das Escolas do Magistério Primário:

“Esta, uma das boas medidas que o país fica devendo a sua Excelência, o actual Ministro da Educação Nacional”²⁰⁹.

O número de cursos nocturnos²¹⁰ diminuiu, pelo facto de muitos agentes não se interessarem pela sua regência, “devido às dificuldades do momento e, nomeadamente, à pequena remuneração que lhes é atribuída, sobretudo agora, ante o tempo difícil que atravessamos”²¹¹. Outro factor, era a frequência irregular dos alunos, embora o número de cursos nocturnos a funcionar fosse significativo:

“Dos 61 cursos nocturnos criados apenas funcionaram 15, com uma regular frequência – 575 alunos”²¹².

²⁰⁶ BARATA, António – *Relatório do Distrito Escolar de Santarém*, 1942/43, p.4.

²⁰⁷ RODRIGUES, Pena – *Relatório do Distrito Escolar de Faro*. 1942/43, p. 7.

²⁰⁸ SILVA, Aníbal – *Relatório do Distrito Escolar de Évora*. 1942/43, p.6.

²⁰⁹ SANTOS, Marques dos – *Relatório do Distrito Escolar de Viseu*. 1942/43, p.5.

²¹⁰ Na perspectiva do inspector Silvestre de Figueiredo, a acção dos cursos nocturnos era vantajosa, “roubando à rua e trazendo ao caminho da educação, rapazes que doutro modo não chegariam a receber ensinamentos morais e aperfeiçoamento intelectual”.

²¹¹ SANTOS, Marques dos – *Relatório do Distrito Escolar de Viseu*. 1942/43, p. 6.

²¹² *Idem*, p.4.

“Faltam sempre que lhes apraz ou chegam cansados dos seus trabalhos quotidianos. Principiam com muito entusiasmo e interesse mas ao fim de algumas semanas, ou poucos meses, não mais aparecem, vindo outros, em sua substituição matricular-se que procedem da mesma forma, e em Março ou Abril, raro é o Curso que conserva uma regular frequência, e daqui resulta um aproveitamento quase nulo dos alunos que o frequentam”²¹³.

Outro factor a ter em conta era a falta de petróleo que prejudicava muito o funcionamento dos cursos nocturnos, sobretudo nos meios rurais.

Os cursos nocturnos funcionavam ou nas escolas, ou em organismos corporativos, por exemplo, Casas do Povo, Legião Portuguesa, Sindicatos dos Sapateiros..., e eram em maior número as turmas destinadas ao sexo masculino.

No ensino particular notava-se um certo crescimento em relação aos anos anteriores, mas mais ao nível do ensino secundário. No Ensino Primário era cada vez menor o número de inscritos, o que só provava, para o inspector António Barata que a “população portuguesa reconhece que a actual escola primária oficial satisfaz as suas exigências de cultura e educação”²¹⁴.

Segundo o inspector Joaquim Sobreira, o motivo que levava os pais a matricularem os seus filhos no ensino particular era “ a disposição do nº 6 do art. 31º do Decreto nº. 3447, que lhes permite vencer duas classes num ano”²¹⁵.

Aperfeiçoamento do Ensino e Assistência escolar

Nesta rubrica dos relatórios faz-se sobretudo referência à melhoria de instalações. Em alguns distritos, os novos lugares autorizados a funcionar surgiram ou em edifícios adaptados mas que reuniam todas as condições higiénico-pedagógicas, ou em edifícios novos. Surgem também referências a reparações realizadas em edifícios escolares. Porém, na maioria dos distritos, foi quase nula a actuação das Câmaras Municipais na melhoria das instalações em construções novas, na expectativa que se pusesse em execução o Plano dos Centenários, para poderem contar com a comparticipação do Estado. Mas, não deixaram de prestar assistência nas reparações mais urgentes, e no

²¹³ Justificação dada por uma regente durante uma visita de inspecção ao Inspector José Teixeira, Director Regional do Distrito de Braga.

²¹⁴ BARATA, António de – *Relatório do Distrito Escolar de Santarém*. 1942/43, p.5.

²¹⁵ SOBREIRA, Joaquim – *Relatório do Distrito Escolar de Portalegre*. 1942/43, p. 10.

fornecimento de mobiliário e material escolar, de forma a manter um regular funcionamento das escolas, tal como nos aparece, por vezes, referido:

“A acção benéfica do estado, dos Corpos Administrativos e de particulares não tem deixado de se fazer sentir na educação do povo e vem-se manifestando, desde há muito, no auxilio dado para novas construções escolares, para a compra de material didáctico e mobiliário, para a reparação de escolas e postos, para a aquisição de tudo quanto possa influir na boa educação das crianças, a quem se tem procurado, na medida do possível, já se vê, proporcionar um melhor conforto e carinho”²¹⁶.

Na opinião do inspector António Barata era muito positivo para o bom funcionamento das escolas, a presença dos professores nas Câmaras:

“Temos notado sempre que nas Câmaras, onde temos professores como vogais, as coisas da Instrução correm melhor, pois os professores conseguem dotações convenientes para ocorrer às despesas feitas com os nossos serviços”²¹⁷.

Por sua vez, o inspector Silvestre de Figueiredo, entendia que o professor não devia contar unicamente com o apoio das Câmaras e defendia:

“Confiar no Estado Providência é atitude dos abúlicos, dos vencidos e cépticos que não contam com o próprio esforço e valor”²¹⁸.

Neste caso, recomendava ao professor festas escolares com récitas, bazares, venda de flores, etc., com o objectivo de conseguir adquirir mobiliário e material de ensino, para enriquecer tanto em conforto como em meios de trabalho, as escolas e apagar “o aspecto pobretão e triste das paredes nuas, do quadro de madeira desconjuntado, do ábaco carcomido pela velhice, dos bancos de grandes carteiras incómodas, da mesa suja de tasco, de tudo, enfim, que rebaixa, em certo grau, a dignidade do mestre e lhe estorva os bons serviços”²¹⁹. Desta forma, o professor alcançava maior consideração no conceito público e a vida escolar tornava-se mais facilitada e menos monótono com novos materiais.

Apesar destas considerações pontuais, notava-se alguma expectativa pelo início das construções escolares compreendidas no Plano dos Centenários que se encontrava

²¹⁶ MATOS, Albino – *Relatório do Distrito Escolar da Guarda*. 1942/43, p. 6-7.

²¹⁷ BARATA, António – *Relatório do Distrito Escolar de Santarém*. 1942/43, p.5.

²¹⁸ FIGUEIREDO, Silvestre – *Relatório do Distrito Escolar de Santarém*. 1942/4, [s.p.].

²¹⁹ *Ibidem*.

parado à espera de aprovação superior dos projectos embora também devido à escassez das matérias-primas e ao encarecimento da mão-de-obra.

Para além das considerações materiais, os relatórios reservam um espaço significativo para a melhoria dos métodos e aperfeiçoamento dos professores. Alguns inspectores referiam que a eficiência ainda não era a desejada devido à rotina dos mestres, à pobreza do material das escolas e à insuficiência de conhecimentos dos professores:

“É sobretudo pela actuação junto dos mestres, isoladamente, alma com alma, ou em conjunto, com os professores de uma escola ou região, que temos travado o bom combate contra o mal da rotina”²²⁰.

O inspector Joaquim Sobreira, ressaltando que nada de significativo aconteceu em relação aos métodos e ao aperfeiçoamento dos professores no seu distrito, não deixou de focar o contributo positivo do Boletim da Direcção Geral do Ensino Primário - *Escola Portuguesa* -, que era lida por todos os professores.

Consciente de uma acção cultural exercida com menor amplitude, justificada pela difícil conjuntura vivida por professores e regentes, o inspector Silvestre de Figueiredo procurava contribuir para o aperfeiçoamento do ensino no seu distrito, através de “frequentes visitas de inspecção às escolas e postos mais necessitados de orientação, o que se deduz do mapa de serviço, circulares elucidativas de normas didácticas convenientes e artigos com igual objectivo em jornais e revistas especialmente na *Escola Portuguesa*”²²¹.

O inspector Marques dos Santos defendia uma nova organização administrativa e pedagógica, como solução possível para a melhoria dos métodos e aperfeiçoamento dos professores, pois, no momento, com tão pouco pessoal directivo, tornava-se quase impossível “dar a eficiência necessária à interdependência dos serviços administrativos e pedagógicos, sobretudo numa época, como a presente, em que tudo são dificuldades embaraçantes, quer dentro, quer fora da Repartição”²²².

No entanto, muitos foram os esforços dos inspectores no sentido de minimizar estas dificuldades e de contribuir de alguma forma para o aperfeiçoamento dos professores. Realizaram mais visitas às escolas, procuraram fazer as reuniões dos agentes do ensino, ou nas sedes dos concelhos ou em localidades de fácil acesso e houve sempre a

²²⁰ PENA, Rodrigues – *Relatório do Distrito Escolar de Faro*. 1942/43, p. 13.

²²¹ FIGUEIREDO, Silvestre – *Relatório do Distrito Escolar de Castelo Branco*. 1942/43, p. 225.

²²² SANTOS, Marques dos – *Relatório do Distrito Escolar de Viseu*. 1942/43, p. 8.

orientação através de circulares distribuídas periodicamente pelas escolas e postos escolares, fornecendo sugestões e alguns conselhos. O inspector Aníbal Silva, no início do ano lectivo, ordenava a todos os professores que consultassem, com frequência os programas aprovados pelo Decreto nº 27 603 e “lessem e meditassem as instruções que os acompanham”²²³.

Achámos pertinente registar, na íntegra, a opinião do inspector Albino Matos, em relação à melhoria dos métodos de ensino, por ser contrária à dos seus colegas inspectores e também, por ser muito optimista:

“Não vejo quaisquer razões para modificar o juízo que tenho feito acerca dos professores e regentes deste Distrito Escolar, pelo que continuo a considerá-los, na sua maioria, bons educadores, havendo até entre eles alguns que dificilmente serão suplantados. É com satisfação que tal afirmo. Há meia dúzia de abencerragens, agentes de ensino já velhos e que do passado apenas trouxeram defeitos, mas, felizmente para o ensino e para a boa formação das crianças, estes viciados vão desaparecendo. Em compensação, porém, está renovando a escola um grupo de náveis educadores que honram a classe do professorado primário sob todos os pontos de vista. Refiro-me ao escol de agentes de ensino que vieram para a escola através das malhas apertadíssimas do Exame de cultura específica²²⁴.

O ensino faz-se, pondo em prática os melhores métodos, verificando-se assim que os educadores meus subordinados não desconhecem a boa evolução pedagógica e que, pelo contrário, estão bem ao par dela. É hoje uma feliz realidade atraente, sendo consolador constatar, como vão longe os tempos desses autênticos pardieiros, onde tudo servia, para deseducar. Temos, enfim, a escola nova, na qual há-de forjar-se a fina têmpera de uma Pátria que tanto

²²³ SILVA, Aníbal – *Relatório do Distrito Escolar de Évora*. 1942/43, p. 8.

²²⁴ Segundo Áurea Adão, todos os candidatos a professores eram submetidos a um exame de cultura pedagógica, para avaliação dos conhecimentos gerais de cada um. Era constituído por provas escritas feitas em cinco dias e cujos temas incidiam essencialmente sobre Psicologia e Pedologia, Pedagogia, Didáctica, Higiene Geral e Educação Física, Educação Moral e Cívica e Legislação do Ensino Primário. Também incluía dois dias de provas especiais de Modelação e Desenho, Música e Trabalhos Manuais Educativos.

Eram eliminados os candidatos que cometessem erros ortográficos ou incorrecções de redacção, bem como aqueles que manifestassem “deficiências de cultura ou de orientação que os contra-indiquem para o exercício da magistério”. Uma nota inferior a 8 valores em Pedagogia ou Didáctica, ou inferior a 10, em três outras disciplinas, também levava à eliminação do candidato.

Ainda segundo a autora as opiniões dos júris destas provas podiam ter um carácter subjectivo, perante as condições de avaliação, que nalguns casos, podiam levar a uma selecção fundamentada nas ideias políticas manifestadas. O certo é que no primeiro ano em que estas medidas foram aplicadas, o número de reprovados teve um aumento significativo. ADÃO, Áurea, *ob. cit.*, p. 140.

queremos sempre maior, mais bela e progressiva. Que assim será garante-no-lo o esforço, o carinho, a devoção e interesse com que, por esse país além, nas escolas e postos, os respectivos mestres se entregam, sem desânimos, à tarefa de educar, tendo sempre em vista, acima de tudo, uma boa formação moral dos seus alunos, sem que para isso hajam de descurar o intelecto ou o físico dos educandos”²²⁵.

O problema da assistência escolar era de tal amplitude e complexidade que não era fácil resolvê-lo, principalmente se atendermos às complicações trazidas pela Grande Guerra. No entanto, era grande o número de escolas e postos escolares em que funcionava a Cantina²²⁶ e a Caixa escolar²²⁷. Tinham como fim, não amealhar capitais, mas sim mobilizar recursos como garantia de uma maior frequência dos alunos:

“Gastem o que for necessário, porque defendo o princípio de que os dinheiros da assistência são para acudir às necessidades dos pobres e não para aferrolhar nos cofres”²²⁸.

“Tenho notado que na escola ou posto onde o aluno recebe os utensílios necessários: livros, papel, caneta, lápis, etc., a frequência é maior, mais regular”²²⁹.

As cantinas escolares contavam mais vezes com a boa vontade e imaginação dos professores e com a caridade das pessoas da terra, do que propriamente, com os subsídios financeiros que lhe eram concedidos. Para o inspector Rodrigues Pena, estas instituições não tinham qualquer futuro, se junto delas, “não surgir uma alma devotada que a ampare com uma assistência de todas as horas”²³⁰.

O inspector Silvestre de Figueiredo, destaca o papel extraordinário de uma Directora de escola, no seu empenho pela assistência escolar:

“Sem a sua inteligente e muito experimentada orientação e seu espírito de sacrifício, a iniciativa, cuja realização tanto acarinhávamos, não passaria talvez de projecto. O dia da batata, do feijão, das couves, etc., em que cada criança, mesmo as mais pobres, gostavam de trazer a sua migalha, foi excelente maneira de economicamente oferecerem magníficas refeições. A frequência nas escolas

²²⁵ MATOS, Albino – *Relatório do Distrito Escolar da Guarda*. 1942/43, p. 7-8.

²²⁶ As cantinas forneciam pelo menos uma sopa diariamente às crianças. Outras já conseguiam fornecer uma pequena refeição.

²²⁷ A caixa escolar distribuía benefícios a todos os associados, quer fossem pobres ou ricos. A quota era em função das posses de cada aluno. Forneciam livros, material escolar, vestuário e calçado.

²²⁸ SOBREIRA, Joaquim - *Relatório do Distrito Escolar da Portalegre*. 1942/43, p.11.

²²⁹ SILVA, Aníbal - *Relatório do Distrito Escolar da Évora*. 1942/43., p. 10.

²³⁰ *Idem*, p. 17.

elevou-se a ponto de se tornar necessário criar mais um lugar na escola feminina, quando chegou a pensar-se na extinção dum dos lugares da mesma escola”²³¹.

Resultado dos trabalhos escolares:

Comparativamente ao ano lectivo anterior, registou-se no ano lectivo de 1942/43, uma ligeira melhoria no rendimento do serviço das escolas e postos escolares, em quase todos os distritos, apesar do agravamento das condições de vida das populações. E quando se verificou uma pequena baixa de aproveitamento em relação aos anos anteriores, ficou a dever-se a um maior cuidado nas passagens de classes, que obedeceram a nova modalidade, e a um pouco mais de rigor na realização dos exames.

No que diz respeito à preparação dos alunos do ensino particular, a opinião da maioria dos inspectores revelava que continuava a ser regular, tendo-se modificado para melhor, segundo o inspector Albino Matos, uma vez que “ainda não há muito tempo que as provas dos alunos do ensino particular e doméstico bastante deixavam a desejar”²³².

Pouco conformado com o procedimento do ensino particular, o inspector Marques dos Santos, recomendava:

“Não obstante o aperfeiçoamento que está tendo a Inspecção privativa deste ensino, parece que deveriam sujeitar-se a provas de passagem (da 1ª à 2ª classe e da 2ª à 3ª), os alunos de todo o ensino externo, com a presença claro, de qualquer autoridade escolar ou professor oficial como seu legado, a fim de se saber, com segurança, quais os alunos que, de facto tiveram aproveitamento nessas classes e se definir, melhor, assim, qual a classe em que devem ser considerados tais alunos, quando passam de um colégio para outro, ou, mais importante ainda, quando transitam para o ensino oficial propriamente dito”²³³.

Serviços administrativos e de inspecção:

²³¹ FIGUEIREDO, Silvestre – *Relatório do Distrito Escolar de Castelo Branco*, Ano 1942/43, [s.p.].

²³² MATOS, Albino – *Relatório do Distrito Escolar da Guarda*, 1942/43, p. 13.

²³³ *Idem*, p. 12

Decidimos analisar estes serviços subdivididos em três principais áreas de conteúdos explanados nos relatórios: apoio de secretariado, papel dos municípios e frequência das visitas.

Neste ano lectivo, as funções de secretaria tornaram-se mais trabalhosas e de maior responsabilidade, graças às “exigências duma nova ordem de actividade burocrática implantada neste regime político com mais estreita dependência hierárquica, submetida a orientação e fiscalização mais atentas e aperfeiçoadas dos organismos especiais que superiormente dirigem”²³⁴. Funcionaram, de uma maneira geral, com eficiência, devido ao esforço dos respectivos funcionários, que se empenharam por cumprir dentro dos prazos regulamentares, as tarefas que lhe estavam destinadas, já que o número dos funcionários não se coadunava com o movimento dos Distritos Escolares, para além das suas ausências, por motivo de doença:

“Assim, só com horas excessivas de trabalho e um denotado esforço da parte de todos, é que tem sido possível pôr e trazer em dia a multiplicidade de serviços que correm por esta Repartição”²³⁵.

Para além, do número insuficiente de funcionários, em muitos Distritos, havia a falta de recursos materiais, que no distrito da Guarda, chegava a impedir o inspector Albino Matos de “enviar circulares ao professorado, por falta de dinheiro para pagar a impressão. Nem sequer posso tentar dactilografá-las, pois a existência de uma só máquina nesta Direcção, velhíssima a quase sempre sem conserto, me inibe disso. (...) Também esta Repartição não tem telefone, o que muita diferença faz ao andamento do serviço”²³⁶.

Uma ou outra Câmara descurava as obrigações de manter em boas condições higiénicas os edifícios escolares, muitas vezes devido à falta de boa vontade, e também, à falta de recursos. O Inspector António Barata no seu relatório sugeria ao Director Geral do Ensino Primário, legislar-se de forma a que os Directores dos Distritos Escolares pudessem executar as obras mais urgentes, “descontando o Estado às respectivas Câmaras as despesas efectuadas”²³⁷. Também o inspector Marques dos Santos partilhava esta opinião e referia ainda, que desta forma, se evitava “as desigualdades de instalação e apetrechamento escolares que, por vezes, se observam de um para outro concelho.” O inspector Silvestre de Figueiredo nada conformado com

²³⁴ FIGUEIREDO, Silvestre de - *Relatório do Distrito Escolar da Castelo Branco*. 1942/43, p.

²³⁵ SANTOS, Marques dos - *Relatório do Distrito Escolar da Viseu*. 1942/43, p. 13

²³⁶ MATOS, Albino - *Relatório do Distrito Escolar da Guarda*. 1942/43, p. 13

²³⁷ BARATA, António - *Relatório do Distrito Escolar da Santarém*. 1942/43, p. 9

esta situação, exigia uma “fiscalização à maneira como cada uma das câmaras cumpre os encargos” camarários relativos ao Ensino Primário. Dava-nos ainda a conhecer que mesmo assim, houve uma modificação, para melhor, desta atitude dos municípios, consequência da utilização de todos os recursos, “desde a influência do Governo Civil ao entendimento amistoso com os presidentes das comissões administrativas”, no seu Distrito.

Em contrapartida, havia outras que “com a melhor vontade e sacrifício, arejou, lavou, reparou e pintou quase todas as suas escolas”²³⁸ e cumpriu regularmente com os encargos legais a que eram obrigadas com os serviços do Ensino Primário.

Os serviços de recenseamento passaram a estar mais facilitados com a aprovação do mapa da rede escolar e decorreram dentro dos prazos regulamentares. Foram dadas instruções por parte dos inspectores, para que os serviços de recenseamento se aperfeiçoassem cada vez mais, de forma a que “os cadernos representassem, quanto possível a expressão da verdade”²³⁹.

Este serviço estava quase exclusivamente entregue aos professores, com as outras entidades que neles deviam colaborar, a dar apenas a sua assinatura e concordância:

“Justo é, porém, realçar aqui a acção do professorado em geral, pois, na maior parte das localidades, se não fosse a sua valiosa colaboração, tal serviço ou não seria feito ou sê-lo-ia imperfeitamente”²⁴⁰.

Alguns inspectores apontavam a execução dos vários serviços de secretaria, que não podiam descurar e a dificuldade de transporte, como impedimento para o desempenho de uma acção eficiente de inspecção às escolas e postos, que só mesmo o desejo de manter os serviços minimamente em ordem, levavam os inspectores às escolas:

“Mais se faria se as distâncias percorridas não o fossem, em grande parte, a cavalo e a pé, dando esta circunstância lugar a grandes demoras e gastos de tempo que mais daria se aproveitado com meios de transporte mais rápidos, dando assim lugar a que num só dia se visitasse mais que uma escola”²⁴¹.

“Os serviços de fiscalização igualmente se ressentiram porque não foi utilizado automóvel algum nos transportes, tornando-se por isso excessivamente moroso e, tanto mais que, as camionetas dificilmente nos concediam lugares,

²³⁸ ALVES, Carlos - *Relatório do Distrito Escolar da Leiria*. 1942/43, p. 12

²³⁹ SILVA, Aníbal - *Relatório do Distrito Escolar da Évora*. 1942/43, p. 13.

²⁴⁰ SANTOS, Marques dos - *Relatório do Distrito Escolar da Viseu*. 1942/43, p. 14.

²⁴¹ MATOS, Albino - *Relatório do Distrito Escolar da Guarda*. 1942/43, p. 12.

devido ao excesso de lotação que traziam e à aglomeração de passageiros que as procuram”²⁴².

“Apesar de se ter aumentado a importância paga por quilómetro percorrido, com mágoa temos de dizer a V. Ex.^a que muitas vezes as despesas feitas são superiores às que recebemos. Apenas as importâncias pagas, em camioneta, são suficientes, e para compensar alguns prejuízos andamos a pé boas distâncias”²⁴³.

Também, as condições de vida dificultavam consideravelmente os serviços de fiscalização, já que interferiam com a pontualidade e assiduidade do todo o pessoal docente e discente, que muitas vezes não se encontravam nas escolas, nas poucas visitas dos inspectores, o que dificultava ainda mais todo este processo:

“A falta de géneros obrigou muitos alunos a faltar à escola por estarem às portas das padarias, ou das mercearias à espera de serem servidos, e vários professores e regentes, principalmente do quadro de agregados, a terem de se deslocar da sede das suas escolas para as localidades mais próximas onde pudessem encontrar quem lhes fornecesse qualquer refeição ou conforto que ali não encontravam”²⁴⁴.

Mas, mesmo assim, algumas escolas e postos escolares dos vários distritos foram contemplados com os serviços de fiscalização, já que segundo o inspector Silvestre de Figueiredo, “nada pode equivaler, na apreciação do professor, ao que a sua escola e seu meio nos revelam. A nossa presença é, para muitos, um exemplo e um estímulo que tenho procurado aproveitar (...)”²⁴⁵.

²⁴² TEIXEIRA, José - *Relatório do Distrito Escolar da Braga*. 1942/43, p. 3.

²⁴³ BARATA, António - *Relatório do Distrito Escolar da Santarém*. 1942/43, p. 9.

²⁴⁴ TEIXEIRA, José - *Relatório do Distrito Escolar da Braga*. 1942/43, p. 3.

²⁴⁵ FIGUEIREDO, Silvestre de - *Relatório do Distrito Escolar da Castelo Branco*. 1942/43, [s.p.]

2.3 Da pedagogia dos princípios à caracterização da intervenção inspectiva

2.3.1 Do que dizem os inspectores ao que fazem: a opinião dos professores

Neste ponto iremos cruzar as entrevistas feitas aos professores que leccionaram na década de 40 e 50, que consideramos serem uma fonte fundamental para esta fase do nosso trabalho, com as opiniões dos inspectores, expressa na *Escola Portuguesa*, na tentativa de verificar se existia coerência entre os seus discursos e as práticas inspectivas, ou se a actividade inspectiva decorria descontextualizada da realidade pedagógica e sem repercussão no acto educativo.

Para análise dos testemunhos orais apresentamos em forma de síntese os resultados de cada um dos indicadores, obtendo uma visão geral de como se efectuou o estudo dos discursos produzidos pelos depoentes, para em seguida analisá-los em pormenor.

Organizadores:

- 1- Frequência/Duração das visitas dos inspectores²⁴⁶
- 2- Expectativas dos professores relativamente à inspecção
- 3- Atitudes da inspecção em relação aos professores e às suas práticas
- 4- Dimensão relacional

²⁴⁶ Todos os inquiridos começaram a trabalhar no período cronológico sobre que incide a tese (década de 40 e 50). As referências que os entrevistados fazem à inspecção reportam-se ao seu período de vida profissional e não especificamente às décadas em causa. Como é natural os nomes apresentados são fictícios.

QUADRO-SÍNTESE

ORGANIZADORES	INFORMAÇÃO/CONTEÚDO
1- Frequência/Duração das visitas dos inspectores	• Todos os depoentes consideraram que tiveram muito poucas inspecções, a maior parte teve uma, no máximo duas. Eram visitas inesperadas e de curta duração. Podiam ir de 15 minutos a duas horas no máximo.
2- Expectativas dos professores relativamente à inspecção	• É visível nos discursos dos depoentes que os inspectores só apareciam para fiscalizar e nunca para orientar. Contudo, alguns professores ressaltaram que caso abordassem o inspector para pedir uma opinião ou um conselho, este não o negaria. Também referiram que voluntariamente, os inspectores nunca lhes manifestaram opiniões de natureza didáctico-pedagógica, mas se fossem solicitados nesse sentido, alguns professores salientaram que o fariam. Outros questionaram se o fariam ou não, pois na sua opinião o inspector não saberia muito mais do que o professor. • Na opinião da maioria dos professores, os inspectores não eram pessoas com habilitações adequadas para o cargo que desempenhavam e os serviços de inspecção não traziam nenhuma vantagem ao ensino.
3- Atitude da inspecção em relação aos professores/regentes e às suas práticas	• Não defendiam o castigo corporal e não abordavam o professor relativamente a essa questão. Contudo, os depoentes referiram que não castigavam os alunos na presença dos inspectores, e alguns chegavam mesmo a esconder a régua. • No trabalho docente, os inspectores não valorizavam o método de trabalho, o material e os planos de trabalho do professor. Também não costumavam intervir nas aulas a que assistiam. Não tinham por hábito dar conhecimento aos professores do resultado das visitas. • Davam grande importância à escrituração e ao aspecto interior/exterior do edifício. • Os inspectores, na sua maioria, aparecia nos exames. • A forma como os inspectores tratavam as regentes era de alguma cordialidade e até tolerância. • Aos depoentes nunca foram instaurados processos disciplinares e não tinham conhecimento de colegas que sofreram sanções disciplinares.
4- Dimensão relacional	• Inicialmente os professores tinham uma imagem muito negativa – “medo, receio, pavor, respeito” - dos inspectores. Após o primeiro contacto, manifestaram nos seus discursos uma certa cordialidade e boa impressão. “Eles só vinham fiscalizar o serviço dos professores, mas não deixavam de ser pessoas simpáticas..” No entanto, nos depoimentos de alguns professores manteve-se essa imagem negativa.

Frequência/Duração das visitas dos inspectores

Quisemos saber como é que os inspectores organizavam o trabalho de campo, ou seja, as visitas às escolas, e quanto tempo demoravam essas visitas. Pelos depoimentos recolhidos ficámos a saber que as visitas às escolas eram raras e

duravam pouco tempo, e sempre sem o professor ter conhecimento dessas mesmas visitas:

“Em 20 anos de serviço só tive duas inspecções. Duraram sensivelmente duas horas cada. Nós nunca sabíamos quando os inspectores iam aparecer. A minha primeira inspecção foi em 1962. O inspector apareceu de surpresa, entrou na minha sala (a escolha da sala era aleatória, mas perguntavam sempre pelo Director(a) da escola). Sentou-se e eu tive de pedir para se identificar, mas já desconfiava que era um inspector, caso contrário, não tinha aquela atitude, o que prontamente o fez e pediu autorização para continuar na sala” (António).²⁴⁷

“Tive poucas visitas. Antes do 25 de Abril tive duas (uma em 1962 e outra em 1964). Apareciam sem nós contarmos. Não sei dizer quanto tempo duravam as visitas, mas não estavam muito tempo em cada sala” (Beatriz).²⁴⁸

Com os relatórios que os inspectores elaboravam após cada visita às escolas, pudemos concluir que na realidade, as visitas não duravam muito tempo.

Em vários relatórios de visitas feitas por um inspector a escolas do Distrito Escolar de Braga (assinatura ilegível do inspector), e analisados por nós, apurámos em 10 deles que as visitas demoravam entre 35 minutos a 1 hora e que decorreram todas no primeiro período da manhã ou da tarde. Também analisámos 7 relatórios do inspector Francisco Moura, do Distrito Escolar de Castelo Branco e a situação manteve-se, ou seja as visitas foram realizadas no mínimo em 20 minutos e no máximo em 1 hora e 30 minutos.

O desconhecimento por parte dos professores das visitas da inspecção, é confirmado pelos inspectores, e descrito como procedimento generalizado, em artigos da *Escola Portuguesa*:

“Há meses visitando inesperadamente uma escola, ao meio dia, encontrei-a encerrada”²⁴⁹.

(...) a recordação é viva, com a mesma limpidez de todas as lembranças de melhores ou piores impressões, que mais profundamente nos afectaram. O inspector entrara, de súbito, muito inesperadamente, bem resguardado de avisos ou descuidos anunciadores. Deve ter caminhado até à porta da aula nos bicos

²⁴⁷ Leccionou como professor de 1955 até 1975. A partir daí passou a delegado Escolar e desempenhou essa função até à aposentação.

²⁴⁸ Tirou o curso na Escola Normal em Braga. Começou a trabalhar em 1953.

²⁴⁹ SANTOS, Gomes – “Visita a uma escola”, In *Escola Portuguesa*. nº 387, 26 Mar 1942, p. 47.

dos pés, para a surpresa ser mais chocante com os ares policiais com que se procura gozar o êxito de flagrante delito”.²⁵⁰

“Nos primeiros anos não avisávamos que íamos fazer inspecção. Aparecíamos. Eu, normalmente, não aparecia à hora do início das actividades. Aparecia uns minutos depois, com a turma em plena actividade. É claro que ninguém gosta de ser inspeccionado”²⁵¹.

As visitas inesperadas às escolas, são um procedimento que segundo LUME, continuaram a realizar-se pelo menos até à década de 80, altura em que a intervenção inspectiva nas Escolas Básicas do 1º Ciclo, sofreu grandes alterações no que diz respeito à actuação do próprio inspector dentro da sala de aula. Ainda na perspectiva da autora, com o aparecimento das auditorias, as escolas eram seleccionadas, assim como o número de salas de aula e anos de escolaridade a serem observados. Os inspectores continuaram a assistir às aulas ministradas pelos professores, mas com critérios pré-definidos, onde se estipulava o tipo de intervenção para todas as escolas a serem visitadas e os pontos a serem observados, tudo com base num guião. Desta forma, é reduzida aos inspectores a sua acção de intervenção no trabalho desenvolvido directamente pelos professores, passando o seu papel a ser mais de avaliador de todo o processo de educação e ensino em cada escola. Logicamente que o relacionamento dos inspectores com os professores, também se vai ressentir, tornando-se as relações afectivas mais imparciais “no que se refere às cumplicidades estabelecidas e na inferência da metodologia de trabalho do professor”²⁵².

Será que as visitas inesperadas eram um mero acaso, ou uma forma de embaraçar o professor pouco habituado aos contactos oficiais?

Expectativas dos professores relativamente à inspecção

No início do período da Ditadura os inspectores, pela orgânica dos serviços, acumulavam funções pedagógicas com outras de natureza disciplinar²⁵³, o que concedia ao inspector um papel de autoritarismo e, quando chegava às escolas, a sua função era

²⁵⁰ O inspector Silvestre de Figueiredo recorda nesta passagem, o tempo em que ainda leccionava e recebeu a visita inesperada de um inspector. FIGUEIREDO, Silvestre – “Duas atitudes didácticas e uma conclusão”. In *Escola Portuguesa*, nº 1142, 10 Abril 1957, p. 433

²⁵¹ Opinião partilhada por todos os depoentes de LUME (inspectores que iniciaram as suas funções inspectivas entre 1958 e 1977) e dos quais retirámos este testemunho. LUME, Filomena, ob. cit., p. 155.

²⁵² *Idem*, p.158.

²⁵³ Decreto n.º 12 706. *Diário da República*, 1ª Série, nº261, 17 Nov 1926, p. 2038.

dar ordens ou assegurar a execução delas, isto apesar de sentirem ficar aquém a sua intervenção de desejo. Com o decreto de 1933²⁵⁴ esta ideia ficou completamente ultrapassada, posição defendida pelos próprios inspectores, em vários artigos da *Escola Portuguesa*. A sua missão assentava na orientação “in loco” baseada no diálogo construtivo e na troca de experiências, e o inspector Silva Graça entendia que existia ainda outro tipo de orientação, que se baseava no estudo e confronto de várias experiências locais e na interpretação de dados estatísticos²⁵⁵ que poderiam levar ao esclarecimento de muitas questões relacionadas com o ensino.

O estabelecimento dos serviços de orientação pedagógica deve-se, na perspectiva de LUME, “à afirmação nacionalista do primado da educação sobre a instrução, consubstanciando novas imagens às funções educativas, enquadradas na valorização de uma dimensão moral e política”²⁵⁶.

No que é referido nos testemunhos dos depoentes há boas razões para afirmar que os professores tinham uma opinião diferente à manifestada pelos inspectores. Para os inquiridos, os serviços de inspecção não funcionavam com sucesso, já que o número de inspectores era reduzido²⁵⁷, e como raramente davam conhecimento do resultado das visitas às escolas, apesar de registarem as visitas num relatório²⁵⁸, a acção dos inspectores não trazia um acréscimo em termos de qualidade ao ensino, nem aos professores²⁵⁹.

Pelo facto de a nomeação para o cargo de inspector ser realizada pelo Ministro da Instrução Pública e não por concurso, os professores quando se cruzavam

²⁵⁴ Decreto n.º 22 369. *Diário da República*, Iª Série, nº73, 30 Mar 1933, p. 415.

²⁵⁵ Para muitos pensadores a análise de dados estatísticos era considerada “menos válida, nas ciências normativas, pelas suas complexas inferências psico-sociais”. GRAÇA, Silva – “Actualidade do trabalho do inspector orientador”, In *Escola Portuguesa*. nº 1219, 25 Jan 1959.

²⁵⁶ LUME, Filomena, *ob. cit.*, p.128.

²⁵⁷ A inspecção durante o Estado Novo sofreu, paralelamente com as alterações surgidas no Ensino Primário, uma degradação profissional, uma vez que o número de inspectores suportou uma redução significativa. Em 1923, existiam 74 inspectores efectivos e 4 interinos aprovados em concurso. Em 1933 foi reduzido para 18 inspectores (8 inspectores orientadores; 4 inspectores disciplinares e 6 inspectores adjuntos do Director Geral). Esta situação manteve-se quase inalterável até à década de 70 do séc. XX.

²⁵⁸ Nos 61 relatórios a que tivemos acesso, reunimos 8 relatórios dactilografados que respeitavam sempre a mesma sequência de assuntos; 10 fichas-tipo dactilografadas e 15 manuscritas (com um reduzido espaço para anotações), e por último 33 relatórios manuscritos sem semelhanças na sequência de assuntos.

²⁵⁹ Também o Inspector Silvestre de Figueiredo, enquanto professor (década de 30), partilhava esta opinião. Após a visita de um inspector, concluiu: “Chegámos ao fim sem o prazer desejado de uma novidade proveitosa, com que se aligeirasse o nosso esforço e se enriquecesse o nosso mérito”. FIGUEIREDO, Silvestre – “Duas atitudes didácticas e uma conclusão”, In *Escola Portuguesa*. nº 1142, 10 Abr 1957, p. 433.

Os depoimentos que recolhemos vão até à década de 60. Parece-nos que a insatisfação manifestada no início da década de 30 em relação às funções de orientação das práticas pedagógicas se estendeu até à década de 60, pelo menos.

profissionalmente com os inspectores, manifestavam logo uma certa antipatia à sua presença e ao seu trabalho, até porque os inspectores eram, para a maioria dos depoentes, pessoas com pouca formação:²⁶⁰

“Os inspectores eram poucos e eram feitas poucas visitas e depois não havia um resultado dessas mesmas visitas. Continuava tudo na mesma. Sinto-me desiludido em relação à inspecção” (António).

“Não, não eram pessoas bem formadas. Só iam para esses cargos quem fosse amigo do sistema. Daí a nossa aversão à inspecção” (Maria José).²⁶¹

“Acho que eram como nós, mas com certeza muitos tinham boas notas, outros eram pessoas bem relacionadas. Estou a fazer-me entender?” (Augusta)²⁶².

“Eram pessoas mal preparadas em termos pedagógicos. Só se interessavam pela parte administrativa.

As provas para inspectores eram mais pessoais, só para dar a entender que havia uma selecção, o que não correspondia à verdade”(António).

No mesmo sentido, um testemunho de um inspector que ingressou na carreira em 1958, explica-nos a sua candidatura ao concurso para inspectores, e conclui-se que na realidade as exigências não eram muitas:

“O digníssimo Ministro fez-me o convite para ir para Vila Real em Trás-os-Montes, como Adjunto do Director Escolar e tive de dizer que sim...Estive lá oito meses e depois fui transferido para Santarém, e lá estive mais algum tempo. Até que um dia apareceu na *Escola Portuguesa* o anúncio de concurso para inspectores. O Director Escolar abeirou-se de mim e disse-me para eu me candidatar. Ele tanto insistiu que eu resolvi meter os papéis. Concorreram 62 candidatos. Entrei para o curso da inspecção em 1958...As provas foram fáceis e eu escrevi, escrevi, escrevi e na altura que ia começar a passar, olhei para o lado e já não vi nenhum dos colegas. Fui à presidente do júri e disse-lhe que já não

²⁶⁰ Numa pesquisa realizada entre 1878 e 2000, LUME só encontrou referência a 3 cursos para ingresso na Inspecção do Ensino Primário que duraram mais de um ano: um de ano e meio entre 1974-1976, outro de dois anos realizado em 1975 e mais recentemente, em 2000, um curso de um ano e meio. Todos os outros cursos de formação para ingresso na actividade inspectiva baseavam-se na apreciação do currículo e entrevistas, com uma formação mais específica de 4 a 8 semanas, sendo considerado o primeiro ano de ingresso na carreira inspectiva de estágio. LUME, Filomena, *ob. cit.*, p. 117.

²⁶¹ Tirou o curso no Magistério do Porto. Mais tarde, tirou o curso de Ciências Pedagógicas. Deu aulas no Magistério de Penafiel. Começou a leccionar em 1953.

²⁶² Tirou o curso na Escola Normal do Porto. “Não gostava do ambiente. Os alunos não valiam por aquilo que sabiam, mas pela relação que mantinham com os professores”. Começou a trabalhar em 1950.

tinha tempo de passar a limpo aquilo. Ela disse-me para entregar o rascunho. Eu assim fiz e consegui ser nomeado. Frequentei um curso de aperfeiçoamento com provas orais primeiro, que foram demasiadamente fáceis, digo eu, para a categoria de inspector. Acho que não me portei mal e fui inspector”²⁶³.

Com o decreto nº 48 798 de 26 de Dezembro de 1968, surgem alterações na forma de selecção dos inspectores do Ensino Primário, que continuavam a ser nomeados entre professores diplomados pelas escolas do Magistério Primário, mas as normas de selecção eram mais rigorosas, valorizando-se não só o currículo, mas também a habilitação académica e a especialização. Em 1973, os inspectores-orientadores passam a designar-se inspectores-orientadores de 2ª classe, integrados na Direcção –Geral do Ensino Básico e da Inspecção-Geral do Ensino Particular.

No final do Estado Novo já se verificavam alterações significativas nos critérios de selecção do concurso para inspectores. Um testemunho de uma inspectora²⁶⁴, dá-nos conta de que as provas para o ingresso do inspector-orientado de 2ª classe, eram bem diferentes das realizadas em 1958, ou seja, tinham um grau de exigência bastante mais elevado, assim como o número de candidatos, que passou de 62 em 1958 para mais de 1000 em 1973.

Todos os nossos inquiridos referiram que o desempenho dos inspectores se baseava unicamente em fiscalizar²⁶⁵ toda a acção dos professores, raramente sendo esclarecidos ou beneficiando de intervenções dos inspectores nas suas aulas, sobre assuntos de natureza didáctico-pedagógicos. Mas, se percebessem que um professor estava a falhar, pediam licença para intervir e davam uma ajuda, mas “nunca entravam em pormenor nem massacravam o professor”(Ana Paula)²⁶⁶. Questionados os depoentes sobre esta “leveza no modo de agir”, responderam que talvez os inspectores apostassem nesta abordagem porque “não saberiam muito mais do que um professor”, e “na minha opinião, eles até apareciam mais no interior do que nas cidades para não serem confrontados por algum professor com muitos conhecimentos”(António).

²⁶³ LUME, Filomena, *ob. cit.*, p. 168.

²⁶⁴ Inspectora entrevistada por Lume e que iniciou funções de inspectora-orientadora em 1974. *Idem*, p.169-171.

²⁶⁵ A função fiscalizadora era permanentemente desvalorizada nos discursos dos inspectores: “Na realidade são outros e mais altos os desígnios da inspecção. Com ela mais se pretende orientar e prevenir, que fiscalizar e punir”. Apesar de afastarem a função fiscalizadora da inspecção, ou relegarem para segundo plano, os inspectores tinham a percepção que os professores ainda não o tinham feito. “A acção vigilante e disciplinar do inspector é a que mais avulta aos olhos do agente de ensino precipitado nos seus julgamentos.” MARTINS, José Baptista – “O professor e a inspecção”, In *Escola Portuguesa*. nº. 1231, 25 Jan 1960, p.7.

²⁶⁶ Começou a leccionar em 1954.

A maioria frisou que se precisasse de se aconselhar com os inspectores, o faria mas “com cuidado na abordagem”(Francisco)²⁶⁷, e quase de certeza que não lhes seria negada qualquer informação. Também referiram que normalmente, quando questionavam o inspector, excepcionalmente, eram assuntos de carácter pedagógico e as dúvidas estavam mais relacionadas com as burocracias da escola:

“Se precisassem, acho que os professores pediriam conselhos aos inspectores, não sei é se eles saberiam responder”(António).

“Até podiam pedir. Mas, eles não traziam nada de novo. Já eram velhos”(Fernanda)²⁶⁸.

“Se lhes pedíssemos opinião sobre um assunto em que não estávamos tão à vontade, acho que eles ajudavam. Caso contrário, não diziam nada. Só observavam”(Emília)²⁶⁹.

“Quando nós víamos que o inspector era simpático (o que quase sempre acontecia antes do 25 de Abril), pedíamos um ou outro conselho, mas não era sobre assuntos de carácter pedagógico. Tinha mais a ver com as burocracias da escola”(Ana Paula).

Atitudes da inspecção em relação aos professores e às suas práticas

“É incontroverso que a aula é o espelho do mestre. Nele se retrata fielmente o seu bom senso pedagógico, o amor da função e o sentido patriótico e sacerdotal que nela põe. Procure-se, pois, eliminar, totalmente do quadro já honroso do nosso conjunto escolar, uma ou outra mancha de aulas vazias, tristes e repulsivas, de que a gaiola dá ideia exacta, aulas onde se fala, como os papagaios, mas onde não se pode voar”(Silvestre de Figueiredo)²⁷⁰.

A valorização da dimensão pedagógica, as regulamentações e a formação exigida aos professores, era manifestada pelos inspectores na imprensa, principalmente na *Escola Portuguesa*. Desta forma, o Estado garantia a propagação da ideologia oficial, uma vez

²⁶⁷ Tirou o curso na Escola Normal do Porto (2 anos). “Ainda andei um ano e meio na Faculdade de Ciências, mas o meu pai entendeu que ao ir para a Escola Normal, mais depressa orientava a minha vida”. Saiu com 16 valores e começou a trabalhar em 1933.

²⁶⁸ Tirou o curso no Magistério do Porto. Começou a leccionar em 1952.

²⁶⁹ Tirou o curso em 1935 num colégio interno (3 anos), com 16 valores. Começou a leccionar em 1937, porque esteve dois anos sem trabalhar. Trabalhou 10 anos na Telescola e também deu cursos para adultos.

²⁷⁰ FIGUEIREDO, Silvestre – A aula reflecte o professor, In *Escola Portuguesa*. nº 1079, 17 Dez 1955, p. 269.

que os inspectores eram agentes ao serviço do Estado e as suas orientações eram de acordo com o pensamento político vigente.

Atendendo ao elevado número de alunos e aos vários anos de escolaridade com que os agentes educativos trabalhavam, quisemos saber como organizavam a sua actividade escolar e como os inspectores influenciavam essas práticas educativas.

Escrituração escolar e instalações

Na opinião dos nossos entrevistados, os inspectores nas visitas às escolas davam especial atenção à escrituração e ao aspecto interior e exterior dos edifícios.

“O que mais lhes interessava era a escrituração. Na primeira visita que tive, o inspector mal se apresentou, pediu-me logo o livro de matrículas (eu era o Director da escola) e o Diário de Frequência. Muitos colegas falseavam as estatísticas. Tinham medo da nota que lhes podia ser atribuída. Com dois “deficiente” podiam ser afastados da escola.

Também se preocupavam muito com a limpeza e com o arranjo dos edificios escolares”.(António)”.

“O Diário de Frequência era o que nós tínhamos a certeza que eles iam pedir, tanto que às vezes, marcava-se uma ou outra presença aos miúdos, mesmo eles estando a faltar”(Constança).

“Gostavam de ver a escola muito limpinha e arrumadinha” (Ana Paula).

“Preocupavam-se com o aspecto da escola e nós tínhamos o cuidado de ter sempre tudo muito asseado, pois sabíamos que assim já “marcávamos um ponto a nosso favor”, quando o inspector aparecesse”.

Quando apareciam pediam logo o Diário de Frequência e contavam os alunos que estavam na sala, para confrontar com o nosso registo. Outra coisa que procuravam saber era qual o aproveitamento dos alunos e qual a situação económica dos pais.” (Francisco).

“Por vezes apareciam nas escolas para ajudar os professores a resolver problemas relativos a obras nos edificios” (Augusta).

No relato do inspector Afonso Frias, de uma visita a uma aldeia beirã, podemos aferir que realmente os inspectores valorizavam o aspecto dos edificios escolares:

“(…) Momentos depois, todos nos encontrávamos na sala de aula: ampla, limpa, agradável – onde, bem pode dizer-se, havia ‘um lugar para cada coisa e cada coisa estava no seu lugar.

Nas paredes – como já tínhamos notado exteriormente – nem um só risco ou sinal de tinta; no chão, recentemente lavado, nem um único pedaço de papel ou ‘migalho’ do que quer que fosse; as carteiras alinhadas e sem qualquer traço a lápis ou tinta e o menor sulco; a secretária bem arrumada, com uma pequena jarra, florida; o Crucifixo, muito reluzente, na parede fronteira aos alunos, ao centro e ao alto, ladeado, simetricamente, pelas fotografias, encaixilhadas, do Chefe do Estado e Presidente do Conselho; os mapas corográficos e demais material didáctico, devidamente guardados em lugar apropriado; sobre a estante e nos parapeitos das janelas, pequenos vasos com verdura e flores, quadros murais, reproduzindo factos dominantes da nossa História, paisagens e monumentos característicos, etc, disseminados, com gosto e estética, por toda a sala.

A impressão colhida, quanto à parte material da escola, não podia, pois, ser mais grata ao nosso coração e ao nosso espírito”²⁷¹.

A valorização dos edificios escolares por parte dos inspectores, possivelmente ficou a dever-se ao enorme empenho que o Estado Novo depositou no Plano dos Centenários, que desde que foi posto em marcha, deixou de ser preciso “que se aponte a ‘casa da escola’ porque o ‘edificio escolar’ se impõe pelas suas linhas arquitetónicas e como que nos diz: ‘sou eu’”²⁷² e à sensibilização feita na *Escola Portuguesa*, no artigo nº 697 de 4 de Março de 1948, que difundia a imperiosa necessidade da conservação dos edificios escolares, e a prestação, tanto moral como profissional, que cabia a cada professor que neles exerciam, no que diz respeito à deterioração e ruína dos mesmos edificios. É claro que as autarquias locais eram as entidades que estavam directamente responsáveis e que, por lei, tinham a seu encargo a reparação e conservação dos edificios.

O inspector Gomes dos Santos, atribuindo responsabilidades aos professores, recomendava que nada poderia substituir “a vigilância, o zelo, o cuidado, o carinho dos professores, em diário contacto com as dependências do edificio em que trabalham, nem eles poderão de modo algum eximir-se ao encargo moral de olhar e velar pela

²⁷¹ FRIAS, Afonso – “Notas de inspecção”, In *Escola Portuguesa*. nº 1080, 25 Dez 1955, p. 294.

²⁷² ESCARAMEIA, António José – “Casas de escola e edificios escolares”, In *Escola Portuguesa*. nº 777, 15 Set 1949, p. 650.

conservação da casa da aula”²⁷³. Em jeito de alerta, o inspector António José Escameia concluía assim um artigo sobre os edifícios escolares:

“Estimemos, pois, as nossas escolas.

Façamos com que os alunos e os estranhos as tratem com carinho.

Elas bem o merecem porque hão-de contribuir, e em grande percentagem, para a formação cada vez mais sadia das novas gerações que ali irão procurar a saúde do corpo e o pensamento do espírito”²⁷⁴.

O interesse pela escrituração escolar era justificada pelos inspectores na imprensa, pelo facto de muitas vezes as autoridades escolares terem conhecimento de alguns casos de irregularidades cometidas na escrituração das escolas e postos escolares, relativamente ao movimento de alunos. Algumas dessas infracções eram de tal gravidade que poderiam provocar contratempos a quem as praticasse.

O inspector Gomes dos Santos justificava o motivo que levava alguns agentes educativos a tal comportamento e quais as circunstâncias causadoras desse motivo.

Tudo se baseava na “necessidade de apresentar ou indicar no mapa estatístico anual um número igual ou superior a dois terços dos alunos que frequentaram regularmente, e assim assegurar as probabilidades de evitar um deficiente no serviço, visto serem pesadas as consequências económicas e disciplinares desta qualificação”²⁷⁵.

Os serviços docentes de cada professor, estabelecidos pelos decreto nº 22 369 de 1933²⁷⁶, eram qualificados pelo inspector do respectivo distrito escolar, podendo ser de “suficiente” ou “deficiente”.

As qualidades docentes eram avaliadas com base no valor do esforço do professor, no aproveitamento dos alunos, no interesse pelo serviço e pelo progresso da escola, e no apoio a obras de interesse local em que tenha participado ou contribuído, sem prejuízo dos serviços escolares. Também se tinha em conta o prestígio social do professor.

A classificação de “deficiente” atribuída em dois anos, seguidos ou não, tinha como consequência a perda da última diuturnidade²⁷⁷ adquirida, e ainda a instauração de

²⁷³ SANTOS, Gomes – “A escola e o Sol”, In *Escola Portuguesa*. nº 846, 10 Fev 1951, p.317.

²⁷⁴ ESCAMEIA, António José – “Casas de escola e edifícios escolares”, In *Escola Portuguesa*. nº 777, 15 Set 1949, p. 650.

²⁷⁵ SANTOS, Gomes – “Sobre a escrituração escolar”. In *Escola Portuguesa*, nº 394, 14 Maio 1942, p.517.

²⁷⁶ Art. 168,169 e170 do Decreto 22 369. *Diário da República*, Iª Série, nº73, 30 Mar 1933, p. 432.

²⁷⁷ O artigo 12º do Decreto nº 26 115 (Reforma dos vencimentos) aumentou para dez anos os períodos de diuturnidades, que eram de cinco, o que resultava em perda dobrada de tempo de abonos, para os professores a quem fosse retirada alguma diuturnidade.

processo disciplinar, ou a demissão se o professor não tivesse adquirido o provimento definitivo, o qual era concedido ao fim de cinco anos de bom e efectivo serviço.

Quanto ao serviço dos regentes, o decreto 27 279 estabelecia que aqueles que tivessem nota de “deficiente” na qualidade de serviço, eram submetidos a provas de exame para a regência de postos, apesar de já terem sido aprovados nesse exame.

Analisando as circunstâncias que geravam estas irregularidades, dois motivos podiam ser considerados. Primeiro, o facto de o professor exercer em localidades adversas ao ensino, como a pobreza e baixos índices escolares. Estes meios, “com escolas às vezes fechadas por largos períodos e com quatro classes mistas, não eram dos mais rendosos”²⁷⁸. As doenças dos professores ou das suas famílias, a falta de interesse e a incapacidade profissional²⁷⁹, poderiam ser apontados como o segundo factor que originava as irregularidades.

Excluídos os casos graves de desmazelo ou incapacidade profissional, existiam motivos que poderiam justificar um ano de mau aproveitamento escolar. Perante esta situação, os agentes educativos nada mais teriam a fazer do que uma exposição honesta aos seus superiores hierárquicos, sendo de evitar falsear a verdade, que mais tarde ou mais cedo acabaria por se descobrir.

Métodos e planos de trabalho e material utilizado

No trabalho docente, os inspectores não davam grande importância ao método e aos planos de trabalho, assim como ao material utilizado, segundo o que nos foi transmitido nos depoimentos dos nossos entrevistados. Manifestaram ainda que as preocupações dos inspectores, neste campo, passavam pela organização do caderno e pelo aproveitamento dos alunos.

Em relação ao método de trabalho concluímos que não havia nenhum método generalizado. A maioria dos depoentes referiu que de acordo com as turmas e os alunos, utilizava o método que lhe trouxesse melhores resultados. Parece-nos que a escolha do método de trabalho por parte dos agentes educativos não constituía motivo de preocupação quando recebiam a visita da inspecção:

²⁷⁸ SANTOS, Gomes, *Idem*, p.518.

²⁷⁹ O inspector Gomes dos Santos atribui a incapacidade profissional, muitas vezes à falta de fiscalização e orientação suficientes. *Ibidem*.

“Não se preocupavam com os métodos que utilizávamos. Preocupavam-se era com as horas a que os professores chegavam (muitas vezes iam falar com os motoristas para saber a que horas chegavam as camionetas), com os cadernos dos alunos e com o Livro de Frequência. Depois do 25 de Abril já se preocupavam como modo como os professores ensinavam”(Maria José).

“Nunca me perguntaram pelo método de trabalho, mas se me perguntassem respondia: - O método!? É o mesmo que o senhor utilizava quando ensinava”(Augusta).

“Não se preocupavam com os métodos de trabalho. Também com tantos alunos quem é que pensava em métodos de trabalho? Eu cheguei a ter 48 alunos a as quatro classes. Era complicado. O nosso método era trabalhar de sol a sol”(Constança).

“O meu maior receio em relação à inspecção era precisamente por causa do meu método de trabalho. Eu trabalhava de maneira diferente das minhas colegas. Usava muitas imagens e desenhos. E quando tive a primeira visita, o inspector deixou-me dar a aula e no fim elogiou o meu trabalho, mas não me perguntou que método utilizava, nem porque o usava”(Beatriz).

O inspector José Baptista Martins defendia que o inspector devia ter o bom senso de “não impor métodos pessoais de actuação, quando os que se seguem não ferem os direitos da criança e os interesses sociais, mormente se da sua aplicação se obtêm satisfatórios resultados”²⁸⁰. O professor devia ter a liberdade de escolher o seu método de trabalho e ser responsável pelo seu êxito junto dos alunos. O fundamental era não submeter “todos os seus discípulos à mesma técnica”²⁸¹, mas ter em conta a individualidade de cada um.

Porém, se o inspector entendesse ser pertinente, nada o impedia de fazer uma crítica às formas e aos processos utilizados, já que a sua experiência pessoal, as experiências que observou no seu percurso profissional e as actualizações que provavelmente fazia, conferiam-lhe autoridade para assim proceder. Uma forma de actuação, passava por dialogar com os agentes educativos, esclarecer dúvidas e sugerir alternativas.

No mesmo sentido e num outro testemunho, é apresentada a mesma opinião. No relatório enviado ao Director Geral do Ensino Primário, o inspector do Distrito Escolar

²⁸⁰ MARTINS, José Baptista – “O professor e a inspecção”. In *Escola Portuguesa*. nº 1231, 25 Jan 1960, p. 7.

²⁸¹ SILVA, J. Correia – “O problema da repetência”, In *Escola Portuguesa*. nº 1266, data, p. 7.

Rodrigues Pena, reforçava esta atitude defendida pelo inspector José Baptista Martins ao referir que aos inspectores não lhes competia, “a propaganda deste ou daquele método ou processo; o seu papel consistirá sobretudo em sugerir novas atitudes de espírito perante os variadíssimos problemas do ensino. Mais do que receitar didáctica deverá o orientador dos mestres despertar à sua volta a curiosidade pelo estudo e o amor pelo ensino, já que a melhor didáctica resulta de uma melhor posição de inteligência do mestre sobre cada caso, na série infinita de novos casos compreendidos na vida de uma escola”²⁸².

Numa visita a uma escola feita pelo inspector Afonso Frias, grande foi o seu contentamento ao verificar que a aula a que assistiu decorreu de acordo com as melhores normas didáctico-pedagógicas, com a professora a utilizar o método sintético (tradicional), com técnicas docentes “sem dúvida das melhores – por racionais, activas, atraentes e rendosas – dignas, por isso, de ser seguidas por todos os agentes do ensino primário”²⁸³. Apesar de alguns inspectores considerarem este método ultrapassado, o inspector Afonso Frias, verificou que, com as técnicas adequadas, este método trazia bons resultados aos alunos e, perante isto, o inspector até elogiou, “embora discretamente”, o desempenho da professora.

Esta atitude que os inspectores defendiam em relação à liberdade dos professores na escolha do método de trabalho, cumpria o que era estipulado nas reuniões que os inspectores anualmente realizavam. No ponto referente aos métodos de ensino estava convencionado:

“a acção dos serviços de orientação pedagógica, sem quebra da conveniente liberdade dos professores na escolha dos métodos”²⁸⁴.

No que diz respeito aos planos de trabalho, os inspectores defendiam a necessidade da preparação diária das lições e condenavam os professores que apoiados no seu muito saber e na sua longa experiência de ensino, abdicavam da prévia organização do respectivo plano. Apesar de entenderem ser útil para os professores elaborarem um plano de aula, parece-nos que aconselhavam, mas não o exigiam, quando inspecionavam as aulas dos professores. Muitos inspectores ficavam com a ideia que alguns professores “ouviam” o inspector, no entanto, depois não cumpriam as suas indicações:

²⁸² PENA, Rodrigues – *Relatório do Director do Distrito Escolar da Guarda*. 1942/43, p. 13.

²⁸³ FRIAS, Afonso – “Notas de inspecção”, In *Escola Portuguesa*. nº 1080, 25 Dez 1955, p. 294.

²⁸⁴ “Reunião dos inspectores do Ensino Primário e Directores do Distrito Escolar”. In *Escola Portuguesa*. nº 924, 25 Set 1954, p. 771.

“Quando me despedi dele, vi-o, como disse, um pouco inclinado já para o meu lado. Mas eu, que já então sabia a facilidade com que a rotina costuma impor os seus direitos e neutralizar os esforços de quem se propõe contrariá-la e vencê-la, acabei por sentir uma grande dúvida sobre a eficácia das minhas palavras. Essa dúvida – tenho-o verificado muitas vezes – acompanha sempre todo o portador de ideias renovadoras. Lança-las é uma coisa, mas vê-las germinar, crescer e frutificar é outra, é muito diferente”²⁸⁵.

Esta passagem leva-nos a questionar: Causariam assim tanto “medo” os inspectores, que davam orientações aos professores, e depois não eram cumpridas?

Neste relato podemos constatar a mudança de opinião de um professor sobre a preparação das lições, após a visita de um inspector e o seu aconselhamento em relação ao plano diário. Num primeiro contacto com o inspector, questionava:

“- Mas preparar o quê e para quê? – dizia-me ele.

Pois não tenho eu ainda bem presente no espírito as noções que adquiri durante a frequência da Escola do magistério e depois, no estágio? E, supondo mesmo que essas noções fossem incompletas ou já estivessem esquecidas, deve V. compreender que, ao cabo de um ano de professor numa escola de quatro classes, como esta, nada pode haver nos programas das quatro classes do nosso ensino que não se encontre completamente sabido por um professor trabalhador e com alguns dotes intelectuais...”²⁸⁶.

Depois de alguma resistência aos conselhos do inspector, e após prolongada reflexão sobre as vantagens expostas pelo seu superior hierárquico, o professor acabou por reconhecer as vantagens da preparação diária das lições, e fez questão de as partilhar com o inspector António Leal, numa exposição, através de carta:

“Hoje – continuou ele – estou certo de que, sem uma preparação séria das lições, só por excepção se pode estar à altura das circunstâncias exigidas para a vida correr como deve – serena, alegre e produtiva. É importante o estudo diário a que obriga, mas quer parecer-me que ainda é mais a meditação que se faz sobre tudo que se aprende com o ensino e com a educação”²⁸⁷.

Transcrevemos o seu plano de trabalho:

²⁸⁵ LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*, nº 1120, 25 Out 1956, p. 51.

²⁸⁶ LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”. In *Escola Portuguesa*, nº 1119, 17 Out 1956, p. 37.

²⁸⁷ LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”. In *Escola Portuguesa*, nº 1121, 2 Nov 1956, p. 68.

PREPARAÇÃO DIÁRIA DAS LIÇÕES ²⁸⁸	
VANTAGENS	DESVANTAGENS
Culturais: Recapitulação metódica das matérias dos programas, com a ampliação exigida pelas circunstâncias. Portanto, actualização dos conhecimentos sobre cultura geral, cuja necessidade frequentemente tenho reconhecido na vida social e particular. Reconhecimento que às vezes um pequeno nada pode influir no meu prestígio ou desprestígio de professor. No decorrer das aulas, por mais duma vez tenho vindo a verificar falhas na minha cultura geral, que só remedeio mais tarde, depois de consultas aos livros, no isolamento do meu gabinete de trabalho. Pela preparação diária das lições, essas falhas são remediadas antes das aulas. Pedagógicas: Elaboração serena do plano diário das lições do dia seguinte, subordinada à sua sequência normal. Desaparecem os saltos, os retrocessos, os descuidos e as resoluções precipitadas. Atendo com proveitosa antecedência à psicologia de cada aluno, aos seus dotes intelectuais, às suas reacções habituais. Portanto, afasto-me da série para poder individualizar as lições, na medida em que as circunstâncias o permitem. Os exercícios a passar beneficiam da tranquilidade deste gabinete onde não há pressas e abunda a ponderação. Deverei ter em conta, na altura da preparação das lições, a maneira como me comportei nesse dia lectivo: injustiças cometidas para com os alunos, castigos injustificados ou desproporcionados, faltas de generosa afectuosidade e como repará-las. Recapitulação da pedagogia e da didáctica, na parte aplicável a cada caso que apareça. Nota importante: S. João Bosco preparava as suas lições de catecismo e fora aluno distinto de Teologia e providencialmente chamado a educador. Por que recusar-me a fazer o que ele considerava necessário?	Perda diária de algumas horas, ou simplesmente de alguns minutos de cavaqueira amena com os amigos. Trabalho individual diário correspondente a esse tempo que não deve considerar-se perdido. Possível gasto de alguns escudos na compra de algum compêndio ou de algum livro de carácter pedagógico.
Vantagens, muitas, de ordem cultural, pedagógica e social.	Desvantagens muito insignificantes, a bem dizer nenhuma.

²⁸⁸ *Ibidem.*

No entanto, verificamos que a maioria dos inquiridos não tinha por hábito fazer planos de trabalho, porque na realidade não constituíam motivo de preocupação, isto é, não estava instituído que os professores o deveriam fazer, porém alguns preocupavam-se em elaborar o seu plano de trabalho, não porque fosse obrigatório, mas com medo que os inspectores se lembrassem de os pedir e como forma de organizar melhor as actividades escolares:

“Eu nunca fiz planos de trabalho, não se usava. Nunca tive a preocupação de planificar nada. Tinha era um caderno onde fazia os sumários” (Emília).

“Não pediam e eu também não os tinha. Às vezes ia pelo caminho a pensar no que ia dar. Eu era muito prática mas gostava de estar sempre informada. Lia aqueles pedagogos todos, comprava muitos livros. Naquele tempo quem tivesse possibilidades económicas tinha acesso à informação” (Ana Paula).

“Nós não planificávamos. Não era comum. Tínhamos tudo na cabeça” (Francisco).

“Não pediam as planificações, mas mesmo que pedissem ninguém tinha” (Augusta).

“Nós sabíamos que se o inspector aparecesse não ia pedir a planificação, por isso, não planificávamos. Mas, depois do 25 de Abril planificava e de que maneira, mas digo-lhe já, que era só para o inspector ver” (Constança).

“Até ao 25 de Abril nunca me pediram planos de trabalho, mas eu planificava todos os dias, tanto antes como depois. Assim orientava-me melhor. Mas, eu planificava por minha iniciativa, nunca ninguém me disse para o fazer” (Beatriz).

“Fiz sempre planos de trabalho. Como era muito medrosa e tinha muitos alunos, era uma forma de me organizar” (Maria José).

Os exames

Os inspectores tinham consciência que grande parte das vezes os exames decorriam em actos de grande rigor, com os examinadores a exigirem tudo muito bem explicado, com definições rigorosas, regras sem interesse e sem finalidade, e datas com ano, dia e mês deste ou daquele acontecimento. Os examinadores desprovidos de sentimentos, e

na procura de “prontidão e rapidez nas respostas”²⁸⁹ não valorizavam a timidez, o desconforto e a insegurança das crianças, esquecendo-se muitas vezes “que não podemos exigir da memória das crianças ideias sem vida, ‘matérias mortas e com indigestas séries de factos e de datas’”²⁹⁰.

Os inspectores eram a favor dos exames simples, sem cerimónias em ambientes de carácter pesado ou sombrio e sem examinadores extremamente rigorosos. O fundamental era criar um bom ambiente, com examinadores “benevolentes, mas sem exageros”²⁹¹, e a exigir só o que era razoável, para evitar que quando se aproximasse a época de exames, os professores e alunos se entregassem “a um trabalho exaustivo, cheio de dificuldades e de canseiras”²⁹².

Parece-nos que nos exames os inspectores preocupavam-se mais com o rigor dos examinadores do que propriamente com os professores, e quando intervinham era para fazer um outro reparo a um examinador mais exigente, e transmitir que não concordavam com essa postura exagerada nos exames, que nada traziam de benéfico aos alunos, pelo contrário, só os intimidavam. Este ambiente de insegurança levava a falsos resultados, pois um aluno até poderia estar bem preparado, mas nestas circunstâncias, muitas vezes não revelava os seus verdadeiros conhecimentos:

“Terminados os exames, acerquei-me familiarmente do vogal do júri que se havia mostrado plenamente satisfeito com o brilho do exame da pequenita extraordinariamente pronta nas respostas ao interrogatório.

(...)

- Hoje tiveram aí uns exames interessantes – aventurei eu distraidamente, como o pescador fortuito ao atirar à água o anzol que não sabe se chegará a ser mordido...

- É verdade, muito interessantes – atalhou o examinador. Lembra-se daquela pequenita que se apresentou com extraordinário à vontade, cheia de si, e com prontidão e precisão nas respostas que, francamente, deliciaram a assistência e deixaram o júri muito bem disposto?!

- Bem sei... Aquela que deu uma definição muito completa de substantivos e mostrou saber conjugar rapidamente o verbo encher...

²⁸⁹ LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1108, 25 Jul 1956, p. 781.

²⁹⁰ Excerto do discurso do Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Veiga de Macedo, citado pelo professor SANTOS, A. Espírito - “Antes do exame”, In *Escola Portuguesa*. n.º 865, 2 Jul 1951, p. 626.

²⁹¹ *Ibidem*.

²⁹² ESCARAMEIA, António José – “Exames”, In *Escola Portuguesa*. n.º 550, 10 Maio 1945, p. 493.

- Essa mesmo. Pode não ser uma menina-prodígio, mas temos de reconhecer que, se não o for, parece-o.

- Sim. Eu compreendo perfeitamente a sua satisfação. Dispõe sempre muito bem o júri ver diante de si examinandos vivos, desembaraçados, com as respostas na 'ponta da língua', como é costume dizer-se. Mas eu tenho uma opinião um pouco diferente...”²⁹³.

A análise dos nossos depoentes esclareceram-nos quanto à atitude dos inspectores nos exames. Era normal aparecerem nos exames, mas não levantavam problemas aos professores, só verificavam se estava a correr tudo dentro dos parâmetros legais:

“Sim, costumavam aparecer, mas era como se não estivessem lá. Tão depressa apareciam como iam embora”(Ana Paula).

A disciplina e os castigos

Os discursos dos nossos depoentes mostram que há boas razões para se poder afirmar que os inspectores não defendiam o castigo corporal, apesar de alguns considerarem ser uma medida necessária, e não questionavam o professor relativamente a esse assunto, apesar de terem conhecimento que os professores aplicavam castigos físicos nos alunos.

Os nossos entrevistados não castigavam os alunos na presença dos inspectores, e os que utilizavam a régua, chegavam mesmo a escondê-la quando recebiam a visita dos inspectores.

Os professores viam os castigos corporais como parte da tradição familiar e, como tal, não podiam dispensar-se na escola, já que as crianças habituadas a obedecer por medo aos pais, não poderiam obedecer de outro modo aos professores. Castigavam-se os alunos, essencialmente por causa da “tal percentagem” de alunos que tinham de levar a exame, mas à qual a lei não se referia, por isso, deitavam a mão a todos os recursos, sendo o principal a régua e a cana, para o conseguirem:

“O castigo corporal nunca foi bem aceite pela inspecção. Disciplina sim.

Eu não sou do tempo da palmatória, eu usava a régua. Quem não batesse não ensinava, já que o ensino era muito memorizado e os programas muito extensos. Coitadinhos, os alunos apanhavam muito! Quando o inspector aparecia escondia a régua. Se eles vissem uma professora a bater nos alunos chamavam logo a

²⁹³ LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. nº 1108, 25 Jul 1956, p. 781.

atenção. Uma colega contava uma história engraçada em relação ao modo como os inspectores viam os castigos. ‘Os inspectores alertavam que na escola não se batia. Eu não bato na escola, bato nos miúdos’ – dizia ela”(Fernanda):

“Eu era muito exigente e rigorosa com os alunos. Utilizava a palmatória porque queria que os alunos tivessem uma caligrafia bonita. No meu tempo trabalhava-se mais com os alunos. Era tudo de empinango (e era aí que entrava muitas vezes a palmatória), também a matéria era muita, e eu era profissional a valer. Mas, quando apareciam os inspectores tinha a preocupação de guardar a régua, pois achava que eles não iriam gostar, se bem que todos sabiam que nós batíamos nos alunos”(Emília).

“Dizia-se que os inspectores não concordavam com os castigos. Eu batia nos alunos, pois só assim obtinha bons resultados. Eram muitos alunos dentro da sala. Quando o inspector me apareceu não tinha a régua à vista, mas se tivesse, muito sinceramente, acho que a escondia” (Maria José).

“Não gostavam que se castigasse os alunos, mas todos os professores aplicavam castigos aos alunos e, na minha opinião, os inspectores tinham consciência que nós o fazíamos” (Augusta).

“Os inspectores recomendavam “cautela na maneira de castigar os alunos”, mas viam o castigo como algo necessário, pois as turmas eram muito grandes”.

“Na minha opinião, os inspectores viam o castigo como algo que não deveria ser utilizado. Eu usava a cana e a régua, mas se eles aparecessem escondia logo a régua. A cana dizia que era para apontar” (Ana Paula).

“Se os inspectores fossem 100% contra os castigos, perguntavam o que estava ali a fazer a régua. E isso nunca aconteceu” (Constança).

Bater em vez de ensinar era contraproducente não só para a criança como para o professor e até para a própria Escola. Os castigos corporais não tinham lugar na Escola Primária e o professor devia substituí-los por outros de efeito moral. Apesar destas intenções, os castigos corporais continuavam a constituir grande preocupação para o Ministério da Educação Nacional e o Director Geral do Ensino Primário enviava, em 1958, uma circular aos Directores dos Distritos Escolares, com o objectivo de chamar a atenção dos agentes de ensino para a aplicação dos castigos corporais e sobre as suas desvantagens:

“Não obstante ser já conhecido o pensamento de SS. Ex^{as} o Ministro e Subsecretário de Estado da Educação Nacional sobre as desvantagens

resultantes dos castigos corporais, com muita frequência continuam chegando a esta Direcção-Geral queixas de pais e encarregados de educação pelo abuso desses castigos, que por vezes atingem proporções tão graves que obrigam a intervenção médica.

Digne-se, pois, chamar a atenção dos agentes de ensino para o dever de se coibirem da aplicação desses castigos, visto que, geralmente, em vez dos benefícios que deles se esperam, apenas resultam consequências lamentáveis, tanto sob o aspecto pedagógico como moral e disciplinar.

Transcrevem-se, a propósito, os seguintes artigos do Decreto nº 6137, publicados no Diário do Governo – I Série – de 29 de Setembro de 1919:

Art.º 106 – A disciplina escolar não deve basear-se no autoritarismo, intimidação ou na violência, mas no respeito pelos direitos da criança;

§ 1º - A disciplina deve ser mantida na escola, despertando o interesse pelo ensino, tornando-o atraente, agradável, e de harmonia com o desenvolvimento físico e intelectual da criança; provocando a curiosidade, a atenção, e inculcando hábitos de trabalho; pela estima respeitosa que o professor deve merecer aos seus alunos: desenvolvendo o amor próprio da criança, suscitando-lhe a confiança em si mesmo e o sentimento da responsabilidade individual; pelo aperfeiçoamento do carácter e educação da vontade.

§ 2º - Para corrigir as faltas cometidas pela criança, o professor procurará conhecer as suas condições orgânicas, as suas crises e perturbações funcionais, o seu desenvolvimento intelectual e afectivo, o ambiente em que decorre a sua vida, encontrando assim os motivos eficientes e debelando-os por um sistema preventivo.

§ 3º - Os castigos serão empregados paternalmente. O professor informará os pais ou responsáveis pela criança, a fim de com ele colaborarem na sua educação ou obter a intervenção médica quando o julgar conveniente.

§ 4º - O estímulo, as recompensas ou prémios serão dispensados aos alunos, tendo em atenção tão somente o progredimento individual, sem recorrer a confrontos que amesquinhem outrem, ou deprimam o seu carácter, ou façam perder a confiança em si próprio que se torna necessário robustecer”.

Esclarece-se que, por ‘castigos paternalmente aplicados’ (§ 3º), não pode entender-se, necessariamente, castigos corporais”²⁹⁴.

É certo que os inspectores entendiam que se devia corrigir e disciplinar os alunos, mas não aceitavam o castigo corporal, que se encontrava bem definido na lei, como um recurso que não devia ser utilizado de ânimo leve nas escolas, pelos agentes educativos.

Alertavam os professores para o facto de a violência corporal não ser o único meio, nem o mais seguro, para manter a disciplina²⁹⁵, e garantir um bom aproveitamento dos alunos, manifestando a preferência pelo “castigo tal, que chegue mais à alma que ao corpo”²⁹⁶.

Alguns pais, principalmente aqueles com “hábitos burgueses”, entendiam que os seus filhos deveriam ter na escola um tratamento especial e, no caso de precisarem de um castigo, o professor deveria recorrer a outros meios educativos que não o castigo corporal. No caso de não resultar, então o professor alertaria os pais do aluno, para estes se encarregarem de castigar o filho.

²⁹⁴ “Circulares e despachos”, In *Escola Portuguesa*. nº 1204, 25 Jul 1958, p.652.

²⁹⁵ Na opinião do Dr. Mário Gonçalves Viana, o educador não deveria limitar-se a disciplinar as suas classes, mas sim preocupar-se em preparar cidadãos disciplinados, capazes de, disciplinadamente, cumprirem, durante a sua vida os deveres profissionais, dignos de um chefe de família e de homens. Entendia que era necessário considerar dois objectivos. Os objectivos próximos ou imediatos que se agrupavam da seguinte maneira:

- a) Manutenção do silêncio, sobrepondo ao silêncio exterior, o silêncio da acção, que é o silêncio provocado pela ordem e pelo trabalho;
- b) Manutenção da ordem;
- c) Assiduidade escolar;
- d) Pontualidade;
- e) Regularidade do estudo;
- f) Perfeição no trabalho;
- g) Higiene pessoal e social;
- h) Ordem na carteira;
- i) Conduta leal;
- j) Respeito pela lei;
- k) Aproveitamento metódico do tempo;
- l) Respeito pela hierarquia dos valores.

Com vista à formação do carácter do aluno tornava-se indispensável considerar os objectivos afastados ou mediatos:

- a) Obediência honesta e dignamente praticada;
- b) Fortalecimento do poder da vontade;
- c) Formação da consciência moral;
- d) Formação de bons hábitos de perseverança, pontualidade, economia, previdência, higiene moral, intelectual e física, etc...
- e) Formação do espírito metódico;
- f) Consolidação do espírito de iniciativa;
- g) Respeito pelos valores morais e intelectuais.

Para ele, o poder disciplinador e metódico do professor era fundamental para a formação do carácter dos alunos e recomendava-o aos professores. Baseado em: VIANA, Mário Gonçalves – “Objectivos da disciplina”. In *Escola Portuguesa*, nº 854, 10 Abr 1951, p. 445-446.

²⁹⁶ MARTINS, J. Baptista – “Disciplina escolar”, In *Escola Portuguesa*. nº 1222, 25 Abr 1959, p.10.

Permitindo a lei que os professores do Ensino Primário castigassem “paternalmente” os seus educandos, em caso de oposição a tal prática por parte dos pais, o inspector Gomes dos Santos, entendia que se estava perante uma “subtileza jurídica” que não valia o esforço de uma discussão e recomendava, neste caso, aos professores qual a atitude a adoptar:

“Desde que um pai é sensível e contrário ao castigo dos filhos dado por mãos alheias, e manifeste tal contrariedade, o professor, a quem a missão impõe toda a cordura, não deve pensar em fazer valer o seu discutível direito de castigo corporalmente. Também não é aconselhável que despreze, ressentido, o ensino do aluno. Impõe-se-lhe uma atitude cheia de isenção e nobreza, que muito o distinguirá. No caso de o aluno continuar insubmisso ou descuidado, o professor porá ao corrente disso o encarregado de educação do aluno, para tomarem as necessárias providências. Não as tomam estes, ou elas não produzem o efeito desejado – e o escolar, sem emenda, é permanentemente estorvo ou exemplo pernicioso para a acção educativa da escola?

Eis então oportunidade de arranjar provas seguras de tudo isto – provas que o director da escola ou pessoa idónea recolherá num inquérito escrito, que pode ser a base de uma proposta de temporária expulsão²⁹⁷ do aluno perturbador”²⁹⁸.

Os castigos corporais constituíam ainda grande preocupação para o Ministro Leite Pinto, que a manifestou na reunião dos Inspectores e Directores dos Distritos Escolares em 1955. Aí manifesta-se o desejo que o assunto fosse devidamente estudado por “ser um dos que têm dado origem a maior número de reclamações de pais de crianças e um dos que mais o haviam preocupado desde o tempo em que começou a exercer o magistério”²⁹⁹. Na sequência dessa preocupação, os inspectores, chamavam a atenção de todos os agentes de ensino, para o uso indevido do castigo corporal, mostrando, no entanto, compreensão com a suavidade no castigo e com a disciplina³⁰⁰ que “é imprescindível para que o acto educativo frutifique”³⁰¹, mas, simultaneamente e um

²⁹⁷ O artigo 106º do Decreto 6 137 de 29/09/1919, previa a expulsão provisória de alunos em determinadas circunstâncias, depois de esgotados todos os meios suasórios de correcção.

²⁹⁸ SANTOS, Gomes dos – “Outro caso escolar”. In *Escola Portuguesa*, nº 610, 4 Jul 1946, p. 649.

²⁹⁹ “Castigos Corporais – Aspecto Pedagógico”. In *Escola Portuguesa*, nº 1083, 17 Jan 1956, p.351.

³⁰⁰ Para o Director da Escola do Magistério Primário de Coimbra, Dr. Francisco de Sousa Loureiro, a disciplina era “uma condição de vida progressiva, desde o respeito à hierarquia dos que obedecem, ao respeito dos governantes pelos governados. Quando a acção educativa dos mestres se desenvolve na sua plenitude, em ambiente de disciplina – um dos meios que ao lado da instrução modela o homem, temperando-lhe a sua alma – não haverá ‘rios sem água’ ‘Sol sem calor’ ou pássaro a quem cortem uma das asas’ e que não possa voar!”.

³⁰¹ MARTINS, J. Baptista – “Disciplina Escolar”, In *Escola Portuguesa*, nº 1222, 25 Abr 1959, p. 10.

pouco contraditoriamente, reprovando o castigo despropositado e violento, que ofendia e era proibido por lei.

A intervenção disciplinar

Nota-se um certo desconforto nos inspectores no que diz respeito à actividade disciplinar. Apesar de ser entendida como necessária, na medida em que “a intervenção do inspector para efeitos disciplinares chega a ser instantemente solicitada pelos professores desavindos, o que vem provar a necessidade desses serviços, ao menos para, em momentos difíceis, proceder ao restabelecimento da ordem”³⁰², o inspector António Leal mencionava, num artigo da *Escola Portuguesa*, que de todos os serviços que contemplavam a actividade inspectiva, eram os de carácter disciplinar os que mais incomodavam os inspectores, talvez porque assim, ainda se alargava mais a distancia na relação professor-inspector.

É interessante verificar que eram várias³⁰³ as causas que levavam à instauração de processos disciplinares e tinham origem em queixas dos pais, denúncias das populações, ou em acontecimentos divulgados pela imprensa. Desta forma, o Estado beneficiava de um controlo à distância, com a intervenção dos inspectores a acontecer, quase sempre, na sequência de queixas ou de denúncias. Agruparam-se em seis pontos as razões dessa intervenção inspectiva:

1º - Irregularidades e incompetência (35%): contemplavam as faltas dos professores e os atrasos, desleixo, incumprimento com a escrituração de livros, recenseamento escolar, e maus resultados no ensino;

2º - Comportamento moral inadequado (23%): baseados no comportamento moral, com forte componente sexual;

3º - Conflitualidade interna ao sistema (13%): agressões verbais ou corporais a colegas e/ou a superiores hierárquicos;

4º - Violência para com os alunos (12%): eram significativos os processos devido a linguagem grosseira e violenta utilizada pelos professores, assim como castigos corporais;

³⁰² LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. nº 1083, 17 Jan 1956, p. 352.

³⁰³ Conclusão retirada da análise feita por Nóvoa a 360 processos disciplinares de 1944 a 1957. Abrangem, na sua maioria os professores do Ensino Primário(65%), logo de seguida os regentes escolares(22%), e por último os professores do Ensino Secundário(13%). NÓVOA, António – *A Educação Nacional, ob. cit.*, p.466.

5º - Exames dos alunos (10%): os processos baseavam-se em irregularidades no comportamento do júri, que praticavam situações de favoritismo ou de vingança, devido a situações de ‘ensino particular’ não legalizado;

6º Questões políticas (7%): principalmente na década de 50 registavam-se processos a professores por comportamentos políticos.

É curioso verificar que no estudo de NÓVOA, os processos devido a castigos corporais aparecem referenciados em 4º lugar, mas, em 1955, o Ministro da Educação Nacional, Leite Pinto, na 9ª secção dos trabalhos da reunião anual, dirigia aos inspectores e Directores dos Distritos Escolares a seguinte preocupação:

“Devo confessar que me tem impressionado o número de inquéritos e de processos disciplinares, movidos por castigos corporais. Sou levado a concluir que há abusos. (...)

Verifico com pasmo que a maior proporção dos professores atingidos pelos inquéritos respeita ao sexo feminino.

A paciência – dizem as antigas – esgotou-se.

Parece-me que o facto exige uma actuação directa e pessoal dos Srs. Inspectores e dos Srs. Directores Escolares, tendente a limitar as causas que o determinam. É neste sentido que me parece útil a vossa troca de impressões”³⁰⁴.

Preocupados com a proliferação dos processos devido a castigos corporais, a *Escola Portuguesa* publicava, a 10 de Dezembro de 1956, uma cópia da sentença proferida pelo Tribunal Judicial da comarca de Vila Viçosa a um professor da escola masculina de Bencatel, concelho de Vila Viçosa possivelmente para, mais uma vez, acautelar os agentes educativos sobre a liberdade de aplicar os castigos corporais e sobre as consequências das ofensas corporais voluntárias aos alunos. Apesar de longa, , entendemos no entanto, que é uma informação muito esclarecedora e daí a sua transcrição:

“(…)

O Digno Agente do Ministério Público acusa o réu Joaquim Lourenço Rosado Piteira, casado, de quarenta e três anos de idade, professor do ensino primário oficial, nascido e residente na freguesia de Bencatel, deste concelho e comarca, de ter cometido um crime previsto e punido pelo artigo trezentos e sessenta, número primeiro, do Código Penal, com o concurso das circunstâncias

³⁰⁴ PINTO, Leite – “Castigos Corporais”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1119, 17 Out 1956, p. 33

agravantes, vigésima quarta, vigésima quinta, vigésima sétima e vigésima oitava (idade e armas) do artigo trinta e quatro do referido Código, porquanto, no dia vinte e nove de Junho do corrente ano, das dez às treze horas, na Escola Oficial Masculina da referida freguesia de Bencatel, da qual é professor, ofendeu voluntária e corporalmente o menor Manuel Joaquim Falcão Nogueiras, identificado a folhas, com uma régua e um ponteiro produzindo-lhe as lesões descritas no auto de exame directo de folhas oito, que lhe causaram doença e impossibilidade de trabalho por dez dias. O Réu defende-se pela forma constante da sua contestação escrita, que se dá como inteiramente reproduzida. Procedeu-se ao julgamento com observância de todas as formalidades legais, produzindo-se a prova e discutindo-se a causa. Tudo visto: UM – Provou-se que no dia vinte e nove de Junho do ano corrente, de manhã, na escola oficial masculina de Bencatel, onde é professor, o Réu castigou o aluno Manuel Joaquim Falcão Nogueiras, de doze anos de idade, por este não saber a lição, dando-lhe reguadas nas mãos e batendo-lhe com um ponteiro na cabeça e nas nádegas, mas fê-lo de forma excessiva, produzindo-lhe lesões (extensas equimoses) determinantes de doença e impossibilidade de trabalhar por dez dias. Provou-se mais que o Réu agiu com o exclusivo propósito de obrigar o menor a estudar para conseguir passar no exame de segundo grau. Estes os factos. Serão eles puníveis? DOIS. Sempre ao professor foi reconhecido o direito de correcção sobre os seus alunos. Só que os limites desse direito não têm sido os mesmos em todos os tempos. Por exemplo, na Idade Média, o direito de correcção tinha uma amplitude tal que o professor podia espancar à vontade os seus alunos. Hoje, isso não é possível. Por um lado os costumes suavizaram-se e o respeito pela pessoa humana foi gradualmente aumentando. Por outro lado, os métodos de educação também mudaram: a pedagogia clássica foi inteiramente ultrapassada. (...).

Vamos agora ver como é que o nosso legislador encara a questão. É fora de dúvida que até ao século XIX, em Portugal como, de resto, em todos os países, os professores podiam espancar à vontade os seus alunos. As *Ordenações* (Livro quinto, Título XXXVI) só puseram uma condição: não ferirem com arma. Bem ensinavam os Doutores que os castigos deviam ser moderados; a verdade é que as crianças eram vítimas de autênticas atrocidades. Só muito tarde o Estado começa a interessar-se pelo problema da educação da criança. O

primeiro diploma legislativo sobre o assunto é de vinte de Dezembro de mil oitocentos e cinquenta, concede aos professores de instrução primária o direito de aplicarem castigos corporais, já para manter a disciplina da escola e reprimir os hábitos viciosos dos alunos, já para os obrigar ao estudo; mas recomenda-lhes que procedam *paternalmente*, evitando os castigos que ofendam o pejo e a saúde. Posteriormente o Decreto número seis mil cento e trinta e sete, de vinte e nove de Setembro de mil novecentos dezanove, veio dispor que « a disciplina escolar não deve basear-se no autoritarismo, na intimidação ou na violência, mas no respeito pelos direitos da criança (artigo cento e seis). Não proibiu, porém, os castigos corporais. O que exige, como o Decreto de mil oitocentos e cinquenta já exigia, é que sejam aplicados *paternalmente*. Quer dizer: o professor há-de castigar como um pai e, portanto, com a mesma moderação com que o pai deve corrigir o filho. E sempre com a finalidade educativa. Desde que proceda diferentemente, abusa do seu direito e, conseqüentemente, comete um facto punível, sem que lhe seja lícito invocar a causa de justificação que a lei concede ao titular do direito da correcção (artigo quarenta e quatro, número quarto do código penal). ONZE. Mas em que termos é punido o *abuso* do direito de correcção? Algumas legislações, como a italiana, incrimina em preceito especial o «abusos dos meios de correcção». Porém, o nosso legislador não seguiu esse caminho. Limitou-se a dizer, a propósito do pátrio poder, que «no caso de abuso os pais poderão ser punidos na conformidade da lei geral» (artigo cento e quarenta e um do Código Civil). Não temos, pois, outro remédio senão enquadrar o abuso do direito de correcção nos preceitos do Código penal que punem as ofensas corporais voluntárias. É certo que este Código contém um preceito (o do artigo duzentos e noventa e nove) que pune o emprego das violências desnecessárias no exercício de funções públicas. Mas é inaplicável, porquanto visa unicamente o chamado «abuso de autoridade». DOZE. É evidente que a conduta do Réu tem de considerar-se ilícita. O que ele fez ao menor Manuel Nogueiras, ultrapassa em muito os limites duma justa correcção. Trata-se de um flagrante abuso de «jus corrigendi». A lei dá ao professor o direito de corrigir. Mas *paternalmente*. Com conto e medida. É manifesto que os pais desumanos não podem servir de exemplo, se existem, não há que imitá-los, mas sim censurá-los. Por outro lado, é o próprio legislador que condena expressamente a violência, sendo de assinalar a marcada tendência do actual

Ministro da Educação Nacional para acabar com os castigos corporais. Nem se diga que, tendo o menor ficado apenas com equimoses, a gravidade das ofensas corporais é mais aparente do que real. É certo que uma pequena pancada é suficiente para causar umas nódoas negras. Não é esse, porém, o caso do ofendido que ficou de tal maneira contundido que os próprios médicos que o examinaram chegaram a suspeitar da existência de uma fractura! De resto, a circunstância de o menor ter estado impossibilitado de trabalhar durante dez dias é bem elucidativa. Igualmente é de repelir a afirmação de que o resultado foi meramente casual. Tudo quanto consta dos autos exclui em absoluto a ideia de *casualidade*. Poderia, quando muito, dizer-se que se trata de um excesso culposos. Porém, afigura-se-nos que nem mesmo isso é sustentável. É que a actuação do Réu é do principio ao fim, não diremos premeditada, mas pelo menos consciente, intencional. TREZE. Portanto, há que punir o Réu como autor de um crime previsto e punido pelo artigo trezentos e sessenta, número um do Código Penal. Resta agora determinar a medida da pena aplicável. Contra o réu militam as agravantes de o ofendido ser seu discípulo, de o crime ter sido cometido com manifesta superioridade em razão da idade (vigésima sétima e vigésima oitava do artigo trinta e quatro do citado Código). Em contrapartida, é favorecido por várias atenuantes: tem bom comportamento anterior; confessou espontaneamente os factos; é um professor competente; e agiu com o exclusivo propósito de obrigar o ofendido a estudar, isto é, abusou do direito de correcção para um fim justo. Além do seu vencimento, possui alguns bens. Quanto ao ofendido é filho de pais pobres. Nestes termos, julgo a acusação procedente e, em consequência, condeno o Réu Joaquim Lourenço Rosado Piteira, na pena de setenta (sessenta mais dez) dias de multa à razão de trinta escudos por dia, em mil escudos de imposto de justiça e legais acréscimos, em quinhentos escudos de indemnização ao ofendido e em trezentos escudos para o seu ilustre defensor. Porém, atendendo a todas as circunstâncias do crime, e além disso, ao bom comportamento do réu e à circunstância de se tratar dum professor competente, suspende-se a execução da pena por dois anos, com a condição de, no prazo de trinta dias, pagar a indemnização arbitrada ao menor e fazer a respectiva prova nos autos, ficando o pai do menor autorizado a recebê-la em mão.³⁰⁵”

³⁰⁵ “Castigos Corporais”, In *Escola Portuguesa*. nº 1126, 10 Dez 1956, p. 159.

Há um consenso generalizado nos nossos depoentes em relação aos processos disciplinares. Todos foram unânimes em referir que nunca foram alvo de processo disciplinar, nem tiveram conhecimento de processos instaurados a colegas. Esta situação talvez se ficasse a dever ao facto de quando os pais ou os próprios professores queriam dar parte de alguém, comesçassem por participar ao Delegado Escolar, que pelos depoimentos recolhidos, com o seu bom senso, tentava resolver a situação. A maior parte das vezes conseguia, e os problemas não chegavam às entidades superiores:

“Não, nem nunca ninguém fez queixa de mim à Directora da escola ou ao Delegado Escolar. Ouvia-se falar, às vezes, que um professor estava a responder a um processo, mas depois não se sabia mais nada. Depois do 25 de Abril, sim, havia muitos processos a professores”(Beatriz).

“Nunca fui alvo de nenhum processo. Em relação às colegas ouvia-se falar num caso ou noutro, mas sem consequências.

Antes do 25 de Abril havia poucas denúncias, as pessoas tinham medo de se queixar. Após o 25 de Abril é que havia muitos processos”(António).

“Processo nunca tive, mas tive uma queixa contra mim, de uns colegas que escreveram uma carta anónima ao Delegado a dizer que eu faltava muito, mas o Delegado sabia que era mentira, pois todos os dias se cruzava comigo quando ia levar os filhos ao colégio. Defendeu-me e o caso ficou por ali.

Em relação a processos a colegas, na minha escola, quando eu era Directora, trabalhava lá um casal (que eu sempre achei que tinham sido eles que escreveram a carta anónima ao Delegado) que arranjam umas complicações. Penso que foi em 1962. Ia para a escola e estava um senhor ao portão. Apresentou-se, era o inspector, e disse-me: - Vim colher uma cereja e levo um cesto cheio delas. Isto porque, o casal, era muito conflituoso e queria dominar toda a gente. Começaram a criar mau ambiente entre os colegas e com alguns pais, que inconformados com a situação fizeram queixa. Mas, nunca se chegou a saber o resultado da visita do inspector. No ano seguinte foram para outra escola, fora do concelho e nunca mais ouvi falar deles” (Constança).

Se atendermos ao exposto pelos nossos inquiridos, ficamos com a ideia de que os inspectores neste aspecto disciplinar, como em muitos outros, não diferenciavam o tratamento dos professores e das regentes, verificando-se até, uma certa cordialidade e tolerância:

“Na minha perspectiva, os inspectores até eram mais compreensivos com as regentes, pois elas tinham menos habilitações que os professores”(António).

“Nunca ouvi dizer que os inspectores tratavam mal as regentes. As professoras é que se sentiam um pouco superiores, porque tinham mais formação. Mas, digo-lhe que muitas vezes os alunos das regentes iam a exames muito mais bem preparados”(Fernanda).

“Nunca senti que as regentes fossem discriminadas”(Beatriz).

“Nunca trabalhei com regentes, mas tive contacto com algumas e nunca me apercebi que fossem mais castigadas pela inspecção”(Emília).

“Eu sempre tive boa impressão das regentes. Elas eram muito esforçadas. E na minha opinião, os inspectores até eram mais tolerantes com elas”(Maria José).

Portanto, mais do que a categoria, eram os pressupostos pedagógicos e profissionais que mais determinavam a postura e a intervenção dos inspectores.

Dimensão relacional

Nos discursos dos nossos inquiridos percebe-se que num primeiro contacto com os inspectores as relações não eram de grande cordialidade, devido à imagem negativa a que a figura do inspector estava associada, pelo facto de acumularem funções pedagógicas com outras de natureza disciplinar.

Os próprios inspectores, conscientes desta situação, ventilavam na imprensa da época que esta ideia estava completamente ultrapassada, desde que passou a ser da competência dos inspectores a orientação pedagógica aos professores, e reforçavam que era fundamental que o professor não olhasse para o inspector como um agente pronto a devassar nem a sua vida nem a sua actividade profissional. Era intenção do agora inspector orientador “projectar a sua personalidade no que ela tem de profissionalmente válido” para, desta forma, o professor ser o primeiro a desejar a cooperação do inspector orientador, “como meio de aplanar dificuldades, vencer obstáculos, conseguir enfim aquele rendimento qualitativo a que todo o bom profissional aspira, sobretudo quando o seu trabalho, como é o caso do professorado, não pode confundir-se com tarefa mecânica e antes participa da intuição artística por larga parcela de talento criador”³⁰⁶.

³⁰⁶ GRACA, Silva – “Actualidade do trabalho do inspector orientador”, In *Escola Portuguesa*. nº 1219, 25 Jan 1959, p. 22.

E em jeito de conclusão, o inspector Silva Graça mencionava:

“O aparecimento do inspector associava-se, assim, ao prenúncio de facto aziago como sucede supersticiosamente em muitas pessoas quando lhes surge o carteiro ou boletineiro com um telegrama”³⁰⁷.

Da mesma opinião partilhava Augusto Cordeiro Boto, professor da Escola Masculina de Ponte de Sor, que num dos seus artigos refere que “a figura do moderno Inspector assume uma estatura completamente diferente do que foi no passado”, uma vez que passa a ser “exigido” ao inspector que se articulasse com os reflexos que os fenómenos político-sociais manifestavam na pedagogia, na medida em que os agentes de ensino necessitavam de amparo e assistência, devido às mudanças que iam acontecendo no ensino. O professor precisava de estar a par das mais recentes investigações que aconteciam ao nível da educação e o Inspector deveria estar à altura para esclarecer todas as suas dúvidas. Para isso a sua acção orientadora deveria “ser fértil em recursos, e as visitas às salas de aulas, a sua actuação em reuniões pedagógicas deve determinar-se num plano superior, algo semelhante a conferências em que muito há que aprender e meditar. Ele deve ser uma fonte de ideias e informações a difundir generosamente por todos os agentes de ensino”³⁰⁸.

Mas, será que os inspectores acompanhavam a evolução do ensino? Estariam eles preparados para dar toda a assistência pedagógico-didáctica que os professores necessitavam?

Pelo que conseguimos aferir na imprensa, os inspectores, se não estavam preparados, tinham pelos menos todos os recursos para o estar, já que na década de 50, “os inspectores eram recrutados entre os professores melhores dotados com alguns anos de prática, de reconhecido equilíbrio e bom senso, com uma sólida cultura geral e profissional”³⁰⁹. Também as reuniões anuais dos inspectores do Ensino Primário e Directores dos Distritos Escolares, que decorriam sempre com a presença de um elemento do Ministério da Educação Nacional, nomeadamente o Subsecretário de Estado e com o Director Geral do Ensino Primário, deveriam trazer um acréscimo positivo à acção inspectiva, já que eram muitos e variados os assuntos abordados, dos quais enumeramos, o princípio da obrigatoriedade escolar do ensino, as matrículas, o

³⁰⁷ *Idem*, p. 21.

³⁰⁸ BOTO, Augusto Cordeiro Boto – “Inspecção na escola de hoje”, In *Escola Portuguesa*. N.º 1125, 2 Dez 1956, p. 135.

³⁰⁹ BOTO, Virgílio Augusto Cordeiro – “Inspecção na escola de hoje”, In *Escola Portuguesa*. nº 1110, 10 Agosto 1956, p. 814.

recenseamento escolar, a assistência escolar, o aproveitamento escolar, aperfeiçoamento profissional dos agentes de ensino, os programas, os livros escolares, o problema dos métodos de ensino, os horários, o ensino especial para crianças atrasadas ou instáveis mentais, a inspecção escolar, os exames e as instalações escolares.

Nas intervenções dos professores que analisámos a função do inspector passava a ser mais de orientação das práticas pedagógicas, tornando-se a função fiscalizadora mais esbatida no contexto da inspecção.

Porém, a maioria dos nossos depoentes, não se aperceberam desta “passagem de funções”, e está bem estampado nos seus relatos, o enorme medo, receio, pavor e respeito que os professores continuaram a manifestar em relação à Inspecção, pois entendiam que os inspectores só apareciam para fiscalizar. Alguns inquiridos, após um primeiro contacto com estes agentes, conseguiam afastar esta imagem que lhes estava associada e até chegavam à conclusão, que “afinal não passavam de pessoas simpáticas”, chegando mesmo a serem vistos como amigos:

“Até à minha primeira visita tinha terror da inspecção. Mas como o inspector que me apareceu foi tão simpático (tinha sido meu professor), modifiquei a minha opinião. Até acho que eles estavam do lado dos professores, mas depois do 25 de Abril, quando ouvíamos falar na inspecção até ficávamos ‘tolhidas’” (Fernanda).

“Não tinha medo da inspecção, mas tinha respeito. Nós já éramos tão poucos, que eles não nos iam despedir. Não eram simpáticos, mas se calhar também não o poderiam ser, pois precisavam de impor normas, regras, ou melhor um certo distanciamento”(António).

“Eu não tinha má impressão deles e até gostava de conversar com os inspectores, quando apareciam” (Augusta).

“De uma maneira geral acho que eles eram simpáticos e até atenciosos, mas o respeito que lhes tínhamos eram muito grande” (Emília).

No entanto, outros agentes de ensino havia que continuaram a intimidar-se com as visitas da inspecção e a apreensão em relação aos inspectores continuou, com a acção vigilante e disciplinar a ser a que mais se evidenciava aos olhos dos professores, imprudentes nos seus julgamentos, como se verifica nos testemunho que apurámos:

“A palavra para definir inspecção é nervos. Era impressionante. Mesmo sem ter tido inspecções, ficávamos com os nervos em franja, quando ouvíamos falar

em inspectores. Mesmo que tivéssemos tudo bem, havia sempre um receio que algo falhasse”(Constança)³¹⁰.

“Tinha medo da inspecção. Era a própria palavra que me intimidava. Após o 25 de Abril ganhei uma sensação de liberdade que me deu mais segurança” (Maria José).

“A ideia que eu tinha é que eram pessoas muito rígidas” (Beatriz).

Será que realmente os professores não se aperceberam da passagem de funções da inspecção, ou simplesmente ela não existiu?

Neste quadro de representações da figura do inspector, descrito por um grupo de professores que leccionaram na década de 40 e 50, a maioria definiu que a principal e única função da inspecção era fiscalizar o trabalho dos professores e não orientar.

“Vinham fiscalizar o serviço dos professores, mas não deixavam de ser pessoas simpáticas”(Fernanda).

“Só iam às escolas fiscalizar”(Constança).

“Os inspectores apareciam para mostrar serviços, não iam orientar. Iam era fiscalizar” (Maria José).

“Achava, assim como todos os professores que eles apareciam para fiscalizar”(Beatriz).

“Orientar? Não!! Só se preocupavam com a parte burocrática da escola. Pediam sempre o Diário de Frequência e gostavam de ver o caderno dos alunos. Mas, também gostavam muito de conversar” (Ana Paula).

“Eles só apareciam para fiscalizar. O que lhes interessava era o adiantamento dos alunos, se estavam a seguir as regras, o aspecto da escola, se os meninos usavam bata e viam um ou outro cadernos dos alunos”(Emília).

“As conversas que mantinha com os inspectores eram sempre muito formais. Gostavam de se inteirar sobre o funcionamento da escola. A função dos inspectores que nos visitavam era somente fiscalizar,”(António).

Parece-nos curioso relatar uma carta de uma jovem professora ao inspector António Leal, onde lhe pedia a renovação, da sua colocação na mesma aldeia, para o próximo ano lectivo, para não perder um possível candidato a marido. Com este desabafo, concluímos que, afinal, alguns professores depositavam nos inspectores os seus mais

³¹⁰ Tirou o curso na Escola Normal nos Açores. Começou a trabalhar em 1957.

íntimos sentimentos, que eram manifestados no seu maior grau de pureza, sem receio de qualquer tipo de reprovação:

“Sr. Inspector

(...)

Mas perdoe V. falar tanto de mim, embora me pareça que não deverá ser indiferente para um Inspector o estado de saúde dos seus professores. Não é com professores doentes, ou mesmo combalidos que V. poderá contar para dinamizar o trabalho escolar no nosso distrito, não é verdade?

(...)

E agora uma confidência: Não sei se reparou num certo enleio em que me senti quando, no dia da despedida, lhe falei da pequenita filha do lavrador mais abastado lá da aldeia. Estão cá também os pais, ela e o irmão mais velho, já dos seus vinte e tal anos, que depois de tirar o 5º ano do liceu entendeu que devia voltar as costas aos livros e dar-se à leitura das páginas dos campos. A família tem um certo nível, bastante superior ao do meio, e as coisas estão se dispondo para nos aproximarmos mais. Eu, notando o interesse do rapaz por mim, se não me esquivo como animal bravo, também não aparento fácil acessibilidade. Em tudo evito situações ambíguas ou de compromisso. A marcha do tempo não me assusta. Minha mãe, que veio comigo, é a minha confidente. Em todo o caso, não o sei já ao certo, mas pode ser que, se eu por lá ficasse, também ali fixaria o meu destino.

E, dizendo isto, confesso, agora sim, o meu interesse em lhe dar as minhas notícias: é que com elas vai o pedido renovado da minha colocação na mesma aldeia no próximo ano. V. compreende... Veremos. Depois, pedirei mais, se a sua bondade o permitir.

Reli agora o que escrevi e fiquei com a impressão de que esta carta é um espelho bastante fiel de mim mesma a reflectir algumas das minhas muitas imperfeições. Mas vai mesmo assim: pois não será conveniente que V. possa conhecer as suas subordinadas tais como verdadeiramente são?³¹¹”

Na resposta do inspector António Leal a esta professora, detecta-se bem o carinho e a preocupação que o inspector manifestava pelos agentes de ensino do seu distrito, e que

³¹¹ LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. nº 1110, 10 Ago 1956, p. 811-822.

não ficava indiferente aos seus problemas e aos seus pedidos, tanto do foro pessoal como profissional, não deixando, também, de paternalmente dar os seus conselhos.

“Senhora Prof.^a D...

Realmente, não me é indiferente o estado de saúde dos agentes de ensino do meu distrito, já porque os estimo a todos e, portanto, sinto os seus infortúnios, já porque a sua doença levanta sempre dificuldades ao funcionamento das escolas.

(...)

Na verdade não me passou despercebido o rubor, embora leve, que lhe chegou às faces, no dia em que veio despedir-se, quando me falou dessa pequenita filha do lavrador abastado. E, para cortar quaisquer mal entendidos que às vezes surgem de falas mansas, mas insidiosas, acerca da autoridade perante os problemas amorosos das suas subordinadas, digo-lhe já, com toda a franqueza, que acho isso plenamente natural. Minha mulher casou comigo, minhas filhas pode ser que casem também, enfim, isto é a ordem natural das coisas. A autoridade nada tem a ver com essas coisas do coração que cada um deve resolver só por si. Simplesmente, é preciso acautelar em tudo o prestígio próprio e o profissional, ser digna e parecê-lo sob todos os aspectos. As intromissões legais, que às vezes se dão, não resultam dos cuidados que as Senhoras Professoras põem na construção do seu lar – muito longe disso – mas na leviandade com que procedem, - ingenuamente, quero crer, - expondo-se aos comentários das más línguas e deixando pouco bem colocado o seu nome de Senhoras Professoras.

Congratulo-me porque, também sob tal aspecto a vejo bem orientada e com bastante senso: - nem animal bravio nem fácil acessibilidade. Continuo a dizer – muito bem.

Já lhe prometo que lhe darei a ajuda que puder à realização dos seus planos. Espero que sim, que poderá voltar para lá em Outubro. A família é boa, e o rapaz sério, trabalhador, e tem de seu com que entreter-se, sem precisar de andar atrás da mulher, como criado ou como dissipador do seu ordenado.

E por aqui me fico, terminando por onde deveria ter começado, isto é, agradecendo a gentileza da sua carta e a confiança que me julga merecedor. Também eu estabeleceria, se pudesse, um grande circuito afectuoso com todos os que me estão subordinados. Mas isso, nem sempre é possível. A autoridade,

só por vê-lo, é vista por alguns com mais olhos, com desconfiança, com antipatia que, de vez em quando, chega até a ser aversão.

Que regresse completamente restabelecida para poder com o peso do trabalho que a espera. Cumprimentos”³¹².

2.3.2 Que resultados têm a sua intervenção

Os relatórios produzidos pelos inspectores nem sempre foram lineares na sua forma de apresentação e nos conteúdos, talvez porque só em 1959 começaram a ser organizadas as “fichas de inspecção” que, segundo o inspector Silva Graça, “eram uma colheita de dados tornada indispensável, para desses casos concretos se partir para a tentativa de serem conseguidas melhores condições de ensino aprendizagem”³¹³. Porém, na análise dos testemunhos dos inspectores³¹⁴, ficou a percepção que houve uma época em que a elaboração dos relatórios não era obrigatória, ficando à responsabilidade do inspector a sua realização, caso houvesse algo a relevar. Só a partir de 1977/1978 passou a ser exigido o preenchimento de uma ficha/relatório por cada escola inspeccionada que, “resumia-se a uma síntese do que havíamos observado e aconselhado”³¹⁵.

Ainda neste estudo, e na opinião dos inspectores, os relatórios realizados após as visitas às escolas, não traziam acréscimo algum ao ensino em termos de qualidade, valendo apenas para efeitos estatísticos.

Analisámos 26 relatórios de 1948 e 1949³¹⁶, do distrito de Leiria, Portalegre e Santarém, bastante descritivos quanto à forma de actuação pedagógica, manuscritos e sem qualquer sequência de assuntos. Nem todos os relatórios se referiam somente a um agente educativo. Por vezes, no mesmo relatório, o inspector dava conta da actuação de todos os agentes educativos inspeccionados na mesma escola. Nos 26 relatórios analisados verificámos que foram inspeccionados 30 professores e 13 regentes.

³¹² LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. nº 1111, 17 Agosto 1956, p. 827-828.

³¹³ GRAÇA, Silva – “Actualidade do trabalho do inspector orientador”, In *Escola Portuguesa*. nº 1219, 25 Jan 1959, p. 21.

³¹⁴ LUME, Filomena, *ob. cit.*, p.162.

³¹⁵ *Ibidem*.

³¹⁶ Vide Anexo 1. No anexo em questão são somente apresentados três dos relatórios.

Como permitindo nalguns acompanhar o inspector na sua visita, decidimos analisá-los com mais pormenor.

Após essa análise, concluímos que nas visitas às escolas, os inspectores valorizavam essencialmente na acção dos agentes educativos, o aspecto dos alunos - “limpos e com batas brancas”³¹⁷-, os cadernos - “nos cadernos diários encontrei muitos exercícios certos, bem dispostos e com temas muito apropriados aos assuntos dos programas”³¹⁸-, o recenseamento escolar, a escrituração, as instalações escolares - “a instalação da escola é boa, em edifício próprio (...). O mobiliário é insuficiente, pois há apenas 16 carteiras de 2 lugares para as 57 alunas matriculadas. A professora pediu já à Câmara Municipal, que remediasse tal inconveniente, e eu recomendei que insistisse no pedido, todos os meses”³¹⁹ - , a assistência escolar, a imagem que o inspector tinha do professor/regente, que de uma maneira geral era positiva, chegando nalguns relatórios a realçar o empenho e o zelo de alguns regentes, e a referir que os professores deveriam seguir o exemplo:

“É uma professora ainda nova no exercício das suas funções docentes, mas briososa e com regular formação profissional”³²⁰.

“Este regente com cultura de Seminário, presta bom serviço no ensino. É competente e dedicado ao trabalho”³²¹.

“Seria consolador que todos os professores iguallassem, em zelo e competência, este regente”³²².

Verificámos que em quase todas as visitas houve a preocupação do inspector em assistir às aulas, intervir e orientar, já que entendiam ser benéfico e que servia não só para colmatar algumas deficiências manifestadas pelos agentes educativos, como ainda para alertar para algumas tendências, como o abuso dos livros e da memória dos alunos:

“Trabalhei como sempre, na intenção de corrigir os abusos da memória de que tantas crianças são vítimas”³²³.

³¹⁷ BARATA, António - *Relatório de Inspeção feito à Escola Masculina de Penhascose- Mação*. 30 Nov 1949.

³¹⁸ BARATA, António - *Relatório de inspeção feito à Escola Feminina da Sede – Mação*. 30 Nov 1949.

³¹⁹ BARATA, António - *Relatório de inspeção feito à Escola Feminina de Muge – Salvaterra de Magos*. 06 Maio 1949.

³²⁰ BARATA, António - *Relatório de inspeção feito à Escola Feminina de Marinhais – Santarém*. 07 Maio 1949.

³²¹ FIGUEIREDO, Silvestre - *Relatório de inspeção feito à Escola Masculina de Niza- Portalegre*. 11 Mar 1949 do inspector Silvestre de Figueiredo.

³²² FIGUEIREDO, Silvestre - *Relatório de inspeção feito à Escola Masculina de Gavião- Portalegre*. 09 Mar 1949.

Desta forma, os inspectores também ficavam com a noção do aproveitamento escolar dos alunos:

“Fiz lições de orientação pedagógica e verificação de conhecimentos nas diferentes classes e nas disciplinas de Português e Aritmética, notando que a maioria dos alunos poderá transitar à classe imediata, no final do ano lectivo”³²⁴.

Em relação aos 33 relatórios que analisámos de 1950³²⁵ referentes aos distritos de Lisboa, Castelo Branco e Braga, apresentam-se muito sintéticos, onde muito sumariamente os inspectores relatavam a sua intervenção nas escolas. Foram elaborados numa ficha-tipo³²⁶ que contemplava o número de alunos matriculados, a organização material (número de salas de aula, condições higiénicas e pedagógicas, mobiliário, material didáctico), organização pedagógica (escrituração, caderno dos alunos, adiantamento dos alunos, que características imprime ao ensino), assistência escolar (caixa escolar, cantina) e, por último, Mocidade Portuguesa. Apesar de serem vários os pontos inspeccionados, ao analisar estes relatórios não nos é transmitida de forma clara, a actuação do inspector.

Na análise geral ficamos com a percepção que o conteúdo dos relatórios dependia do critério e da exigência de cada inspector, não havendo pontos obrigatórios a inspeccionar. Parece-nos, também, que havia da parte dos inspectores a preocupação em salientarem os pontos positivos, deixando para uma nota mínima os pontos negativos.

A própria legislação³²⁷ não contemplava a obrigatoriedade de qualquer relatório, nem de situações a inspeccionar. Propunha que os inspectores visitassem os estabelecimentos que lhe estavam atribuídos e assistissem aos seus serviços, prestando à inspecção do distrito escolar todas as informações que lhe fossem solicitadas e fornecendo os elementos estatísticos. No que se refere à execução dos serviços de inspecção e fiscalização também lhes competia prestar todas as informações que lhe fossem requisitadas. Daqui podemos aferir que se não fossem solicitadas quaisquer informações, os inspectores não tinham por lei de o fazer.

³²³ FIGUEIREDO, Silvestre - Relatório de inspecção feito à Escola Feminina nº 3 de Portalegre. 15 Mar 1948.

³²⁴ BARATA, António - Relatório de inspecção feito à Escola Masculina de Muge – Santarém. 07 Maio 1949.

³²⁵ Vide Anexo II

³²⁶ Vide Anexo III.

³²⁷ Decreto nº 22 369. *Diário da República*, I Série, nº 73, 30 Mar 1933, p. 418.

Mas a intervenção dos inspectores em relação à acção educativa dos agentes educativos não se ficava apenas pelos relatórios. Fazendo parte da competência dos inspectores a acção disciplinar, procurámos apurar num espaço de 20 anos (1942-1962), no “Boletim de Acção Educativa – Escola Portuguesa” - o número de processos instaurados aos agentes educativos, o distrito mais visado, qual o agente educativo mais penalizado e qual a pena atribuída de acordo com o Estatuto Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado³²⁸.

Verificámos que o ano de 1954 foi o ano que registou mais processos disciplinares, fazendo os professores parte dos agentes educativos com mais processos. O distrito com o número mais significativo foi Braga e a pena mais atribuída corresponde à pena n.º 3º do Art.º 11 do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado³²⁹.

Sendo o pessoal docente (professores e regentes) em exercício no ensino oficial em Braga, no ano de 1954, de 1 552³³⁰, e sendo 24 o número de processos instaurados, não nos parece ser um número muito significativo.

Entendemos não ser necessário analisar os processos deste período, uma vez que NÓVOA no seu estudo, já citado anteriormente, reuniu um conjunto de 360 processos disciplinares entre 1944 e 1957 e concluiu que “a maioria dos processos tinham origem

³²⁸ Vide Anexo V.

³²⁹ Decreto nº 32 659. *Diário da República*, I Série, nº 32, 9 Feb 1943.

O Art.º 11 do capítulo II deste decreto refere-se às infracções disciplinares que os funcionários cometeram e são:

- 1º Advertência;
- 2º Repreensão verbal ou por escrito;
- 3º Multa correspondente aos vencimentos de cinco até trinta dias;
- 4º Afastamento do serviço para outro análogo, sem prejuízo de terceiros;
- 5º Suspensão de exercício e vencimentos de dez até sessenta dias;
- 6º Suspensão de exercício e vencimentos de mais de sessenta até cento e oitenta dias;
- 7º Inactividade de um a dois anos, sem vencimento algum;
- 8º Aposentação compulsiva;
- 9º Demissão.

O art.º 12 prevê que as penas disciplinares dos n.ºs 3º e seguintes serão sempre registadas no processo individual do funcionário.

O art.º 13 salienta que as penas disciplinares têm unicamente os efeitos declarados na lei e no ponto 1º do § artigo, a pena de multa implica a perda, para efeitos de antiguidade, de tantos dias quantos aqueles a que corresponderem os vencimentos perdidos;

No que diz respeito à competência disciplinar, o Art.º 16 do capítulo III refere que as penas dos n.ºs 3º e seguintes do artigo 11º são da competência do Ministro respectivo, mas o Art.º 17º prevê que este pode delegar nos administradores, inspectores e directores gerais, por períodos renováveis não superiores a um ano, a competência que lhe é atribuída no artigo anterior. Por sua vez, podem os administradores, inspectores e directores gerais delegar nos directores de serviço, chefes de repartição, chefes de divisão, chefes de serviços externos e chefes de secções administrativas, por períodos renováveis não superiores a um ano, mediante autorização ministerial, a competência que tenham recebido por delegação.

O Art.º 19 do capítulo IV menciona que a pena no n.º 3º do artigo 11 será aplicada, em geral, nos casos de negligência ou má compreensão dos deveres profissionais.

³³⁰ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - *Anuário Estatístico – ano de 1954*. Lisboa:

Tipografia Portuguesa, Lda, 1955.

em queixas dos pais, em denúncias das populações (abaixo-assinaos, párocos, autoridades locais, etc.) ou em factos divulgados pela imprensa. Só uma pequena parcela dos processos tem origem interna ao sistema escolar e, neste caso, são quase sempre fruto de conflitos entre professores ou com os seus superiores hierárquicos”³³¹.

Uma grande parte dos processos, era devido a “situações de mal-estar generalizado, onde se cruzam aspectos relacionados com a vida escolar e comportamentos do foro social”³³².

A título de exemplo, transcrevemos uma passagem de um processo instaurado a um professor de Braga, consequência de um abaixo-assinado da população:

“Concretizando, os reclamantes afirmam {...} o seguinte: 1º - O professor reclamado vive amancebado com uma mulher (de quem é público ter um filho) no próprio edifício em que está instalada a escola oficial, dando assim um fraco exemplo. 2º - Inflige castigos corporais aos seus alunos e ainda há pouco aplicou num deles vários murros que lhe provocaram a queda de um dente, e dirige-lhes palavras ofensivas. 3º - Não se apresenta na escola às horas regulamentares nem ministra o ensino durante todo o tempo escolar. 4º - falta frequentemente à escola {...}. 5º - Manda aos miúdos praticarem serviços de seu proveito próprio, como acarretar fetos, pedras, etc. 6º - Não lhes ministra o conveniente ensino {...}”³³³.

A intervenção dos inspectores levava por vezes, à atribuição de “deficiente” ao serviço dos agentes de ensino, devido à má qualificação do seu trabalho, quezílias entre o pessoal docente e à aplicação de castigos corporais.

As causas que podiam levar a um “deficiente” passavam pela pouca consideração social que um agente de ensino tinha no seu círculo escolar, pela falta de zelo pelos serviços escolares, pelo fraco resultado das classes que iam a exame e pelo pouco aproveitamento dos alunos, no geral. Quando um agente educativo tinha a qualificação de “deficiente” em dois anos, seguidos ou não, era-lhe mandado retirar a última diuturnidade e instaurar processo disciplinar.

Nos documentos que analisámos do Arquivo Histórico do Ministério da Educação, encontrámos várias exposições de inspectores ao Director Geral do Ensino Primário a justificar a atribuição de “deficiente” ao serviço de determinados agentes de ensino e várias reclamações de qualificação de serviço desses mesmos agentes. Nalguns casos, e após alguns pedidos de referências dos agentes de ensino penalizados, por exemplo ao

³³¹ *Ibidem*.

³³² NÓVOA, António – *A Educação Nacional*, ob. cit., p.466.

³³³ *Ibidem*.

pároco da freguesia, directores de escolas, pessoas com elevada consideração no meio escolar, a nota era modificada pelo Director Geral³³⁴.

Numa relação dos agentes de ensino que tiveram a qualificação de “deficiente”, o inspector Marques dos Santos justificava essa atribuição desta forma:

“- O professor ... foi qualificado de “deficiente” pela pouca consideração social em que é tido e pela manifesta falta de zelo pelos serviços escolares;

- A professora ... foi qualificada de “deficiente” pelo fraco resultado das classes de exame e impressões colhidas a quando da inspecção que lhe foi feita;

- A regente ... foi qualificada de “deficiente” pelo pouco aproveitamento, já sistemático, dos alunos”³³⁵.

Nas exposições dirigidas ao Ministro da Educação Nacional, com o intuito de verem a sua classificação modificada, os agentes de ensino, normalmente alegavam:

“(...) por motivos contrários à minha vontade, os dois últimos anos não deram o rendimento que devia dar. O primeiro deficiente foi motivado pelas faltas dos alunos cujos pais os não compeliavam a frequentar a escola. Podia eu usar dos meios da Lei autuando-os, mas a violência podia dar resultados contraproducentes. O segundo deficiente foi motivado pela desorganização em que encontrei tudo nos zambujais. Tinha de lá saído o senhor de Sousa Alvim, que deixou tudo em péssimo estado. Devia ter oficiado à Direcção Escolar de Leiria, mas tive pena de o fazer, sendo eu a única prejudicada agora”³³⁶.

“(...) Ao entrar ao serviço na citada data, a professora que a vinha substituindo já tinha feito as passagens de classe e as propostas dos exames, nada tendo a requerente alterado. Sabe, contudo, a requerente que por esse serviço foi a sua colega classificada de “Suficiente” tendo a reclamante merecido – Deficiente – o que, salvo devido respeito, julga injusto, visto lhe ter sido impossível regressar mais cedo ao serviço da sua escola. A requerente, se lhe for mantida a qualificação atribuída, não mais poderá atingir a sua aposentação, indo para casa em condições económicas muito desgraçadas – apesar de contar já mais de 15 anos de serviço, prestado com bastante

³³⁴ Vide Anexo VI.

³³⁵ MARQUES, dos Santos – *Relatório da relação dos agentes educativos que tiveram qualificação de “deficiente”*, 10 Dez 1943.

³³⁶ Reclamação da qualificação de serviço da regente... de 17 Abril de 1944.

irregularidade, é certo, mas devido ao facto de por diversas vezes ter estado bastante doente”³³⁷.

³³⁷ Reclamação da qualificação de serviço da professora ... de 20 Março de 1950. Um despacho do Director Geral de 21 Abril de 1950, alterou para suficiente a qualificação de serviço da professora.

Conclusão

A intenção deste trabalho foi contribuir para a compreensão da actuação da Inspecção no Ensino Primário durante o Estado Novo, mais propriamente nas décadas de 40 e 50. Como o papel da Inspecção não se encontrava muito bem definido, reunimos vários elementos sobre este tema e sobre a época que pretendíamos trabalhar, na tentativa de clarificar, de forma o mais isenta possível, o percurso feito pela Inspecção no Ensino Primário.

Admitimos que, na realização deste trabalho, poderíamos ter optado por uma orientação um pouco diferente. Poderíamos ter utilizado, por exemplo, outros níveis de ensino, ou englobar o Ensino Particular, para efeitos de comparação.

Ficámos com uma sensação de insatisfação por não termos podido comparar os relatórios anuais de 1942/43, que utilizámos para caracterizar o Ensino Primário, com por exemplo, relatórios da década de 60, na tentativa de verificar se as opiniões dos inspectores se mantinham ou se divergiam das referenciadas em 1942/43. Tal, não foi possível devido à falta de documentos.

Também, poderíamos ter alargado mais a nossa barreira cronológica, na tentativa de obtermos mais respostas para a História do nosso Ensino.

Como no final de cada um dos capítulos, não apresentamos uma síntese conclusiva dos mesmos, achámos pertinente fazê-lo neste momento, procurando transmitir uma visão integral do trabalho.

A necessidade de perceber o percurso desenvolvido pela Inspecção Escolar no Ensino Primário, levou-nos a recorrer aos textos legais como uma valiosa fonte de informação. Assim, ficámos a perceber quais as intenções e as medidas adoptadas em matéria de política educativa referente ao controlo educativo e às próprias características do regime vigente.

A inspecção do Ensino Primário, que teve o seu início com o Marquês de Pombal, em 1771, viveu várias mudanças. Num período cronológico mais recente, verificámos que o regime republicano não conseguiu assegurar uma fiscalização eficaz, já que as medidas descentralizadoras que pretendia instituir não chegavam a ser postas em prática, devido à instabilidade dos seus órgãos de gestão. O período inconstante que se seguiu, nada mais fez do que adiar as grandes mudanças na área da inspecção, porém

continuava a existir uma preocupação em relação aos seus serviços. Em 1926, os legisladores, conscientes da deficiência nos serviços de inspecção no Ensino Primário, encetaram uma reorganização, criando uma estrutura mais hierarquizada, apresentando um novo corpo de oito inspectores com o objectivo de fiscalizar os 87 inspectores de círculo distribuídos pelo país. Os professores passavam a estar mais dependentes dos inspectores e estes por sua vez, com um controle mais apertado por parte do governo central. Apesar de tudo isto, o regime, ainda sujeito a pressões públicas, manifestou algumas fraquezas nesta área. Continuava a reclamar-se uma reforma da inspecção escolar. As várias mudanças políticas e as medidas dos Ministros da Instrução Pública, trouxeram muita instabilidade à pasta da Instrução. O Decreto 22 369 de 1933 procurou reorganizar a administração e a fiscalização escolares. Torna-se fundamental para o Estado Novo impôr as suas ideias à escola e aos seus agentes e garantir um instrumento de inspecção adaptado às suas directrizes. Toda a autoridade ficava centrada no Director Geral do Ensino Primário que se distribuía por três áreas. A primeira, que tinha por objectivo administrar e fiscalizar, era constituída por 18 inspectores de distrito, por delegados escolares e pelos directores escolares. A segunda, que tinha por missão a orientação pedagógica, era formado por 10 inspectores-orientadores. Da terceira, à qual competia cuidar da acção dos agentes de ensino, isto é, das questões disciplinares, pertenciam 6 inspectores principais.

Apesar de toda esta reorganização no ensino e da preocupação com uma Inspecção hierarquizada e articulada com o poder, em 1942 não se sentia a eficácia desta inspecção. Foi então criada a Inspecção Geral do Ensino para ultrapassar todas as dificuldades e materializar um verdadeiro serviço inspectivo. Mas o descontentamento com a situação do ensino continuava. O número de inspectores continuava a ser reduzido em relação ao número de agentes de ensino.

O decreto 40 762 de 1956, na esperança de valorizar a orientação pedagógica do ensino, reorganizava os serviços da Direcção-Geral do Ensino Primário e criava uma secção de orientação pedagógica e disciplinar. Aumentava o número de inspectores, mas não se alterava a forma de recrutamento, e esse aumento não garantiu uma orientação conveniente do ensino, pois o número de inspectores continuava a ser insuficiente em relação ao número de agentes do ensino.

Preocupados com a desarticulação dos antigos programas, em 1960, batalhou-se por um aperfeiçoamento das qualidades pedagógicas e dos conhecimentos dos professores.

A fiscalização do Ensino Primário ficava a cargo de dois inspectores-orientadores, que se preocupavam em melhorar a acção dos agentes do ensino.

No segundo capítulo procurámos caracterizar o Ensino Primário, com artigos sobretudo de inspectores da imprensa pedagógica da época, nomeadamente, a *Escola Portuguesa*.

Parece-nos poder concluir que o Ensino Primário na década de 40 e 50 começou a viver uma acentuada tendência para a renovação pedagógica, que se impôs através de métodos e de atitudes.

Houve a preocupação de adaptar o ensino às necessidades dos tempos modernos e conseguiu-se a obrigatoriedade da matrícula e da frequência no Ensino Primário das crianças em idade escolar, com a finalidade de lhes ministrar os conhecimentos elementares necessários e a educação conveniente para formar cidadãos esclarecidos, desembaraçados e formados sobre todos os aspectos, em especial no amor a Deus, à Pátria e à Família. Abandonou-se a prática de encher a cabeça das crianças com noções mal assimiladas que depressa saíam da memória e que na vida prática não tinham utilidade absolutamente nenhuma. A renovação começou com o reconhecimento da própria instituição e com a preocupação em proporcionar às crianças uma atmosfera acolhedora, um ambiente de bem-estar, ao mesmo tempo que se “chamava” a atenção das famílias dos alunos para a escola, pois só desta forma o professor podia realizar uma obra verdadeiramente educativa.

A imprensa e os inspectores defendiam que a eficiência do ensino dependia, em muito, dos métodos didácticos adoptados pelos professores, e que qualquer reforma devia centrar-se não necessariamente, nos programas escolares, mas sim nos métodos pedagógicos usados na escola. Os inspectores não eram unânimes em relação à utilização de um método de trabalho por parte dos agentes do ensino. Apesar de manifestarem uma opinião própria sobre o método que entendiam ser o mais indicado para o ensino, não parece claro que um inspector “incomodasse” um professor, caso este não estivesse a utilizar um determinado método, desde que o professor respeitasse o ritmo, a aprendizagem e as capacidades dos alunos e que obtivesse bons resultados.

A Pedagogia, segundo Fraure³³⁸, não aceitava regras absolutas, assim como também não admitia um único método. Perante as capacidades e aptidões dos alunos, perante as circunstâncias e as próprias disciplinas, o professor deveria decidir qual o método a

³³⁸ FRAURE, Abel – *L'individualisme et la réforme de l'enseignement*, citado por Mário Gonçalves Viana, “Métodos de ensino”, In *Escola Portuguesa*. n.º 887, 17 Dez 1951, p. 169.

utilizar. Poderia afirmar-se que “o melhor método pedagógico será aquele que facilite o trabalho do aluno, sem, todavia, o excluir. Bom método é aquele que excita a curiosidade infantil e lhe dá ensanchas para trabalhar e exercer uma fecunda actividade de aprendizagem”³³⁹.

Neste contexto mais aberto, o conceito de inspecção tinha de mudar. O inspector já não surgia como um mero fiscalizador, cuja presença vincada com a sua autoridade e com o fim de dar ordens ou garantir a execução delas, era pouco ou nada desejável nas escolas. Partilhando os mesmos ideais e actuando em clima de confiança e lealdade, professor e inspector mostravam-se empenhados numa causa comum, a da educação.

A inspecção no ensino particular, com um número muito reduzido de inspectores, preocupava-se basicamente com os processos disciplinares, os inquéritos, as sanções e as visitas de carácter policial. Com a nomeação do Dr. Artur de Almeida Carneiro, em 1950, para o lugar de Inspector Superior do Ensino Particular, anunciava-se uma mudança através do aumento do número de inspectores e de funcionários de secretaria e do orçamento. Era seu objectivo, com estas alterações, aumentar a frequência das visitas às escolas e um acesso mais rápido às últimas novidades em pedagogia.

Neste contexto de maior abertura pedagógica, era natural defender-se que o castigo corporal tinha de ser abandonado a favor de “processos mais brandos e humanos”. O seu uso era desculpado em situações muito extremas, devendo ser aplicado “paternalmente”, pois *qui bene amat, bene castigat*.

A actuação dos professores modificou-se e continuou-se a pedir que se renovassem para “tornar mais claro o céu das escolas, mais quente o seu afecto para com as crianças e mais produtivo o seu trabalho docente”³⁴⁰.

Procurando proporcionar uma base mais sólida à caracterização do Ensino Primário, fomos esmiuçar os relatórios que anualmente os Directores dos Distritos Escolares enviavam à Direcção Geral.

“O pouco que se fez deve-se à muita boa vontade e sacrificio, dos povos, Câmaras, Juntas de Freguesia e Casas do Povo. Muito mais é necessário, ainda, mas não chega, para tanto, toda a boa vontade, que não consegue vencer as dificuldades da hora presente.”³⁴¹

³³⁹ VIANA, Mário Gonçalves – “Métodos de ensino”, In *Escola Portuguesa*. n.º 887, 17 Dez 1951, p. 170.

³⁴⁰ “O ensino e a criança”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1118, 10 Out 1956, p. 18.

³⁴¹ ALVES, Carlos – *Relatório Director do Distrito Escolar de Leiria 1942/43*, p.7.

Da análise dos relatórios ficamos com a percepção que no ano lectivo de 1942/43, e embora o país vivesse um período conturbado, consequência da Grande Guerra, o ano lectivo decorreu com normalidade, apesar das muitas canseiras e dos sacrifícios de todos os envolvidos no acto educativo. Mas, não podemos deixar de referir a preocupação visível com o estado dos edificios escolares. Aguardava-se ansiosamente pelo início das construções escolares compreendidas no Plano dos Centenários, e que se encontrava parado à espera de aprovação superior dos projectos, e também devido à escassez das matérias-primas e ao encarecimento da mão-de-obra. Também o número insuficiente de professores e de pessoal administrativo, de material pedagógico, e a irregular frequência dos alunos, eram preocupações constantes para os Directores dos Distritos Escolares.

É visível em vários momentos, o apreço e o reconhecimento por parte dos inspectores pelo trabalho desempenhado pelos professores.

As opiniões que os inspectores manifestavam sobre os professores, eram baseadas na competência, empenho e zelo profissional, que estes profissionais manifestavam:

“A quase totalidade dos professores deste distrito esforçam-se por ter a sua escola cheia de alunos, quer organizando festas escolares, tornando a escola atraente, quer fundando e dirigindo Caixas Escolares e cantinas, de forma a levar algum auxílio material às crianças pobres em idade escolar”³⁴².

“Disse SALAZAR que ‘NENHUM POVO NO MUNDO PODE AMAR MAIS PORTUGAL DO QUE OS PORTUGUESES...’; e desses portugueses não são, certamente, os professores primários aqueles que menos O amam. É que, além de soldados como todos os outros, os professores são-no ainda da nobre causa da EDUCAÇÃO NACIONAL que a todos vai insuflando, desde pequeninos, o verdadeiro amor da PÁTRIA PORTUGUESA!...”³⁴³.

Constituíam grande motivo de preocupação para os inspectores o número de crianças recenseadas que não frequentavam a escola primária, ou que frequentavam mas com muita irregularidade, em parte devido, em muitos locais, à inexistência de edificios escolares, às dificuldades da vida e às doenças de carácter epidémico, sobretudo nas classes mais baixas e ao número insuficiente de professores:

“É elevado ainda, como se vê, o número de alunos cuja assiduidade se considera insuficiente. Porém se tivermos em consideração certas características

³⁴² BARATA, António - *Relatório Director do Distrito Escolar de Santarém*. 1942/1943, p. 3.

³⁴³ SANTOS, Marques dos – *Relatório Director do Distrito Escolar de Viseu*. 1942/43, p.1

do temperamento do nosso povo, refractário à disciplina e à compreensão dos seus direitos familiares, e se nos lembrarmos das condições sanitárias dos pequenos aglomerados onde as epidemias são frequentes e grandes as dificuldades económicas provenientes da guerra, fácil será encontrar uma explicação para esta anomalia que temos combatido na medida do possível”³⁴⁴.

Era claro o alastramento da acção beneficente da Cantina e da Caixa Escolar em quase todas as escolas e postos escolares. Sem fins lucrativos, a intenção era abranger o maior número de crianças e mantê-los ou chamá-los para a Escola. Contudo, esta acção devia-se em grande parte à cooperação dos professores e dos benfeitores da terra:

“Todas se encontram geralmente prósperas, a ponto de algumas regentes mesmo, trabalhando em pequenos meios, terem já dificuldade de escolha de aplicação das suas receitas depois de nada faltar às crianças para os seus trabalhos e de possuírem o que pode já julgar-se como luxo – magníficos relógios de parede, fogões de sala e adornos artísticos”³⁴⁵.

Os postos escolares iam funcionando apesar da pouca preparação dos regentes, no entanto, os inspectores entendiam que era preferível funcionarem com algumas limitações e dificuldades a não funcionarem. Opinião idêntica tinham para o desempenho dos regentes. Tendo consciência da sua pouca formação, iam sugerindo ao Director Geral do Ensino Primário

“Cada vez mais se radica em mim a ideia de que o posto escolar é imprescindível em meios pequenos, onde a população infantil não justifique a existência de uma escola”³⁴⁶.

“A criação dos postos, ideia feliz, tem-se apreciado tendo por base de raciocínio um ou outro exemplo de incompetência e desmazelo dalguns dos seus agentes. Bom seria e justo que se louvasse uma iniciativa sem a qual continuariam ainda sem ensino, na mais crassa ignorância, muitos milhares de crianças de lugares remotos onde se não justifica a acção dum professor e onde este dificilmente se adaptaria. (...)”

O que é preciso é que os que funcionem não mereçam reparos malsinadores, quer pela categoria de quem os dirige, quer pela miséria de instalação”³⁴⁷.

³⁴⁴ PENA, Rodrigues - *Relatório Director do Distrito Escolar de Faro ano lectivo 1942/43*, p. 5.

³⁴⁵ FIGUEIREDO, Silvestre de – *Relatório Director do Distrito Escolar de Castelo Branco. 1942/43*.

³⁴⁶ MATOS, Albino - *Relatório do Director do Distrito Escolar da Guarda. 1942/43*, p. 10.

³⁴⁷ FIGUEIREDO, Silvestre de – *Relatório Director do Distrito Escolar de Castelo Branco. 1942/43*.

O número de cursos nocturnos a funcionar era significativo, no entanto era muito irregular a frequência dos alunos, que iniciavam com muito empenho, mas que ao longo do ano iam desistindo, perante as adversidades do dia-a-dia.

Em relação ao apoio dos municípios, os inspectores expuseram que se da parte de alguns a ajuda era prestável, pela compreensão das necessidades escolares, sendo de louvar o seu desempenho na reparação dos edifícios, outros era quase nula a atenção que davam ao problema educativo, “deixando ruir escolas que há muito podiam ser facilmente reparadas e mantendo-as sem o mobiliário e material didáctico conveniente”³⁴⁸.

No geral, os inspectores procuravam acompanhar o desempenho dos professores e mantê-los actualizados através de visitas de inspecção às escolas e postos escolares, fazendo sempre que possível lições às classes com o objectivo de garantir aos professores o necessário aperfeiçoamento da didáctica nas diferentes disciplinas. Quando os inspectores, por dificuldade de transporte ou de recursos humanos não podiam, ou eram insuficientes as idas às escolas ou postos escolares, principalmente nos meios rurais, mantinham os agentes educativos actualizados através de circulares, fornecendo directrizes com sugestões e conselhos. Mas, sempre que as visitas eram possíveis, eram orientadas dentro de um espírito de justiça e benevolência, e estimulando todos os agentes de ensino para o cumprimento dos seus deveres.

Também nos artigos em jornais e revistas, (os inspectores recomendavam essencialmente a “Escola Portuguesa”), contribuíam para a divulgação das novidades em relação ao ensino. Da mesma forma, nas reuniões de professores e regentes eram dadas indicações sobre escrituração, cadernos escolares e, ainda, sobre vários pontos de aperfeiçoamento do ensino, assim como esclarecimentos de atitudes a tomar, tanto de ordem pedagógica como social, e que na opinião do inspector António Barata, eram reuniões que até davam bastante resultado, uma vez que “pelos relatórios anuais, dos meus Delegados e dos presidentes dos júris de exames, se verifica que o nível cultural dos examinandos se tem elevado de ano para ano”³⁴⁹.

Com o grande e antigo problema do Ensino Primário a começar ser resolvido, com a construção de novos edifícios e a formação de novos professores, os inspectores acreditavam que as mudanças trariam algo de positivo para o Ensino Primário.

³⁴⁸ *Ibidem*.

³⁴⁹ *Idem*, p. 1.

Para confrontarmos estas opiniões e relatos dos directores com a sua efectiva intervenção, procurámos ouvir a outra parte do processo – os professores. Através dos discursos recolhidos junto deles, concluímos que as opiniões divergem da dos inspectores. Nem tudo o que era ventilado na *Escola Portuguesa* pelos inspectores, era posto em prática ou exigido aos professores num momento de inspecção.

Ficamos com a percepção que o que realmente constituía motivo de inspecção para a maioria dos inspectores era a parte burocrática. O resto vinha por acréscimo. Poderia ser dada uma achega ou outra, mas o papel do inspector não era incomodar os agentes de ensino, salvo em situações que ultrapassavam os limites do razoável. Porém, a generalidade dos agentes educativos vivia apavorada com a figura do inspector, devido aos serviços de inspecção estarem dependentes de um poder centralista e autoritário.

Se bem que no início da nossa época de estudo, a inspecção aparecesse como um elemento controlador, chegámos ao final e essa função tinha-se esbatido, dando lugar a uma outra, de orientação e apoio ao agente educativo:

“(…) Era necessário ir vê-la, inspeccionar-lhe a escola, ouvir-lhe os desabafos, prestar atenção às dificuldades em que se debatia, não tanto para lhe descobrir as falhas no exercício da magistério, como para lhe prestar aquela assistência moral a que têm direito todos os agentes de ensino por parte das autoridades de que mais directamente dependem”³⁵⁰.

Mesmo dentro de um clima de repressão e de grande controlo, o número de processos disciplinares não era muito significativo, e os que existiam eram consequência de queixas dos pais ou denúncias da população. Eram poucos os processos instaurados pelos agentes do sistema escolar que, quando existiam ficavam a dever-se basicamente a conflitos entre os professores.

Da acção pedagógica e disciplinar dos inspectores resultava um relatório, elaborado segundo critérios do próprio inspector, mas pelo testemunho dos nossos depoentes, os agentes de ensino não eram informados do seu conteúdo e o resultado das visitas dos inspectores não trazia um acréscimo de conhecimentos aos professores.

Da análise dos relatórios concluímos que alguns inspectores retratavam com bastante pormenor as suas visitas às escolas, enquanto outros limitavam-se a preencher uma ficha-tipo, onde sumariamente descreviam as suas visitas. Mas, no geral, eram os

³⁵⁰ LEAL, António- “Do Canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. nº 1077, 2 Dez 1955, p. 207.

aspectos administrativos os que despertavam mais interesse nos inspectores, seguidos dos de natureza didáctica ou pedagógica.

Havia um consenso generalizado por parte dos inspectores no que respeita à função da inspecção, que ia de encontro à dos professores, uma vez que estes olhavam para a inspecção como um instrumento de fiscalização, enquanto que para os inspectores a inspecção do Estado Novo alicerçava a sua actuação mais numa relação pessoal e formativa e menos de controlo.

Tomando como verdadeira esta asserção, até que ponto não revela um sentido contraditório com o regime político que a originou?

Quanto a nós parece-nos que o poder central nunca se preocupou verdadeiramente em garantir uma inspecção eficaz, pois entendia que o sistema não precisava de fiscalização. O medo preventivo, por parte dos agentes educativos em relação aos inspectores, e que na realidade existia, era o melhor instrumento de que o Estado Novo podia dispor para acautelar uma fiscalização funcional.

Qualquer investigação deixa sempre um conjunto de perguntas que não tivemos tempo de percorrer, mas que futuramente merecerão a nossa reflexão, das quais destacamos:

Num ambiente de formação, onde cabia ao inspector visitar as escolas e assistir aos seus serviços, recolher dos directores informação que lhes permitisse perceber o rendimento, competência, idoneidade moral e qualidade do serviço de todo o pessoal, poderemos falar em preparação dos professores para a função de inspecção?

Será que a própria estrutura inspectiva do Ensino Normal preparava os professores para a inspecção, para o controle de funções?

Que pensavam os inspectores das suas funções e os professores das suas actuações?

Numa situação de exame será que os inspectores valorizavam uma cultura orientada para o desenho, os trabalhos manuais, os labores femininos, ou preferiam as memorizações mecânicas, as noções gramaticais e as definições inúteis?

Será que as visitas inesperadas dos inspectores eram um mero acaso, ou uma forma de embaraçar o professor pouco habituado aos contactos oficiais?

Causariam assim tanto “medo” os inspectores, que davam orientações aos professores e que depois não eram cumpridas?

“Até a minha primeira visita tinha terror da inspecção. Mas, como o inspector que me apareceu foi tão simpático (tinha sido meu professor), modifiquei a minha opinião. Até acho que eles estavam do lado dos professores, mas depois do 25 de Abril quando ouvíamos falar na inspecção até ficávamos “tolhidas”.

Professora Alberta Moreira³⁵¹

³⁵¹ Em entrevista realizada a Março de 2003.

Fontes e Bibliografia

Fontes Documentais:

Arquivo Histórico do Ministério da Educação:

- *Processos Disciplinares*. Caixa n.º15/2687, DGIP.
- *Relatórios de Inspectores*. Caixas n.º 11/1376, n.º 12/2578 e n.º 12/2568, DGIP
- ALVES, Carlos – *Relatório Director do Distrito Escolar de Leiria* 1942/43.
- BARATA, António - *Relatório de inspecção feito à Escola Feminina de Muge – Salvaterra de Magos* 06 Maio 1949.
- BARATA, António - *Relatório de inspecção feito à Escola Feminina de Marinhais – Santarém*. 07 Maio 1949.
- BARATA, António - *Relatório de inspecção feito à Escola Feminina da Sede – Mação*. 30 Nov 1949.
- BARATA, António - *Relatório de inspecção feito à Escola Masculina de Muge – Santarém*. 07 Maio 1949.
- BARATA, António - *Relatório de Inspeção feito à Escola Masculina de Penhascose- Mação*. 30 Nov 1949.
- BARATA, António - *Relatório Director do Distrito Escolar de Santarém*. 1942/1943.
- FIGUEIREDO, Silvestre - *Relatório de inspecção feito à Escola Masculina de Niza- Portalegre*. 11 Mar 1949.
- FIGUEIREDO, Silvestre - *Relatório de inspecção feito à Escola Masculina de Gavião- Portalegre*. 09 Mar 1949.
- FIGUEIREDO, Silvestre - *Relatório de inspecção feito à Escola Feminina n.º 3 de Portalegre*. 15 Mar 1948.
- FIGUEIREDO, Silvestre de – *Relatório Director do Distrito Escolar de Castelo Branco*. 1942/43.
- MARQUES, dos Santos - *Relatório da relação dos agentes educativos que tiveram qualificação de “deficiente”*, 10 Dez 1943.
- MATOS, Albino - *Relatório do Director do Distrito Escolar da Guarda*. 1942/43.
- PENA, Rodrigues - *Relatório Director do Distrito Escolar de Faro ano lectivo* 1942/43.
- RODRIGUES, Bernardo – *Relatório do Distrito Escolar de Coimbra*.1942/43.
- SANTOS, Marques dos – *Relatório Director do Distrito Escolar de Viseu*. 1942/43.

- SILVA, Aníbal – *Relatório Director do Distrito Escolar de Évora*. 1942-43.
 - SOBREIRA, Joaquim – *Relatório do Distrito Escolar de Portalegre*. 1942/43.
 - TEIXEIRA, José - *Relatório do Distrito Escolar da Braga*. 1942/43.
- *Série Documental* – Diversos da Direcção Geral do Ensino Primário: Diversos n.º 5. Caixas n.º 133, n.º 926 e n.º 1436.

Legislação:

DATA	DECRETO	SUMÁRIO
29/09/1919	6 137 (D.R., Iª Série, nº 198 de 29 Set 1919)	Aprova o Regulamento do Ensino Primário e normal.
22/11/1926	12 706 (D.R., Iª Série, nº 261 de 22 Nov 1926)	Organização dos serviços de inspecção do ensino primário.
12/06/1930	18 413 (D.R., Iª Série, nº 126, 02 Jun 1930)	Execução das provas de exame e passagens de classe no Ensino Primário Elementar.
30/03/1933	22 369 (D.R., Iª Série, nº 73 de 30 Mar 1933)	Reorganização dos serviços de administração, de orientação pedagógica, de inspecção e disciplinares do ensino primário.
23/11/1935	26 115 (D.R., Iª Série, nº 273 de 24 Nov 1935)	Promulga a reforma de vencimentos do funcionalismo público.
24/11/1936	27 279 (D. R. Iª Série, nº 276, 24 Nov 1936)	Estabelece as bases em que deve assentar o Ensino Primário.
05/09/1942	32 241 (D.R., Iª Série, nº 208 de 5 Set 1942)	Criação da Inspeção Geral do Ensino e Inspeção do Ensino Particular.
09/02/1943	32 659 (D. R., Iª Série, nº 32, 9 Feb 1943)	Aprova o estatuto disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado.
27/10/1952	38 968 (D.R., Iª Série, nº 24, 27 Out 1952)	Reforça o princípio da obrigatoriedade do Ensino Primário Elementar, reorganiza a assistência escolar, cria os cursos de educação de adultos e promove uma campanha nacional contra o analfabetismo.
7/09/1956	40 762 (D R, Iª série, n.º 191, 7 Set 1956)	Reorganização da Direcção-Geral do Ensino Primário e adiciona.

DATA	DECRETO	SUMÁRIO
31/12/1956	40 964 (D.R., Iª Série, nº 284, 31 Dez 1956)	Amplia e reforça o regime da obrigatoriedade do Ensino Primário Elementar.
28/05/1960	42 994 (D.R., Iª Série, nº 125, 28 Maio 1960)	Actualiza os programas do Ensino Primário a adoptar a partir do próximo ano lectivo. – Declara obrigatória a frequência da 4.ª classe para todos os menores com a idade escolar prevista no art. 1.º do decreto-lei n.º 38 968.
22/11/1960	43 345 (Preâmbulo. D. R., I.ª Série, 22 Nov 1960)	As escolas do Magistério primário passam a submeter-se à acção orientadora de inspectores especiais.

Imprensa Pedagógica

Escola Portuguesa, 1942 a 1962

- “A escola e o clima instaurado pela Revolução Nacional”. In *Escola Portuguesa*, nº 415, 8 Out 1942, p. 17-18.
- BOTO, Virgílio Augusto Cordeiro – “Inspecção na escola de hoje”, In *Escola Portuguesa*. nº 1110, 10 Agosto 1956, p. 814.
- BOTO, Augusto Cordeiro -”Inspecção na Escola de Hoje”, In *Escola Portuguesa*. nº 1117, 2 Out 1956, p. 6.
- BOTO, Augusto Cordeiro – “Inspecção na Escola de Hoje”, In *Escola Portuguesa*. nº 1125, 2 Dez 1956, 135-136.
- CABRAL, Alfredo – “Saber castigar”, In *Escola Portuguesa*. nº 516, 14 Set 1944, p. 751.
- “Castigos Corporais – Aspecto Pedagógico”, In *Escola Portuguesa*. nº 1083, 17 Jan 1956, p.351.
- “Castigos Corporais”, In *Escola Portuguesa*. nº 1126, 10 Dez 1956, p. 159.
- “Circulares e despachos”, In *Escola Portuguesa*. nº 1204, 25 Jul 1958, p.652.
- “Contra o Analfabetismo”, In *Escola Portuguesa*. nº 499, 18 Maio 1944, p. 509-510.
- CORREIA, António Forsado – “Castigos Corporais”, In *Escola Portuguesa*. nº. 1132, 25 Fev 1957, p. 272.
- “Discurso proferido por S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Fernando Andrade Pires de Lima, no acto da posse do Inspector Superior do

Ensino Particular, Dr. Artur de Almeida Carneiro”, In *Escola Portuguesa*. n.º 810, 10 Maio 1950, p. 445.

- GRAÇA Silva – “Actualidade do trabalho do inspector orientador”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1219, 25 Jan 1959, p. 21-22.
- ESCARAMEIA, António José – “A escola e a família”, In *Escola Portuguesa*. n.º 536, 1 Fev 1945, p. 285-286.
- ESCARAMEIA, António José – “A escola e o professor”, In *Escola Portuguesa*. n.º 703, 15 Abr 1948, p. 362-363.
- ESCARAMEIA, António José – “Ainda professores e alunos”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1097, 2 Maio 1956, p. 598.
- ESCARAMEIA, António José – “A iniciação da leitura”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1071, 17 Out 1955, p. 51.
- ESCARAMEIA, António José – “Casas de escola e edificios escolares”, In *Escola Portuguesa*. n.º 777, 15 Set 1949, p. 650.
- ESCARAMEIA, António José – “Exames”, In *Escola Portuguesa*. n.º 550, 10 Maio 1945, p. 493-494.
- ESCARAMEIA, António José – “Métodos de leitura”, In *Escola Portuguesa*. n.º 612, 18 Jun 1946, p. 679.
- ESCARAMEIA, António José – “O ditado no exame”, In *Escola Portuguesa*. n.º 719, 5 Ago 1948.
- ESCARAMEIA, António José – “Ontem e hoje”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1165, 2 Out 1957, p. 51.
- ESCARAMEIA, António José – “Planos Lições”, In *Escola Portuguesa*. n.º 698, 11 Mar 1948, p. 297.
- ESCARAMEIA, António José – “Professores e alunos”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1088 de 25 Fev 1956, p. 449.
- FERREIRA, Aníbal da Silva – “A profissão do professor”, In *Escola Portuguesa*. n.º 769, 21 Jul 1949, p. 573
- FIGUEIREDO, Silvestre de - “A arte na escola portuguesa”, In *Escola Portuguesa*. n.º 927, 17 Out 1952, p. 34.
- FIGUEIREDO, Silvestre – “A aula reflecte o professor”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1079, 17 Dez 1955, p. 269.
- FIGUEIREDO, Silvestre – “Duas atitudes didácticas e uma conclusão”, In *Escola Portugues*. n.º 1142, 10 Abril 1957, p. 433.
- FIGUEIREDO, Silvestre de - “Educar”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1008, 25 Jun 1954, p.667.
- FIGUEIREDO, Silvestre de – “Insistindo”, In *Escola Portuguesa*. n.º 865, 2 Jul 1951, p. 625.
- FIGUEIREDO, Silvestre de - “O desenho - valioso elemento de cultura”, In *Escola Portuguesa*. n.º 976, 25 Out 1953, p. 53.
- FIGUEIREDO, Silvestre de - “Quantos voltarão?”, In *Escola Portuguesa*. n.º 1195, 17 Maio 1958, p. 513.

- FERREIRA, Aníbal da Silva – “A profissão do professor”, In *Escola Portuguesa*. nº1264, Out 1962, p. 6-7.
- FRIAS, Afonso – “Notas de inspecção”, In *Escola Portuguesa*. nº 1080, 25 Dez 1955, p. 294.
- “Hora alta do Ensino Primário”, In *Escola Portuguesa*. nº 930, 10 Nov 1952, p.113.
- LEAL, António – “A reunião anual dos inspectores do Ensino Primário e directores dos distritos escolares”, In *Escola Portuguesa*. nº 975, 17 Out 1953, p. 34.
- LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. nº 1083, 17 Jan 1956, p. 352.
- LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. nº 1108, 25 Jul 1956, p. 781.
- LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. nº 1110, 10 Ago 1956, p. 811-822.
- LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. nº 1111, 17 Agosto 1956, p. 827-828.
- LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. nº 1119, 17 Out 1956, p. 37.
- LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. nº 1120, 25 Out 1956, p. 51.
- LEAL, António – “Do canhenho dum inspector”, In *Escola Portuguesa*. nº 1121, 2 Nov 1956, p. 68.
- LEAL, António – “Preceitos pedagógicos dum educador português”. In *Escola Portuguesa*, nº 893, 2 Fev 1952, p. 270.
- MARTINS, J. Baptista – “Disciplina escolar”, In *Escola Portuguesa*. nº 1222, 25 Abr 1959, p.10.
- MARTINS, J. Baptista - “Novos caminhos”, In *Escola Portuguesa*. nº 1236, 25 Jun 1960, p. 15.
- MARTINS, José Baptista – “O professor e a inspecção”, In *Escola Portuguesa*. nº. 1231, 25 Jan 1960, p.7.
- “Na apresentação de cumprimentos pelos Inspectores de Ensino Primário e Directores dos Distritos Escolares a S. Ex^{as}, o Ministro e Subsecretário de Estado da Educação Nacional, palavras de S. Ex^a. o Ministro, Senhor Prof. Eng. Francisco Leite Pinto”. In *Escola Portuguesa*, nº 1116, 25 Set 1956, pág. 390.
- ONIEVA, D. António, J.- “É necessário um plano de estudos primários”, In *Escola Portuguesa*. nº 1086, 10 Fev 1956, p. 415.
- “O primeiro dia de aulas do ano escolar”, In *Escola Portuguesa*. nº 1170, 10 Nov 1957, p. 89-90.
- PAIXÃO, Braga - *Escola Portuguesa*. Ano I, nº 1, 11 Out 1934, p.1.
- PINTO, Leite – “Castigos Corporais”, In *Escola Portuguesa*. nº 1119, 17 Out 1956, p. 33.

- PIRES, Alberto Vaz – “Os castigos na Escola Primária”, In *Escola Portuguesa*. nº 781, 13 Out 1949, p. 15.
- “Plano dos Centenários”, In *Escola Portuguesa*. nº 443, 22 Abr 1943, p. 516-517.
- “Reunião dos inspectores do Ensino Primário e Directores do Distrito Escolar”. In *Escola Portuguesa*. nº 924, 25 Set 1954, p. 771.
- “Recordando o passado e preparando o futuro”, In *Escola Portuguesa*. nº 916, 25 Jul 1952, p. 642-643.
- SANTOS, A. Espírito, “Antes do exame”, In *Escola Portuguesa*. nº 865, 2 Jul 1951, p. 626.
- SANTOS, Gomes – “A escola e o Sol”, In *Escola Portuguesa*. nº 846, 10 Fev 1951, p.317.
- SANTOS, Gomes de – “Ao redor do globalismo”, In *Escola Portuguesa*. nº 928, 25 Out 1952, p. 52.
- SANTOS, Gomes dos – “Interpretação dos programas”, In *Escola Portuguesa*. nº 887, 17 Dez 1951, p. 170.
- SANTOS, Gomes dos – “Outro caso escolar”, In *Escola Portuguesa*. nº 610, 4 Jul 1946, p. 649.
- SANTOS, Gomes – “Sobre a escrituração escolar”, In *Escola Portuguesa*. nº 394, 14 Maio 1942, p.517.
- SANTOS, Gomes – “Visita a uma escola”, In *Escola Portuguesa*. nº 387, 26 Mar 1942, p. 47.
- “Significativa homenagem ao professorado do Ensino Primário”, In *Escola Portuguesa*. nº 1103, 17 Jun 1956, p. 697.
- SILVA, J.J Correia da - “O problema da repetência”, In *Escola Portuguesa*. Ano XXIX, nº 1265, Nov 1962, p.7 e 27.
- SILVA, Correia da – “O método na ortografia”, In *Escola Portuguesa*. nº 1223, 25 Maio 1959, p. 11.
- “Vinte e nove anos de progresso nacional”, In *Escola Portuguesa*. nº 1052, 25 Maio 1955, p. 641
- VIANA, Mário Gonçalves - “As qualidades do professor”, In *Escola Portuguesa*. nº 423, 3 Dez 1942, p. 185-187.
- VIANA, Mário Gonçalves – “Objectivos da disciplina”, In *Escola Portuguesa*. nº 854, 10 Abr 1951, p. 445-446.
- SOUSA, José Rolando Pereira de – “O professor e a formação do carácter”, In *Escola Portuguesa*. nº 1209, 2 Set 1957, p. 714.
- “Subsecretário de Estado da Educação Nacional tratou na capital do Norte de problemas relativos ao Ensino Primário no distrito”, In *Escola Portuguesa*. nº 1052, 25 Maio 1955, p.642.
- SILVA, J. Correia – “O problema da repetência”, In *Escola Portuguesa*. nº 1266, data, p. 7.

Bibliografia

1.^a Conferência Nacional da Inspeção-Geral da Educação – 8 a 10 de Outubro. Lisboa: IGE, 1999.

ADÃO, Áurea – *O Estatuto do Professor Primário em Portugal (1901-1951)*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

ALVES-PINTO – “Formas de estar na Escola”, In *Textos de Apoio – Administração Escolar: I módulo*. Caderno 2, Porto: ISET, 1992.

BELL, J. – *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva, 1997.

BEN-PERETZ, Miriam – “Episódios do passado evocados por professores aposentados”, In NÓVOA, António (org.) – *Vidas de Professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

CANÁRIO – *Textos de Apoio – administração escolar: III módulo*. Caderno 2, Porto: Iset 1994.

CARDEANO, N. – *O projecto educativo na mudança de Escola*. Guarda: ESE Politécnico, 1993.

CARNEIRO, A. Henriques - *A Inspeção do Ensino em Portugal - nos finais do séc. XIX a alvares do séc. XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CARVALHO, Rómulo de – *História do Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CRUZ, José Carlos Morais da - *A Inspeção dos Liceus no Portugal Liberal (1836-1892)*. Vol. 1, Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Área de Ciências da Educação, 2002.

“Discurso de Gustavo Cordeiro Ramos em 1936”, in *Nova História de Portugal*, Vol. XII, SERRÃO, Joel e OLIVEIRA MARQUES, A.H. (dir.) – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, ROSAS, Fernando (coord.), Lisboa: Editorial Presença, 1992.

GRÁCIO, Rui – “História da história da educação em Portugal: 1945-1978”, In *Cultura, História e Filosofia*. Vol. II, Lisboa: Centro de História da Cultura 1983, p. 135-184.

GOODSON, Ivor F. – “Dar voz ao Professor: As Histórias de vida dos Professores e o seu Desenvolvimento Profissional”. In NÓVOA, António (org.) – *Vidas de Professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - *Anuário Estatístico – ano de 1954*. Lisboa: Tipografia Portuguesa, Lda, 1955.

LESSARD, M.; GOYETTE, H. G.; BOUTIN, G. – *Investigação Qualitativa*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

LUME, Filomena - *A Inspeção Escolar – entre o Estado Novo e a Democracia – Representações, Dinâmicas e Estruturas Organizacionais*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências, Departamento de Educação, 2004.

MACEDO, Henrique Veiga de – “Grandes e pequenos problemas da Educação Primária Portuguesa, Campanha Nacional de Educação de Adultos”. In *Plano de Educação Popular, Campanha Nacional de Educação de Adultos*. vol. XVII, série A, n.º 9, Jun 1955.

MÓNICA, Maria Filomena – *Educação e Sociedade em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

NÓVOA, António – “A Educação Nacional”. In ROSAS, Fernando (coord.) – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. In MARQUES, A. H. Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) – “Nova História de Portugal”. Lisboa: Editorial Presença, 1992, vol. XII, p. 454 – 519.

NÓVOA, António – “A história do Ensino Primário em Portugal: Balanço da investigação realizada nas últimas décadas”. In *1.º Encontro da História da Educação em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

NÓVOA, António – *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Instituto de Inovação Educacional, 1992.

NÓVOA - *Do Mestre-Escola ao Professor do Ensino Primário: Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séc. XVI-XX)*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana, 1999.

PIRES LIMA, Augusto César - *O papel do professor da instrução primária*, Porto: Tipografia Sequeira, 1941.

RAMOS, Gustavo Cordeiro – “Os fundamentos éticos da escola no Estado Novo”. In *Uma série de conferências*, Lisboa: INE AAVV, 1937.

REDINHA, Joaquim Simões – “A IGE e a democratização das sociedades escolares”, in *Actas da 1ª Conferência Nacional da Inspeção-Geral da Educação*. Coimbra: Scarpa, 1999.

SAMPAIO, José Salvado – *Evolução do Ensino em Portugal. Metrópole, 1940/1941/1966/1967*. Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência, 1973.

SAMPAIO, José Salvado - *O Ensino Primário (1911 - 1969). Contribuição Monográfica*. Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência, 1975 – 1977, 3 vols.

SILVA, Serras e – “Ideias fundamentais sobre a Escola Primária”, In *Nova História de Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1952.

VIDIGAL, Luís - *Os testemunhos orais na Escola. História Oral e Projectos Pedagógicos*. Porto: Edições ASA, 1996.

Anexo I

Relatórios dos Inspectores manuscritos

5.  R.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
Direcção Geral do Ensino Primário
Serviços Pedagógicos e Disciplinares

Relatório da inspecção feita
ao Posto Masculino de Água
Fria, concelho de Alvarães.

Regente efectivo, _____, com 14 alu-
nos matriculados na 1.ª classe, 7 na 2.ª, 5 na
3.ª e um na 4.ª, num total de 28.

Fiz esta inspecção pelo motivo especial de
estar instruindo em processo disciplinar ins-
taurado ao seu regente, e ter deduzido do
auto por conveniente fazer-se uma ins-
pecção cuidada aos serviços do posto, onde
o referido regente trabalha há 12 anos.

Queri alguns alunos acerca de certas afirma-
ções feitas no auto do processo.

Logo depois das 9 horas, no dia 15 do cor-
rente mês, cheguei ao posto, encontrando-o
a funcionar com regularidade. No recensea-
mento escolar estão inscritas 53 crianças do
sexo masculino e 49 do feminino, mas mu-
tas delas vivem a 3, 4 e mais quilómetros de
distância, em pequenos povoados. No dia
da inspecção estavam presentes 18 alunos,
faltando 10 que, segundo informações colhi-
das, tinham ido com as famílias para a

feira anual de Ponte de Sós.

O facto do posto ser masculino prejudica muito os interesses da população, por não poder receber a matrícula as crianças do sexo feminino. Muito conviria criar-se um posto feminino, ainda que tivesse que funcionar na mesma sala, ou converter-se o actual em misto.

O posto foi inspecionado em 1935, desde quando ali foi colocado o actual regente. A escrituração trocou esta em dia. Os cadernos diários estão regularmente organizados. — Fiz lições de Aritmética e Português em todas as classes, com excepção da 4.^a, porque o único aluno matriculado não estava presente, por ter ido com o pai para a república da Feira. Nas lições dadas fiquei com a impressão de que o regente é trabalhador e cumpre com os seus deveres profissionais. Os alunos têm, na sua maioria, regular preparação. As pessoas mais idóneas da localidade têm estima e consideração pelo regente.

Troquei impressões com autoridades locais e com as pessoas de maior valia, sobre a acção político-social do regente, e foram



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Primário

Serviços Pedagógicos e Disciplinares

unânimes em afirmar que ele é pessoa
respeitável e séria, tanto na vida oficial
como na particular.

Lautareim, 17 de Janeiro de 1948

O Inspector

Antônio Parata



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Primário

Serviços Pedagógicos e Disciplinares

Relatório da inspecção feita
à Escola Masculina de Aljustrel,
concelho de Alcobaca.

Nesta escola temos dois lugares em funcionamento, nos quais se encontram matriculados 91 alunos. No recenseamento escolar estão inscritas apenas 75 crianças do sexo masculino, mas a escola é frequentada por alunos de outros locais próximos, onde não funcionam escolas ou postos. Os dois lugares estão instalados num edifício camarário, com duas amplas salas, mas com pouca luz.

Professores e directores, ~~João~~ com 35 anos de serviço, tem 33 alunos matriculados na 1.ª classe e 22 na 3.ª, num total de 55. No dia da inspecção estavam presentes 51. Os alunos são muito assíduos e pontuais, apesar de alguns morarem a grandes distâncias. — A escrita da escola estava em dia. Nos cadernos diários dos alunos da 3.ª classe encontrei redacções e ortografias muito cuidadas, verificando nestas que o ensino é bem orientado.

Na 3.ª classe fiz uma lição de Língua Materna, os alunos leram e interpretaram bem, e fizeram algumas frases para aplicação do seu conhecimento de Gramática. Em Aritmética — resolviam

vários problemas, que tinham por tema o História-
Mítico; operaram bem com números decimais.

Na 1ª classe - numa lição de Aritmética veri-
fiquei que a maioria dos alunos sabe fazer as ope-
rações da soma, subtração e multiplicação, e
escrever os números até 100. Numa lição de
Língua Materna vi que 20 dos alunos têm já
na 2ª parte do seu livro de leitura, e nos seus
cadernos encontrei regulares caligrafias.

Fiquei com a impressão de que o professor
é muito trabalhador, conseguimos o correspon-
dente rendimento escolar.

Professora efetiva, ~~Luiz~~ ~~Luiz~~ ~~Luiz~~
Lopes, com 22 alunos matriculados na 3ª classe
e 14 na 4ª, num total de 36. No dia da inspec-
ção estavam presentes 34 alunos, que são muito
assíduos e pontuais, apesar de alguns viverem a
grandes distâncias.

Os mobiliário e material de ensino fazem al-
gumas coisas, mas muito especialmente um Gra-
du-frete, pois é existente e velho e não satis-
faz as necessidades do ensino.

Os cadernos diários estão muito bem cuidados,
e neles se encontram exercícios bem resolvidos e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Primário

Serviços Pedagógicos e Disciplinares

executado. No caderno da 2.ª classe encontrei algumas redacções interessantes, ilustradas com desenhos próprios. - Na 2.ª classe fiz uma lição de Língua Portuguesa; os alunos leram correctamente e expressivamente, interpretando o que leram. Ortografam com relativa facilidade. Em Aritmética - Fazem muito bem as 4 operações, com as respectivas provas reais; resolvem problemas simples e conhecem o Sistema Monetário.

Na 4.ª classe - Fiz uma lição de Português, ficaram bem impressionados com a preparação da maioria dos alunos. Em uma lição de Aritmética e Geometria verificou também que a classe conhece já quase toda a programação. Em uma lição de História, Geografia e Ciências vi que os alunos compreendem bem.

Professora com a preparação de emergência de 1941, e que se tem aperfeiçoado muito. Foi por mim inspecionada, há dois anos, e bastante aprovada nas recomendações que então lhe fiz, segundo agora me confessou. Como é muito hábil, e trabalhadora, muito consegue do seu trabalho.

Alcobaca, 5 de Março de 1948

O Inspector

António Barata

15 MAR 1948

DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO
SERVIÇOS PEDAGÓGICOS E DISCIPLINARES

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
Direcção Geral do Ensino Primário
Serviços Pedagógicos e Disciplinares

Relatório de inspecção

Escola Masculina de Lourenço - D. de V. de

Professora:

Período 12 de Dez. de 1948

<i>Mat.</i>	<i>Alunos</i>	<i>Presenças</i>	<i>Faltas</i>
1ª - 13	-	11	
2ª - 5	-	5	
3ª - 9	-	8	
4ª - 7	-	7	
	<u>34</u>	<u>31</u>	

Recenseamento = 25

A frequência excede o recenseamento pela falta de alguns alunos. Na 4ª classe 4 alunos excedem a idade legal, na 3ª, 5ª e na 1ª um aluno tem 12 anos outros 11 e outros dez. Esta situação é devido às frequentes mudanças de professores. A actuação é dedicada mas falta-lhe a experiência para trabalhar mais proficazmente com 4 classes. É o que acontece com a generalidade das novas professoras, com estas mesmas 3ª classe e parte de 4ª com um metódico. A preparação prática com que entram no magistério é causa de grandes embaraços e mais de uma vez

Vou chamar algumas delas pela aflição de
 sua incapacidade. Sempre elas afirmam que pro-
 curem o seu triunfo numa actividade deimen-
 te. Sempre curiosa e interessada, leu e expe-
 rimentou. Orientei com a presença de
 alunas as maiores dificuldades. Trabalham
 e estudam, complementando as suas
 dificuldades mais evidentes.

O superior
 Aluno de 1º ano



Ministério
da
Educação Nacional
DIRECÇÃO GERAL
DO
ENSINO PRIMÁRIO

DIRECÇÃO
DO
DISTRITO ESCOLAR
DE
CASTELO BRANCO

Ass.

Fis. /

Fazer referência ao registo
supra e a data deste offi-
cio quando haja seguimento
do mesmo assunto.

Referência:

Processo

N.º

Fis.

194

tem antece-
dentes.

Assunto

M. /

D. / Santos

Serviço da República

CASTELO BRANCO, 3 de Julho de 1950

EX.º SR. Director Geral do Ensino Primário

- 6 JUL 1950

L I S B O A

Relatório de Inspeção feita nos termos da circular do L.
16-C n. 49, de 5-1-45, d' escola fem. n. 3, de Castelo Branc
co, realizada desde as 13 e 30 ds 14 e 30 do dia 6 de Junho
de 1950.

Visitei a sala da professora , com 36 alu-
nos matriculados na 3. classe, estando presentes 34.

Assisti a uma lição de leitura, interpretação e gramatiz
ca, e, ainda, a parte de uma lição de geometria.

O estado de adiantamento dos alunos é satisfatório, po-
rém o ensino é um pouco monótono e abstracto.

As crianças falam muito baixo e manifestam pouca activi-
dade.

Recomendei que concretizasse mais o ensino e que desper-
tasse mais vida às crianças.

A professora pertence ao quadro geral e tem já bastant
tes anos de serviço

A bem da Nação

O DIRECTOR ESCOLAR,

[Handwritten signature]

 Ministério da Educação Nacional DIRECÇÃO GERAL DO ENSINO PRIMÁRIO	Serviço da República CASTELO BRANCO, 3 de Julho de 1956 EX.^{ma} SR. Director Geral do Ensino Primário L I S B O A
Direcção do DISTRITO ESCOLAR DE CASTELO BRANCO	Relatório de Inspecção feita nos termos da Circular do I.º, 11-5, de 15-1-45, e escola masculina n.º 1 de Castelo Branco, realizada desde as 9 horas de 10 e 15, do dia 28 de Junho de 1956. 15m
Ass. Fix. Parece referir-se ao mesmo o supra e é dada conta do mismo pelo encargo do mesmo ensino.	Visitou a sala do professor , com 31 alunos na 4.ª classe, estando presente 23.
Referências: Processo	Assinala a uma lição de ortografia, verificando que os alunos estão bem preparados tanto em conhecimentos como no desenvolvi- mento do raciocínio.
Fix. Ass.	O professor é dedicado ao serviço e revela boa preparação didáctica.
tem anteceden- tes,	Tem a 3.ª diuturnidade e uma boa folha de serviços bem qua- lificados.
Assunto	A bem da Nação
Ass.	O DIRECTOR ESCOLAR,
	

1609 ex. - Tip. Portella Felão - C. Branco - 12.2 549

Anexo III

Ficha-Tipo de Relatórios da visita de inspecção

RELATÓRIO DA VISITA DE INSPECÇÃO

Concelho de *Alcáçova*
 Freguesia de *Barregado*
 Escola *Porto Escolar* de *Vale do Barregado*
 Professor *Regente* -

Data da inspecção em *9 de Fevereiro de 1950*

Alunos matriculados	Na 1.ª classe, m. <i>3 f. 7</i>
	2.ª " <i>5 - 1</i>
	3.ª " <i>3 - 2</i>
	4.ª " <i>8</i>
	Total <i>11 - 10</i>
Organização material	Número de salas de aula <i>16 ma</i>
	Condições higiénicas e pedagógicas <i>mas</i>
	Mobiliário <i>deficiente</i>
	Material didáctico <i>insuficiente</i>
Organização pedagógica	Escrituração <i>em alim</i>
	Cadernos dos alunos <i>limpos e regularmente avariados</i>
	Preparação das lições <i>mas é cuidadosamente feita</i>
	Adiantamento dos alunos <i>- Regular</i>
	Que características imprime ao ensino <i>O ensino é bastante desordenado, devido à falta de preparação pedagógica da regente</i>

Cantina *West terrace*

Mocidade Portuguesa.

Mocidade Portuguesa As actividades são desenvolvidas ao vá-
leando:

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1960

O INSPECTOR,

U INSPECTOR,
Custodio das Pais Matos Saramago

RELATÓRIO DA VISITA DE INSPECÇÃO

Concelho de *Lintea*
 Freguesia de *S. Martinho*
 Escola *Manuelina de Lintea*
 Professor

Data da inspecção *Em 16/2/1950*

Alunos matriculados	Na 1. ^a classe, m. <i>9</i> f.
	" 2. ^a " " <i>9</i> "
	" 3. ^a " " <i>7</i> "
	" 4. ^a " " <i>19</i> "
	Total : <i>44</i> "
Organização material	Número de salas de aula <i>Uma</i>
	Condições higiénicas e pedagógicas <i>A sala de aula está muito limpa, mas tem deficiências consideráveis higiénicas e pedagógicas</i>
	Mobiliário - <i>Satisfaz</i>
	Material didáctico <i>Insuficiente</i>
Organização pedagógica	Escrituração <i>Em dia</i>
	Cadernos dos alunos <i>Limpos e muito bem cuidados</i>
	Preparação das lições - <i>É cuidadosamente feita</i>
	Adiantamento dos alunos <i>Bom</i>
	Que características imprime ao ensino - <i>Este professor é muito trabalhador, ordenado, faz um ensino activo e muito consciente</i>

Assistência
Escolar

Caixa escolar *Não tem*

Cantina *Não tem*

Mocidade Portuguesa *As actividades são cumpridas aos
salvos.*

Lisboa, 5 de Maio de 1960

O INSPECTOR,

António do Rio Matos Sáez

Escola Tip. da Oficina de S. José-Braga
20) ex. — 10-11-1948

RELATÓRIO DA VISITA DE INSPECÇÃO

Concelho de Santa
 Freguesia de S. Maria
 Escola Feminina de Bomim José Moreira e Santa
 Professoras

Data da inspecção em 13 de fevereiro de 1950

Alunos matriculados	Na 1.ª classe, m. <u>f. 35</u>
	2.ª " <u>22</u>
	3.ª " <u>23</u>
	4.ª " <u>10</u>
	Total <u>90</u>
Organização material	Número de salas de aula <u>Três</u>
	Condições higiénicas e pedagógicas <u>Bons</u>
	Mobiliário <u>algum é antiquado</u>
	Material didáctico <u>insuficiente</u>
	Escrituração <u>em dia</u>
Organização pedagógica	Cadernos dos alunos <u>repletos com cuidados e bem cuidados</u>
	Preparação das lições <u>não é cuidadosamente feita</u>
	Adiantamento dos alunos <u>satisfaz</u>
	Que características imprime ao ensino <u>As três professoras são muito trabalhadoras, têm tanto pedagogia e fazem seus alunos aprender a dividir mentalmente com facilidade</u>

as follows:

Anexo IV

Síntese dos Relatórios dos Inspectores de 1950

ESCOLA CONCELHO	DATA DA VISITA	ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	INTERVENÇÃO DO INSPECTOR
Posto Escolar Vale do Carregado - Alenquer	09/02/1950	. Escrituração em dia; Cadernos dos alunos limpos e organizados; A preparação das lições não é cuidadosamente feita; O adiantamento dos alunos é regular, apesar do ensino ser bastante desordenado, devido à falta de preparação da regente.	. Não refere.
Escola Feminina José Morais – Sintra	15/02/1950	. Escrituração em dia; Cadernos dos alunos bem orientados; A preparação das lições não é cuidadosamente feita; O adiantamento dos alunos satisfaz; As professoras ³⁵² têm tacto pedagógico e fazem um ensino ordenado.	. Não refere.
Escola Masculina de Sintra – Sintra	16/02/1950	. Escrituração em dia; Cadernos dos alunos limpos e muito bem orientados; A preparação das lições é cuidadosamente feita; O adiantamento dos alunos é bom; O professor é muito trabalhador e faz um ensino activo e muito consciente.	. Não refere.
Escola Masculina de Sintra – Sintra	16/02/1950	. Escrituração em dia; Cadernos dos alunos feitos sem cuidado e mal orientados; A preparação das lições não é cuidadosamente feita; O adiantamento dos alunos é deficiente; O professor não consegue despertar o interesse nos alunos, devido a não fazer um ensino prático e intuitivo.	. Não refere.
Escola Feminina de Colares – Sintra	17/02/1950	. Escrituração em dia; Cadernos dos alunos regularmente orientados ; A preparação das lições não é cuidadosamente feita; O adiantamento dos alunos satisfaz; O ensino é feito de modo a despertar o interesse nos alunos. É activo, racional e ordenador.	. Não refere.
Escola Masculina de Colares – Sintra	Sem data	. Escrituração em dia; Cadernos dos alunos regularmente orientados, embora pouco limpos; A preparação das lições não é cuidadosamente feita; O adiantamento dos alunos satisfaz; O professor é muito trabalhador e procura fazer um ensino intuitivo.	. Não refere
Escola Masculina S. João do Souto - Braga	09/03/1950	. Escrituração em ordem; Cadernos dos alunos em ordem; A preparação das lições é boa; O adiantamento dos alunos é normal.	. Não refere
Escola Feminina de Vila Franca de Xira – V.F. Xira ³⁵³	6 e 7 de Março de 1950	. Escrituração está em ordem; De uma maneira geral todas as professoras são cuidadosas na preparação e orientação dos trabalhos escritos.; A preparação das lições não é cuidadosamente feita; O adiantamento dos alunos é regular; Cada professor tem a sua maneira de orientar o ensino. Quase todas se esforçam por fazer um ensino atraente com vista a despertar o interesse nos alunos.	. Não refere.

³⁵² O relatório refere-se a três professoras.

ESCOLA CONCELHO	DATA DA VISITA	ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	INTERVENÇÃO DO INSPECTOR
Escola Mista de Caneças – Loures	09/03/1950	. Escrituração em ordem; Cadernos dos alunos regularmente orientados e limpos; A preparação das lições é cuidadosamente feita; O adiantamento dos alunos é muito bom; Ensino moderno com actividades que desenvolvem as faculdades intelectuais dos alunos.	. Não refere.
Escola Feminina da Sé – Braga	13/03/1950	. Escrituração em ordem; Cadernos dos alunos em ordem; A preparação das lições é boa; O adiantamento dos alunos é bom.	. Não refere.
Escola Mista de Venda Seca – Sintra	13/03/1950	. Escrituração feita com deficiências; Cadernos dos alunos mal orientados e pouco limpos; A preparação das lições não é cuidadosamente feita; O adiantamento dos alunos é deficiente; O grande número de alunos que frequentam a escola e as más condições da sala de aula não deixam a professora fazer um serviço que compense o seu esforço e boa vontade.	. Não refere.
Escola Masculina da Sé – Braga	14/03/1950	. Escrituração em ordem; Cadernos dos alunos em ordem; A preparação das lições é boa; O adiantamento dos alunos é bom.	. Não refere.
Escola Masculina - Oeiras	16/03/1950	. Escrituração em dia; Cadernos dos alunos com exercícios feitos sem cuidado e não estão limpos; A preparação das lições não é devidamente feita; O adiantamento dos alunos é deficiente; A professora não é activa. O ensino é pouco coordenado e não desperta nos alunos o devido interesse.	. Não refere.
Escola Mista de Azenha do Mar – Sintra	22/03/2005	. Escrituração em dia; Cadernos dos alunos bem orientados e regularmente limpos; A preparação das lições segue as orientações dos anos anteriores; O adiantamento dos alunos é Bom para os dois últimos anos e Muito Bom na primeira e na segunda; A professora é bastante trabalhadora, apesar de não utilizar os métodos mais modernos.	. Não refere.
Escola Mista de Linhó – Sintra	24/03/2005	. Escrituração em dia; Cadernos dos alunos regularmente orientados; A preparação das lições não é cuidadosamente feita; O adiantamento dos alunos nos primeiros anos é regular, na 4ª classe é deficiente; A professora é activa.	. Não refere.
Escola Masculina nº1 – Castelo Branco	27/03/1950	. O estado de adiantamento dos alunos é regular; O professor é novo, mas manifesta boa vontade para o aperfeiçoamento profissional.	. “Recomendei mais atenção aos alunos que trabalhavam por si, enquanto dava explicações à outra classe. Também fiz algumas considerações de ordem pedagógica.”

³⁵³ O relatório refere-se a sete professoras.

ESCOLA CONCELHO	DATA DA VISITA	ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	INTERVENÇÃO DO INSPECTOR
Escola Masculina Eng. Duarte Pacheco – Braga	28/03/1950	. Escrituração em ordem; Cadernos dos alunos em ordem; A preparação das lições é boa; O adiantamento dos alunos é normal.	. Não refere.
Escola Masculina Eng. Duarte Pacheco – Braga	28/03/1950	. Escrituração em ordem; Cadernos dos alunos em ordem; A preparação das lições é boa; O adiantamento dos alunos é normal.	. Não refere.
Escola Mista de Bicesse – Cascais	28/03/1950	. Escrituração em dia; Cadernos dos alunos regularmente orientados e feitos os trabalhos com cuidado e limpeza; A preparação das lições não é devidamente feita; O adiantamento dos alunos é regular; A professora tem intuição pedagógica, é disciplinadora e possui muitas faculdades de trabalho, mas todo o serviço é prejudicado pelo elevado número de crianças.	. Não refere.
Escola Feminina de Oeiras – Oeiras ³⁵⁴	30/03/1950	. Escrituração em ordem; Cadernos dos alunos bem orientados e limpos; A preparação das lições é feita com cuidado pela professora directora; O adiantamento dos alunos é bom; A professora não é activa. A professora directora faz um ensino interessante.	. Não refere.
Escola Mista de	31/03/1950	. Escrituração em dia; Cadernos dos alunos regularmente orientados e feitos com cuidado; A preparação das lições não é devidamente feita; O adiantamento dos alunos é bom; A professora não utiliza métodos modernos, contudo os alunos têm bom aproveitamento. É muito trabalhadora e possui aptidão.	. Não refere.
Escola Masculina nº 1 de Cast. Branco – Castelo Branco	21/04/1950	. O estado de adiantamento dos alunos é satisfatório; A professora ministra o ensino com uma relativa segurança.	. Recomendei um ensino mais intuitivo e fiz algumas observações pedagógicas.
Escola Feminina nº 3 de Cast. Branco – Castelo Branco	28/04/1950	. Assisti a um exercício de redacção com o tema “A nossa Colónia de Moçambique”. As crianças pouco desenvolveram, porque o assunto era bastante transcendente para uma 2ª classe. Não achei o tema impróprio e com as explicações insistentes da professora, alguma coisa de Moçambique ficou na cabeça daquelas crianças.	. Não refere.
Escola Feminina nº1 de Cast. Branco - Castelo Branco	08/05/1950	. As crianças mostram possuir os conhecimentos correspondentes à respectiva classe e altura do ano em que nos encontramos; A professora revela boa vontade e dedicação pelo ensino.	. Não refere.

³⁵⁴ O relatório refere-se a três professoras

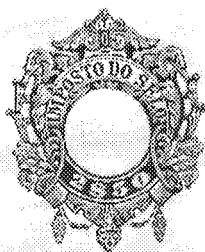
ESCOLA CONCELHO	DATA DA VISITA	ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	INTERVENÇÃO DO INSPECTOR
Escola Feminina de Maximinos - Braga	12/05/1950	. Escrituração em ordem; Cadernos dos alunos em ordem; A preparação das lições é boa; O adiantamento dos alunos é normal.	. Não refere.
Escola Feminina da Sé	17/05/1950	. Escrituração em ordem; Cadernos dos alunos em ordem; A preparação das lições é boa; O adiantamento dos alunos é bom.	. Não refere.
Escola Feminina nº3 de Cast. Branco - Castelo Branco	20/05/1950	. Assisti a um ditado e a uma lição de Ciências Naturais, sendo um e outra bem orientados pela professora.	. Não refere.
Escola Feminina de Real - Braga	22/05/1950	. Escrituração em dia; Cadernos dos alunos suficientes; A preparação das lições é regular; O adiantamento dos alunos é suficiente.	. Não refere.
Escola Feminina nº1 de Cast. Branco - Castelo Branco	25/05/1950	. Os alunos encontram-se em bom estado de aproveitamento.	. Não refere.
Escola Masculina de Maximinos - Braga	26/05/1950	. Escrituração em ordem; Cadernos dos alunos em ordem; A preparação das lições é boa; O adiantamento dos alunos é normal.	. Não refere.
Escola Feminina de Cividade - Braga	26/05/1950	. Escrituração em ordem; Cadernos dos alunos bem orientados; A preparação das lições é boa; O adiantamento dos alunos é normal.	. Não refere.
Escola Feminina nº3 de Cast. Branco - Castelo Branco	06/06/1950	. O estado dos alunos é satisfatório, porém o ensino é um pouco monótono e abstracto. As crianças falam muito baixo e manifestam pouca actividade.	. Recomendei que concretizasse mais o ensino e que despertasse mais vida às crianças.
Escola Masculina nº1 de Cast. Branco - Castelo Branco	28/06/1950	. Os alunos estão bem preparados tanto em conhecimentos como no desenvolvimento do raciocínio. O professor é dedicado ao serviço e revela boa preparação didáctica.	. Não refere.

Anexo V

Análise da Revista Escola Portuguesa, período de 1942 a 1962

PERÍODO DE 1942 ATÉ 1962

	Nº processos	Distrito com mais processos	Agente Educativo com mais processos	Pena mais atribuída
1942	50	Porto (9) Viseu (9)	Professoras (29)	Pena 4 Art. 1 (17)
1943	75	Porto (11)	Professoras (43)	Pena 3 Art. 11 (21)
1944	82	Porto (20)	Professoras (42)	Pena 3 Art. 11 (50)
1945	76	Porto (12)	Professoras (38)	Pena 3 Art. 11 (45)
1946	45	Porto (10)	Professoras (22)	Pena 3 Art. 11 (29)
1947	69	Braga (12) Viseu (12)	Professoras (32)	Pena 3 Art. 11 (45)
1948	32	Vila Real (6)	Professoras (20)	Pena 3 Art. 11 (15)
1949	44	Porto (15)	Professoras (22)	Pena 3 Art. 11 (21)
1950	27	Coimbra (5)	Professoras (13)	Pena 3 Art. 11 (14)
1951	10	Leiria (2) Porto (2) Setúbal (2)	Professores (6)	Pena 3 Art. 11 (6)
1952	42	Porto (9)	Professoras (26)	Pena 3 Art. 11 (25)
1953	49	Braga (12)	Professoras (29)	Pena 3 Art. 11 (35)
1954	126	Braga (24)	Professoras (56)*	Pena 3 Art. 11 (87)
1955	76	Braga (18)	Professoras (33) *	Pena 3 Art. 11 (49)
1956	81	Braga (19)	Professoras (38)	Pena 3 Art. 11 (48)
1957	10	Bragança (4)	Regentes Mulheres (6)	Pena 9 Art. 11 (5)
1958	60	Braga (11)	Professoras (32)	Pena 3 Art. 11 (42)
1959	49	Santarém (6)	Regentes Mulheres (20)	Pena 3 Art. 11 (26)
1960	39	Lisboa (9)	Professoras (15)*	Pena 3 Art. 11 (25)
1961	40	Braga (8)	Regentes Mulheres (19)	Pena 3 Art. 11 (24)
1962	25	Braga (7)	Professoras (10)*	Pena 3 Art. 11 (12)



1 24/11 1972

Senhor Ministro da Educação Nacional

Exatidão

Venho mais respeitosamente pedir justiça a V. Ex.^a para as qualificações feitas, em meus serviços, no ano letivo de 1942 - 1943.

Eu trabalhei na escola municipal de Santo Amaro, distrito de Portalegre, de Outubro a Março, e a seguir que me foi substituído, desempenhei bastante serviço que eu tinha, começado. Fui transferido por não ter vindo para Luíria, tomar conta do posto para onde fui nomeado em Março. Sendo nomeado em outubro (isto foi, se, aproximadamente, as crianças com o meu serviço, no passo que, como estava aproximadamente, visto estar a escola desde o princípio do ano. Mas de mais que valeu, porque, sem estar insatisfeito com nenhuma das posições contrárias à lei, fui transferido da escola para a Luíria, e a outra escola que se encontrava vaga.

Há cinco anos que sou regente. Trabalhei em quatro escolas e dois postos.

Apenas em dois lugares cheguei a concluir o ano, mas, consigo, que os meus alunos trabalhem com bom aproveitamento. Ainda sou, com os meus alunos, a fazer a preparação da classe, para

sendo possível, apresentar mais parágrafos pelo motivo de
 estar no alto da mão esquerda em cada parágrafo.

Salute e Fraternidade

Em 16 de Novembro de 1943

Resolvo a assinatura, após de
 16 de Novembro de 1943

Francisco de Paula Barreto

0970

16-3 584

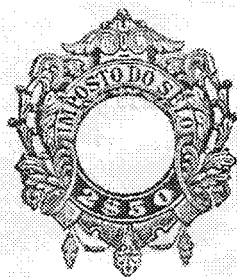
7 Dezembro 3

Ex. Sr. Ministro do Interior

1.ª Divisão

3.ª Seção

20 de Novembro último, por despacho de hoje, foi atribuído



Senhor Ministro da Educação Nacional
Excelências:

Até iniciar o ano lectivo, são poucos bem frequentados as escolas daquela região de Juiz de Fora, e, quando o colégio e trabalho poucos tempos depois de iniciar o curso, são abandonadas as aulas e levados pelos pais os filhos, para a plantação da azeitona, a que, naquela região, dão o nome de rabisco ou rabusco, revertendo em seu favor o produto total com a venda da moirada azeitona.

A pesar dos grandes esforços de todos os professores, chamamos a atenção do Sr. Senhor Presidente da Câmara, Sr. João Augusto Marchante, que, numa palestra pública, chamou a atenção dos pais das crianças, para os benefícios, interesses e vantagens que para os seus filhos tinham, frequentando regularmente a escola. Esta fuga da escola, é provocada pela extrema pobreza e o pouco amor de alguns pais, pela educação dos filhos.

Para combater estes e outros inconvenientes, viam-se na necessidade de vender o horário escolar, e durante o último período, a minha permanência na escola com as classes em especial a que tem

de prestar provas, se entendia moralmente até às 19 horas.

Se assim, com a minha permanente conflituosidade com o espírito dos Pais, e a minha dedicação e esforço ao lado dos filhos, poderia obter resultados com os quais, legitimamente, me orgulho.

E que assim é, abatem-se, em referência até ao fim do ano, os serviços por mim ali prestados durante treze anos de permanência naquela localidade, para os quais, despoitadamente, posso chamar a atenta atenção de V. Ex.

Muito ternos, fujo a V. Ex.^a que se deigne ordenar que seja mudada para suficiente a qualificação de deficiente, do ano de 1942-1943.

A Bem da Nação
A professora,

7 Dezembro 3

16-B 534

Ex.^a Sr. Director do Distrito Escolar de

Porto Alegre

Comunico a V. Ex.^a que, por despacho de hoje, foi modificada para suficiente a nota atribuída em 1942-43 à professora

19-A-3, iss^o 19
n^o 2429

A Bem da Nação

Pelo Director Geral



Senhor Ministro da Educação Nacional

Excelência

casada, professora actualmente colocada na escola mista de V. da Torre, do concelho e distrito escolar de Castelo Branco; vem perante V. Ex.^a reclamar nos termos seguintes:

O Ex.^{mo} Senhor Director do Distrito Escolar de Portalegre, p.
sifizou de deficiente o serviço da reclamante referente ao ano lectivo de 1942-1943, ultimo ano em que prestou serviço na escola mista de Marvão - sede, por não ter apresentado alunos a exame no referido ano e no anterior (1941-1942). A reclamante não se conformou com a qualificação dada ao seu serviço naquele ano, e por isso oportunamente solicitou, em officio, perante o proprio Senhor Director, nova qualificação pelos motivos abaixo transcritos, que não obteve, de resto, finalmente.

Daí nasce a presente reclamação que agora se tra^z às mãos de Vossa Excelência com o pedido que se impetira de novamente se qualificar o serviço da reclamante.

Nada ha que justifique que seja mal qualificado o serviço da reclamante.

a) já porque ela se tem esforcado sempre ao maximo no de

sempenho das suas funções,

b) já porque de uma maneira geral tem obtido boa qualificação de serviço,

e) já porque a escola que regeu no ano lectivo a que a qualificação se refere, teve rendimento superior a sessenta e cinco por cento como se verifica pelo mapa anual que vai junto, não obstante ter sempre trabalhado num ambiente desfavorável, criado por algumas pessoas que a odiavam.

A reclamante desde 1939, tem sido feita uma perseguição acintosa por parte de várias pessoas que a odiavam.

O acinte dessas pessoas fez com que a reclamante fosse instaurado um processo disciplinar, que afinal não veio a ter o fim que eles tanto almejavam, e como não conseguiram o seu desejo, têm desde então, feito tudo quanto podem para prejudicar a reclamante, já pedindo às mães de alguns alunos, para não os mandarem à escola e mesmo que lá fossem, só entrarem tardiamente para não terem o necessário aproveitamento, já para não apresentarem a certidão de idade para que os filhos não fizessem exame e ainda houve quem não quizesse que seus filhos fossem a exame alegando serem muito novos.

Foi neste meio rebelde em que a reclamante exerceu a sua profissão e a sua acção assim se deliuza por efeito dessa rebeldia; por isso vem a reclamante perante Vossa Excelência, pedir que ao seu serviço se faça uma nova qualificação que com melhores motivos faça jus ao seu afincado trabalho.

Eu tive dois alunos na 3.ª classe e se um d'elles não foi a exam
não é culpa minha mas de quem não apresentou a certidão de
idade, e sobre este assunto informei V. Ex.^{cia} no meu relator
e assim julgo não dever ser responsável.

Na 4.ª classe não tive alunos matriculados.

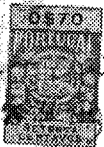
Em falta de exames no ano anterior, julgo ter-me justificado
perante V. Ex.^{cia} no referido ano, e tanto assim que me foi lavrado
da a nota de deficiente?

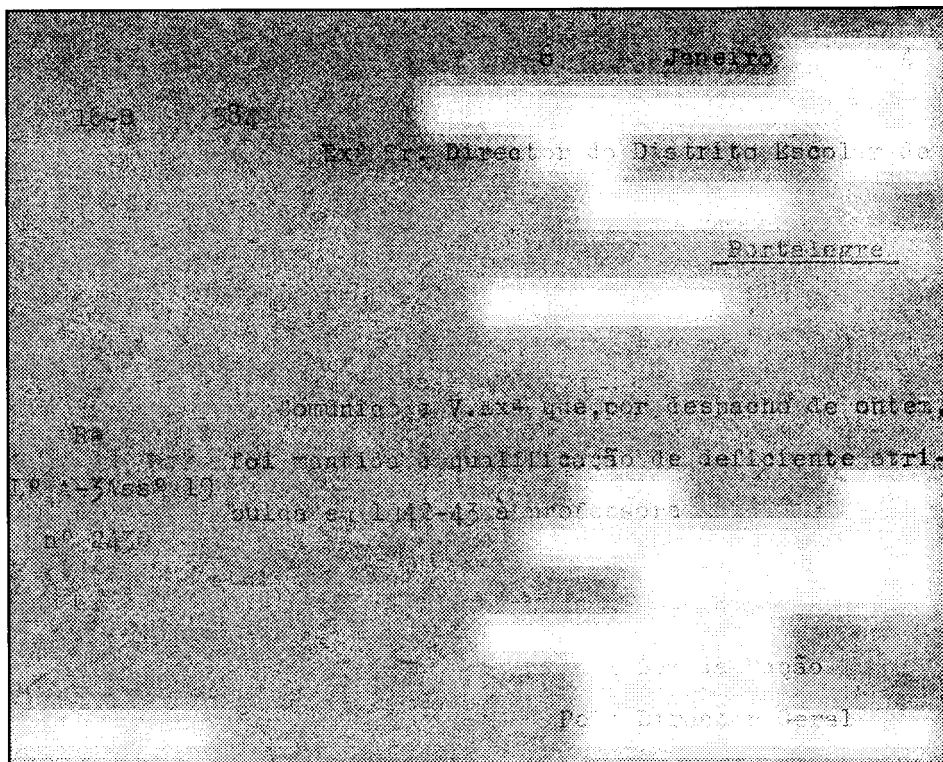
Espero respeitosamente deferimento

Vale da Serra, 26 de Novembro de 1943

A reclamante,

RECONHEÇO A ASSINATURA
De *Maria da Conceição R.*
CASTELO BRANCO, 25 DE Novembro DE 1943
Leonor Maria

Leonor Maria  *Leonor Maria*



Anexo VII

Ficha Hemerográfica:

Título:

Escola Portuguesa

Subtítulo:

Boletim de Acção Educativa (até 1962)

Boletim de Acção Educativa e de difusão da cultura popular direcção Geral do Ensino Primário. (a partir de 1962)

Propriedade:

Direcção Geral do Ensino Primário

Director:

Manuel Cristiano de Sousa

De Setembro de 1953 a 17 de Janeiro de 1961 deixou de ser referido o nome do director.

A 25 de Janeiro de 1961 refere-se que o director da revista é o Director Geral do Ensino Primário.

Editora:

Companhia Nacional Editora

Primeiro Número:

11 de Outubro de 1934

Último Número

Outubro de 1974³⁵⁵

Periodicidade

Desde 1934 Semanal (Quinta-Feira).

A partir de 10 de Setembro de 1955 passou a ser publicado nos dias 2, 10, 17 e 25 de cada mês.

Natureza

Perfil e função dos professores; artigos de natureza teórico-pedagógicos de inspectores e professores sobre diversos assuntos, entre os quais a inspecção escolar; apreciações sobre a situação do ensino em Portugal; legislação sobre o ensino, comparação com outros sistemas de ensino; didáctica; disciplina escolar e mobiliário escolar.

N. ° de páginas

Número variável.

Suplementos

A partir de 25 de Outubro de 1958, a revista passa a integrar como suplemento o *Diário do Governo*.

Medida da folha

Comprimento 35 cm.

Largura 24,5cm.

³⁵⁵ Contudo, apenas conseguimos consultar os números da revista até Dezembro de 1970.

Medida da Mancha

Variável. Apresenta-se em uma, duas ou três colunas

Do n.º 11 de Outubro de 1934 até o número 1215 de 17 de Outubro de 1958 a mancha media 19 cm.

A partir do n.º 1216 de 25 de Outubro de 1958 a mancha passa a medir 20,5 cm.

Preço da assinatura

Data	Anual	Semi-Anual	Trimestral	Avulso
11 Out 1934	30\$00	16\$00	9\$00	4\$20
18 Out 1934	30\$00	16\$00	9\$00	1\$50
25 Out 1934	30\$00	16\$00	9\$00	1\$80
1 Nov 1934	30\$00	16\$00	9\$00	1\$50
8 Nov 1934	30\$00	16\$00	9\$00	3\$00
15 Nov 1934	30\$00	16\$00	9\$00	4\$20
22 Nov 1934	30\$00	16\$00	9\$00	3\$00
29 Nov 1934	30\$00	16\$00	9\$00	2\$40
6 Dez 1934	30\$00	16\$00	9\$00	3\$00
20 Dez 1934	30\$00	16\$00	9\$00	2\$40
27 Dez 1934	30\$00	16\$00	9\$00	2\$10
3 Jan 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$40
24 Jan 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$60
1 Fev 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$00
7 Fev 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$30
28 Fev 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$60
1 Mar 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$00
7 Mar 1935	30\$00	16\$00	9\$00	5\$10
14 Mar 1935	30\$00	16\$00	9\$00	1\$80
21 Mar 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$00
28 Mar 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$90
4 Abr 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$10
11 Abr 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$30
18 Abr 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$10
2 Maio 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$30
9 Maio 1935	30\$00	16\$00	9\$00	1\$80
16 Maio 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$30
23 Maio 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$10
30 Maio 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$70
6 Jun 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$40
27 Jun 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$30
4 Jul 1935	30\$00	16\$00	9\$00	1\$80
11 Jul 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$70
18 Jul 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$40
25 Jul 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$10
15 Ago 1935	30\$00	16\$00	9\$00	1\$80
22 Ago 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$60
29 Ago 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$30
5 Set 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$90
12 Set 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$40
19 Set 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$10

Data	Annual	Semi-Annual	Trimestral	Avulso
26 Set 1935	30\$00	16\$00	9\$00	1\$80
19 Set 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$10
10 Out 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$40
17 Out 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
24 Out 1935	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
31 Out 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$80
7 Nov 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$70
14 Nov 1935	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
21 Nov 1935	30\$00	16\$00	9\$00	3\$40
28 Nov 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
5 Dez 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
19 Dez 1935	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
26 Dez 1935	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
2 Jan 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
9 Jan 1936	30\$00	16\$00	9\$00	3\$70
16 Jan 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$30
30 Jan 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
13 Fev 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
20 Fev 1936	30\$00	16\$00	9\$00	4\$90
27 Fev 1936	30\$00	16\$00	9\$00	3\$40
5 Mar 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$80
12 Mar 1936	30\$00	16\$00	9\$00	4\$60
19 Mar 1936	30\$00	16\$00	9\$00	3\$40
26 Mar 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
2 Abr 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
9 Abr 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
23 Abr 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
30 Abr 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
7 Maio 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
14 Maio 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
21 Maio 1936	30\$00	16\$00	9\$00	3\$40
29 Maio 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
4 Jun 1936	30\$00	16\$00	9\$00	3\$40
25 Jun 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
9 Jul 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
23 Jul 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
30 Jul 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
6 Ago 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
13 Ago 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
27 Ago 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
3 Set 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
10 Set 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
17 Set 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
7 Out. 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
15 Out 1936	30\$00	16\$00	9\$00	3\$10
29 Out 1936	30\$00	16\$00	9\$00	8\$80
5 Nov 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
12 Nov 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
19 Nov. 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$80
26 Nov. 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
3 Dez. 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
10 Dez. 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
17 Dez. 1936	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
24 Dez 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$80
31 Dez. 1936	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
7 Jan 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60

Data	Anual	Semi-Anual	Trimestral	Avulso
28 Jan 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
11 Fev 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
25 Fev 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
11 Mar 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
18 Mar 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
25 Mar 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
1 Abr 1937	30\$00	16\$00	9\$00	3\$10
8 Abr 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
22 Abr 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
29 Abr 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
6 Maio 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
20 Maio 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
3 Jun 1937	30\$00	16\$00	9\$00	3\$80
17 Jun 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
24 Jun 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
1 Jul 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
8 Jul 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
15 Jul 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$30
22 Jul 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
29 Jul 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$30
5 Ago 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
12 Ago 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
19 Ago 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
26 Ago 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
2 Set 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
9 Set 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
16 Set 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
23 Set 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
30 Set 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
7 Out 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
28 Out 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
4 Nov 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
11 Nov 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
25 Nov 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
2 Dez 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
16 Dez 1937	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
23 Dez 1937	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
6 Jan 1938	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
13 Jan 1938	30\$00	16\$00	9\$00	3\$40
20 Jan 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
27 Jan 1938	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
3 Fev 1938	30\$00	16\$00	9\$00	3\$40
10 Fev 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
17 Fev 1938	30\$00	16\$00	9\$00	3\$40
24 Fev 1938	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
3 Mar 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
10 Mar 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
24 Mar 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
31 Mar 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
7 Abr 1938	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
14 Abr 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
21 Abr 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
27 Abr 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
5 Maio 1938	30\$00	16\$00	9\$00	3\$40
12 Maio 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
26 Maio 1938	30\$00	16\$00	9\$00	3\$70
2 Jun 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50

Data	Anual	Semi-Anual	Trimestral	Avulso
7 Jul 1938	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
14 Jul 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
21 Jul 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
28 Jul 1938	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
4 Ago 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
11 Ago 1938	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
25 Ago 1938	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
15 Set 1938	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
22 Set 1938	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
29 Set 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
6 Out 1938	30\$00	16\$00	9\$00	3\$40
13 Out 1938	30\$00	16\$00	9\$00	1\$60
20 Out 1938	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
27 Out 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
3 Nov 1938	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
10 Nov 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
17 Nov 1938	30\$00	16\$00	9\$00	3\$10
30 Nov 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
8 Dez 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$80
22 Dez 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
29 Dez 1938	30\$00	16\$00	9\$00	2\$80
12 Jan 1939	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
19 Jan 1939	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
26 Jan 1939	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
2 Fev 1939	30\$00	16\$00	9\$00	2\$50
9 Fev 1939	30\$00	16\$00	9\$00	1\$90
16 Fev 1939	30\$00	16\$00	9\$00	2\$20
2 Mar 1939	30\$00	16\$00	9\$00	3\$10
6 Jan 1949	36\$00	20\$00	12\$00	3\$10
10 Abr 1961	36\$00	20\$00	12\$00	3\$50
Dez 1968	40\$00	20\$00	12\$00	3\$50

Anúncios:

Data	Uma página	Meia página	Um quarto de página	Um terço de página
11 Out 1934	250\$00	150\$00	80\$00	60\$00
3 Jan 1935	250\$00	150\$00	90\$00	70\$00

Composição e Impressão

Imprensa Nacional de Lisboa (11 de Outubro de 1934)

Imprensa Nacional da Casa da Moeda (1937)

Companhia Nacional Editora, Lisboa (Rua Misericórdia, n.º 95)(1941)

A composição e impressão da revista passa a ter cor a partir de 1958 (25 de Outubro).

Redacção e Administração

Redacção: Direcção Geral do Ensino Primário

Chefe de redacção:

Francisco José da Cunha Leão (inspector adjunto) 11 de Outubro de 1934

António Leal (adjunto do director geral) 4 de Fevereiro 1937

António Leal (chefe de redacção e adjunto do director geral) 1 de Outubro de 1942.

António Leal (chefe de redacção e chefe de secção) 15 de Outubro de 1942.

António Leal (chefe de redacção e chefe da secção dos Serviços Pedagógicos e Disciplinares) 7 de Outubro de 1943

António Leal (chefe de redacção e chefe da secção dos Serviços) 2 de Agosto de 1952

António Leal (chefe de redacção e chefe da 2.^a Secção da 2.^a Repartição da Direcção Geral do Ensino Primário) 25 de Fevereiro de 1957

António Carlos Leónidas, Chefe de redacção a partir de Janeiro de 25 de 1961.

C. da Silva Gonçalves, Administrador – editor a partir de 25 de Janeiro de 1961³⁵⁶.

Hemeroteca da BPMP

PB 4582

³⁵⁶ Esta informação só passou a ser facultada a partir da data referida.

Anexo VIII

Índice Temático:

Castigos Corporais

Escola Portuguesa. Ano VIII, n.º 389, 09 Abr 1942, SANTOS, Gomes dos - “O Ponteiro”, p. 441-442.

Escola Portuguesa. Ano X, n.º 516, 14 Set 1944, CABRAL, Alfredo - “Saber Castigar”, p. 751-752.

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 610, 04 Jul 1946, SANTOS, Gomes dos - “Outro caso escolar”, p. 648-649.

Escola Portuguesa. Ano XVI, n.º 781, 13 Out 1949, PIRES, Alberto Eugénio Vaz - “Os Castigos na Escola Primária”, p. 15-16.

Escola Portuguesa. Ano XVI, n.º 775, 01 Set 1949, ESCARAMEIA, António José de - “A disciplina escolar”, p. 633-634.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 854, 10 Abr 1951, VIANA, Mário Gonçalves - “Objectivos da disciplina”, p. 445-446.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 1204, 25 Jul 1958, “Circulares e despachos”, p.652.

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1064, 25 Ago 1955, LOUREIRO, Francisco de Sousa - “Acção disciplinadora”, p. 841-842.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1077, 2 Dez 1955, “Os castigos corporais”, p. 205-206.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1078, 10 Dez 1955, “Castigos corporais: Aspectos pedagógicos”, p. 233-234.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1079, 17 Dez 1955, “Castigos corporais: Aspectos pedagógicos”, p. 265-267.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1083, 17 Jan 1956, “Castigos corporais: Aspecto pedagógico”, p. 349-351.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1086, 10 Fev 1956, “Castigos corporais: Atenção à sabedoria pedagógica de Pestalozzi”, p. 413-414.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1119, 17 Out 1956, “Castigos corporais”, p. 33-36.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1132, 25 Fev 1957, CORREA, António Forsado - “Castigos corporais”, p. 272.

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1204, 25 Jul 1958, BELO, Joaquim José - “Súmula: acerca da aplicação de castigos corporais”, p. 652.

Escola Portuguesa. Ano XXV, n.º 1222, 25 Abr 1959, MARTINS, J. Baptista - “Disciplina Escolar”, p. 10.

Escola Portuguesa. Ano XXVI, n.º 1237, 25 Jul 1960, RODRIGUES, Henrique Augusto Nascimento - “A autoridade na escola”, p. 3.

Edifícios Escolares

Escola Portuguesa. Ano IX, n.º 415, 8 Out 1942, “A Escola e o clima instaurado pela Revolução Nacional”, p. 17-18.

Escola Portuguesa. Ano IX, n.º 442, 15 Abr 1943, “O Estado Novo e o combate ao analfabetismo”, p. 500-501.

Escola Portuguesa. Ano IX, n.º 443, 22 Abr 1943, “Alguns passos do Despacho da Presidência do Conselho sobre o «Plano dos Centenários»”, p. 516-517.

Escola Portuguesa. Ano XVI, n.º 777, 15 Set 1949, ESCARAMEIA, António José- “Casas de Escola e Edifícios Escolares”, p. 649-650.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 846, 10 Fev 1951, SANTOS, Gomes dos “A Escola e o Sol”, p. 739-741.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 872, 25 Ago 1951, “O que a Nação deve ao Estado Novo – Edifícios Escolares e Ensino Primário”, p. 739-741.

Escola Portuguesa. Ano X, n.º 499, 18 Maio 1944, “Contra o analfabetismo”, p. 509-510.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 1140, 25 Mar 1957, “Novo Plano de construções Escolares para o Ensino Primário”, p. 399-400.

Ensino Particular

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 603, 16 Maio 1946, ESCARAMEIA, António José – “O ensino e a psicologia”, p. 537-538.

Escola Portuguesa. Ano XVI, n.º 810, 10 Maio 1950, “Discurso proferido por S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Fernando Andrade Pires de Lima, no acto da posse do Inspector Superior do Ensino Particular, Doutor Artur de Almeida carneiro”, p. 445 - 451.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1156, 25 Jul 1957, DIÁRIO DO GOVERNO - “Inspecção do Ensino Particular”, p. 640.

Ensino Primário

Escola Portuguesa. Ano XI, n.º 536, 01 Fev 1945, ESCARAMEIA, António José – “A escola e a família”, p. 285-286.

Escola Portuguesa. Ano XI, n.º 539, 22 Fev 1945, ESCARAMEIA, António José – “Inteligência e memória no ensino”, p. 333-334.

Escola Portuguesa. Ano XI, n.º 542, 15 Mar 1945, ESCARAMEIA, António José – “Ensino útil e ensino formativo”, p. 381-382.

Escola Portuguesa. Ano XI, n.º 557, 28 Jun 1945, ESCARAMEIA, António José – “O ensino e o livro”, p. 609-610.

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 575, 1 Nov 1945, *O SÉCULO* – “O Director Geral do ensino Primário fala do interesse do Estado Novo pela educação popular.”, p. 65-68.

Escola Portuguesa. Ano XIII, n.º 636, 2 Jan 1947, ESCARAMEIA, António José – “A escola e o progresso”, p. 177-178.

Escola Portuguesa. Ano XIV, n.º 703, 15 Abr 1948, ESCARAMEIA, António José – “A escola e o professor”, p. 362-363.

Escola Portuguesa. Ano XV, n.º 749, 24 Fev 1949, DIÁRIO DE NOTÍCIAS – “O ensino primário em Portugal”, p. 289-292.

Escola Portuguesa. Ano XV, n.º 769, 21 Jul 1949, ESCARAMEIA, António José – “A invenção na escola”, p. 573-574.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 895, 17 Fev 1952, LEAL, António – “O que foi e o que é ou deve ser”, p. 301-303.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 916, 25 Jul 1952, “Recordando o passado e preparando o futuro”, p. 642-643.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 926, 10 Out 1952, “O novo ano lectivo”, p. 17-18.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 927, 17 Out 1952, SILVESTRE, Figueiredo de - “A arte na Escola Portuguesa”, p. 33-34.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 927, 17 Out 1952, FRIAS, Afonso de - “Sobre o ensino de desenho na Escola Primária”, p. 34.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 930, 10 Nov 1952, “Hora alta do Ensino Primário”, p. 113-114.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 931, 17 Nov 1952, “Período de renovação”, p. 129-130.

Escola Portuguesa. Ano XX, n.º 975, 17 Out 1953, “A reunião anual dos Inspectores do Ensino Primário e Directores dos Distritos Escolares”, p. 34-35.

Escola Portuguesa. Ano XX, n.º 975, 17 Out 1953, SANTOS, Gomes dos – “E não assina... por não saber”, p. 35.

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1050, 10 Maio 1955, “A Obrigatoriedade Escolar inquérito de muita importância”, p. 602.

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1052, 25 Maio 1955, “Vinte e nove anos de progresso Nacional”, p. 641.

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1052, 25 Maio 1955, “S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional tratou na capital do Norte de problemas relativos ao ensino primário no distrito”, p. 642.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1086, 10 Fev 1956, ONIEVA, António J. – “É necessário um plano de estudos primários”, p. 415-416.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1097, 02 Maio 1956, ESCARAMEIA, António José - “Ainda Professores e Alunos”, p. 597-598.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1097, 02 Maio 1956, MELO, César Nunes Pereira de - “Considerações sobre alguns aspectos do Ensino Primário”, p. 598-599.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1118, 10 Out 1956, -“O Ensino e a criança”, p. 17-18.

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1165, 02 Out 1957, MOURA, José Francisco de - “No limiar de um novo ano escolar”, p. 3.

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1165, 02 Out 1957, ESCARAMEIA, António José - “Ontem e hoje”, p. 51.

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1170, 10 Nov 1957, MOURA, José Francisco de - “O primeiro dia de aulas do ano escolar”, p. 89-90.

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1198, 10 Jun 1958, LEAL, António - “A Escola Primária centro de Cultura”, p. 561-563.

Escola Portuguesa. Ano XXVI, n.º 1236, 25 Jun 1960, MARTINS, José Baptista - “Novos Caminhos”, p. 15.

Escrituração Escolar

Escola Portuguesa. Ano VIII, n.º 394, 14 Maio 1942, SANTOS, Gomes dos “Sobre a Escrituração Escolar”, p. 517-518.

Exames

Escola Portuguesa. Ano XI, n.º 550, 10 Maio 1945, ESCARAMEIA, António José - “Exames”, p. 493-494.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 719, 5 Ago 1948, ESCARAMEIA, António José - “O ditado no exame”, p. 561-562.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 865, 2 Jul 1951, FIGUEIREDO, Silvestre de - “Insistindo”, p. 625-626.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 865, 2 Jul 1951, SANTOS, A. Espírito - “Antes do exame”, p. 626.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 8976, 25 Out 1953, FIGUEIREDO, Silvestre de - “O desenho - valioso elemento de cultura”. p. 53.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1107, 17 Jul 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 764-765.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1108, 25 Jul 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 781-782.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1163, 17 Set 1957, FIGUEIREDO, Silvestre de - “Balanço Final”, p. 733-734.

Escola Portuguesa. Ano XXVIII, n.º 1260, Jun 1962, M.C.V. - “Entre Nós”, p. 28.

Inspeção

Escola Portuguesa. Ano VIII, n.º 387, 26 Mar 1942, SANTOS, Gomes dos - “Visita a uma escola”, p. 47.

Escola Portuguesa. Ano XVI, n.º 793, 5 Jan 1950, LEAL, António - “Do Canhenho de um Inspector”, p. 199-200.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1077, 02 Dez 1955, LEAL, António - “Do canhenho dum Inspector”, p. 207.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1080, 25 Dez 1955, FRIAS, Afonso de- “Notas de Inspeção”, p. 294.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º1083, 17 Jan 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 352.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º1091, 17 Mar 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 504-505.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1087, 17 Fev 1956, FRIAS, Afonso de- “Notas de Inspeção”, p. 430.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1110, 10 Ago 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 811-812.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1110, 10 Ago 1956, BOTO, Virgílio Augusto Cordeiro - “Inspeção na Escola de Hoje”, p. 814.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1117, 02 Out 1956, BOTO, Virgílio Augusto Cordeiro - “Inspeção na Escola de Hoje”, p. 6.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1125, 02 Dez 1956, BOTO, Virgílio Augusto Cordeiro - “Inspeção na Escola de Hoje”, p. 135-136.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1142, 10 Abr 1957, FIGUEIREDO, Silvestre de - “Duas atitudes didácticas e uma conclusão”, p. 433.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1156, 25 Jul 1957, DIÁRIO DO GOVERNO - “Inspeção do Ensino Particular”, p. 640.

Escola Portuguesa. Ano XXV, n.º 1219, 25 Jan 1959, GRAÇA, Silva - “Actualidade do trabalho do inspector orientador”, p. 21-22.

Escola Portuguesa. Ano XXVI, n.º 1231, 25 Jan 1960, MARTINS, José Baptista - “O Professor e a Inspeção”, p. 7.

Métodos de ensino

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 612, 18 Jul 1946, ESCARAMEIA, António José de – “Métodos de Leitura”, p. 678-679.

Escola Portuguesa. Ano XIV, n.º 687, 25 Dez 1947, SILVESTRE, Figueiredo de – “Pelas vantagens do método. O ensino da gramática”, p. 166.

Escola Portuguesa. Ano XIV, n.º 690, 15 Jan 1948, SILVESTRE, Figueiredo de – “As lições de gramática”, p. 202.

Escola Portuguesa. Ano XV, n.º 725, 16 Set 1948, ESCARAMEIA, António José – “A observação no ensino”, p. 611-612.

Escola Portuguesa. Ano XV, n.º 732, 4 Nov 1948, ESCARAMEIA, António José – “A redacção da Escola Primária”, p. 57-58.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 860, 20 Jun 1951, PINTO, José Perreira – “Métodos de aprendizagem antigos e modernos (crítica)”, p. 580-584.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 887, 17 Dez 1951, VIANA, Mário Gonçalves – “Métodos de Ensino”, p. 169-170.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 889, 02 Jan 1952, SANTOS, Gomes dos – “Curar à moderna e morrer à antiga”, p. 202-203.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 889, 02 Jan 1952, FIGUEIREDO, Silvestre de – “Leitura silenciosa e leitura artiulada”, p. 203-204.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 928, 25 Out 1952, SANTOS, Gomes dos – “Ao redor do globalismo”, p. 52-53.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 931, 17 Nov 1952, SANTOS, Gomes dos - “Ao redor do globalismo”, p. 130-131.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 933, 02 Dez 1952, SANTOS, Gomes dos – “Ao redor do globalismo”, p. 166-168.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 934, 10 Dez 1952, SANTOS, Gomes dos – “Ao redor do globalismo”, p. 182-183.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 936, 25 Dez 1952, SANTOS, Gomes dos – “Ao redor do globalismo”, p. 214-215.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 962, 10 Jun 1953, SANTOS, Gomes dos – “Ao redor do globalismo”, p. 673-674.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1071, 17 Out 1955, FIGUEIREDO, Silvestre de – “A iniciação da leitura”, p. 51-52.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1148, 25 Maio 1957, LEAL, António – “Do Canhenho dum Inspector”, p. 516.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1149, 2 Jun 1957, LEAL, António – “Do Canhenho dum Inspector”, p. 532.

Escola Portuguesa. Ano XXV, n.º 1223, 25 Maio 1959, SILVA, J: J. Correia da – “O método na ortografia”, p. 11.

Escola Portuguesa. Ano XXV, n.º 1224, 25 Jun 1959, SILVA, J: J. Correia da – “A ortografia e os processos do seu ensino”, p. 5.

Escola Portuguesa. Ano XXIX, n.º 1265, Nov 1962, SILVA, J.J Correia da - “O problema da repetência”, p. 8.

Escola Portuguesa. Ano XXIX, n.º 1265, Nov 1962, SILVA, J.J Correia da - “O problema da repetência”, p.7 e 27.

Planos de trabalho

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 893, 02 Fev 1952, LEAL, António – “Preceitos Pedagógios dum educador português”, p. 269-270.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 898, 10 Mar 1952, LEAL, António – “A criteriosa interpretação dos programas”, p. 349-350.

Preparação das Lições

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 573, 18 Out 1945, ESCARAMEIA, António José - “Exames”, p. 493-494.

Escola Portuguesa. Ano XIV, n.º 698, 11 Mar 1948, ESCARAMEIA, António José - “Planos de Lições”, p. 297-298.

Escola Portuguesa. Ano XVI, n.º 784, 3 Nov 1949, ESCARAMEIA, António José - “Primeiro Rever”, p. 61-62.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 860, 25 Maio 1951, SOEIRO, Rafael de Barros – “Da preparação e improvisação das lições”, p. 542.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1072, 25 Out 1955, “Não são os muitos livros que fazem o bom professor”, p. 65-66.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1117, 02 Out 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um Inspector”, p. 3.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1119, 17 Out 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 37-38.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1120, 25 Out 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 52-53.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1121, 2 Nov 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 68.

Processos Disciplinares

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º1083, 17 Jan 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 352.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º1090, 10 Mar 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 488-489.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º1126, 10 Dez 1956, “Castigos Corporais”, p. 159-161.

Professores

Escola Portuguesa. Ano IX, n.º 423, 03 Dez 1942, VIANA, Mário Gonçalves – “As qualidades do professor”, p. 185-187.

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 582, 20 Dez 1945, VIANA, Mário Gonçalves – “Conselhos aos professores. As simpatias e antipatias dos professores”, p. 189-190.

Escola Portuguesa. Ano XIII, n.º 638, 16 Jan 1947, REIS, Alfredo Martins dos – “Característica fundamental do educador”, p. 197-198.

Escola Portuguesa. Ano XIII, n.º 647, 20 Mar 1947, FERREIRA, António Fernando – “O professor primário”, p. 337-338.

Escola Portuguesa. Ano XIV, n.º 696, 26 FEV 1948, VIANA, Mário Gonçalves – “Erros Docentes”, p. 269-270.

Escola Portuguesa. Ano XV, n.º 769, 21 Jul 1949, FERREIRA, Aníbal da Silva – “A profissão do professor”, p. 573

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 860, 25 Maio 1951, “O professor e a falha de frequência”, p. 541-542.

Escola Portuguesa. Ano XX, n.º 1008, 25 Jun 1954, FIGUEIREDO, Silvestre de – “Educar”, p. 667.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1079, 17 Dez 1955, FIGUEIREDO, Silvestre de - “O Professor”, p. 269.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1088, 25 Fev 1956, ESCARAMEIA, António José - “Professores e Alunos”, p. 449-450.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1093, 02 Abr 1956, SANTOS, Gomes dos - “O Mestre”, p. 533-534.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1097, 02 Maio 1956, ESCARAMEIA, António José - “Ainda Professores e Alunos”, p. 597-598.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1103, 17 Jun 1956, “Significativa homenagem ao professor do Ensino Primário”, p. 697-699.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1140, 25 Mar 1957, NEVES, Maria Manuela Nunes – “Ser Professora”, p. 401.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1140, 25 Mar 1957, FIGUEIREDO, Silvestre de – “O essencial da formação do professor”, p. 401-402.

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1195, 17 Maio 1958, FIGUEIREDO, Silvestre de – “Quantos voltarão?”, p. 513-514.

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1209, 09 Set 1958, SOUSA, José Rolando Pereira de – “O Professor e a formação do carácter”, p. 713-714.

Escola Portuguesa. Ano XXV, n.º 1224, 25 Jun 1959, GRAÇA, Silva – “Crónica Pedagógica”, p. 22.

Escola Portuguesa. Ano XXVIII, n.º 1264, Out 1962, PEREIRA, Aníbal da Silva – “A profissão do professor”, p. 6-7.

Programas

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 615, 8 Ago 1946, SANTOS, Gomes dos – “A língua e a gramática na Escola Primária”, p. 717-718.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 885, 2 Dez 1951, SANTOS, Gomes dos – “A interpretação dos programas”, p. 139-141.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 887, 17 Dez 1951, SANTOS, Gomes dos – “Interpretação dos programas”, p. 170-172.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 898, 10 Mar 1952, LEAL, António – “A criteriosa interpretação dos programas”, p. 349-350.

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1035, 17 Jan 1955, TRISTÃO F. Jorge – “A que visa a Escola Primária”, p. 326-327.

Relação Professor Inspector

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1080, 25 Dez 1955, FRIAS, Afonso de – “Notas de Inspeção”, p. 294-295.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1090, 10 Mar 1956, LEAL, António – “Do Canhenho do Inspector”, p. 488-489.

Reunião dos Inspectores

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 881, 02 Nov 1951, “Reunião dos Inspectores e Directores dos distritos Escolares”, p. 65-68.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 924, 25 Set 1952, “No almoço oferecido aos Inspectores do Ensino Primário e Directores dos Distritos escolares. Palavras proferidas por sua excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Sr. Dr. H. Veiga de Macedo”, p. 769-770.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 924, 25 Set 1952, “Reunião dos Inspectores do Ensino Primário e Directores dos Distritos Escolares”, p. 770-772.

Escola Portuguesa. Ano XX, n.º 974, 10 Out 1953, “A reunião anual dos Inspectores do Ensino Primário e Directores dos Distritos Escolares”, p. 18-19.

Escola Portuguesa. Ano XX, n.º 975, 17 Out 1953, “A reunião anual dos Inspectores do Ensino Primário e Directores dos Distritos Escolares”, p. 34-35.

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1035, 17 Jan 1955, “V Reunião anual dos funcionários superiores do ensino primário, realizada sob a presidência de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. Henrique Veiga de Macedo, nos dias 7, 8, 9, 10, 11 e 12 de Setembro de 1953”, p. 327-328.

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1068, 25 Set 1955, “VI Reunião Anual dos Inspectores do Ensino Primário e dos directores dos distritos escolares”, p. 898-901.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1116, 25 Set 1956, “Na apresentação de cumprimentos pelos Inspectores do Ensino Primário e Directores dos Distritos Escolares a S. Ex.^{as} o Ministro e Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Palavras de S. Ex.^a o Ministro, Senhor Prof. Eng. Francisco Leite Pinto”, p. 390.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1161, 02 Set 1957, “No encerramento da reunião anual dos funcionários superiores de ensino primário em 30 de Agosto último. Discurso proferido por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. Rebello de Sousa”, p. 701 - 706.

Anexo IX

Índice Cronológico:

1942

Escola Portuguesa. Ano VIII, n.º 387, 26 Mar 1942, SANTOS, Gomes dos - “Visita a uma escola”, p. 47.

Escola Portuguesa. Ano VIII, n.º 389, 09 Abr 1942, SANTOS, Gomes dos - “O Ponteiro”, p. 441-442.

Escola Portuguesa. Ano VIII, n.º 394, 14 Maio 1942, SANTOS, Gomes dos “Sobre a Escriituração Escolar”, p. 517-518.

Escola Portuguesa. Ano IX, n.º 415, 8 Out 1942, “A Escola e o clima instaurado pela Revolução Nacional”, p. 17-18.

Escola Portuguesa. Ano IX, n.º 423, 03 Dez 1942, VIANA, Mário Gonçalves – “As qualidades do professor”, p. 185-187.

1943

Escola Portuguesa. Ano IX, n.º 442, 15 Abr 1943, “O Estado Novo e o combate ao analfabetismo”, p. 500-501.

Escola Portuguesa. Ano IX, n.º 443, 22 Abr 1943, “Alguns passos do Despacho da Presidência do Conselho sobre o «Plano dos Centenários»”, p. 516-517.

Escola Portuguesa. Ano IX, n.º 443, 22 Abr 1943, VIANA, Mário Gonçalves - “As qualidades do Professor: Intuição, aptidão e vocação»”, p. 517-519.

1944

Escola Portuguesa. Ano X, n.º 499, 18 Maio 1944, “Contra o analfabetismo”, p. 509-510.

Escola Portuguesa. Ano X, n.º 516, 14 Set 1944, CABRAL, Alfredo - “Saber Castigar”, p. 751-752.

1945

Escola Portuguesa. Ano XI, n.º 536, 01 Fev 1945, ESCARAMEIA, António José – “A escola e a família”, p. 285-286.

Escola Portuguesa. Ano XI, n.º 539, 22 Fev 1945, ESCARAMEIA, António José – “Inteligência e memória no ensino”, p. 333-334.

Escola Portuguesa. Ano XI, n.º 542, 15 Mar 1945, ESCARAMEIA, António José – “Ensino útil e ensino formativo”, p. 381-382.

Escola Portuguesa. Ano XI, n.º 550, 10 Maio 1945, ESCARAMEIA, António José - “Exames”, p. 493-494.

Escola Portuguesa. Ano XI, n.º 557, 28 Jun 1945, ESCARAMEIA, António José – “O ensino e o livro”, p. 609-610.

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 573, 18 Out 1945, ESCARAMEIA, António José - “Exames”, p. 493-494.

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 575, 1 Nov 1945, *O SÉCULO* – “O Director Geral do ensino Primário fala do interesse do Estado Novo pela educação popular.”, p. 65-68.

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 582, 20 Dez 1945, VIANA, Mário Gonçalves – “Conselhos aos professores. As simpatias e antipatias dos professores”, p. 189-190.

1946

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 603, 16 Maio 1946, ESCARAMEIA, António José – “O ensino e a psicologia”, p. 537-538.

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 610, 04 Jul 1946, SANTOS, Gomes dos - “Outro caso escolar”, p. 648-649.

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 612, 18 Jul 1946, ESCARAMEIA, António José de – “Métodos de Leitura”, p. 678-679.

Escola Portuguesa. Ano XII, n.º 615, 8 Ago 1946, SANTOS, Gomes dos – “A língua e a gramática na Escola Primária”, p. 717-718.

1947

Escola Portuguesa. Ano XIII, n.º 636, 2 Jan 1947, ESCARAMEIA, António José – “A escola e o progresso”, p. 177-178.

Escola Portuguesa. Ano XIII, n.º 638, 16 Jan 1947, REIS, Alfredo Martins dos – “Característica fundamental do educador”, p. 197-198.

Escola Portuguesa. Ano XIII, n.º 647, 20 Mar 1947, FERREIRA, António Fernando – “O professor primário”, p. 337-338.

Escola Portuguesa. Ano XIV, n.º 687, 25 Dez 1947, SILVESTRE, Figueiredo de – “Pelas vantagens do método. O ensino da gramática”, p. 166.

1948

Escola Portuguesa. Ano XIV, n.º 690, 15 Jan 1948, SILVESTRE, Figueiredo de – “As lições de gramática”, p. 202.

Escola Portuguesa. Ano XIV, n.º 696, 26 FEV 1948, VIANA, Mário Gonçalves – “Erros Docentes”, p. 269-270.

Escola Portuguesa. Ano XIV, n.º 698, 11 Mar 1948, ESCARAMEIA, António José - “Planos de Lições”, p. 297-298.

Escola Portuguesa. Ano XIV, n.º 703, 15 Abr 1948, ESCARAMEIA, António José – “A escola e o professor”, p. 362-363.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 719, 5 Ago 1948, ESCARAMEIA, António José - “O ditado no exame”, p. 561-562.

Escola Portuguesa. Ano XV, n.º 725, 16 Set 1948, ESCARAMEIA, António José – “A observação no ensino”, p. 611-612.

Escola Portuguesa. Ano XV, n.º 732, 4 Nov 1948, ESCARAMEIA, António José – “A redacção da Escola Primária”, p. 57-58.

1949

Escola Portuguesa. Ano XV, n.º 749, 24 Fev 1949, DIÁRIO DE NOTÍCIAS – “O ensino primário em Portugal”, p. 289-292.

Escola Portuguesa. Ano XV, n.º 769, 21 Jul 1949, ESCARAMEIA, António José de - “A invenção na escola”, p. 573-574.

Escola Portuguesa. Ano XV, n.º 769, 21 Jul 1949, FERREIRA, Aníbal da Silva – “A profissão do professor”, p. 573

Escola Portuguesa. Ano XVI, n.º 775, 01 Set 1949, ESCARAMEIA, António José de - “A disciplina escolar”, p. 633-634.

Escola Portuguesa. Ano XVI, n.º 777, 15 Set 1949, ESCARAMEIA, António José - “Casas de Escola e Edifícios Escolares”, p. 649-650.

Escola Portuguesa. Ano XVI, n.º 781, 13 Out 1949, PIRES, Alberto Eugénio Vaz - “Os Castigos na Escola Primária”, p. 15-16.

Escola Portuguesa. Ano XVI, n.º 784, 3 Nov 1949, ESCARAMEIA, António José - “Primeiro Rever”, p. 61-62.

1950

Escola Portuguesa. Ano XVI, n.º 793, 5 Jan 1950, LEAL, António - “Do Canhenho de um Inspector”, p. 199-200.

Escola Portuguesa. Ano XVI, n.º 810, 10 Maio 1950, “Discurso proferido por S. Ex.^a o Ministro da Educação Nacional, Prof. Doutor Fernando Andrade Pires de Lima, no acto da posse do Inspector Superior do Ensino Particular, Doutor Artur de Almeida carneiro”, p. 445 - 451.

1951

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 846, 10 Fev 1951, SANTOS, Gomes dos “A Escola e o Sol”, p. 739-741.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 854, 10 Abr 1951, VIANA, Mário Gonçalves - “Objectivos da disciplina”, p. 445-446.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 860, 25 Maio 1951, “O professor e a falha de frequência”, p. 541-542.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 860, 25 Maio 1951, SOEIRO, Rafael de Barros – “Da preparação e improvização das lições”, p. 542.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 860, 20 Jun 1951, PINTO, José Perreira – “Métodos de aprendizagem antigos e modernos (crítica)”, p. 580-584.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 865, 2 Jul 1951, FIGUEIREDO, Silvestre de - “Insistindo”, p. 625-626.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 865, 2 Jul 1951, SANTOS, A. Espírito - “Antes do exame”, p. 626.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 872, 25 Ago 1951, “O que a Nação deve ao Estado Novo – Edifícios Escolares e Ensino Primário”, p. 739-741.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 881, 02 Nov 1951, “Reunião dos Inspectores e Directores dos distritos Escolares”, p. 65-68.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 885, 2 Dez 1951, SANTOS, Gomes dos – “A interpretação dos programas”, p. 139-141.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 887, 17 Dez 1951, VIANA, Mário Gonçalves – “Métodos de Ensino”, p. 169-170.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 887, 17 Dez 1951, SANTOS, Gomes dos – “Interpretação dos programas”, p. 170-172.

1952

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 889, 02 Jan 1952, FIGUEIREDO, Silvestre de – “Leitura silenciosa e leitura artiulada”, p. 203-204.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 933, 02 Jan 1952, SANTOS, Gomes dos – “Curar à moderna e morrer à antiga”, p. 202-203.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 893, 02 Fev 1952, LEAL, António – “Preceitos Pedagógios dum educador português”, p. 269-270.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 895, 17 Fev 1952, LEAL, António – “O que foi e o que é ou deve ser”, p. 301-303.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 898, 10 Mar 1952, LEAL, António – “A criteriosa interpretação dos programas”, p. 349-350.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 916, 25 Jul 1952, “Recordando o passado e preparando o futuro”, p. 642-643.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 924, 25 Set 1952, “No almoço oferecido aos Inspectores do Ensino Primário e Directores dos Distritos escolares. Palavras proferidas por sua excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Sr. Dr. H. Veiga de Macedo”, p. 769-770.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 924, 25 Set 1952, “Reunião dos Inspectores do Ensino Primário e Directores dos Distritos Escolares”, p. 770-772.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 926, 10 Out 1952, “O novo ano lectivo”, p. 17-18.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 927, 17 Out 1952, SILVESTRE, Figueiredo de - “A arte na Escola Portuguesa”, p. 33-34.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 927, 17 Out 1952, FRIAS, Afonso de - “Sobre o ensino de desenho na Escola Primária”, p. 34.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 928, 25 Out 1952, SANTOS, Gomes dos – “Ao redor do globalismo”, p. 52-53.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 930, 10 Nov 1952, “Hora alta do Ensino Primário”, p. 113-114.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 931, 17 Nov 1952, “Período de renovação”, p. 129-130.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 931, 17 Nov 1952, SANTOS, Gomes dos - “Ao redor do globalismo”, p. 130-131.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 933, 02 Dez 1952, SANTOS, Gomes dos - “Ao reedor do globalismo”, p. 166-168.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 934, 10 Dez 1952, SANTOS, Gomes dos - “Ao redor do globalismo”, p. 182-183.

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 936, 25 Dez 1952, SANTOS, Gomes dos - “Ao redor do globalismo”, p. 214-215.

1953

Escola Portuguesa. Ano XIX, n.º 962, 10 Jun 1953, SANTOS, Gomes dos - “Ao redor do globalismo”, p. 673-674.

Escola Portuguesa. Ano XX, n.º 974, 10 Out 1953, “A reunião anual dos Inspectores do Ensino Primário e Directores dos Distritos Escolares”, p. 18-19.

Escola Portuguesa. Ano XX, n.º 975, 17 Out 1953, “A reunião anual dos Inspectores do Ensino Primário e Directores dos Distritos Escolares”, p. 34-35.

Escola Portuguesa. Ano XX, n.º 975, 17 Out 1953, SANTOS, Gomes dos - “E não assina... por não saber”, p. 35.

Escola Portuguesa. Ano XVII, n.º 8976, 25 Out 1953, FIGUEIREDO, Silvestre de - “O desenho - valioso elemento de cultura”. p. 53.

1954

Escola Portuguesa. Ano XX, n.º 1008, 25 Jun 1954, FIGUEIREDO, Silvestre de - “Educar”, p. 667.

1955

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1035, 17 Jan 1955, TRISTÃO F. Jorge - “A que visa a Escola Primária”, p. 326-327.

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1035, 17 Jan 1955, “V Reunião anual dos funcionários superiores do ensino primário, realizada sob a presidência de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. Henrique Veiga de Macedo, nos dias 7, 8, 9, 10, 11 e 12 de Setembro de 1953”, p. 327-328.

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1050, 10 Maio 1955, “A Obrigatoriedade Escolar inquérito de muita importância”, p. 602.

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1052, 25 Maio 1955, “Vinte e nove anos de progresso Nacional”, p. 641.

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1052, 25 Maio 1955, “S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional tratou na capital do Norte de problemas relativos ao ensino primário no distrito”, p. 642.

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1064, 25 Ago 1955, LOUREIRO, Francisco de Sousa - “Acção disciplinadora”, p. 841-842.

Escola Portuguesa. Ano XXI, n.º 1068, 25 Set 1955, “VI Reunião Anual dos Inspectores do Ensino Primário e dos directores dos distritos escolares”, p. 898-901.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1071, 17 Out 1955, FIGUEIREDO, Silvestre de – “A iniciação da leitura”, p. 51-52.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1072, 25 Out 1955, “Não são os muitos livros que fazem o bom professor”, p. 65-66.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1077, 02 Dez 1955, LEAL, António - “Do canhenho dum Inspector”, p. 207.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1077, 2 Dez 1955, “Os castigos corporais”, p. 205-206.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1078, 10 Dez 1955, “Castigos corporais: Aspectos pedagógicos”, p. 233-234.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1079, 17 Dez 1955, “Castigos corporais: Aspectos pedagógicos”, p. 265-267.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1079, 17 Dez 1955, FIGUEIREDO, Silvestre de - “O Professor”, p. 269.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1080, 25 Dez 1955, FRIAS, Afonso de - “Notas de Inspeção”, p. 294-295.

1956

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º1083, 17 Jan 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 352.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1083, 17 Jan 1956, “Castigos corporais: Aspecto pedagógico”, p. 349-351.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1086, 10 Fev 1956, “Castigos corporais: Atenção à sabedoria pedagógica de Pestalozzi”, p. 413-414.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1086, 10 Fev 1956, ONIEVA, António, J. - “É necessário um plano de estudos primários”, p. 415-416.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1087, 17 Fev 1956, FRIAS, Afonso de- “Notas de Inspeção”, p. 430.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1088, 25 Fev 1956, ESCARAMEIA, António José - “Professores e alunos”, p. 449-450.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º1090, 10 Mar 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 488-489.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º1091, 17 Mar 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 504-505.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1093, 02 Abr 1956, SANTOS, Gomes dos - “O Mestre”, p. 533-534.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1097, 02 Maio 1956, ESCARAMEIA, António José - “Ainda Professores e Alunos”, p. 597-598.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1097, 02 Maio 1956, MELO, César Nunes Pereira de - “Considerações sobre alguns aspectos do Ensino Primário”, p. 598-599.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1103, 17 Jun 1956, “Significativa homenagem ao professor do Ensino Primário”, p. 697-699.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1107, 17 Jul 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 764-765.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1108, 25 Jul 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 781-782.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1110, 10 Ago 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 811-812.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1110, 10 Ago 1956, BOTO, Virgílio Augusto Cordeiro - “Inspecção na Escola de Hoje”, p. 814.

Escola Portuguesa. Ano XXII, n.º 1116, 25 Set 1956, “Na apresentação de cumprimentos pelos Inspectores do Ensino Primário e Directores dos Distritos Escolares a S. Ex.^{as} o Ministro e Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Palavras de S. Ex.^a o Ministro, Senhor Prof. Eng. Francisco Leite Pinto”, p. 390.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1117, 02 Out 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um Inspector”, p. 3.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1117, 02 Out 1956, BOTO, Virgílio Augusto Cordeiro - “Inspecção na Escola de Hoje”, p. 6.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1118, 10 Out 1956, - “O Ensino e a criança”, p. 17-18.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1119, 17 Out 1956, “Castigos corporais”, p. 33-36.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1119, 17 Out 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 37-38.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1120, 25 Out 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 52-53.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1121, 2 Nov 1956, LEAL, António - “Do Canhenho de um inspector”, p. 68.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1125, 02 Dez 1956, BOTO, Virgílio Augusto Cordeiro - “Inspecção na Escola de Hoje”, p. 135-136.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1126, 10 Dez 1956, “Castigos Corporais”, p. 159-161.

1957

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1132, 25 Fev 1957, CORREA, António Forsado - “Castigos corporais”, p. 272.

Escola Portuguesa. Ano XVIII, n.º 1140, 25 Mar 1957, “Novo Plano de construções Escolares para o Ensino Primário”, p. 399-400.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1140, 25 Mar 1957, NEVES, Maria Manuela Nunes – “Ser Professora”, p. 401.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1140, 25 Mar 1957, FIGUEIREDO, Silvestre de – “O essencial da formação do professor”, p. 401-402.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1142, 10 Abr 1957, FIGUEIREDO, Silvestre de - “Duas atitudes didácticas e uma conclusão”, p. 433.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1148, 25 Maio 1957, LEAL, António – “Do Canhenho dum Inspector”, p. 516.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1149, 2 Jun 1957, LEAL, António – “Do Canhenho dum Inspector”, p. 532.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1156, 25 Jul 1957, DIÁRIO DO GOVERNO - “Inspecção do Ensino Particular”, p. 640.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1161, 02 Set 1957, “No encerramento da reunião anual dos funcionários superiores de ensino primário em 30 de Agosto último. Discurso proferido por S. Ex.^a o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Senhor Dr. Rebello de Sousa”, p. 701 - 706.

Escola Portuguesa. Ano XXIII, n.º 1163, 17 Set 1957, FIGUEIREDO, Silvestre de - “Balanço Final”, p. 733-734.

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1165, 02 Out 1957, MOURA, José Francisco de - “No limiar de um novo ano escolar”, p. 3.

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1165, 02 Out 1957, ESCARAMEIA, António José - “Ontem e hoje”, p. 51.

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1170, 10 Nov 1957, MOURA, José Francisco de - “O primeiro dia de aulas do ano escolar”, p. 89-90.

1958

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1195, 17 Maio 1958, FIGUEIREDO, Silvestre de - “Quantos voltarão?”, p. 513-514.

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1198, 10 Jun 1958, LEAL, António - “A Escola Primária centro de Cultura”, p. 561-563.

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1204, 25 Jul 1958, BELO, Joaquim José - “Súmula: acerca da aplicação de castigos corporais”, p. 652.

Escola Portuguesa. Ano XXIV, n.º 1209, 09 Set 1958, SOUSA, José Rolando Pereira de - “O Professor e a formação do carácter”, p. 713-714.

1959

Escola Portuguesa. Ano XXV, n.º 1219, 25 Jan 1959, GRAÇA, Silva - “Actualidade do trabalho do inspector orientador”, p. 21-22.

Escola Portuguesa. Ano XXV, n.º 1222, 25 Abr 1959, MARTINS, J. Baptista - “Disciplina Escolar”, p. 10.

Escola Portuguesa. Ano XXV, n.º 1223, 25 Maio 1959, SILVA, J: J. Correia da - “O método na ortografia”, p. 11.

Escola Portuguesa. Ano XXV, n.º 1224, 25 Jun 1959, SILVA, J: J. Correia da - “A ortografia e os processos do seu ensino”, p. 5.

Escola Portuguesa. Ano XXV, n.º 1224, 25 Jun 1959, GRAÇA, Silva - “Crónica Pedagógica”, p. 22.

1960

Escola Portuguesa. Ano XXVI, n.º 1231, 25 Jan 1960, MARTINS, José Baptista - “O Professor e a Inspeção”, p. 7.

Escola Portuguesa. Ano XXVI, n.º 1236, 25 Jun 1960, MARTINS, José Baptista - “Novos Caminhos”, p. 15.

Escola Portuguesa. Ano XXVI, n.º 1237, 25 Jul 1960, RODRIGUES, Henrique Augusto Nascimento - “A autoridade na escola”, p. 3.

1962

Escola Portuguesa. Ano XXVIII, n.º 1260, Jun 1962, M.C.V. - “Entre Nós”, p. 28.

Escola Portuguesa. Ano XXVIII, n.º 1264, Out 1962, PEREIRA, Aníbal da Silva - “A profissão do professor”, p. 6-7.

Escola Portuguesa. Ano XXIX, n.º 1265, Nov 1962, SILVA, J.J Correia da - “O problema da repetência”, p. 8.

Escola Portuguesa. Ano XXIX, n.º 1265, Nov 1962, SILVA, J.J Correia da - “O problema da repetência”, p. 7 e 27.

Anexo X LEGISLAÇÃO SOBRE A INSPECÇÃO ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO ENTRE 1926 ATÉ 1960

DATA	DECRETO	SUMÁRIO	INSPECÇÃO		
			ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES	INGRESSO OU ACESSO
22/11/1926	12 706 (D.R., Iª Série, nº 261 de 22 Nov.)	.Organização dos serviços de inspecção do ensino primário.	.8 inspectores (com o decreto 12 854 de 20/12/1926 passam a designar-se inspectores chefes); . 87 Directores de círculo escolar; . 1 conselho de inspecção;	* INSPECTORES ESCOLARES: . Inspecção das escolas, fiscalização do ensino e dos serviços dos directores de círculo; . Inquéritos, sindicâncias, organização de processos disciplinares; . Presença nas sessões do conselho de inspecção; . Cumprimento das instruções da Direcção Geral. * DIRECTORES DE CÍRCULO: . Inspecção das escolas e fiscalização do ensino; . Inquéritos e organização de processos disciplinares; . Comunicação à Direcção Geral de factos considerados nocivos à moral escolar e eficiência do ensino; . Organização de processos de concursos; . Confecção de folhas de vencimento. . Cumprimento das instruções da Direcção Geral. * CONSELHO DE INSPECÇÃO: . Estudar e pronunciar-se sobre assuntos do ensino primário e sobre processos disciplinares; . Indicar o vogal que deve proceder à inspecção ordenada pela Direcção Geral; . Dar parecer sobre reclamações nos processos de concurso; . Pronunciar-se sobre infracções ou delitos atribuídos a directores de círculo e instaurar processos; . Julgar os processos disciplinares a directores de círculo, professores e empregados menores do ensino primário . Coadjuvar a Direcção Geral.	* INSPECTORES ESCOLARES: . Concurso de provas públicas e só podem concorrer os directores de círculo; * DIRECTORES DE CÍRCULO: . Concurso de provas públicas e só podem concorrer os professores de ensino primário em efectivo serviço.

DATA	DECRETO	SUMÁRIO	INSPECÇÃO		
			ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES	INGRESSO OU ACESSO
30/03/1933	22 369 (D.R., I Série, nº 73 de 30 Março)	. Reorganização dos serviços de administração, de orientação pedagógica, de inspecção e disciplinares do ensino primário.	. Director-Geral; . Inspectores, sub-inspectores e delegados; . Directores das zonas escolares; Directores das escolas e regentes; . 6 Inspectores principais.	* DIRECTOR GERAL: . Promover a execução regular de todos os serviços da Direcção Geral ou dela dependentes. * INSPECTORES: . Superintender em todos os serviços do ensino primário nos respectivos distritos, promovendo a execução regular e de exacta harmonia com as disposições legais e com as instruções superiores. * SUB-INSPECTOR: . Auxiliar o inspector no exercício das suas atribuições legais e segundo as	*DIRECTOR_GERAL: . O provimento e o respectivo exercício continuam sendo regulados pelo decreto nº 16 836 de 4 de Maio de 1929 *INSPECTORES E SUB-INSPECTORES: . Nomeações feitas pelo Ministro da Instrução Pública, através de concurso de provas públicas. Podem ser admitidos
07/09/1956	40 762 (D.R., Iª Série, nº 191 de 7 Set.)	. Reorganização da Direcção-Geral do Ensino Primário.	. O quadro da Inspecção do Ensino Primário passa para dezoito. . Os inspectores passam a designar-se inspectores-orientadores.	. Passam a predominar sobre as funções de inspecção as de orientação pedagógica.	. A forma de recrutamento dos inspectores-orientadores não se altera, mantendo-se a estipulada do Decreto 22 369 de 30/03/1933).

DATA	DECRETO	SUMÁRIO	INSPECÇÃO		
			ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES	INGRESSO OU ACESSO
22/11/1960	43 345 (D.R., 1ª Série, de 22 Nov.)	. As escolas do Magistério primário passam a submeter-se à acção orientadora de inspectores especiais.	. Cria dois lugares de inspector nas escolas do Magistério Primário. . É entregue a coordenação de todos os serviços de inspecção do Ensino Primário, a um inspector superior.	. Os inspectores do Ensino Normal Primário passam a orientar e a inspecionar as Escolas do Magistério Primário. . O inspector superior coordenará todos os serviços de inspecção do Ensino Primário e também auxiliará o director-geral noutros serviços por ele designados.	. O ingresso dos inspectores do Ensino Normal Primário faz-se por livre escolha do Ministro entre professores efectivos dos ensinos liceal e técnico profissional com pelos menos 5 anos de efectividade. Desempenham as suas funções por períodos prorrogáveis de três anos, em comissão de serviço. . A escolha do inspector superior é feita livremente pelo Ministro entre professores universitários ou entre professores efectivos dos ensinos liceal e técnico profissional com pelo menos uma diuturnidade.